



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Mateus Engel Voigt

O mundo desarticulado: o problema da totalidade na Geografia de Pierre George

Florianópolis
2023

Mateus Engel Voigt

O mundo desarticulado: o problema da totalidade na Geografia de Pierre George

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra

Voigt, Mateus Engel

O mundo desarticulado : o problema da totalidade na Geografia de Pierre George / Mateus Engel Voigt ; orientador, Marcos Aurélio da Silva, 2023.

187 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. epistemologia. 3. Pierre George. 4. Milton Santos. I. Silva, Marcos Aurélio da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Mateus Engel Voigt

O mundo desarticulado: o problema da totalidade na Geografia de Pierre George

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado, em 28 de agosto de 2023, por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Rita Coitinho
Instituto Brasileiro de Museus

Dr. Eduardo Zons Guidi
Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Geografia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva
Orientador

Florianópolis, 2023.

Em memória aos mais de 700 mil brasileiros que perderam suas vidas durante a emergência da pandemia de COVID-19 em decorrência da negligência do então governo federal.

AGRADECIMENTOS

A trajetória deste trabalho, a partir de seu início em 2020 até a sua conclusão, foi atravessada por diferentes percalços. Desde a emergência da pandemia de Covid-19 e seu impacto nas diferentes esferas de nossas vidas, marcado pelo isolamento social e, no âmbito acadêmico, da realização do mestrado de maneira remota o que sem dúvida debilitou a experiência na pós-graduação. Até o início de 2022, quando iniciei carreira no magistério como professor substituto. O que exigiu grande esforço para conciliar as tarefas docentes com a pesquisa acadêmica. Porém, tive a felicidade de contar com grande número de pessoas que contribuíram das mais diversas formas para a conclusão deste trabalho.

Agradeço primeiramente ao prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva que desde a graduação acompanha minha trajetória acadêmica com paciência e compreensão. Seu conhecimento e necessário rigor teórico foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, garantindo coerência e consistência à dissertação.

Sou especialmente grato a minha mãe, Simone e ao meu pai, Emilio que nunca mediram esforços para prover o que fosse necessário para mim e que são base de minha formação, muito do que atingi hoje devo a vocês. À minha irmã Sara que sempre me apoiou. E, aos demais familiares pelo apoio e incentivo. Amo vocês.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos João Vitor, João Gustavo, Rafael, Lucas e Hugo que desde 2015 me proporcionam boas risadas. Aos camaradas Cecília, Luca, Lauro, Julio, Marco Antônio, Paloma, Carolina e Maria. À minha amiga Elisa, que mesmo distante geograficamente me acompanha há mais de uma década. Ao Guilherme e Ana. À Kerolyn pela ajuda com a formatação e carinho. A mesa dos professores “efetivos” da escola: Vitor, Lisandra, Ana Livia, Susan, Rodrigo, Roberto, Manuela e Roberta pelas fofocas e trocas pedagógicas. Agradeço também ao Giovanni e Pedro pela ajuda com o marxismo. Meu primo Lucas pela parceria desde pequeno. Além da Natália e Yan que tanto contribuíram no tempo em que moramos juntos. Ainda, agradeço meus alunos pelo carinho.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo fomento à pesquisa brasileira e pela concessão de recursos financeiros que tornaram possível este trabalho.

Ora, toda a disciplina que descuida de reelaborar o seu acervo teórico, ou que trabalha sem teoria ou com velhos preceitos, luta para manter o status quo, trabalha para prolongar o passado e para evitar que o futuro chegue (SANTOS, 1978, p. 44).

RESUMO

O presente trabalho aborda a trajetória e o legado do geógrafo francês Pierre George, que apesar de ter uma vasta produção bibliográfica traduzida para o português nas décadas de 1960 e 1970, permanece em grande parte desconhecido entre os geógrafos brasileiros. Sua trajetória vai além de mestre da Geografia Ativa, que contribuiu para a emergência da Geografia Crítica no Brasil, sua influência se estende para o estudo dos temas urbanos e da utilização de seus manuais das diferentes subáreas da Geografia que foram leitura obrigatória nos cursos pelo país. Pierre George viveu períodos de rupturas e transformações, notadamente entre as décadas de 1940 e 1970, quando questionamentos à geografia clássica francesa, a militância no Partido Comunista Francês, os impactos da Segunda Guerra Mundial e a emergência do *welfare state* no bojo da coexistência de dois modos de produção distintos, o capitalismo e o socialismo, moldaram suas abordagens. O que levou o autor a transitar entre diferentes tradições teóricas, passando pelo marxismo e outros enfoques. Esta dissertação se propõe a realizar uma análise epistemológica da Geografia de Pierre George, confrontando-a com o pensamento de Milton Santos. O objetivo é identificar os problemas de conhecimento e moral presentes na produção intelectual de George, além de explorar sua influência na Geografia brasileira e compreender os momentos de apropriação e ruptura de suas ideias pelos geógrafos brasileiros. A análise crítica de suas obras também enfoca os limites de seu marxismo, especialmente no que diz respeito à ausência de uma visão mais abrangente de totalidade e suas implicações nas reflexões sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento, imperialismo e luta de classes. Por fim, o texto confronta a abordagem geográfica de Pierre George com a "geografia crítica" de Milton Santos, buscando identificar continuidades e descontinuidades entre os dois autores. Coloca-se em relevo a visão da técnica entre Pierre George e Milton Santos, a fim de demonstrar a perspectiva um pouco estreita acerca da técnica presente no geógrafo francês.

Palavras-chave: Pierre George. epistemologia. Milton Santos.

ABSTRACT

This work addresses the trajectory and legacy of the French geographer Pierre George, who despite having an extensive bibliographic production translated into Portuguese in the 1960s and 1970s, remains largely unknown among Brazilian geographers. His trajectory goes beyond being a master of Active Geography, which contributed to the emergence of Critical Geography in Brazil. His influence extends to the study of urban themes and the use of his manuals in different subareas of Geography, which were mandatory readings in courses throughout the country. Pierre George experienced periods of ruptures and transformations, notably between the 1940s and 1970s, when his challenges against classical French geography, his involvement in the French Communist Party, the impacts of World War II, and the emergence of the welfare state within the coexistence of two distinct modes of production, capitalism and socialism, shaped George's approaches. This issues led the author to the transition between different theoretical traditions, including Marxism and other perspectives. This dissertation aims to perform an epistemological analysis of Pierre George's Geography, confronting it with the thoughts of Milton Santos. The objective is to identify knowledge and moral issues present in George's intellectual production, as well aims to explore his influence on Brazilian Geography and to understand the moments of appropriation and divergence of his ideas among Brazilian geographers. The critical analysis of his works also focuses on the limits of his Marxism, especially concerning the absence of a more comprehensive view of totality and its implications in reflections on development, underdevelopment, imperialism, and class struggle. Lastly, the text compares Pierre George's geographical approach with Milton Santos' "critical geography," seeking to identify continuities and discontinuities between the two authors. It highlights the perspective on technique between Pierre George and Milton Santos, demonstrating the somewhat narrow view of technique present in the French geographer's work.

Keywords: Pierre George. epistemology. Milton Santos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Obras analisadas	45.
-----------------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGB Associação dos Geógrafos Brasileiros
- CGT Confederação Geral do Trabalho (França)
- CNG Conselho Nacional de Geografia
- DATAR *Delegation Dámanagement Du Territorie*
- EUA Estados Unidos da América
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MEC Ministério da Educação
- MIT *Massachusetts Institute of Technology*
- PC Partido Comunista
- PCF Partido Comunista Francês
- SFIO Seção Francesa da Internacional Operária
- UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UGI União Geográfica Internacional
- UNE União Nacional dos Estudantes
- Upege União Paulista dos Estudantes de Geografia
- URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- USAID *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
- USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	Página
1.INTRODUÇÃO	15
PARTE I O PENSAMENTO DE PIERRE GEORGE E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL.....	25
2. OS PRIMEIROS PASSOS DE PIERRE GEORGE	25
2.1 NA SOMBRA DE PAUL VIDAL DE LA BLACHE.....	25
2.1.2 A geografia regional como herança da escola francesa de geografia	33
2.2 A MILITÂNCIA NO PCF E A APROXIMAÇÃO DO MARXISMO.....	37
2.3 A GEOGRAFIA FRANCESA SE MODERNIZA: O ABANDONO DA NOÇÃO DE GÊNERO DE VIDA E A INTRODUÇÃO DE NOVOS TEMAS.....	42
3 AS OBRAS DE PIERRE GEORGE	44
3.1 DO CAMPO À CIDADE	46
3.1.1 A Geografia agrícola do mundo	49
3.1.2 Geografia Urbana	53
3.2 TEORIA E MÉTODO DA GEOGRAFIA	54
3.2.1 A Ação do Homem.....	55
3.2.2 Os métodos da Geografia	56
3.3 LEITURAS DE MUNDO	58
3.3.1 Panorama do mundo atual	58
3.3.2 Geografia da U.R.S.S.....	61
3.3.3 Sociedades em mudança.....	63
3.4 GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA: UMA PROPOSTA DE INTERDISCIPLINARIDADE	68
3.4.1 Sociologia e Geografia	68
4 UM PENSAMENTO COESO?	70
4.1 É POSSÍVEL ENQUADRAR O PENSAMENTO DE PIERRE GEORGE?	70
4.2 AS PERMANÊNCIAS EM SUAS OBRAS	74
5 A GEOGRAFIA ATIVA.....	76
5.1 TEMPO HISTÓRICO DA GEOGRAFIA ATIVA: O AUGUE DA DEMOCRACIA MODERNA E DO WELFARE-STATE NO OCIDENTE	76
5.2 PROBLEMAS DE PESQUISA DA GEOGRAFIA ATIVA	82
5.2.1 Planejamento, Estado e sociedade-civil	82
5.2.2 Objetividade e planejamento racional, uma geografia positivista?	82

5.3 LIMITES TEÓRICO-POLÍTICOS: CONSTATAÇÃO DE PROBLEMAS, AUSÊNCIA DE SOLUÇÕES	87
PARTE II - A INFLUÊNCIA DE PIERRE GEORGE NO BRASIL.....	93
6 RECEPÇÃO NO BRASIL.....	93
6.1 O CONTEXTO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	93
6.2 PIERRE GEORGE VISITA O BRASIL	97
6.3 É POSSÍVEL FALAR EM DISCÍPULOS?	99
6.3.1 Roberto Lobato Corrêa.....	100
6.3.2 Armando Corrêa Da Silva	101
6.3.3 Pedro Pinchas Geiger	103
6.3.4 Pasquale Petrone.....	103
6.4 UMA ESCOLA GEORGEANA?.....	105
6.4.1 O caso do IBGE.....	105
7. RUPTURAS E CRÍTICAS: O CENÁRIO MUDA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.....	108
7.1 A GEOGRAFIA CRÍTICA BRASILEIRA TRIBUTÁRIA DA GEOGRAFIA ATIVA, MAS COM DESTINO DIFERENTE	112
7.2 MILTON SANTOS E O CAMINHO POR UMA GEOGRAFIA NOVA.....	115
8. ABORDAGENS SOBRE PIERRE GEORGE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO	119
8.1 AS LACUNAS	121
8.2 COLOCANDO OS PINGOS NOS IS: SABER RECONHECER OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA AVANÇAR NA TEORIA GEOGRÁFICA...	122
PARTE III – DIÁLOGOS ENTRE MILTON SANTOS E PIERRE GEORGE.....	127
9 O PROBLEMA DO CONHECIMENTO.....	127
9.1 A HERANÇA DO MARXISMO <i>DIAMAT</i>	127
9.2 O ECONOMICISMO	128
9.3 A VISÃO DA TÉCNICA	131
9.3.1 A técnica em Pierre George: uma visão utilitarista.....	131
9.3.2 Visão da técnica em Milton Santos	134
9.3.3 Gramsci e a técnica: crítica ao lorianismo	138
9.4 A ONTOLOGIA.....	139
10 O PROBLEMA MORAL.....	140

10.1 VIVER É TOMAR PARTIDO.....	140
10.1.1 Pierre George: da radicalidade ao conformismo.....	140
10.1.2 Milton Santos e o papel social do geógrafo	144
10.2 A LUTA DE CLASSES	147
10.2.1 A categoria socioprofissional	147
10.2.2 Luta de classes em Milton Santos.....	151
10.3 VISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	153
10.3.1 Eurocentrismo: o subdesenvolvimento como condição inerente dos países do Terceiro Mundo.....	155
10.3.2 A cura do subdesenvolvimento pela modernização.....	159
11 A GEOGRAFIA EM MOVIMENTO.....	163
11.1 A QUESTÃO DO SUJEITO E OBJETO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	163
11.2 TOTALIDADE: O PROBLEMA DO CONHECIMENTO E MORAL	165
11.3 POR UMA GEOGRAFIA MORAL.....	170
CONCLUSÃO.....	171
REFERÊNCIAS	176

1.INTRODUÇÃO

Sobre o pensamento geográfico brasileiro concordamos com Ruy Moreira (2015, p. 23), para quem “a matriz francesa é, no geral, nossa matriz originária”, uma vez que os geógrafos que contribuíram para fundar cursos universitários no Brasil eram aqueles de origem francesa. É o caso de Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, fundadores do curso de Geografia da Universidade de São Paulo – USP, que introduzem principalmente a Geografia Regional de Vidal de La Blache e seus discípulos. No final dos anos 1940 uma nova geração de geógrafos franceses ganha destaque promovendo uma renovação da disciplina, entre eles Pierre George (1909-2006). No Brasil é Pierre Monbeig que apresentará o jovem geógrafo em seus cursos e seminários.

Mesmo com vasta produção bibliográfica traduzida para o português nos anos 1960 e 1970, editada principalmente pela Difusão Europeia do Livro – DIFEL, e tendo sido recorrentemente referenciado nas teses e dissertações defendidas no departamento de Geografia da USP (VERDI, 2016; 2020), Pierre George segue um “ilustre desconhecido” (PEDROSA, 2013) dos geógrafos brasileiros.

Sua trajetória foi muito além de mestre da Geografia Ativa, aquela que foi uma das faíscas para a emergência da Geografia Crítica no país. Pierre George participou de congressos e promoveu cursos e conferências em universidades brasileiras e órgãos estatais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contribuiu para o estudo dos temas urbanos e seus manuais das diferentes subáreas da Geografia foram leitura obrigatória nos cursos Brasil a fora. Viveu momentos de rupturas e transformações que sem dúvida animaram os seus trabalhos, sobretudo entre as décadas 1940 e 1970, seja dos questionamentos à geografia clássica francesa às transformações do mundo causado pelos eventos da Segunda Guerra Mundial. A existência de dois modos de produção distintos, o socialismo e o capitalismo, e todas as consequências econômicas, sociais e culturais a eles relacionados não escaparam de sua análise. Nesse caminho integrou o Partido Comunista Francês, esboçou aproximações entre a Geografia e o marxismo, abandona o partido e também o materialismo histórico e se liga a outras tradições teóricas.

De tal modo, a máxima do Marquês de Vauvenargues, segundo a qual “é mais fácil dizer coisas novas do que pôr de acordo as que já foram ditas”, citada por Gramsci (2020, p. 119) no caderno 11 dos Cadernos do Cárcere, é uma provocação para o estudo da obra do geógrafo francês. Isto é, não propomos uma teoria nova, mas o resgate dos escritos do autor

para pôr de acordo o seu pensamento e compreender a influência que exerceu na Geografia brasileira. A pesquisa, porém, não se propõe a ser uma mera recuperação histórica do pensamento geográfico de Pierre George, mas também uma contribuição à discussão epistemológica da ciência geográfica na medida em que realiza uma problematização teórica a partir do diálogo de seus escritos com a produção de Milton Santos.

A relevância desta proposta reside numa investigação que pouco foi explorada na história do pensamento geográfico brasileiro, tanto em torno de uma biografia intelectual de Pierre George e a trajetória de rupturas e permanências de sua Geografia no Brasil. Bem como aquela de analisar o trabalho teórico de Milton Santos sob a ótica da filosofia da práxis, tão relegada pelo revisionismo atual. A proposição de confrontação entre Pierre George e Milton Santos pode, guardadas as devidas proporções, assemelhar-se àquilo que Antonio Gramsci apresenta como criar uma cultura, que não

significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2020, p. 96).

O esforço de difundir criticamente verdades já descobertas, não significa, portanto, afastar toda a herança do passado, mas saber acolher e reconhecer os valores instrumentais existentes na produção de Pierre George, com o intuito de serem elaborados e refinados – removendo o valor filosófico já caduco de uma tendência passada – a fim de construir, ou pelo menos, dar base para um novo conteúdo histórico-cultural. Para tal, ainda que de maneira marginal, é trazido para o debate geográfico o pensador italiano Antonio Gramsci, o qual contém ricas contribuições metodológicas que no mais das vezes são próprias das reflexões geográficas.

Entender e explicar a geografia de Pierre George e seu lugar na história do pensamento geográfico brasileiro passa por compreender qual era o mundo que nutriu sua produção intelectual, se há uma coerência no seu passado ou se é uma montagem de tópicos isolados, e o que deste pensamento permanece ou já caducou. Daí o interesse no delineamento de sua geografia em contraste com as proposições de Milton Santos, geógrafo mais próximo de nós.

O filósofo José Arthur Giannotti (2010, p. VI) diz que “os livros persistem porque continuam a responder a perguntas que continuamos a propor-lhes”. Porém, se há

“continuidade entre o pensar e a prática do repensar, não é por isso que se deve postular que formam um círculo fechado” (GIANNOTTI, 2010, p. VI). Questiona-se assim, o que os livros de Pierre George nos respondem e se é possível tratar o conjunto de sua obra como uma sinfonia acabada.

Compreender o contexto político-ideológico e as influências de formação de um autor como Pierre George é tarefa que põe um desafio temporal, uma vez que dedicou 70 anos de carreira à Geografia. Portanto, a primeira questão que se coloca em torno do procedimento de análise da pesquisa é a delimitação das obras de Pierre George, uma vez que “sua produção é extremamente ampla, que só nos *Annales de Géographie* envolve mais de 650 contribuições, um fator que dificulta a visão de conjunto de sua obra” (PEDROSA, 2013, p. 100). O apontamento sobre a vastidão da obra do geógrafo francês também está presente em Ruy Moreira (2015, p. 32), para quem Pierre George “é o geógrafo que talvez mais tenha escrito entre os clássicos (...)”; ele “escreveu e publicou ensaios e livros em praticamente todos os campos em que a Geografia se quebrou e se dividiu em seu tempo”.

São os trabalhos de Verdi (2016; 2020) que contribuem para um inicial delineamento das obras a serem abordadas. Em sua dissertação a autora analisou as teses e dissertações defendidas no Departamento de Geografia da USP entre 1964 e 1985, e, dos 218 trabalhos apresentados, 96 citam alguma obra de P. George. São elas:

Précis de géographie économique; Précis de géographie rurale; La campagne; Précis de géographie urbaine, L'action humaine; Les méthodes de la géographie; Aire métropolitaine, conurbation ou région industrielle? Le cas de São Paulo; La Géographie Active (todos com versões em francês e português); Géographie et Histoire; La ville, le fait urbaine a travers le monde e Dictionnaire de Géographie (apenas em edições francesas); e Conferências no Brasil e Geografia e Sociologia (publicado apenas em português) (VERDI, 2020, p. 10).

Assim, temos uma primeira seleção de obras que influenciaram a geografia brasileira. De pronto excluímos da pesquisa as obras sem tradução para o português pela dificuldade de consulta destes exemplares. Desse modo, foram selecionados apenas livros com edição brasileira, realizando-se também um filtro arbitrário pela temática relacionada ao escopo da presente pesquisa, excluindo obras como *Précis de géographie rurale* e *Aire métropolitaine, conurbation ou région industrielle? Le cas de São Paulo*.

Dos livros supracitados foram selecionados os seguintes: *Précis de géographie économique* (Geografia Econômica; GEORGE, 1980), *Précis de géographie urbaine* (Geografia Urbana; GEORGE, 1983), *L'action humaine* (A Ação Humana; GEORGE, s/d), *Les méthodes de la géographie* (Os métodos da Geografia; GEORGE, 1972), *La Géographie*

Active (A Geografia Ativa; GEORGE *et al*, 1968), Conferências no Brasil (GEORGE, 1970b) e Geografia e Sociologia (GEORGE, 1969).

Somam-se a estes exemplares mais três livros que não foram citados no período estudado por Verdi, *Geografia Agrícola do Mundo* de 1946 (GEORGE, 1978), *Geografia da URSS* de 1963 (GEORGE, 1970), *Panorama do Mundo Atual* de 1963 (GEORGE, 1979), *Visita de Mestres Franceses* (GEORGE, 1963) publicado pelo IBGE em 1963 com conferências realizadas por P. George e Jean Tricart no Brasil e *Sociedades em Mudança*, lançado em 1980 e publicado pela Zahar Editores no Brasil em 1982 (GEORGE, 1982). Por meio destas obras busca-se compreender a visão acerca das experiências socialistas (*Geografia da URSS* e *Panorama do Mundo Atual*), da análise do espaço rural (*Geografia Agrícola do Mundo*) e a participação direta do geógrafo francês na Geografia brasileira (*Visita de Mestres Franceses*), além pensamento tardio de George com a última obra publicada no Brasil (*Sociedades em Mudança*). Assim, realizamos um recorte que abrange sua produção desde os anos de 1930 até a década de 1980.

A partir destas fontes primárias é que se parte para o exercício de inferir a orientação teórica de Pierre George, sua concepção de Geografia e posicionamentos sobre diferentes temas. Por meio de fontes secundárias, obras escritas por outros autores sobre o geógrafo francês, analisar-se-ão as reminiscências e as diferentes abordagens de seu pensamento na geografia brasileira. Observou-se a existência de poucas fontes secundárias em português entre as décadas de 1980 e 2000, por outro lado, a partir da metade da década de 2010 houve um resgate do estudo sobre o autor. Além disso, entrevistas de outros geógrafos contribuem para entender a influência que exerceu na formação destes intelectuais.

Compreende-se que há uma zona de penumbra entre a história daquilo que ficou cristalizado nas páginas dos livros e a memória do autor, como sua conduta e concepção de mundo. Faltam documentos em português que ponham às claras os posicionamentos políticos do geógrafo, de ações que desempenhou no tempo em que militou no Partido Comunista Francês, bem como as razões de sua saída. Ainda: como se operou a mudança de orientação teórica do autor? São elementos de memória que aqui buscam ser reconstruídas.

Escrever sobre o passado não é uma tarefa inocente, sobretudo se se parte do princípio de que “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”, para lembrar dos fundadores do materialismo dialético. A história, sendo contada por grupos sociais, leva à seleção consciente e inconsciente de diferentes interpretações e distorções dos fenômenos ou das memórias e escritos do autor que se estudará. Ou seja, passa por

compreender que os pesquisadores “estão presos a preconceitos e não podem se livrar deles”, uma vez que “as pessoas são seres históricos e pertencem a uma tradição particular” (UEMORI, 2006, p. 133). Deve-se, no entanto, ter cuidado ao usar o contexto e recuperar uma “intenção original” do autor, uma vez que cada análise é feita de acordo com concepções de determinada cultura e tempo histórico.

Assim, no estudo da formação de um autor e sua obra pode-se partir da pesquisa dos textos e pensadores que o influenciaram. A respeito deste método, Losurdo (2011, p. 144) observa que “é possível aproximar-se com visões hermenêuticas diversas e até opostas” advertindo que “o resultado é vagamente tautológico: descobre-se que um determinado autor, em um determinado tempo, foi influenciado pela cultura do próprio tempo”. Constatando que se trata, no mínimo, “de um procedimento intrinsecamente reducionista, que termina por reconduzir em grande parte o novo ao velho” (LOSURDO, 2011, p. 144). Como proceder então?

A historiadora Anita Prestes (2015, p. 16), no livro biográfico de Luiz Carlos Prestes, indica um primeiro procedimento: “a biografia deve retratar a época em que viveu e atuou o personagem estudado, procurando explicar seu interagir com o contexto histórico. O homem é fruto do meio social, mas também age permanentemente sobre ele, transformando-o”. Tal procedimento é encontrado também em Losurdo quando reconstrói o processo de formação político e intelectual de Antonio Gramsci, insistindo que para compreender um autor é preciso conhecer o contexto histórico, político e cultural de sua época. Contrapondo-se à mera pesquisa dos textos que o influenciaram, Losurdo (2011, pp. 144-145) considera mais proveitosa

uma aproximação diferente, que chama preliminarmente a atenção para os problemas concretos postos e impostos pelo tempo histórico [...] para examinar depois as respostas, fornecidas naturalmente a partir da biografia intelectual do autor em questão e dos elementos culturais que o tempo histórico coloca à sua disposição (LOSURDO, 2011, pp. 144-145).

A esse apontamento de Anita Prestes e Domenico Losurdo com o cuidado de analisar o tempo histórico do autor estudado, soma-se uma preocupação apresentada por Hobsbawm (2014, p. 17) quando insiste que nesse processo “partimos dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação, até mesmo da tendência a reler o passado nos nossos termos, a ver o que ele nos preparou para discernir apenas o que nossa perspectiva nos permite reconhecer”. Assim, para entender como o passado se tornou presente, é preciso cuidado para não sermos

anacrônicos em relação ao passado, sendo que “o maior obstáculo para tanto é o fato de este não ser igual ao presente” (HOBSBAWM, 2014, p. 23).

Em suma, o confronto entre os autores deve ser mediado pelo debate que “se desenvolve sobre o nexos existente entre elaborações teóricas daqueles intelectuais e os grandes problemas políticos e sociais da época” (LOSURDO, 2011, p. 145). É assim que procede Gramsci, um autor que, como lembra Losurdo (2011, p. 146), “ao analisar qualquer filósofo, junto com o pensamento, indaga contemporaneamente o tempo histórico, as tendências políticas e sociais que se exprimem nele de modo mais ou menos mediado”.

Neste sentido, conclui Losurdo (2011, p. 256), “o enunciado de Gramsci é um critério metodológico muito fecundo e pode ser aplicado não apenas à história das ideias, mas também à realidade político-social”, uma vez que

os diversos e opostos sistemas ideológicos e político-sociais não podem ser analisados separadamente, prescindindo das relações múltiplas de confiança, de condicionamento e de influência recíproca que exercitam um sobre o outro [...] Trata-se ao contrário de nunca perder o quadro histórico unitário e as condições concretas em que ele se desenvolve.

Porém, se não quisermos repetir a mesma tautologia criticada pelos autores supracitados precisamos ir além da correta contextualização histórica e incorporar a categoria de “excedência teórica” (Silva, 2023, p. 110). Esta categoria formulada por Losurdo, segundo Silva (2023, p. 111), visa a “apreender a diferença entre ‘expressão’ e ‘conceito’”, evitando que a “dialética entre ‘História’ e ‘Lógica’ se perca no entendimento de que a segunda é apenas uma ‘emanação imediata’ da primeira”. Por meio dela é possível “reter a história não como simples – abstrata – ‘mediação’, mas precisamente a partir de uma ‘perspectiva de longa duração’” (SILVA, 2023, p. 111). Ou seja, quando se investiga profundamente os acontecimentos não devemos “jamais reduzi-los a seu imediatismo”, como adverte Losurdo (2018, p. 207), anotando que “cada simples acontecimento é inserido numa perspectiva de longo prazo”.

Não se trata, portanto, de identificar apenas o tempo histórico de Pierre George, mas também a leitura do geógrafo francês a respeito das “conceitualizações” e “sistemas filosóficos aparentemente mais ‘abstratos’” (LOSURDO, 2018, p. 207). O que significa interligar o contexto histórico com o significado lógico e epistemológico das categorias utilizadas por este autor. Dessa forma, para Losurdo (2018, p. 207), é possível adquirir “profundidade histórica e teórica” onde “política, lógica (epistemologia) e história entrelaçam-se estreitamente”. Um paralelo à questão da excedência teórica pensamos ser a

distinção que Milton Santos (2012, p. 266) apresenta entre um “problema de conhecimento” e um “problema moral”.

Vale partir aqui de uma lição de Antonio Carlos Robert Moraes (1988, p. 43-44), que consiste em “buscar apreender a relação geografia-ideologia em quadros históricos concretos”, relação capaz de fornecer um “instrumental teórico previamente ordenado”. Ou seja, para compreender o autor que aqui tomamos por objeto, precisamos retomar as condições da realidade da época em que ele atuou profissionalmente e estar munidos da teoria geográfica do seu tempo, mas também das condições ideológicas desse contexto.

De tal modo, compreendemos ser essencial nesta pesquisa compreender a posição de Pierre George ante à categoria de classes sociais e ao desenvolvimento histórico que concebe esta categoria como realidade inamovível. Para Michael Löwy os intelectuais são “relativamente autônomos em relação às classes sociais”, mas essa “flutuação é um estado temporário’ no campo da luta de classes. O indivíduo de uma classe pode ser ideólogo de outra ou, ainda, ser solidário com ela, mas cedo ou tarde ele terá de decidir entre uma classe ou outra” (UEMORI, 2006, p. 129).

A relação do indivíduo com as classes sociais é analisada por Lukács (2015) no texto intitulado *Marx e o problema da decadência ideológica*. Segundo o autor “o contraste em questão” não diz respeito “apenas aquele que ocorre entre burguesia e proletariado, mas algo que se revela como contradição interna no seio de cada uma das duas classes” (Lukács, 2015, p. 117). Assim, “as condições necessárias para que essa ruptura ocorra dependem de como o indivíduo encara as contradições de sua época” ou seja, “trata-se, em primeiro lugar, de um **‘problema intelectual e moral’**; e, em segundo lugar, depende de cada atividade” do intelectual (UEMORI, 2006, p. 129, grifos nossos).

Para conduzir tal ruptura com a burguesia e assumir a posição do proletariado é necessária:

A aberta adesão ao materialismo filosófico; o reconhecimento da teoria da mais-valia, com todas suas implicações, em economia; uma concepção da história que veja na luta de classes a força motriz do desenvolvimento e no capitalismo uma forma social transitória etc. (Lukács, 2015, p. 119).

Para Losurdo (2011, p. 30), Gramsci, ao criticar Croce e Gentile, realiza “uma *Aufhebung*, uma superação que, longe de ser sinônimo de liquidação sumária, implica como momento essencial a assunção de uma herança”. Assim busca-se operar em relação a Pierre George, realizando uma superação em chave positiva de sua obra, que nas palavras do próprio

Gramsci (2020, p. 123-124) passa por “ser justo com os adversários, no sentido de que é necessário esforçar-se para compreender o que eles realmente quiseram dizer, e não se fixar maliciosamente nos significados superficiais e imediatos das suas expressões”.

Portanto, a pesquisa não deixa de ser uma tentativa de traçar uma biografia intelectual do geógrafo francês, na qual se busca investigar a continuidade e a descontinuidade de seu pensamento, bem como de suas posições políticas diante de uma geografia engajada, pois cabe também abordar a visão de P. George em torno do socialismo. Como afirmou Gramsci, “não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos” (GRAMSCI, 2020, p. 97).

Isto é, nos interessa investigar na pesquisa o contexto histórico do geógrafo francês, a história política e a sua excedência teórica, já que este foi um sujeito político que se envolveu na luta contra o nazifascismo durante a Segunda Guerra, que cerrou fileiras no Partido Comunista Francês, que atuou em órgãos governamentais da França e tomou posições políticas em diferentes âmbitos.

Esse texto integra a tradição gramsciana de tomar o “cuidado de detectar as especificidades históricas que determinaram o comportamento dos intelectuais em relação às classes dominantes” (UEMORI, 2006, p. 124). Nesse sentido a investigação do pensamento de P. George faz parte daquilo que Gramsci (2020, p. 325) chama de história da filosofia, uma

história das tentativas e das iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções do mundo existentes em todas as épocas determinadas e para mudar, portanto, as normas de conduta que lhes são relativas e adequadas, ou seja, para mudar a atividade prática em seu conjunto.

Ou seja, entender que a visão do geógrafo francês correspondia à concepção de mundo de uma época passada, sendo resultado “de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: neste sentido, história e filosofia são inseparáveis, formam um ‘bloco’” (GRAMSCI, 2020, p. 326), noção que é fundamental para não julgar todo o passado filosófico como um delírio e uma loucura. Fato que para Gramsci (2020, p. 135)

não é apenas um erro de anti-historicismo, já que contém a anacrônica pretensão de que no passado se devesse pensar como hoje, mas é um verdadeiro resíduo de metafísica, já que supõe um pensamento dogmático válido em todos os tempos e em todos os países, através do qual se julga todo o passado.

Outro apontamento metodológico de Gramsci (2020, p. 135) caro a esta pesquisa é o de que mesmo que se tenha superado determinados sistemas filosóficos, isso “não exclui a

possibilidade de terem sido válidos historicamente e de terem desempenhado uma função necessária: sua caducidade deve ser considerada do ponto de vista do desenvolvimento histórico global e da dialética real”. Por isso, pretende-se fazer uma análise equilibrada da geografia de Pierre George, compreendendo seu valor instrumental e funções que desempenhou no revigoramento do debate geográfico e a partir de qual momento essa geografia passou a caducar. Recorrendo novamente ao filósofo sardo que nos demonstra o procedimento honesto no campo do debate científico:

Na colocação dos problemas histórico-críticos, não se deve conceber a discussão científica como um processo judiciário, no qual há um réu e um promotor, que deve demonstrar, por obrigação de ofício, que o réu é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais ‘avançado’ quem se coloca do ponto de vista de que o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como momento subordinado, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, em alguns casos, o do pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista ‘crítico’, o único fecundo na pesquisa científica (GRAMSCI, 2020, p. 333).

Neste sentido, tratar da reconstrução histórica de outra época, como adverte Eric Hobsbawm (2014, p. 19), “exige desmistificação”, e isto “precisamente porque nós [...] não vivemos mais nela, mas não sabemos quanto dela ainda vive em nós”. Mas desmistificar outra época histórica “não quer dizer que ela precise ser desmascarada ou denunciada” (Hobsbawm, 2014, p. 19). Num momento em que não raro se incentiva a volta aos clássicos, às vezes em busca de respostas mágicas, entendemos que o tema da desmistificação, tal como o propôs o historiador inglês, é de suma importância. Certamente, cada autor a quem se atribui o título de clássico logrou contribuições importantes para o desenvolvimento da ciência geográfica e influenciou autores de sua época e daquelas que se seguiram. Assim é que abordar o pensamento de Pierre George, buscando desmistificar sua contribuição, não equivale fazer tábula rasa de sua trajetória intelectual. Trata-se, antes, de analisar e compreender as qualidades e limites de seus escritos.

Na reconstrução do pensamento do geógrafo francês nos deparamos com a mesma dificuldade constatada por Verdi (2020, p.5), qual seja, a de que Pierre George “raramente explicita os seus pressupostos epistemológicos e metodológicos”. O que se verifica em suas obras é que ela traz escassas referências e pouco dialoga com outros autores. Ainda assim, com atenção filológica e a metodologia aqui exposta é possível estabelecer determinadas associações teóricas e procedimentos metodológicos que o autor realiza.

Por meio disso é que se espera alcançar o objetivo geral: o de problematizar epistemologicamente, a partir do estudo filológico e da confrontação teórica com o pensamento de Milton Santos, a Geografia de Pierre George identificando os problemas de conhecimento e moral em sua produção intelectual. Ainda, como se deu a recepção de suas obras na Geografia brasileira. Assim, a primeira parte do presente trabalho corresponde a um esforço de apreender o núcleo teórico das obras escolhidas de Pierre George e sua relação com a trajetória político-ideológica do autor.

A partir disso delineiam-se os objetivos específicos, que consistem em investigar a influência que Pierre George exerceu na Geografia brasileira, distinguindo os momentos de apropriação e ruptura de seu pensamento pelos geógrafos brasileiros. Tema da segunda parte do trabalho.

Inquieta-nos a falta de uma análise mais aprofundada sobre os problemas do marxismo encontrados nas propostas e produção do geógrafo francês, que de acordo com Moraes e Costa (1987, p. 41) “ainda se encontra por fazer”. Portanto, na terceira parte explorar-se-ão os limites do marxismo de Pierre George, apontando a ausência de totalidade e suas implicações na reflexão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, o imperialismo, e a posição que toma diante da luta de classes.

Finaliza-se a terceira parte com o confronto da Geografia de Pierre George com aquela que emerge pela pena de Milton Santos a partir dos anos setenta, por ele mesmo chamada de “geografia crítica”, uma “geografia orientada para uma problemática social mais ampla e mais construtiva” (Santos, 2008, p. 21). O confronto entre os dois autores, mas também seus respectivos contextos e posições político-ideológicas, objetiva identificar continuidade e discontinuidades – dito de outro modo, linhas evolutivas simples ou rupturas no interior dessas linhas –, capazes de iluminar a discussão sobre os progressos em direção de uma geografia “orientada pela problemática social”. Compara-se a visão da técnica de Pierre George e de Milton Santos, demonstrando a perspectiva reducionista da técnica presente no geógrafo francês.

PARTE I

O PENSAMENTO DE PIERRE GEORGE E SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELLECTUAL

2. OS PRIMEIROS PASSOS DE PIERRE GEORGE

Quando Pierre George nasceu em 11 de outubro de 1909, em Paris, findava-se na Europa um período de estabilidade política que durara de 1875 a 1914. No período em que se licencia em História e Geografia, em 1930, e leciona na academia militar de La Flèche (1930 – 1935), nos Liceus de Montpellier (1935 – 1936), Carlos Magno (1936 – 1941) e Lakanal (1941-1946), os tempos haviam mudado radicalmente. George inicia sua carreira num momento histórico dramático, da emergência do nazifascismo e da agitação que se segue com a Segunda Guerra Mundial, contexto no qual se envolverá com a Resistência do *front populaire* e com o Partido Comunista Francês, resultando numa aproximação com o marxismo. As profundas transformações na ordem social serão sentidas também na geografia francesa, que a partir dos anos 1940 busca novos rumos que a distanciam vagarosamente da Geografia de Paul Vidal de La Blache. É nesse cenário que Pierre George torna-se docente na Universidade de Lille (1946 – 1948), e, em seguida, na Sorbonne (1948 – 1953), onde foi introduzido por André Cholley.

No bojo das profundas transformações vividas no intervalo das duas guerras mundiais e dos acontecimentos que se seguem logo depois, com o início da Guerra Fria, é que buscamos compreender como este contexto influenciou os primeiros passos da trajetória de Pierre George. Para tanto, este primeiro capítulo explorará a influência de La Blache na Geografia francesa do início do século XX e suas consequências na produção geográfica de George. Em seguida, iremos abordar a aproximação do geógrafo francês com a militância no PCF e o contato com o marxismo, este marcado por limites próprios da realidade política e intelectual do movimento comunista da época. Por fim, trataremos da modernização da geografia francesa e da introdução de novos temas de debate e do papel que George exerce nesse cenário.

2.1 NA SOMBRA DE PAUL VIDAL DE LA BLACHE

Quando Paul Vidal de La Blache faleceu, Pierre George tinha 7 anos de idade. Esta diferença geracional, porém, não impediu que George e tantos outros geógrafos de sua época

fossem influenciados por La Blache. Consolidada, a geografia francesa no início do século XX se apresenta como a mais influente escola do Ocidente, posto que mantém por toda primeira metade do século XX, quando aproximadamente se encerra a fase da chamada geografia vidaliana¹. Esta geografia francesa era tributária direta de La Blache, e seguia viva por meio de seus discípulos: A. Demangeon, Max Sorre, R. Blanchard e Emmanuel De Martonne, que segundo Mamigonian (2003) comandou a geografia francesa até a Segunda Guerra Mundial.

Tentando diminuir a ênfase que geralmente se põe na orientação regional da geografia vidaliana, Berdoulay lembrou que ela também se ocupou de escalas mais amplas, como por exemplo o engajamento na “organização” da “nova ordem mundial” que emerge da Primeira Guerra, preparando-se para atuar nas “decisões tomadas pelos negociadores dos tratados internacionais”, sobretudo “em matéria de delimitação de fronteiras” e até de “uma organização voltada para a cooperação geográfica internacional” (BERDOULAY, 2017, p. 241-2). Não obstante, é um fato que todos os discípulos defenderam teses regionais na tradição lablacheana.

A tese de Pierre George *La Région du Bas-Rhône, étude de géographie régionale*, orientada por André Cholley (este por sua vez orientado por Emm. De Martonne) e defendida em 1934, também seguirá o modelo das monografias regionais clássicas da geografia francesa. Além da geografia regional, outras influências de Paul Vidal de La Blache aparecem na geografia de Pierre George, como é possível perceber no uso do termo habitat, do método empírico e descritivo, e das reflexões acerca do possibilismo. A noção de gênero de vida também aparece em P. George, todavia de maneira restrita, como veremos adiante.

Antes de continuarmos a discussão destas influências, cabe abordar brevemente o contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, na qual se insere a produção geográfica de La Blache. Isto permitirá compreender melhor os temas que serão caros ao autor sob análise e os diálogos que realiza com a conjuntura de sua época.

Para Hobsbawm (2014, p. 511), o século XIX “criou a economia mundial capitalista moderna”, caracterizado como “a era europeia da história mundial”. Sendo marcada pela repartição do mundo entre um pequeno número de Estados, que “foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em ‘avançados’ e ‘atrasados’”. Entre 1876 e 1915, auge do imperialismo, “cerca de um quarto da superfície continental do

¹ Na periodização de Vincent Berdoulay, a geografia vidaliana corresponde à “geografia produzida por Vidal e por aqueles que o tiveram como mestre e escreveram o essencial de sua obra, antes da Segunda Guerra Mundial” (BERDOULAY, 2017, p. 246).

globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados” (HOBSBAWM, 2014, p. 97). Nesse ínterim a França aumentou seus territórios em cerca de 9 milhões de quilômetros quadrados. Tal “expansão econômica ultramarina e a exploração do mundo ultramarino foram cruciais para os países capitalistas” (HOBSBAWM, 2014, p. 100).

O célebre historiador inglês reconhece que a “divisão do globo tinha uma dimensão econômica”, contudo, “demonstrá-lo não é explicar tudo sobre o período do imperialismo”, havia também a influência de “apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial” (HOBSBAWM, 2014, p. 101). La Blache incorpora estes apelos, sendo ele próprio um ideólogo das aspirações imperialistas francesas e representante do Estado francês em assuntos internacionais, marcado pelo discurso de missão civilizatória de forte cunho racial².

Podemos resumir a época em que Vidal escreve como aquela caracterizada pela

criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (HOBSBAWM, 2014, p. 102).

Estes fenômenos não escapam à atenção de La Blache como demonstram a seguintes passagens:

O poder da produção caminhou paralelamente ao do transporte. Se, no mundo de hoje [1910], extrai-se quase cinco vezes mais carvão e ferro que em 1870 e se produz três vezes mais algodão e trigo (entre outros), que seria esse peso morto sem a circulação que dele se apossa? Há, entre os progressos de um e de outro, uma correspondência natural: a rede férrea triplicou, o tráfico marítimo quase quadruplicou no mesmo período (LA BLACHE, 1910, p. 253).

Esses progressos são o resultado geográfico de múltiplas causas, no fundo das quais encontra-se a revolução efetuada pelos transportes. Muitos recursos do solo permaneciam inúteis, energias latentes esperavam apenas este sinal para emergir. A cidade que chamarei regional promove tudo isso, se ela estiver à altura de seu papel. Ela é o núcleo no qual se acumula a força de impulsão. É pela atração que ela exerce em torno de si que se mede a extensão da região que lhe deve ser atribuída. Assim submetidas, como todas as coisas, às leis da evolução, as divisões regionais se desfazem e se recriam seguindo as mudanças produzidas nas relações entre os homens (LA BLACHE, 1911, p. 285).

La Blache (1898, p. 416) entende que “os fatos da geografia política não são entidades fixas”, enquanto “cidades e Estados representam formas que já evoluíram até chegar ao ponto em que as apreendemos, e talvez ainda estejam evoluindo”, concluindo que “é preciso assim considerá-las como fatos em movimento”.

² Sobre a vinculação de La Blache com o imperialismo promovido pelo Estado francês e a visão racial do autor consultar os trabalhos de Campos (2015), Rocha (2018), Barreto (2019) e Cirqueira (2020).

Porém, cabe pontuar que o “movimento” de Vidal de La Blache não é aquele movimento dialético que aparece em Marx e Engels desde pelo menos a publicação do Manifesto Comunista de 1848, em que a evolução caminha para formas superiores de relações de produção.

A rigor, nas obras mais antigas de La Blache prevalece o interesse pelos estudos do meio rural, ao passo que em suas obras tardias podemos encontrar reflexões sobre as mudanças ocorridas na virada do século XIX para o XX, notadamente da revolução dos transportes e urbanização. Porém, em nenhum dos casos a dialética marxista, herdeira direta da hegeliana “‘realidade’ em sentido forte” que se contrapõe à simples “‘mediatez empírica” (LOSURDO, 1998, p. 57)³, se faz presente.

A predominância dos estudos rurais pode ser explicada pela persistência de uma economia agrícola camponesa e lento crescimento econômico que marca a França do século XIX e início do século XX. Como afirma Armem Mamigonian (2003, p. 24)

no início do século XX, quando foram realizadas as pesquisas regionais dos discípulos de Vidal, a França era fortemente camponesa, mas as relações feudais estavam enterradas desde a Revolução Francesa e desde então a economia capitalista passou a comandar o país e principalmente a economia camponesa.

Ainda que a população rural predomine, há um processo de urbanização em curso na França, onde a população urbana passa de 8,8% em 1800 para 14,5% em 1850, atingindo 25,9% em 1890. No mesmo período o número de cidades com mais de 10.000 habitantes passou de 78 em 1800, para 165 em 1850 até chegar ao final do século XIX com 232 cidades com uma população maior que 10.000 habitantes (HOBSBAWN, 2014, p. 516).

Para La Blache a indústria exerceu papel importante no desenvolvimento das cidades, apresentando-se como força criadora de “viveiros urbanos” (LA BLACHE, 1910, p. 253). Dirá o autor que é na indústria “que as novas formas de trabalho são mais bem sintetizadas”, mas que “a mesma evolução se passa na agricultura”. Ou seja, “a preocupação em vender e escoar seus produtos não se impõe menos ao agricultor que ao industrial” (LA BLACHE, 1910, p. 254). Percebe-se, portanto, a atenção às transformações dos transportes e da produção e novas relações sociais e espaciais que se estabelecem com o desenvolvimento do capitalismo, onde os produtos agrícolas “já não são mais exclusivamente destinados a ser consumidos no próprio local de produção; é necessário também que ascendam aos grandes

³ Losurdo nota, todavia, remetendo aos estudos que Lenin fez de Hegel, que a imediatez empírica não é um nada, “não é o não ser”. Ela corresponde “a uma realidade em sentido tático”, enquanto a realidade em sentido forte é “realidade estratégica”, ligada à “tendência de fundo” do processo histórico (LOSURDO, 1998, p. 59)

mercados e que aí criem, por uma reconhecida superioridade, seu espaço” (LA BLACHE, 1910, p. 254).

Não há dúvida, La Blache insiste no papel da cidade como vetor de transformação espacial: “cidades e estradas são as grandes pioneiras da unidade – elas criam a solidariedade das regiões [contrées]”, concluindo que “é a cidade que, pelo crédito, pelo mercado e pelas saídas que abre, fornece a substância das quais elas [regiões] vivem” (LA BLACHE, 1910, p. 264).

Daí que, no caminho das reflexões feitas por La Blache e sua influência na construção da geografia francesa, Lacoste (2012, p. 101) pondere que “não se pode compreender a influência exercida pelo pensamento de Vidal de La Blache se teirmos em só considerar os efeitos negativos”, é preciso “sublinhar seus aspectos positivos, pois são esses que tornaram possível, em grande parte, seu papel preponderante até uma época recente”. De fato, na esteira das contribuições dadas por La Blache, Lacoste (2012, p. 101) destaca que foi ele quem

mostrou como as paisagens de uma região são o resultado das superposições, ao longo da história, das influências humanas e dos dados naturais. As paisagens que ele esmiúça e analisa são, essencialmente, uma herança histórica. Por causa disso, Vidal de La Blache combate com vigor a tese ‘determinista’ segundo a qual os ‘dados naturais’ (ou um dentre eles) exercem uma influência direta e determinante sobre os ‘fatos humanos’ e ele dá um papel importante à história, para captar as relações entre os homens e os ‘fatos físicos’.

Também na definição do campo de trabalho e objeto de estudo da geografia encontramos contribuições de La Blache, sobretudo na busca de leis e princípios gerais visando garantir à geografia lugar de disciplina científica. Para tanto estabeleceu:

a unidade dos fenômenos terrestres; a combinação variável desses fenômenos; o laço entre a Geografia e todos os fenômenos da superfície da Terra; o reconhecimento da influência do meio e sua relação com o homem; na necessidade de um método científico para definir e classificar os fenômenos; e o reconhecimento da importância do papel do homem na modelagem do meio geográfico (SODRÉ, 1989, p. 86-87).

Mas uma característica marcante da escola francesa de geografia foi a de enfatizar “os estudos regionais, que procuraram decifrar as relações entre os homens e as condições naturais, numa visão kantiana de mútuas influências” (MAMIGONIAN, 2003, p. 23).

La Blache sustenta a tradição geográfica de Humboldt e Ritter da unidade terrestre, orientada por “uma visão geral do globo” (LA BLACHE, 1913, p. 38), mostrando-se uma ideia comum “a todas as ciências que tocam a física terrestre, assim como às que estudam a repartição da vida” (LA BLACHE, 1913, p. 39). O que irá diferenciar a geografia das outras

ciências é qual combinação dos fenômenos estuda, tendo como “missão especial procurar como as leis físicas ou biológicas, que regem o globo, se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície” (LA BLACHE, 1913, p. 39).

Para o autor “a ideia de que a Terra é um todo, no qual as partes estão coordenadas, proporciona à Geografia um princípio de método cuja fecundidade aparece melhor à medida que se amplia a sua aplicação” (LA BLACHE, 1896, p. 47). Se “nada existe isoladamente no organismo terrestre”, é necessário seguir que o geógrafo tenha uma visão de conjunto. Como aponta La Blache, “qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. Um elemento geral se introduz em todo o estudo local” (LA BLACHE, 1896, p. 47).

A partir dessas reflexões La Blache apresenta a noção da unidade terrestre, levando a ideia de que “cada área age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela” (LA BLACHE, 1896, p. 48). Herança tributária de Varenus reconhecendo que em suas obras há “um amplo sentido da conexão dos fenômenos terrestres” (LA BLACHE, 1896, p. 54)

O objeto da ciência geográfica segundo Varenus tem caráter duplo: “há uma geografia geral – quase totalmente negligenciada ainda hoje – e uma especial”. A primeira “considera a Terra em seu conjunto, explicando as diferentes partes e os fenômenos gerais” (LA BLACHE, 1896, p. 54), a segunda, “*guiando-se sobre as regras gerais*, estuda cada área etc” (LA BLACHE, 1896, p. 54-55). Vidal está de acordo com Varenus para quem seu tratado (*Géographie Générale*, 1650) “contribuiu muito para fixar o pensamento geográfico” (LA BLACHE, 1896, p. 55). La Blache, a partir dessa influência, conclui que a unidade íntima da geografia geral e da geografia especial é dada pela “relação entre as leis gerais e as descrições particulares, que são a sua aplicação” (LA BLACHE, 1896, p. 55).

No mesmo texto Vidal reforça essa visão de analisar o “detalhe” por meio do conjunto, que é capaz de explicá-lo: “os agrupamentos parciais, por regiões ou partes do mundo, têm seu sentido e sua razão de ser, mas refletem apenas de modo imperfeito a única unidade de ordem superior que tem uma existência sem fracionamento nem restrição” (LA BLACHE, 1896, p. 64).

Porém, toda essa formulação, se filosoficamente remete à noção das “mútuas influências” que se apresenta em Kant, não chega, como antes assinalamos, a conceber o processo histórico a partir da dialética hegeliana que chega a Marx, ou seja, a partir da dimensão estratégica da realidade. La Blache foca por demasiado na descrição desses elementos, fragilizando a ideia de unidade terrestre, tal como poderia emergir da dialética

histórica. O método descritivo tem para La Blache (1913, p. 45) um “papel capital”, daí caracterizar a ciência geográfica como “essencialmente descritiva”. Como afirma:

Não seguramente que renuncie à explicação: o estudo das relações dos fenômenos, de seu encadeamento e de sua evolução, são também caminhos que levam a ela. Mas esse objeto mesmo a obriga, mais que em outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo (LA BLACHE, 1913, p. 45).

O método descritivo e empírico também se manifesta no estudo do gênero de vida, categoria central em sua formulação. É quando direciona a atenção “aos meios de alimentação, vestuário, habitação, instrumentos, armas; numa palavra, sobre o conjunto de objetos no qual se exprimem os hábitos, as disposições e as preferências de cada grupo” (LA BLACHE, 1902, p. 86).

A noção de gênero de vida se relaciona estreitamente com o *habitat*, que é o estudo das influências diretas que o solo exerce sobre determinado local. La Blache (1904, p. 237) define o *habitat* como

o modo pelo qual se reúnem os estabelecimentos humanos. Não se tem realmente razão, quando se viaja, de observar apenas as cidades. Certamente que elas têm seu interesse. Porém, se quisermos levar em consideração as influências diretas do solo, é nos menores agrupamentos, aldeias, fazendas, pequenas casas agrícolas e chalés alpinos que convém observá-las.

Com efeito, para Vidal de La Blache, “a geografia humana é essencialmente o estudo das formas de *habitat*, a repartição espacial da população” (LACOSTE, 2012, p. 102). Nas palavras de Lacoste (2012, p. 102), esta concepção, “que apreende o homem na sua condição de habitante de certos lugares, coloca, de fato, o estudo dos ‘fatos humanos’ na dependência da análise dos fatos físicos”, de tal maneira que “os quadros espaciais, os lugares são essencialmente concebidos como quadros físicos” a rigor “‘espaços naturais’, ‘meios geográficos’, ‘regiões naturais’ ou delimitados por dados naturais”⁴.

Dessa herança vidaliana observa-se em Pierre George a absorção do método empírico-descritivo característico da geografia regional, bem como a penetração da ideia de gênero de vida, que em seus moldes clássicos será abandonada, mas repaginada sob a ideia de civilização. E ainda o uso do termo *habitat* é recorrente em suas obras, sendo utilizado com aquele mesmo sentido da tradição lablacheana.

A primeira aparição do termo *habitat* nas obras analisadas, figura como um dos fatores que influenciam as condições de vida dos grupos humanos, entre eles “i) fatores

⁴ Cabe pontuar que novos estudos como os de Berdoulay (2018) discordam da leitura feita por Lacoste sobre La Blache, mostrando que ele se interessava pelas questões sociais, ainda que com um interesse “reformista”, e sobretudo de um reformismo que aceitava conviver com o colonialismo.

biológicos, eles próprios influenciados pela ação do ambiente: problemas da ecologia do homem”; os “ii) fatores econômicos em sua ação sobre os fatores biológicos – alimentação, *habitat*, vestuário – e nas suas formas de atividade e de repartição” e, por fim, os “iii) fatores sociais que determinam importantes diferenças na situação das diversas frações de um grupo em face dos fatores econômicos e mesmo dos fatores biológicos” (GEORGE, 1963, p. 24).

No debate sobre a Geografia da População, o *habitat* surge como elemento que compõe as “realidades geográficas específicas, em escala de região, de cidade, de bairro. E esta realidade geográfica pode ser considerada como uma ‘paisagem humana’, com seus sinais exteriores, seus tipos de *habitat*, seus comportamentos, suas atividades profissionais etc” (GEORGE, 1972, p. 80). Para George (1972, p. 80) os estudos das formas concretas de ocupação “levam ao estudo do *habitat* – já introduzido aliás pela análise dos grandes setores de atividade profissional”⁵.

O termo aparece também sob a designação de “habitat espontâneo” que caracteriza “uma forma de acumulação de população urbana, própria dos países com grande pressão demográfica e com economia subdesenvolvida” (GEORGE, 1970b, p. 67). Ou seja, são os aglomerados urbanos que conhecemos por favelas, e que “em outras partes do mundo, são conhecidos” como: “*barriadas* (Peru e Venezuela); *callampas* (chile); *villas miserias* (Argentina); *bidonvilles* (Norte da África e França)” (GEORGE, 1970b, p. 28, nota de rodapé).

Em relação à discussão entre possibilismo e determinismo, Pierre George (1972, p. 17) toma partido de seu conterrâneo, criticando quem busca “conferir à geografia foros de ciência dentro da concepção racionalista do conhecimento. O dogmatismo determinista se opõe à dialética da natureza, Ratzel a Vidal de La Blache”.

Também em torno da noção de gênero de vida aparece a defesa do possibilismo de La Blache, definida como “uma noção pluralista, oposta à noção unívoca do determinismo, na medida em que ministra a descrição de diversas formas de organização da vida material e de manifestações da vida cultural no interior do mesmo quadro natural” (GEORGE, s/d, p. 11). Para Pierre George (s/d, p. 11), diante das diferentes projeções na superfície do globo dos grupos humanos marcados por “vários gêneros de vida, fica demonstrado que não existe determinismo absoluto, mas possibilidade de opções. Implicando uma liberdade de escolha que diferencia as reações culturais”.

⁵ Nota-se que na mesma página Pierre George cita duas vezes a atividade profissional, discussão que realiza em outras obras, e que, como veremos no último capítulo, confronta a divisão em classes sociais por uma divisão em nível socioprofissional.

2.1.2 A geografia regional como herança da escola francesa de geografia

Pierre George, fiel à Escola Francesa de Geografia, incorpora em sua produção o procedimento da geografia regional e do empirismo – como vimos, sua tese se insere nos trabalhos regionais –. Produzindo “uma radicalização dos pressupostos da reflexão possibilista ao empreender uma Geografia essencialmente empirista” (VERDI, 2020, p. 5). Em sua análise mantém o estudo de quadros regionais fechados característico da tradição empirista francesa, ainda que incorpore a estes quadros um aprofundamento da discussão econômica: “a geografia humana de Pierre George é, em seu núcleo teórico, essencialmente uma geografia econômica.” (VERDI, 2020, p. 5).

No método clássico da geografia regional, segundo Christofolletti (1985, p. 13), procurava-se “estudar as unidades componentes da diversidade areal da superfície terrestre” em que “a combinação e a interação das diversas categorias de fenômenos refletiam-se na elaboração de uma paisagem distinta, que surgia de modo objetivo e concreto” em cada lugar, área ou região. Tal estudo “das regiões e das áreas favoreceu a expansão da perspectiva regional ou corológica, que teve com êmulo e padrão as clássicas monografias da escola francesa” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 13-14).

Em termos de método tal abordagem contribuiu no “trabalho de *síntese*, reunindo e coordenando todas as informações a fim de salientar a visão global e totalizadora da região”. Assim, de acordo com Christofolletti (1985, p. 14) a “vocação sint tica tornou-se a responsável pela unidade do ponto de vista atribuído   pesquisa geográfica”   este procedimento “responsável pela unidade da Geografia”, fazendo com que a

Geografia tenha por objeto o conhecimento das rela es que condicionam, em determinado momento, a vida e as rela es dos grupos humanos. Essas rela es colocam em jogo elementos e atos de essência múltipla, tão diferentes como a presença do granito ou a de uma fronteira (Pierre George, 1961 *apud* Christofolletti, 1985, p. 14).

Por meio dessa concep o ampla, atribuída a Pierre George, todos os eventos da superfície terrestre acabam pertencendo ao âmbito geográfico.

Para Pierre George (2017) a defini o de região deve ser procurada na Europa, “porque   a pesquisa geográfica europeia que analisou, refinou progressivamente a no o a ponto da geografia europeia se afirmar antes de tudo como ‘regional’” (GEORGE, 2017, p.

5). Essa geografia regional era baseada sobretudo pelo dado natural, mas George se questiona até que ponto “as unidades históricas [...] são prefiguradas pela geografia física?”.

Segundo o autor a região natural é “uma realidade sintética”, apresentando dificuldade em definir limites regionais, uma vez que “a noção de limite não se aplica também segundo a natureza desses dados nas mesmas unidades de tempo” (GEORGE, 2017, p. 6). Como explica, “as imbricações de domínios fisicamente homogêneos são frequentes”, uma vez que “regiões climáticas ou biogeográficas recobrem unidades geológicas e geomorfológicas diferentes”, assim “conjuntos geomorfológicos sustentam unidades bioclimáticas frequentemente distintas” (GEORGE, 2017, p. 7).

Tais “imbricações e estas disparidades fizeram nascer nos mais sutis geógrafos europeus a ideia das regiões de transição, a noção de regiões caracterizadas pela reunião dos contrastes” onde “estas noções de unidade na disparidade se inspiram de um lado na ação humana que é frequentemente uma *ação unificadora pela mobilização das complementaridades*” apresentando-se como “realidade histórica ou presente, uma construção das coletividades humanas, uma reunião voluntária frequentemente polarizada em uma cidade, centro de comando responsável por esse reagrupamento” (GEORGE, 2017, p. 7, *itálicos do autor*). Tem-se assim a passagem “da região natural à *região histórica*, à *região econômica* e a à *região geográfica*” (GEORGE, 2017, p. 7, *itálicos do autor*). Ou seja, a região analisada nas obras do geógrafo francês já é uma região humana, ou em suas palavras, uma região geográfica.

O conceito também recebe destaque nas obras *A ação do homem (s/d)* e *Conferências no Brasil (1970b)*. Para P. George

O termo região é de essência geográfica na medida em que designa uma porção do espaço caracterizada por um ou vários dados definidos pelo qualificativo apenso à palavra região. Mas só existe região geográfica propriamente dita na medida em que a porção de espaço considerada é apresentada, no maior número possível de particularidades, como conjunto sintético (...) a região é justamente o tema de representação geográfica do espaço e, por isso mesmo, o tema fundamental da Geografia (GEORGE, s/d, p. 142).

Outra definição de região dada por Pierre George (1970b, p. 11) é de “uma porção de espaço definida e qualificada por certo número de caracteres comuns, cuja especificidade depende da forma e da intensidade das relações tecnológicas entre o meio natural e os grupos humanos que o ocupam”. Nas palavras do autor quando uma região é pouco modificada por “uma ocupação humana numérica e tecnicamente fraca será caracterizada por um conjunto de dados fisiográficos” (GEORGE, 1970b, p. 11).

A caracterização de uma região, portanto, está ligada ao grau de humanização daquele meio natural. Quanto menos humanizado, mais peso tem o fator fisiográfico, o que leva Pierre George (1970b, p. 11) a qualificar a região nestes casos “em termos de geografia física”. Por outro lado, quando prevalecem relações tecnológicas desenvolvidas, transformadas por “uma ação contínua ou múltipla”, desenvolve-se um “espaço organizado (*aménagé*)” com “fins determinados: especialização agrícola, exploração mineira, implantação industrial, utilização urbana” (GEORGE, 1970b, p. 11). Com base nisso é possível inferir uma distinção de região em termos de geografia humana e outra de geografia física.

Para a cidade atribui papel central na região, como elemento de polarização. Sendo a sua influência fundamental para determinar uma região

Se a região vive por seu centro, o processo liberal de sua formação consiste na polarização progressiva de suas atividades em torno desse centro e nesse próprio centro. Logo, a região será tanto mais bem formada e mais madura quanto maior for a importância relativa do centro e sobretudo quanto maior for a influência que o centro exercer sobre todo o território considerado (GEORGE *et al.*, 1968 [1964], p. 285).

Ainda que o geógrafo francês apresente reflexões imbuídas de uma dialética, como a seguinte passagem, que se assemelha a noção de rugosidades de Milton Santos:

O paradoxo da região consiste em estar encerrada em limites ‘históricos’ definidos em função de ações e relações de forças caducas e de precisar aí desenvolver sistemas de forças em embrião, nenhuma dos quais, de um modo geral, encontra o seu lugar no molde herdado (GEORGE, s/d, p. 147).

Pierre George acaba por definir regiões em quadros fechados, ausente de relações de interdependência. Sendo comum a divisão de capítulos estanques, em que se descrevem as regiões sem relacioná-las com o conjunto. É o caso da divisão entre países subdesenvolvidos e países industrializados na *Geografia Ativa* (1968) e em *Sociedades em Mudança* (1982), nesta última divide o quadro regional entre “o modelo norte-americano”, “as sociedades europeias” e “as sociedades socialistas” para o conjunto dos países industriais. Já para os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, George realiza uma divisão de grandes regiões continentais: América Latina, África tropical, Ásia e “O Islã”, em alusão ao Oriente Médio.

Na obra *Geografia Econômica* (1982), o quadro regional é ainda mais específico, dividindo, para além de países capitalistas e socialistas, as estruturas e formas de organização da produção industrial e agrícola. O que se manifesta em capítulos que tratam das regiões de produção carbonífera, da produção de petróleo, da exploração de minerais, da localização das indústrias leves e pesadas, das regiões produtoras de cereais, etc. Enfim, o quadro regional aparece mais como conhecimento enciclopédico do que uma reflexão das relações que se estabelecem entre elas.

Neste aspecto, a

Geografia Clássica concebeu região como síntese das relações entre homem e natureza, cabendo à Geografia estudar as diferenças regionais (sendo ela própria o objeto da Geografia), ou regionalizar (delimitar) espaços através da diferenciação dos fenômenos (SUERTEGARAY, 2005, p. 39).

Mais tarde, outros geógrafos também partiram da paisagem para chegar a uma subdivisão regional, como é o caso da noção de área cultural sustentada por P. W. Brian (1933), para quem “a terra seria um conjunto de formas específicas de utilização do território – de áreas culturais – resultado do trabalho de sociedades diferentes com base em sua diversidade cultural” (SANTOS, 2012, p. 34). Milton Santos (2012, p. 34-35) critica tal visão:

esta óptica corre o risco de falhar, pois leva a trabalhar sobre quadros mais ou menos congelados, as paisagens, enquanto a sociedade está sempre pronta a lhes oferecer novas funções, novos significados e novos valores, ao mesmo tempo em que o quadro de ação pode continuar imutável ou mudar apenas um pouco.

Esta ideia de região trabalhada por Pierre George remete àquela noção de região lablacheana, que toma a região como entidade objetiva, independente do observador:

Preocupado em compreender as características regionais, o geógrafo desenvolveu a habilidade descritiva, exercendo a caracterização já estabelecida por La Blache, em 1913. Defrontando-se com os casos, a explicação baseava-se no destrinchar a evolução histórica e estabelecer a sequência das fases que culminaram nas características atuais da referida área ou região. E, também, levando em conta as concepções de que o globo era um organismo coerente, com as suas partes funcionando de modo integrador, admitia-se que muitas unidades areais executavam uma ‘função’ em termos do conjunto (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 14).

Com este item objetivou-se apresentar apenas alguns exemplos da influência que categorias centrais do pensamento vidaliano exerceram sobre Pierre George. Cabe indagar, no entanto, o quanto dessa influência foi superada ou se manteve na evolução do seu pensamento.

2.2 A MILITÂNCIA NO PCF E A APROXIMAÇÃO DO MARXISMO

Para compreender a penetração do marxismo no pensamento de Pierre George e sua militância no Partido Comunista Francês é preciso analisar o contexto histórico da influência que o PCF exerce na França a partir do final dos anos 1930 e o desenvolvimento do marxismo naquele país. Na década de 1930 assiste-se na Europa o confronto entre o ideário de revolução social e bolchevismo contra as tendências conservadoras e fascistas.

É também momento de crise do liberalismo, quando a “debilidade dos Estados democráticos liberais (que coincidiam ser também os Estados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial)”, marcados pela “incapacidade ou falta de vontade de agir, individualmente ou em conjunto, para resistir ao avanço de seus inimigos”, contribuíram para fortalecer “os argumentos e as forças do fascismo e dos governos autoritários” (HOBBSAWM, 1995, p. 148). Ao mesmo tempo em que crescia a popularidade da URSS, decorrência de sua “oposição à Alemanha nazista, muito diferente das hesitações do Ocidente” (HOBBSAWM, 1995, p. 148).

De acordo com Hobsbawm (1995, p. 166) a resistência contra o nazifascismo foi marcada por um “extraordinário destaque dos comunistas nos movimentos de resistência e, conseqüentemente, seu espantoso avanço político durante a guerra”, principalmente no período de 1945-47. Tal “papel dos partidos comunistas na resistência os converteu nas organizações mais importantes da classe operária” em países como a França e a Itália (AMADEO, 2007, p. 50).

O crescimento do PCF nos anos 1930 está ligado, portanto, à orientação tática adotada de enfrentamento ao fascismo. Seguindo a linha do 7º Congresso da Terceira Internacional (2 de agosto de 1935), de constituição de uma

linha da frente popular antifascista, a luta num quadro de aliança com a social-democracia. Uma aliança, aliás, que abrangia não só a social-democracia como, mais amplamente, *todas as forças burguesas capazes de se opor aos elementos do capital financeiro responsáveis pelo avanço do fascismo* (KONDER, 2009, p. 91, itálicos do autor).

Assim, “pondo em prática a política do *front populaire* [frente popular]”, o PC francês se tornou um poderoso partido de massas. Apresentando com “um extraordinário surto de crescimento” que o permitiu passar “de 25 mil militantes, em 1932, para 350 mil, em 1936” (KONDER, 2009, p. 93 e 97).

Também Alvarenga (2012, p. 15) destaca esse crescimento: “nos anos 1930, o Partido Comunista tornou-se uma força importante na Câmara dos Deputados [...] mas o apogeu mesmo se deu entre 1944 e 1947”. O PCF surgiu “como o maior partido nas eleições de 1945, maior, pela primeira vez, que seus antigos rivais socialistas” (HOBSBAWM, 1995, p. 167). No ano seguinte, em novembro de 1946, 180 deputados comunistas foram eleitos por 26% do eleitorado.

Tanto na França como na Itália “o papel dos partidos comunistas nacionais na liderança da Resistência converteu-os pela primeira vez nas organizações majoritárias da classe trabalhadora” (ANDERSON, 2019, p. 47). Tal direção da resistência contra o nazifascismo trouxe “fidelidade de parte importante da classe trabalhadora com uma *intelligentsia* numerosa e radical” (ANDERSON, 2019, p. 51).

Inicialmente, “o antifascismo, mobilizou mais facilmente as minorias que as majorias. Entre essas minorias, os intelectuais” (HOBSBAWM, 1995, p. 150). Assim, “o caso de amor dos intelectuais franceses pelo marxismo, e o domínio da cultura italiana por pessoas ligadas ao Partido Comunista, que duraram ambos uma geração, foram produtos da Resistência” (HOBSBAWM, 1995, p. 168).

Hobsbawm (1995, p. 524) lembra que “o cientista francês típico era simpatizante da Frente Popular da década de 1930 e ativo partidário da Resistência durante a guerra”. Ainda segundo Alvarenga, “O PCF destaca-se no movimento comunista internacional, juntamente com o PCI (Partido Comunista Italiano), pela forte presença dos intelectuais em suas fileiras, devido, mesmo, ao papel do intelectual e da alta cultura nessas sociedades” (ALVARENGA, 2012, p. 15)

Nesse cenário é que Pierre George participa do Comitê de Intelectuais Antifascistas e ingressa no Partido Comunista Francês, no ano de 1936, compondo a célula de especialização profissional voltada especificamente para a Geografia:

A atividade atribuída aos geógrafos dessa célula se resumia a um trabalho de assessoria empírica para a direção do partido, fundamentalmente o fortalecimento da informação referente às distintas regiões francesas. A aproximação dos geógrafos ao marxismo, portanto, foi fruto de uma demanda prática, e não do esclarecimento teórico desses geógrafos (Escolar e Moraes, 1989; Pailhé, 1981 *apud* VERDI, 2020, p. 4).

Quanto ao desenvolvimento do marxismo na França, segundo Anderson (2019, pp. 59-60), “foi a ocupação alemã entre 1940 e 1944 que virou todo o universo político e cultural da Terceira República de cabeça para baixo e pela primeira vez produziu as condições para uma generalização do marxismo como moeda corrente teórica na França”.

Antes disso, não havia uma penetração profunda do marxismo na Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), nem na Confederação Geral do Trabalho (CGT). Para Anderson (2019, p. 58), as razões para esse atraso cultural na Terceira República eram essencialmente de dois tipos:

por um lado, a força das tradições nativas pré-marxistas (proudhonismo, blanquismo, anarcossindicalismo) em meio ao proletariado e, por outro, o vigor persistente do radicalismo burguês (de um tipo jacobino tardio), que ainda ancorava firmemente a intelectualidade local a sua própria classe. Quando essas duas correntes confluíam, como num líder da natureza de Jean Jaurès, o resultado era uma doutrina social de idealismo e paroquialismo pronunciados. Nenhuma contribuição significativa aos grandes debates marxistas da época pré-1914 se originou na França. Para todos os fins, O capital era um livro fechado para o Partido Socialista Francês (PSF); é significativo que nenhuma grande obra teórica escrita em continuidade às de Marx e Engels tenha sido traduzida na França antes da Primeira Guerra Mundial. A vitória da Entente em 1918, que confirmou a primazia da burguesia francesa e poupou a classe trabalhadora francesa do calvário da derrota, fez com que houvesse um retardo ainda maior das condições para o crescimento do marxismo como força real no país. [...] os intelectuais que [o PCF] atraiu eram em sua grande maioria personalidades literárias que tinham uma relação mais sentimental que científica com a herança das ideias socialistas.

Tais características podem ser estendidas para toda Europa ocidental, onde “poucos intelectuais eram profundamente marxistas, apesar das dimensões dos movimentos de massas dos trabalhadores comprometidos com uma social-democracia marxiana” (HOBSBAWM, 2014, p. 409-410). Somente em 1928 é que ingressam no Partido jovens intelectuais com interesse pelo marxismo. Esse grupo composto por “[Paul] Nizan, [Henri] Lefebvre, [Georges] Politzer, [Norbert] Guterman e [Georges] Friedmann cristalizara-se em torno da revolta contra a esterilidade e o paroquialismo da filosofia oficial francesa”, que “originalmente simpatizava com o surrealismo” (ANDERSON, 2019, p. 58).

Todavia, o aumento na quantidade de intelectuais atraídos para o PCF em fins de 1930 e no pós-guerra “não trouxe consigo uma produção equivalente de novas obras teóricas, em grande parte como consequência da neutralização decorrente da intensificação extrema dos controles culturais dentro do partido com o começo da Guerra Fria” (ANDERSON, 2019, p. 60). Outra razão do atraso cultural está ligada às próprias contingências do período de guerra e do fascismo, fator que não deve ser menosprezado. Além disso, há autores que enxergam a consolidação do *welfare* nos Estados capitalistas do Ocidente como causa do enfraquecimento do marxismo no velho continente.

Para Anderson (2019, p. 69),

O crescimento geral e maciço registrado nesse período de fato inaugurou uma nova fase no desenvolvimento do modo de produção como tal, aparentemente frustrando

previsões clássicas de sua iminente decadência ou crise e apresentando problemas radicalmente novos para análise científica.

A tese de Anderson é de que o domínio burguês do pós-guerra e o avanço da democracia representativa contribuíram para esterilidade da teoria marxista dentro da cena europeia ocidental. O que poderia contribuir no entendimento de uma situação aparentemente contraditória, de que “apesar da sua filiação ao PCF e prática político-partidária, a Geografia de Pierre George não era, efetivamente, uma Geografia marxista” (VERDI, 2020, p. 4).

Esta é também a posição do historiador Marc Ferro (1984, p. 96) que credita ao desenvolvimento capitalista o esmorecimento dos Partidos Comunistas na Europa Ocidental, já que esta “vivia então a ilusão do crescimento econômico indefinido, do advento generalizado do *Welfare State*”. Ilusão que Pierre George toma a partir dos anos 1960, se distanciando gradativamente do socialismo, aproximando-se da defesa do *Welfare State* europeu, discussão explorada no terceiro capítulo.

Porém, devemos analisar com maior profundidade a tese defendida por Anderson e Ferro, uma vez que autores como Azzarà (2022) e Losurdo (2018) entendem o *Welfare State* como um recuo do capitalismo diante da influência crescente dos PCs na Europa do pós-Guerra. O que não significa um domínio burguês, mas antes, a manifestação da luta de classes e a participação dos socialistas e comunistas, bem como da sociedade civil na política parlamentar, marcadamente na década de 1950. Não menos pertinente ao debate sobre a esterilidade do marxismo ocidental é o processo de “desestalinização” e a virada política ocorrida a partir de 1956 com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a publicação do relatório Khrushchov.

A crise do PCF na década de 1950 se insere no contexto da Guerra Fria e de acontecimentos que influenciaram profundamente a vida dos partidos comunistas no Ocidente: o período de “desestalinização”, o rompimento entre Iugoslávia e URSS e posteriormente da URSS com a China que clivou o movimento comunista internacional e a repercussão da invasão soviética na Hungria em 1956. O PCF se encontra cada vez mais isolado e a situação nesse momento é dado por Anderson (2019, p.61),

A revolta húngara de 1956 levou Sartre a um rompimento espetacular com o PCF, a partir do qual ele desenvolveu sua obra teórica longe de qualquer estrutura organizacional de referência, como filósofo individual e publicista declaradamente sem contato com as massas. Enquanto isso, no próprio Partido Comunista, as repercussões do XX Congresso do PCUS e da revolta húngara por fim levaram Lefebvre a exercer oposição ativa, que em 1958 resultou em sua expulsão. Viu-se nesses anos, a passividade política do PCF atingir o extremo durante a Guerra da Argélia.

No caso do rompimento entre URSS e Iugoslávia, o Comitê Central e a direção ligada à imprensa mantiveram o apoio irrestrito a Moscou, já “a esquerda ‘idealista’ tendia a apoiar a Iugoslávia, uma vez que o país aparecia como uma espécie de terceira via entre a URSS e os EUA” (ALVARENGA, 2012, p. 22).

Apesar destes acontecimentos dramáticos para o movimento comunista, é difícil precisar a razão que leva Pierre George a se desligar do PCF, uma vez que nestes anos de crise assume posição de apoio ao comunismo, opondo-se à nomeação do intelectual conservador Raymond Aron à cadeira de Sociologia na Sorbonne, após publicação do livro *O ópio dos Intelectuais*⁶, em 1955 (ALVARENGA, 2012).

Dois anos antes, acontece em Ivry a “Jornada dos Intelectuais Comunistas” considerada por Moraes e Costa (1987, p. 40) como “a primeira tentativa relevante de pensar as questões geográficas à luz do marxismo”. Na ordem do dia do grupo de geógrafo presentes estava “rever os métodos da ‘Geografia Burguesa’” entre eles Kayser, Guglielmo, Dresch e Pierre George, que apresentou um ensaio contra a “Geografia Aplicada”. Todavia, relacionado com os problemas do marxismo da época, este movimento pioneiro expressava uma “postura doutrinária” (MORAES; COSTA, 1987, p. 40).

Moraes e Costa (1987, p. 41) apresentam uma crítica geral a esse marxismo, marcado por

Uma postura metodológica conciliatória em relação às formulações tradicionais; uma acentuação dos elementos de continuidade com perspectiva possibilista; um apego ao conceito de região e a influência ainda marcada de uma formação positivista”. Além disso defendem Moraes e Costa que “a vertente do marxismo à qual se ligavam estes autores não contribuía para distanciá-los da Geografia tradicional. Ao contrário, a sua adesão ao ‘marxismo oficial’ (orientado por Stalin e pela Academia de Ciências da URSS) aproximava-os de certas concepções do positivismo, por exemplo, na postura ‘cientificista’, ou no apego ao ‘empirismo’, característica dessa vertente do materialismo histórico e dialético.

Fora essa proposta a reforçar “o componente social da análise geográfica substanciada, por exemplo, na proposta da ‘Geografia Ativa’, que levantava a questão da ação política do geógrafo, e apontava em direção a uma prática de denúncia” e permitiu a emergência do movimento da geografia crítica, que supera essa corrente (MORAES; COSTA, 1987, p. 41).

⁶ “Esse livro, extremamente ácido, caiu como uma bomba no cenário intelectual francês da época e além da execração pública por parte dos pares (ou ímpares) em publicações como o *Le Monde* (apesar da acolhida que teve junto à direita e, sobretudo, no exterior), o livro quase lhe custou a sonhada cátedra de sociologia na Sorbonne. Sofreu forte oposição dos comunistas e simpatizantes, especialmente do departamento de geografia (Pierre George, Jean Dresch etc.). Os sociólogos durkheimianos também se opuseram, sob a liderança de Georges Gruvitch” (ALVARENGA, 2012, p. 22).

Ainda que com tais limites, reconhecem que “a partir do núcleo de geógrafos agrupados no partido comunista francês no pós-guerra que começa a busca da construção de uma Geografia embasada na metodologia marxista, pelo menos no âmbito do mundo ocidental” (MORAES; COSTA, 1987, p. 42).

2.3 A GEOGRAFIA FRANCESA SE MODERNIZA: O ABANDONO DA NOÇÃO DE GÊNERO DE VIDA E A INTRODUÇÃO DE NOVOS TEMAS

A década de 1930 e os anos que se seguem após a Segunda Guerra assinalam a ruptura da geografia clássica e o início da geografia moderna. É o que destaca Mamigonian, (2003, p. 27) para quem “a geografia francesa, por razões que não estão suficientemente discutidas, viveu na década de 30 um significativo avanço teórico e empírico, que se prolongou nos anos 40 e 50”, diferentemente da Geografia alemã que se viu envolta no fanatismo nazista.

Foi nesse período que se gestaram “ideias que fizeram avançar a geografia francesa provavelmente sob o estímulo da concorrência da geopolítica alemã, da radicalização da sociedade, aliás nítida entre os intelectuais, que se definiam frequentemente entre extrema-esquerda e extrema-direita” (MAMIGONIAN, 2003, p. 28). Como vimos, durante estas três décadas o marxismo e o PCF estão presentes com força na sociedade francesa, influenciando intelectuais, dentre os quais geógrafos como A. Cholley, Jean Dresch, Jean Tricart e o próprio Pierre George.

No período do pós-guerra, as monografias regionais e o estudo do espaço agrícola dão lugar para trabalhos que realizam um recorte espacial maior, em que a escala global e o estudo do mundo ganham relevo. Os estudos econômicos e sociais, e o desenvolvimento da geografia urbana acabam por tornar obsoletos os temas da geografia clássica de influência lablacheana.

Na produção de Pierre George essa mudança aparece com a publicação de Geografia Social do Mundo e Geografia da URSS publicados em 1945, Geografia Agrícola do mundo e Geografia dos EUA publicados em 1946, Geografia Industrial do Mundo de 1947 e Geografia Econômica, publicado em 1956. Isso para ficarmos apenas em alguns exemplos das décadas de 1940 e 1950.

A introdução de novos temas na pesquisa geográfica dentro da Geografia Humana é relatada por Yves Lacoste:

George foi um dos primeiros a considerar os fenômenos demográficos, as formas de crescimento urbano, as indústrias e aquilo que chamava de ‘os grandes tipos de organização econômica e social’ (em essência, os países capitalistas e os países socialistas) (LACOSTE, 2012a, p. 25 apud VERDI, 2017, p. 2).

Outra ruptura realizada em relação à La Blache diz respeito ao objeto de estudo da Geografia e seu caráter científico. Para Vidal

a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; ela se interessa pelos acontecimentos da História à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades que sem eles permaneceriam latentes (LA BLACHE, 1913, p. 47).

Já para Pierre George, a geografia seria uma ciência do homem. Em que sua formação

deverá ser enciclopédica; calcada numa atividade de relação que é o produto das associações, dos colóquios, das revistas de geografia; em resumo, esta compenetração tem como fundamento uma doutrina da **geografia como ciência humana**, pois seria impossível justificar a unidade dessas pesquisas díspares quanto ao objeto e aos métodos se as mesmas não se congregassem ao redor da ação humana” (GEORGE, 1972, p. 10, grifos nossos).

Nota-se, portanto, uma descontinuação na geografia lablacheana e uma diferenciação do pensamento de Pierre George. Cabe, porém, apontar o problema da formação enciclopédica a que se refere P. George, problema que discutiremos adiante.

A sua Geografia Ativa empreendera uma crítica aos trabalhos monográficos e a então metodologia de análise regional da Geografia Francesa, como evidencia o autor na obra *Os métodos da Geografia*:

Alguns trabalhos realizados no decorrer das décadas de 1920 e de 1930 foram criticados com bastante justiça pois o que ofereciam essencialmente era uma sucessão de monografias sobre cada um dos elementos constituintes, sem emprestar nenhuma ênfase aos mecanismos das relações existentes entre os diversos fatores (GEORGE, 1972, p. 102-103).

Por fim, rompe-se também com a noção de gênero de vida, como observa Mamigonian (2003, p. 25)

a análise de Vidal e seus discípulos insistia numa visão anacrônica, de permanência das relações natureza-sociedade e de minimização das relações sociais. O enfoque nos gêneros-de-vida, na escola francesa, teve uma longa e pesada duração e só foi abandonado após a segunda guerra mundial, graças às mudanças na realidade e ao combate empreendido pelos geógrafos então marxistas, como P. George.

Pierre George (s/d, p. 10) reconhece que é para as sociedades que vivem num contexto concentracionário “que se aplica, de maneira mais indiscutível, o conceito de gênero de vida”. O geógrafo francês toma a noção de gênero de vida em “sua acepção etnológica”, em contraposição à sua expressão geográfica concebida por Max Sorre, por entender que a primeira é a “única noção de gênero de vida que se aplica à uma sociedade global e, por consequência, será definida em sua acepção total de reação completa do grupo em relação ao seu quadro de vida” (GEORGE, s/d, p. 12).

Portanto, para Pierre George (s/d, p.12) a noção de gênero de vida só se aplica a “coletividades muito pequenas, perdidas em áreas naturais extensíssimas, em que elas ocupam localizações ‘pontuais’ muito afastadas uma das outras, ou varrem extenso espaço em suas migrações periódicas ou episódicas”. Assim, o autor em tela renuncia à noção de gênero de vida em sua utilização extensa⁷, localizando-a para casos específicos que não dizem respeito à explicação da sociedade global.

Porém, se George deixa de utilizar a noção de gênero de vida ele adota a ideia de civilização. Armen Mamigonian (2011, p. 164) lembra que a categoria de civilização era compreendida por La Blache “num certo reducionismo do social ao natural, postura matizada após sua viagem aos Estados Unidos (UGI-1904)”, tal conceito era utilizado “para dar conta dos fatores humanos de grandes dimensões territoriais”. Mais tarde “lablachianos como P. Gourou fizeram grande uso desta proposta (civilização do arroz, para a Ásia do sudeste), assim como P. George para classificar tipos de cidades à escala mundial (europeias, americanas, socialistas, etc.)” (MAMIGONIAN, 2011, p. 164). Entendemos que Pierre George empreende uma verdadeira geografia das civilizações, ponto que será abordado ao longo do trabalho.

3 AS OBRAS DE PIERRE GEORGE

Neste capítulo realizaremos uma apresentação de alguns trabalhos de Pierre George em que destacam-se temas relacionados ao escopo da pesquisa. O quadro I mostra todas as obras do geógrafo analisadas no conjunto do nosso trabalho. Parte delas será retomada e melhor desenvolvida em outro capítulo. Outras foram deixadas de lado por tratarem de temas que fogem ao escopo do trabalho.

⁷ Em nota de rodapé, P. George (s/d, p. 12, nota 1) lembra que Max Sorre abandona, em seu último livro, *L’Homme sur la Terre*, a utilização extensa da noção de gênero de vida.

Quadro I – Obras analisadas

Obra	Ano de publicação do original	Ano da edição consultada em português	Edição brasileira
Geografia Agrícola do Mundo	1946	1978	3ª edição
Geografia Econômica	1956	1980	3ª edição
Geografia Urbana	1961	1983	Sem informação
Alguns problemas do estudo geográfico da população. <i>In</i> : Visita de mestres franceses: conferências e aulas dos professores Pierre George e Jean Tricart	1963	1963	1ª edição
Geografia da U.R.S.S.	1963	1970	Sem informação
Panorama do Mundo Atual	1963	1979	7ª edição ⁸
A Geografia Ativa	1964	1968	2ª edição
Sociologia e Geografia	1966	1969	1ª edição
A Ação do Homem	1968	s/d ⁹	Sem informação
Pierre George: conferências no Brasil	1970	1970	1ª edição
Os métodos da Geografia	1970	1972	Sem informação

⁸ Consta no livro o prefácio à décima segunda edição francesa que inicia falando sobre o final dos anos sessenta. O que nos leva a crer que a edição brasileira se baseie nessa edição francesa, atualizada e ampliada desde seu lançamento, em 1963.

⁹ Há na orelha do livro outras publicações da Difel sobre Pierre George datados de 1971, então pode-se supor que a edição seja do início dos anos 1970.

Sociedades em Mudança: introdução a uma geografia social do mundo moderno	1980	1982	1ª edição
--	------	------	-----------

Elaboração do autor.

O recorte temporal contido nas obras analisadas compreende desde os anos de 1940 até 1980. Constatou-se a partir da revisão bibliográfica que não existem edições brasileiras das obras de Pierre George das décadas de 1930 e 1990.

Num primeiro momento analisaremos a abordagem do campo e da cidade por meio das obras *Geografia Agrícola do Mundo* (George, 1978) e *Geografia Urbana* (George, 1983), que demonstram a passagem dos estudos agrícolas para os estudos urbanas após a Segunda Guerra. Em seguida investigaremos as teorias e métodos da geografia de Pierre George por meio d’*Ação do Homem* (George, s/d) e *Os Métodos da Geografia* (George, 1972). Na terceira parte analisamos a visão de mundo do geógrafo francês buscando entender como se posiciona diante das relações econômicas e políticas entre os países. Por fim, tratamos da defesa da interdisciplinaridade feita pelo autor, ao relacionar a Geografia com a Sociologia.

3.1 DO CAMPO À CIDADE

O tema de estudo dos primeiros trabalhos de Pierre George, marcado pela tradição francesa de uma geografia regional, relaciona-se mais à geografia agrícola do que à geografia urbana, campo pouco desenvolvido até então. Não foge, portanto, do contexto da época: a realidade da França na primeira metade do século XX é de uma sociedade predominantemente rural, com 64% da população vivendo no campo em 1920 e 56% em 1950¹⁰. Caracterizada pela presença de uma enorme classe camponesa “diversificada em camponeses ricos, médios e pobres”, o que “constituiu uma marca registrada da sociedade capitalista francesa em todo o século XIX e toda a primeira metade do século XX” (MAMIGONIAN, 2003, p. 11).

Inserem-se nesse contexto de estudos regionais e rurais desde a sua tese dos anos 1930 (*La Région du Bas-Rhône, étude de géographie régionale*) até obras como *La Campagne. Le fait rural a travers le monde*, de 1956, em que apresenta as características

¹⁰ CHATEL, C. et al. Patterns of Population and Urban Growth in Southwest Europe: 1920-2010. **Journal of Urban History**, v. 43, n. 6, p. 1021-1040, 1 set. 2017.

fundiárias da França. Mesmo não sendo publicadas em português, foram lidas por geógrafos brasileiros, como é o caso de Manuel Correia de Andrade, que cita a obra de Pierre George no seu clássico *A terra e o homem no Nordeste*.

As edições brasileiras sobre a temática rural são *A Geografia Agrícola do Mundo e Geografia Rural*, esta última não analisada na pesquisa. Publicada originalmente em 1946, a *Geografia Agrícola do Mundo*, como sugere seu título, traça um panorama geral das atividades agrícolas do mundo, apresentando uma diferenciação regional acerca das culturas e modos de cultivo, além das técnicas empregadas por cada sociedade.

Nesta obra, segundo Oliveira Ferreira (2001, p. 45), “encontramos uma diferenciação importante” para o estudo dos aspectos agrícolas, a saber a “Geografia Agrícola, preocupada com a descrição e a distribuição dos eventos agrícolas”; a “Geografia Econômica, com a produção e o transporte dos cultivos”; e a “Geografia Social, com o tratamento dos agrupamentos humanos e das civilizações envolvidas com o trabalho da terra”.

Segundo o geógrafo Orlando Valverde, a estrutura agrária para Pierre George se restringiria “às relações homem e solo cultivado, sem dar conta das relações sociais estabelecidas no processo de produção” (OLIVEIRA FERREIRA, 2001, p. 49). Ao nosso ver não é o caso dessa obra, como veremos na análise que o geógrafo francês empreende sobre a situação de atraso das relações de produção da agricultura na região mediterrânea em comparação aos países da Europa central.

A crescente urbanização do pós-guerra aumenta o interesse pelas cidades por parte dos geógrafos, iniciando-se a elaboração de manuais, levando também ao surgimento da subdisciplina de Geografia Urbana. Pierre George é um dos pioneiros desses estudos.

Seu livro *La Ville. Le fait urbain à travers le Monde* de 1952 trata do fato urbano como algo universal que procederia da “[...] generalidade das necessidades de reunião, da influência da expansão da economia capitalista, e da repartição bruta de populações urbanas” (VASCONCELOS, 2012, p. 239). A fisionomia é discutida por meio da observação da paisagem urbana, devendo-se levar em conta a história para explicar seu caráter hodierno.

Passa a utilizar também vocabulário marxista, onde analisa que a “concentração das funções de produção e de troca, e as especulações imobiliárias conduziram a uma separação da residência e do local de trabalho” (VASCONCELOS, 2012, p. 239). Na continuidade do livro, Pierre George “trata do esboço metodológico, do exame da rede urbana e de cada cidade, separadamente”. Para ele

a cidade seria um fato histórico e um fato geográfico na medida em que sua forma seria um compromisso entre o passado e o presente, enquanto que seu conteúdo humano e a atividade de seus habitantes seriam marcados pelo signo do presente, havendo adaptação de formas antigas às funções e necessidades novas” (VASCONCELOS, 2012, p. 240).

Segundo Vasconcelos, intérprete do livro, para George a cidade encontraria “o estágio mais avançado [...] nas cidades das economias socialistas” (VASCONCELOS, 2012, p. 241). Cabe destacar que no período em que o livro foi lançado, Pierre George ainda compunha as fileiras do PCF, portanto, não espanta a defesa do socialismo por parte do autor.

O geógrafo francês Philippe Pinchemel, em texto de 1983 *Geographers and the City. A contribution to the History of Urban Geography in France* escreve que foi Pierre George em 1952 quem apresentou o tema da paisagem urbana. Por meio do trabalho “Populações e análise ‘geográfica’ da cidade”, o geógrafo francês “mostra o interesse devotado à população nos estudos da geografia urbana” (VASCONCELOS, 2012, p. 452).

André Vant, outro geógrafo francês, se ocupou em estudar as produções francesas sobre a cidade. Para ele, segundo Vasconcelos (2012, p. 456), “os trabalhos de P. George (1952) centrados sobre o ‘fato urbano’, e os de F. Carière e de P. Pinchemel (1963), teriam tido o mérito de colocar o problema do poder do Estado e a pertinência das várias escalas de intervenção”. Por meio da “geografia social marxizante” de Pierre George é que a geografia urbana se desvencilha, a partir dos anos cinquenta, “do determinismo dos lugares e dos eventos localizados” para se orientar a “uma geografia ‘mais social que humana” (VASCONCELOS, 2012, p. 456).

As posições do livro *Geografia Urbana* são aquelas expressas por Pierre George desde os anos 1950. Entre elas, questiona a possibilidade de transferir a noção europeia de rede urbana para a América Latina, onde as tendências recentes de urbanização favoreceram uma excessiva polarização das metrópoles em detrimento de uma real hierarquia urbana. Fora esse um dos temas a animar debates no Simpósio de Geografia Urbana realizado em Buenos Aires no ano de 1966:

Les géographes argentins commencent à utiliser des méthodes d'analyse statistique à variables multiples dans ce domaine, comme le montre l'étude de la délimitation de la zone d'approvisionnement en denrées périssables de la ville de Rosario, étude collective, et l'analyse d'un réseau urbain régional dans la ‘Mésopotamie’ argentine, effectuée par Yunovsky et Tobar et basée sur la théorie de Christaller. Enfin, toujours dans ce domaine, Pierre George s'interroge sur la possibilité de transférer la notion européenne de réseau urbain à l'Amérique latine, où les tendances récentes de l'urbanisation ont favorisé une polarisation excessive des métropoles au détriment d'une véritable hiérarchie urbaine (CERMAKIAN, 1968, p. 466).

Nas seções que se seguem aprofundaremos, portanto, o estudo das obras *Geografia Agrícola do Mundo* (George, 1978) e *Geografia Urbana* (George, 1983) que influenciaram o estudo de cada uma de suas áreas.

3.1.1 A Geografia agrícola do mundo

Neste livro, dividido em duas partes, Pierre George aborda inicialmente os dados da geografia agrícola, dedicando o primeiro capítulo aos “fatores históricos da geografia agrícola”. Parte em que realiza um resgate histórico do surgimento das culturas agrícolas e sua distribuição espacial em uma abordagem bastante descritiva. Em seguida apresenta o desenvolvimento da agricultura a partir das condições naturais e das condições humanas, discorrendo sobre os limites naturais e a ação humana sobre a natureza, bem como do rendimento relacionado ao solo e ao desenvolvimento da técnica.

Na segunda parte da obra o foco está na diferenciação entre os “campos e camponeses do mundo”. Para tanto, o geógrafo francês analisa as transformações da agricultura na Europa, as implicações da expansão agrícola europeia a partir do colonialismo, as agriculturas tradicionais da Ásia e África e conclui com as características da agricultura socialista.

Seu método de análise parte da proposta de “classificar os grandes grupos de economias agrícolas de acordo com a sua aptidão para alimentar os homens de maneira satisfatória” (GEORGE, 1978, p. 14). Reconhecendo o perigo de incorrer num “determinismo simplista e excessivo, explicando a densidade de um povoamento ou as qualidades de uma raça apenas pelas condições alimentares”, como é o caso do arroz que

tem sido promovido, às vezes, à categoria de principal responsável pelas fortíssimas densidades rurais do Extremo-Oriente, ao passo que a preponderância técnica e a força de expansão dos brancos da Europa no século XIX eram atribuídas à excelência do trigo como alimento (GEORGE, 1978, p. 14).

Porém, o autor conclui que “as realidades, evidentemente, são mais complicadas; mas é certo que a alimentação desempenha, com outros fatores, entre os quais o clima, as tradições religiosas e sociais, um papel importante na elaboração do complexo de raça” (GEORGE, 1978, p. 14). Aqui cabe problematizar o uso do termo raça para se referir aos

grupos humanos. Mesmo que possa ser um arcaísmo, sua utilização pode demonstrar uma visão etnológica que lembra a noção de gênero de vida de La Blache.

A partir disso, George fala da dispersão de diferentes culturas alimentícias como consequência “da expansão universal dos brancos sob a forma de colonização de povoamento nas regiões temperadas e de colonização de exploração nas regiões tropicais”, que passou a unificar o “patrimônio agrícola do mundo” (GEORGE, 1978, p. 15).

A necessidade de matérias-primas agrícolas advindo de outros continentes pela expansão colonial europeia promoveu uma “outra divisão do mundo” e influenciou a “evolução da agricultura no globo inteiro”, introduzindo “a oposição entre os **sistemas de cultura de subsistência**, que permaneceram mais ou menos próximos das combinações antigas, e as **culturas comerciais**, destinadas à satisfação dos mercados internacionais” (GEORGE, 1978, p. 46).

A segunda parte do livro, acerca das transformações da agricultura em diferentes continentes e épocas, inicia-se por aquela transformação registrada na Europa. Ali principiou-se a “revolução agrícola [George localiza o início na segunda metade do século XVIII] e a revolução industrial [século XIX com intensidade]” (GEORGE, 1978, p. 49-50). Experimentando uma nova onda de progresso técnico que “difundiu-se depois da Segunda Guerra Mundial, aumentando de novo e consideravelmente os rendimentos, embora acompanhada de investimentos cada vez mais elevados” (GEORGE, 1978, p. 51).

O geógrafo francês realça que “essa evolução não foi uniforme em todo continente” (GEORGE, 1978, p. 51). Assim, busca explicar as distintas evoluções ao tratar especificamente da agricultura de alguns países europeus, passando pela Inglaterra, Suécia, Países Baixos, Dinamarca, França, Itália e Espanha.

A parte que trata da agricultura francesa é a mais extensa e a que apresenta reflexões analíticas mais profundas, fugindo da mera descrição das culturas agrícolas e focando nas relações sociais que se estabelecem no campo francês. Explica a oposição das “tradições feudais e da contribuição econômica e social do capitalismo” que caracterizam “a originalidade do campo francês”, e as “variantes regionais em relação umas às outras” (GEORGE, 1978, p. 60). Contrastando o camponês do oeste aos aldeões do sul ou do nordeste,

é porque as facilidades materiais e sociais desiguais de penetração, de um lado, e as circunstâncias históricas e econômicas regionais diferentes, de outro, aceleraram a assimilação da técnica e da economia capitalista nas regiões do Nordeste e do Sul e a retardaram no Oeste (GEORGE, 1978, p. 60).

Em resumo, aparece na França o conflito entre duas formas contraditórias de exploração: “a economia capitalista penetrou em toda a parte, mas a *tradição feudal* não desapareceu em parte alguma, e é a sua herança que amiúde se define com a expressão do espírito camponês (GEORGE, 1978, p. 60, itálicos do autor).

Como perspectivas para o futuro do espaço rural da França, Pierre George defende, para melhorar o rendimento do trabalho, introduzir “em toda a parte métodos mais racionalizados de exploração, respeitando o que é propriamente geográfico na agricultura de cada região” (GEORGE, 1978, p. 72). Propondo uma especialização para cada região de acordo com suas condições físicas e materiais. Como meios eficazes para modernizar a agricultura francesa lista

a instrução técnica, o desenvolvimento das instituições cooperativas, a generalização do maquinismo leve, que se adapta melhor ao solo francês do que o gigantesco maquinismo das pradarias norte-americanas e russas, a difusão, a preços acessíveis, de adubos e energia, a concessão de créditos a taxas baixas de juros [...]. Não há, teoricamente, razão alguma para que os campos franceses pareçam atrasados em relação aos dinamarqueses ou holandeses (GEORGE, 1978, p. 72).

A agricultura na Itália enfrenta problemas semelhantes aos da França, marcada pelo latifúndio e arcaísmos onde “a estrutura social da terra procedeu diretamente dos períodos de dominação aristocrática e obscurantista, que aqui duraram até o meado do século XIX” (GEORGE, 1978, p. 74). Depois da Segunda Guerra Mundial o país promoveu “o desmembramento dos latifúndios pela *reforma agrária*”, assim, “o enraizamento de novos beneficiários”, possibilitou “a revolução técnica” (GEORGE, 1978, p. 75).

A concentração de terras é também um problema agrícola da península ibérica, como é o caso da Espanha onde

A maior parte da terra se reparte entre 9000 grandes propriedades. Fizeram-se, por várias vezes, tentativas de reforma agrária, mas não se lograram resultados de conjunto. Ora, os grandes proprietários dedicam, geralmente, pouca atenção e menos dinheiro ainda às suas terras. Entregue a arrendatários oprimidos e sem instrução, a agricultura se caracteriza por rendas muito baixas, a não ser nas terras irrigadas (GEORGE, 1978, p. 78).

Assim, “a melhoria da agricultura na península ibérica está ligada, como no sudeste da Europa, à destruição da estrutura feudal e à utilização, para o equipamento nacional, dos recursos provenientes das riquezas naturais” (GEORGE, 1978, p. 80). Percebe-se aqui uma avaliação das relações sociais, diferentemente do que Orlando Valverde afirma em sua crítica apresentada anteriormente.

No segundo capítulo da última parte, P. George discorre sobre a expansão agrícola da Europa além-mar, que pratica ali uma agricultura especulativa. Com visão crítica, o autor afirma que a exploração agrícola comercial em grandes propriedades é “ao mesmo tempo, de alta tecnicidade e de uma brutalidade bárbara, não deixa de apresentar vários inconvenientes sérios” (GEORGE, 1978, p. 85). Dois inconvenientes se destacam e demonstram o humanismo do autor na época, preocupando-se com a questão ambiental e social:

o primeiro, talvez o mais grave em face das realidades perenes da natureza, é o medonho desperdício dos solos. A degradação irremediável da terra cultivável por uma exploração que absolutamente não se preocupa em regenerar o solo nem em protegê-lo contra a lixiviação provocada pelo escoamento das águas” (GEORGE, 1978, p. 85).

O segundo problema é o dos mercados, que abala o sistema da monocultura comercial:

vendendo de 75 a 80% da produção, a cultura especializada se torna terrivelmente vulnerável às crises comerciais. A parte de absorção do mercado interno é tão pequena que este não pode servir de regulador. Uma interrupção das aquisições pelo estrangeiro determina um desmoronamento brutal da economia do produto” (GEORGE, 1978, p. 86).

Outro capítulo aborda as agriculturas tradicionais que possuem variantes regionais e inúmeros obstáculos como “extrema fragmentação da propriedade, pobreza e ignorância dos camponeses, engenhosos por tradição, mas desarvorados quando se trata de inovar”, encerrando com perspectivas de superação trazendo a China como exemplo que “dispôs-se a resolvê-lo por métodos radicalmente novos, os de uma agricultura socialista” (GEORGE, 1978, p. 107).

Por fim, fala da agricultura em países socialistas, que superando uma economia agrícola arcaica e de baixíssimo rendimento, seja na Europa oriental, seja na China, conseguiram atingir resultados convincentes:

A organização técnica do trabalho mecanizado nos *kolkhoz* e nos *sovkhos* foi acompanhada de um desenvolvimento contínuo das pesquisas agrônômicas. Pela seleção das variedades, das espécies animais, aumentou-se o rendimento médio. Imenso trabalho de biologia vegetal e animal associou-se aos esforços empreendidos nas próprias cooperativas, estribados na solidariedade das estações de pesquisa e de experimentação e do trabalho agrícola racional (GEORGE, 1978, p. 112).

Tais conclusões, do sucesso das experiências agrícolas nos países socialistas, exprimem o contexto da obra lançada na década de 1940 – período em que Pierre George era membro do PCF e exprimia admiração pelas repúblicas populares do leste europeu e da China.

3.1.2 GEOGRAFIA URBANA

Destinada a analisar a variedade do tecido urbano, a obra apresenta metodicamente os procedimentos de análise da Geografia Urbana, apresentando-se como um manual dessa subárea. Na primeira parte expõe a formação do quadro urbano desde a origem e gênese das cidades, da sua relação com as condições naturais, da planta da cidade que constitui sua forma, aspecto e desenvolvimento, passando pela análise das cidades dos países de economia industrial (desenvolvidos) e daqueles países de economia subdesenvolvida, explorando alguns casos particulares.

Na segunda parte delimita o conjunto das atividades urbanas começando com o estudo da população urbana por meio dos estudos demográficos que revelam “dados de grande interesse para a análise da força de trabalho, do mercado de consumo, da necessidade de infraestrutura de serviços, etc.” (George, 1983, p. 137). Apresenta métodos distintos para os países industrializados e para os subdesenvolvidos, característica recorrente em suas obras. Em seguida, trata do trabalho urbano, em que se levantam estatísticas da ocupação profissional a fim de compreender as estruturas urbanas. Ainda apresenta mais dois capítulos, um que trata dos aspectos da vida social urbana e outro da relação da cidade com a região e o papel das redes urbanas.

Ao tratar dos ritmos de desenvolvimento das cidades podemos observar a influência dos dados estatísticos na análise geográfica do autor. Para Pierre George “o estudo das curvas de desenvolvimento é uma excelente introdução ao estudo dos tipos de cidades e à explicação dos fatores e das condições de desenvolvimento urbano”, afirmando que “alguns exemplos diferentes demonstram isso facilmente” (GEORGE, 1983, p. 18).

Os dados quantitativos devem ser expressão do estudo de determinado assunto, ou seja resultado e não ponto de partida de análise. Como um dos exemplos utiliza a Alemanha, observando como partir do dado numérico não serve para explicar os fatores da condição de desenvolvimento:

Na Alemanha, as grandes capitais de província crescem a um ritmo bastante uniforme, ligeiramente ultrapassadas pela ascensão da capital de 1880 a 1940, mas os crescimentos mais rápidos são os das cidades industriais da Renânia muito comparáveis estatisticamente aos das cidades e das conurbações industriais inglesas: Essen possui 4.000 habitantes em 1800, 120.000 em 1900, aproximadamente um milhão hoje; Dusseldorf passou em um século de 10.000 a 400.000 habitantes e atinge hoje 800.000 habitantes. E é difícil isolar essas realidades urbanas do

conjunto da região urbana da Renânia que aparece como uma criação do século XIX numa paisagem há até bem pouco tempo agreste (GEORGE, 1983, p. 19).

Outro exemplo apresentado é o das

idades que cresceram exageradamente em decorrência das especulações coloniais ou comerciais e do êxodo dos camponeses sem terra: Calcutá, 600.000 habitantes em 1880, 5 milhões agora; Xangai, 650.000 em 1900, mais de 10 milhões atualmente [...] e em um outro plano, o das grandes especulações comerciais, Rio de Janeiro, 43.000 habitantes em 1800, 800.00 em 1900, mais de 5 milhões hoje, ou São Paulo, 30.000 habitantes em 1850, mais de 6 milhões cento e vinte anos mais tarde (GEORGE, 1983, p. 21).

Simplesmente observar os gráficos de evolução numérica da população de determinada cidade como sugere Pierre George não permitem tirar maiores conclusões de que a população cresceu ao longo das décadas e séculos se não forem contextualizados os fatores que levaram a tal crescimento.

No capítulo subsequente, ao abordar a origem e gênese das cidades, é que passa a realizar a contextualização a partir do estudo histórico-geográfico das cidades, o que permite compreender a evolução populacional. Ou seja, não são os dados estatísticos que precedem, mas o estudo das estruturas sociais deveria vir antes para apontar as causas da evolução demográfica e do crescimento urbano.

Em diferentes subcapítulos trata dos aspectos próprios do desenvolvimento das cidades pelo mundo, dividindo-as por conjuntos como as cidades europeias e mediterrâneas, as cidades novas – aquelas da América do Norte e do Sul, bem como da Austrália e as cidades dos países subdesenvolvidos. Nessa parte, P. George considera diferentes elementos sociais e culturais para compreender uma realidade determinada. Como é o caso da análise dos arcaísmos nas cidades dos países subdesenvolvidos, exemplificado pela posse da terra como “a base da fortuna nos países subdesenvolvidos da Ásia ou da África” e das sociedades africanas onde o “conjunto patriarcal forma a classe dominante” (GEORGE, 1983, p. 31).

Como manual, o livro cumpre sua função, apresenta a terminologia de palavras caras ao estudo urbano, como quarteirão, bairro, distrito, subúrbio, periferia, cidade-satélite, conurbação, aglomeração urbana, área metropolitana, rede urbana. Além de propor métodos de análise dos fenômenos urbanos para os diferentes tipos de países.

3.2 TEORIA E MÉTODO DA GEOGRAFIA

3.2.1 A Ação do Homem

O propósito deste livro é realizar um estudo minucioso da transformação resultante da intervenção humana sobre uma geografia natural, impulsionada pela difusão e desenvolvimento das técnicas. Reconhece que as técnicas, por um lado, acentuam as desigualdades entre as comunidades humanas, devido às profundas diferenças existentes entre elas. Por outro lado, elas também ajudam a uniformizar diversas coisas, aproximando os mais variados povos do planeta, apesar das significativas disparidades existentes entre eles.

Para delinear “o estudo da dinâmica do espaço humanizado” mediado pela ação técnica, Pierre George divide a obra em cinco partes (George, s/d, p. 5). A primeira, trata do espaço não organizado, ou seja, uma geografia onde predomina o espaço natural – hoje quase inexistente. É nessa parte que aponta os limites do uso da noção de gênero de vida, que não se aplica mais ao mundo atual, podendo ser utilizada para grupos humanos muito pequenos e isolados.

Na segunda parte, aborda a organização do espaço agrícola e a transformação da paisagem rural pelas técnicas que alteraram a organização social e econômica deste meio. O aumento da produtividade e domínio de diferentes culturas, graças ao avanço técnico, transformou a percepção do tempo no espaço rural, diminuindo o intervalo entre safras, por exemplo.

Na terceira parte, dedicada à organização do espaço industrial, o geógrafo francês discorre sobre as transformações causadas pelas Revoluções Industriais e o espaço produzido pela indústria, que passa de uma localização concentrada, ou “espaço especializado”, para o “espaço globalizado”. Quando aborda localização industrial apresenta o problema do Estado, que opõe os países capitalistas aos países socialistas. “Apesar da sua potência” o poder do Estado num país capitalista “continua limitado, e a sua ação é freada pelas resistências ou pelas forças de inércia dos setores mais conservadores”, diferente dos países de economia socialista, onde “o problema parece mais simples”, uma vez que o Estado, “detentor de todos os poderes de decisão, inclusive em matéria econômica, pode fazer, e faz, a planificação total” (George, s/d, p. 131).

Com o fato urbano ganhando cada vez mais importância após a Segunda Guerra, a implicação da cidade sobre a produção do espaço também ganhará novos contornos, o que alterará o próprio método e entendimento de região. Escreve Pierre George que “enquanto espaço animado por ações e relações promovidas pelo homem, a região é um *espaço dominado* por um centro de gestão e de comando, que é a cidade”; assim, “a noção de região

aparece então no sentido de território explorado pela economia urbana de uma ‘metrópole regional’” (George, s/d, p. 148).

Por fim, na quarta parte Pierre George aborda os “grandes problemas e grandes trabalhos” de sua época, que ao seu ver tem como um dos pontos mais críticos a pressão demográfica exercida sobre os países subdesenvolvidos. Ele aponta algumas soluções, que na sua visão passam por “uma política de desenvolvimento industrial” e a redução do “crescimento demográfico em prazos bem curtos” (George, s/d, p. 164-165).

Aqui, sua visão de subdesenvolvimento reconhece as implicações das relações globais de exploração e dominação exercida pelos países desenvolvidos: “todos os grandes países subdesenvolvidos têm as suas fábricas de montagem de automóveis nas mãos de firmas norte-americanas ou europeias, enquanto a população urbana ou a dos bairros de habitat espontâneo das cidades carece do necessário” (George, s/d, p. 162).

3.2.2 Os métodos da Geografia

Publicada originalmente em 1970, a obra propõe-se a ser um manual para utilização em cursos de métodos da Geografia. Abordando inicialmente uma breve retrospectiva da história do pensamento geográfico e do fazer geográfico, parte em seguida para a explicação das fontes e documentos e como proceder para a coleta de dados e interpretação dos resultados. Em sequência, na segunda parte do livro apresenta os campos e os problemas da pesquisa geográfica, que divide em geografia física e suas áreas afins e geografia humana e suas áreas.

P. George define a Geografia como “ciência de relações” marcada por “um processo de pensamento específico, que parte da descrição para chegar à explicação” (GEORGE, 1972, p. 7). Tal procedimento é feito em três termos principais: “observação analítica”, “detecção das correlações” e “busca das relações de causalidade” (GEORGE, 1972, p. 7-8).

Quanto ao método de estudo do meio ocupado pelo homem (ecúmeno), o geógrafo francês apresenta duas alternativas: aquela de “caráter dogmático” influenciada pelo “determinismo natural, o racismo” ou aquela de “maneira dialética”, baseada na “descrição e medida das relações de forças que dão ensejo a um jogo constante de contradições de que decorrem o sinal e o sentido dos processos evolutivos”, tomando esta última como o seu procedimento (GEORGE, 1972, p. 9).

Apresenta uma crítica ao quantitativismo e ao uso exagerado de modelos, que “devem constituir tão somente uma base operacional e nunca uma imagem representativa da realidade” (GEORGE, 1972, p. 11). Alertando que “para QUE o geógrafo não se transforme em um matemático preocupado somente com cálculos e modelos”, é preciso “garantir o caráter essencial de sua formação, a qual terá de ser humanista” (GEORGE, 1972, p. 12).

Pierre George define O objeto de estudo da geografia como “o estudo das relações de fatos e de movimentos cujo conhecimento específico é da alçada de uma outra ciência”, de tal modo, “para poder reivindicar um objeto próprio a geografia deverá colocar no centro dessas relações a preocupação com **a existência dos homens**” (GEORGE, 1972, p. 15). Ou seja, sua geografia é uma geografia dos homens, uma geografia humana.

Quanto aos temas de estudo da geografia humana, Pierre George a divide em cinco grandes orientações: a geografia da população, a geografia agrária, a geografia industrial, a geografia dos transportes e a geografia comercial. Onde os fatos econômicos devem levar em conta três temas: o espaço aquele humanizado, ou seja da produção e do consumo, a circulação de bens, informações e pessoas e as estruturas (financeira, das empresas, do Estado).

Com a cidade passando a ser o centro de gravidade da economia, “a geografia urbana passa a se confundir com a geografia regional”, tornando-se uma geografia “da espacialização das funções da cidade” que “se processa através da noção de rede urbana” (GEORGE, 1972, p. 100).

Em relação à definição da região, Pierre George lembra que “a escola geográfica francesa tomou como ponto de partida a noção de região natural, caracterizada por uma unidade geológica ou geomorfológica, ou hidrográfica, ou então por uma comunidade climática e biogeográfica” (GEORGE, 1972, p. 105). Todavia, o limite reside no fato que “a região desaparece diante de zona bioclimática definida por uma homogeneidade climática, pedológica e biogeográfica” (GEORGE, 1972, p. 105). E, ao considerar a geografia como humana, o pêndulo da definição da região passa a apontar para o lado da ação humana. Assim, com a complexificação das sociedades e a importância que a cidade exerce, ela passaria a definir a regionalização.

Na conclusão, levanta o debate entre a geografia aplicada e a geografia ativa, afirmando que “a geografia só pode ser útil quando não é ‘aplicada’”, já que ao tomar essa posição ela passaria a “integrar-se numa política”; perdendo “suas possibilidades de crítica,

permanece *a quo* da decisão” (GEORGE, 1972, p. 116). Defende assim, um caráter ativo. Esta geografia é capaz de estabelecer

o balanço tanto dos desastres como dos êxitos e das potencialidades; mantém-se distante das posições doutrinárias e fornece elementos para que se possa aquilatar as doutrinas em ação. Conserva o ‘olhar desapaixonado’. Não poupa nem sistemas, nem fraquezas. É temível, perigosa para si mesma e para todos aqueles que se deixam levar por uma complacência que entraria em cena para justificar a realização de suas hipóteses construtivas – incluídos os riscos calculados e os não calculados (GEORGE, 1972, p. 116).

3.3 LEITURAS DE MUNDO

3.3.1 Panorama do mundo atual

Para entender a configuração do mundo de sua época, Pierre George recorre a eventos históricos do passado que influenciaram a humanidade até a década de sessenta. Longe de ser um resgate maçante, aborda questões fundamentais: a revolução industrial, o imperialismo dos séculos XIX e início do XX, além dos eventos que levaram a Europa à decadência e viram emergir os EUA como maior potência global na sequência da Primeira Guerra Mundial, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Também a Revolução Russa de 1917 e as implicações do socialismo no cenário internacional não ficam de fora da análise. Neste sentido, a obra realiza uma abordagem geográfica da conjuntura da época e como estes acontecimentos transformaram e produziram o espaço.

Dividido em três partes, a primeira parte do livro aborda a “Originalidade do mundo atual” onde Pierre George apresenta as bases que constituíram o mundo e suas características gerais assemelhando-se a uma enciclopédia. A segunda parte, intitulada “Balanço do mundo atual”, descreve a conjuntura do mundo da época, dividindo-o em cinco capítulos onde se dedica à descrição dos países industriais englobando a América do Norte, a Europa Central, as Repúblicas Populares (socialistas) e a URSS, passando pelo eixo mediterrânico e pelo Oriente Médio, chegando à Ásia, à África e à América Latina. Na terceira e última parte intitulada “Tendências e perspectivas”, aborda o processo de urbanização e a procura por novas relações internacionais.

Na introdução da edição de lançamento do original, demonstra o humanismo presente na sua fase da Geografia Ativa, reconhecendo que

A capacidade técnica oriunda das descobertas extraordinárias dos últimos cinquenta anos deverá ser aplicada na criação de melhores condições de vida e na

transformação da condição humana. Seja como for, os problemas a serem resolvidos pelo absurdo ou pela organização da sociedade e da unificação da condição humana já estão colocados a partir de agora (GEORGE, 1979, p. 6).

O fio condutor da primeira parte são as mudanças introduzidas pela indústria. A Primeira Revolução Industrial, na leitura de P. George introduziu

uma discriminação sem precedentes entre dois conjuntos de países e de homens: aqueles que fabricam e que possuem os novos meios de produção, de comunicação e também de destruição e aqueles que não os possuem e estão sujeitos, a curto prazo, a suportar a lei dos primeiros (GEORGE, 1979, p. 33).

É uma análise que absorve a ideia de luta de classes e os conflitos sociais. Ou seja, percebe-se uma influência marxista no autor. Na sequência, aborda o aparecimento de uma nova sociedade industrial, que se inicia a partir da crise da década de 1930, que “contribuiu para estimular pesquisas – destinadas a reduzir os custos de produção e provocar o aumento do consumo – com o fito de reduzir o tempo de trabalho e, em consequência, o número de trabalhadores empregados para realizar uma dada produção” (GEORGE, 1979, p. 34). Fenômeno que se inicia nos EUA e se espelha pela Europa, no bojo das novas transformações dos processos técnicos de produção engendrados pelos acontecimentos de guerra.

Nesse novo período “a estrutura da sociedade industrial foi alterada profundamente”, sendo que a “melhor prova disso é que os conflitos do trabalho não são mais confrontos entre o proletariado e um patronato tradicional” (GEORGE, 1979, p. 36). Neste conflito, o antagonismo de classes é mais complexo, estando

em questão o problema global da distribuição das rendas da produção entre a renda do capital, o orçamento do Estado e um conjunto bastante diversificado de profissionais, que recebem remunerações bastante desiguais em função de sua posição no esquema técnico da empresa ou do complexo de empresas complementares (GEORGE, 1979, p. 36).

Os fatos dominantes que definiram o panorama do mundo de 1913 a 1950 foram a “inauguração da concorrência entre Estados Unidos e Europa, a afirmação do poderio técnico e econômico americano e a criação de economias socialistas” (GEORGE, 1979, p. 59-60).

Nesse sentido, “a revolução de 1917 rompeu a unidade econômica e social do mundo contemporâneo, ao instaurar novas formas de desenvolvimento e de relações sociais” (GEORGE, 1979, p. 60). Reconhecendo conquistas do socialismo, como afirma:

os sucessos inegáveis de uma experiência de industrialização de um país atrasado e, para ser mais exato, subdesenvolvido no início do século, a União Soviética, a rapidez com que se transformaram países como a Romênia e a Iugoslávia, seguindo processos diferentes mas de mesmo espírito, colocaram o problema da eficácia

respectivamente dos sistemas capitalista e socialista para a superação dos atrasos de desenvolvimento (GEORGE, 1979, p. 62).

Assim, há uma disputa de hegemonia entre os países capitalistas e os países socialistas,

na medida em que os países socialistas se tornem capazes de ampliar o setor de distribuição, podem vir a ser exemplo de países promotores de maior bem-estar para as massas populares [...]. Para afirmar sua superioridade, não resta outra coisa às economias liberais senão a defesa do tema das liberdades e mesmo este tema, a bem dizer muito frágil, pode, por sua vez, ser superado (GEORGE, 1979, p. 63).

Nesse confronto, Pierre George não toma lado explicitamente da alternativa socialista. Ainda assim, George ao demonstrar aspectos positivos das experiências socialistas e não assumir posições anticomunistas foge do pensamento hegemônico do Ocidente de crítica ao comunismo.

A descolonização é para o geógrafo francês “o fim de um período da história da Europa”, onde a separação das colônias é “consequência direta da perda de prestígio das metrópoles europeias, esgotadas pela guerra e por suas contradições” (GEORGE, 1979, p. 65). Além da “pressão exercida sobre os impérios coloniais europeus pelos Estados Unidos e pela União Soviética, cuja força ou cujas seduções financeiras ou ideológicas [...] impuseram-se facilmente aos países onde não mais se acreditava nas instituições e nos imperativos de outrora” (GEORGE, 1979, p. 65).

Para Pierre George a expressão Terceiro Mundo teve sucesso “na medida em que designava um conjunto de países para os quais os problemas principais não eram, nem os dos velhos países industrializados, que seguiam as formas de organização da economia capitalista, nem os dos países que constroem o socialismo” (GEORGE, 1979, p. 83).

Assim, são caracterizados como “países não industriais ou muito pouco industrializados, que mantiveram estruturas sociais arcaicas e que sofrem a pressão de uma demografia galopante” (GEORGE, 1979, p. 83). Portanto, para o autor “não há *um Terceiro Mundo*, há na realidade, países subdesenvolvidos, que se diferenciam globalmente dos países industriais, mas que são profundamente diferentes uns dos outros – *e cujo desenvolvimento não poderia, sem dúvida, realizar-se da mesma maneira*” (GEORGE, 1979, p. 83, itálicos do autor).

Para empreender um balanço do mundo atual, Pierre George foge de esquematismos universais. Ele defende a necessidade de realizar um inventário geográfico, que é um estudo diferencial, uma vez que há um desenvolvimento desigual entre os países que pode se

manifestar em diferentes índices como renda nacional, renda *per capita*, consumo individual de energia e recursos naturais, por exemplo. De tal modo, “as formas e as características de cada país procedem de muitos fatores originais para que possamos fazer comparação com um *modelo único*” (GEORGE, 1979, p. 83, itálicos do autor).

Se no capítulo dedicado a descrever o socialismo P. George toma posições mais próximas do socialismo e faz críticas ao capitalismo, na conclusão do livro o discurso é outro. Cabe destacar que o lançamento da obra se deu em 1963, porém, na edição consultada constam referências a dados de 1971, o que nos faz levantar a hipótese de que a conclusão fora alterada, incorporando uma mudança de visão do autor, que vai tomando posições centristas a partir do final da década de 1960.

É o caso da ideia de revolução. Se em 1963 observava a revolução como uma possibilidade de empreender uma radical transformação dos países subdesenvolvidos e realizava uma crítica contundente ao imperialismo estadunidense e europeu, nos anos setenta há uma posição dúbia em que reconhece a legitimidade em destruir estruturas herdadas, porém os países subdesenvolvidos deveriam ficar longe da radicalidade e do anti-imperialismo:

O primeiro objetivo dos novos revolucionários dos países subdesenvolvidos é a destruição das estruturas sociais esclerosantes, dos conservatismos e dos regimes de prevaricação e de concussão. Mas a insistência com que se continua a falar do imperialismo mostra sobejamente que, para aqueles que alguns chamaram de nações proletárias, a conquista dos métodos de desenvolvimento comporta a partilha das fontes de investimentos com aqueles que edificaram há tempos seus impérios e suas fábricas sobre um sistema de dominação mundial. A presença de importantes interesses europeus e americanos na maior parte dos países subdesenvolvidos alimenta o equívoco e as campanhas anti-imperialistas.

Por outro lado, os países industriais têm sua política de contribuição ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. A preocupação com uma pacificação geral está ligada à procura de novos mercados e às enormes necessidades de petróleo e de matéria-prima (GEORGE, 1979, p. 218).

Por fim, utiliza nas linhas finais a noção das “categorias socioprofissionais” (GEORGE, 1979, p. 228). Categoria que não fora mencionada no livro até então, quando tratava a estrutura da sociedade a partir da ideia de conflitos de classes, um caso de mudança de posição incorporada na virada dos anos sessenta para os anos setenta.

3.3.2 Geografia da U.R.S.S.

A obra segue uma divisão comum aos estudos de Pierre George, de iniciar com a caracterização da paisagem natural para então seguir à descrição dos aspectos econômicos e sociais. Assim, a primeira parte aborda a natureza, a segunda, a organização e a exploração do território soviético, e a última parte analisa as diferentes atividades das grandes regiões geográficas da URSS. Para o objetivo da nossa pesquisa, interessa-nos o balanço que realiza sobre a experiência socialista.

Não escapa de longas descrições, como acontece ao falar da história da ocupação russa onde descreve desde as culturas alimentares que foram sendo incorporadas no período imperial até as formas de cultivo e técnicas empregadas. Mais à frente aborda a Revolução de 1917, trazendo uma interessante perspectiva de analisá-la como um acontecimento histórico e geográfico:

A revolução de 1917 introduziu uma sucessão de mudanças profundas nas condições de desenvolvimento da economia e da sociedade, e, conseqüentemente, nas modalidades de utilização do território. Acontecimento histórico pelas transformações da estrutura política do Estado, das relações sociais, das relações internacionais, ela é um acontecimento geográfico pela orientação que deu ao aproveitamento do espaço e à construção de uma nova estrutura das regiões e das relações inter-regionais (GEORGE, 1970, pp. 43-44).

Já a análise geográfica realizada em torno do desenvolvimento soviético, que passa pela interrelação cidade-campo, das dependências, atrasos, avanços, escolhas políticas feitas para contornar as diferentes situações, foge da mera descrição e apresenta análises mais profundas e tomadas de posição do autor em relação aos aspectos positivos das decisões de planejamento soviético.

O autor reconhece que “durante cerca de trinta anos, a União Soviética foi o único Estado favorável ao socialismo”, o que acentuou seu isolamento e criava receios com a ofensiva econômica, ideológica e militar do Ocidente, bem como das “ambições japonesas sobre seus territórios de Extremo Oriente”, tendo a difícil tarefa de “resolver sozinha, em um meio bastante fechado, os problemas fundamentais do desenvolvimento, em aplicação dos princípios do socialismo e da dialética marxista”. (GEORGE, 1970, p. 44-45). Por isso, os dirigentes soviéticos reorganizaram a economia “sobre bases interiorizadas e de garantias estratégicas que dão às regiões asiáticas e ao Ural um novo papel” (GEORGE, 1970, p. 44).

Assim, a planificação é objeto central de estudo dessa obra, sendo vista com simpatia, mesmo que se refira à centralização do poder como autoritária: “um certo número de reformas fundamentais de estrutura feitas por **via autoritária** lançaram o futuro sobre caminhos inteiramente novos de utilização do espaço e de mobilização dos homens nos

diversos processos econômicos” (GEORGE, 1970, p. 45, grifos nossos). Como se pode concluir, trata-se de uma referência ao período iniciado com Stalin, em que “a economia de guerra, a economia de reconstrução, assim como a economia de criação de uma indústria moderna, foram economias centralizadas **dirigidas autoritariamente** de Moscou” (GEORGE, 1970, p. 51, grifos nossos).

A partir da leitura da experiência soviética Pierre George entende que a planificação permite

utilizar as condições mais favoráveis de produção, de desencravar regiões atrasadas, de aumentar bases de produções julgadas vulneráveis em casos de ataques estrangeiros. A planificação não é apenas estatisticamente perspectiva, é geograficamente perspectiva (GEORGE, 1970, p. 45).

De tal modo, ela é propícia à

atribuição dos créditos de investimentos às diferentes repúblicas, e, no interior de cada uma delas, entre as diferentes circunscrições administrativas, a abertura de canteiros de obras inteiramente novos, os deslocamentos de população que disso resultam, são outros tantos fatores de criação de novas bases produtivas, acarretando por sua vez novas formas de relações e de transportes (GEORGE, 1970, p. 45).

Sobre o planejamento estatal e da “nova política econômica do decênio 1955-1965”, George dirá que “é uma política especificamente geográfica” (GEORGE, 1970, p. 51). Em que o “postulado econômico atual é o de que cada ‘região’ deve regular em seu quadro todos os problemas que condicionam sua vida própria, e fornecer à União o que procede de suas aptidões particulares” (GEORGE, 1970, p. 52). Trazendo como princípios a autonomia e a especialização, que se ligam ao aproveitamento do território. Tal política enfrentou desafios, como pontua o autor, uma vez que o governo “decidira uma ‘regionalização’ da economia, mas não existia um esquema regional prévio que permitisse que se desse uma forma concreta a esta política”, e é neste sentido que “os economistas e os geógrafos têm o encargo de fazer o mapa das regiões de planificação” (GEORGE, 1970, p. 52).

Na conclusão, faz uma análise positiva da URSS no quadro mundial, ressaltando sua “posição histórica de primeiro Estado socialista do mundo e, desde a Segunda Guerra Mundial, de *Challenger* dos Estados Unidos” (GEORGE, 1970, p. 120). Expressando também o cerco econômico e político aplicado pelos países capitalistas que proíbem “a exportação de quaisquer produtos ou materiais de caráter estratégico” (GEORGE, 1970, p. 121).

3.3.3 Sociedades em mudança

Os anos 1970 marcam profundas transformações no plano político e econômico mundial, de substituição das políticas keynesianas e do forte papel do Estado no planejamento e regulação do mercado, para a agenda neoliberal de políticas de austeridade e um Estado que não mais sustenta o modelo do *welfare*. Contexto que passa a influenciar a visão de mundo de Pierre George.

No livro *Sociedades em Mudança* publicado originalmente em 1980 – último título do autor publicado no Brasil, em 1982 pela Zahar Editores –, Pierre George, como grifa em seu subtítulo, propõe a introdução a uma Geografia Social do Mundo Moderno. Seu ponto de partida temporal de análise desse “Mundo Moderno” é 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial, período marcado pela desestabilização das sociedades e de profundas mudanças. Diz o geógrafo em sua introdução que

nessa aventura extraordinária dos últimos 35 anos, as estruturas sociais foram, em toda a parte, transformadas, desestabilizadas e colocadas em situações incertas de busca de novos equilíbrios, tanto nos países em via de desenvolvimento, quanto nos países industrializados (GEORGE, 1982, p. 9).

Há uma oposição, portanto, desse “Mundo Moderno” com o mundo que precedeu a Segunda Guerra Mundial, onde “as sociedades industriais caracterizaram-se pelo confronto entre as massas operárias, concentradas pelas primeiras fases da ‘Revolução Industrial’, e as novas camadas sociais de ‘empresários’, que se beneficiavam do apoio do aparelho estatal” (GEORGE, 1982, p. 7). Marca desse período é também a “uniformidade social do proletariado” reflexo da concentração do trabalho nas fábricas, das restrições de classes, do tempo de trabalho, de alojamento e de remuneração comum, disso resulta, “de maneira disparatada e aparentemente contraditória, porém histórica e materialmente coerente, a Revolução Russa, as conquistas sociais da classe operária francesa em 1936, e o nacional-socialismo alemão” (GEORGE, 1982, p. 7). Ou seja, a primeira metade do século XX é “simbolizada pelo esquema marxista da sociedade de classes que dominou, em grande parte, a ideologia social e política” da época (George, 1982, p. 8).

Em contraste, após 1945 surge o “Mundo Moderno” e para “se definir essa nova estrutura da sociedade dos países industrializados destacaram-se dois termos, que se multiplicaram na literatura econômica e sócio-política, o de *sociedade pós-industrializada* (Galbraith) e o de *sociedade de consumo*” (GEORGE, 1982, p. 20). Tal oposição entre um “mundo antigo”, anterior a 1945, e outro “moderno”, posterior aos eventos da Segunda Guerra Mundial, marcam um afastamento do geógrafo francês em relação ao marxismo. As citações apresentadas constam no capítulo “de Marx a Galbraith” no qual George trata o

marxismo como teoria ultrapassada para explicar a complexificação da sociedade, aproximando-se do economista John Kenneth Galbraith.

Tal ruptura relaciona-se com aquela visão de mundo do historiador Marc Ferro em que “a necessidade de uma mudança da sociedade não emana mais das instâncias tradicionais, mas sobretudo da juventude”, a qual “condena igualmente e de modo generalizado os bombardeios americanos no Vietnã, a intervenção militar dos soviéticos em Praga, a burocracia dos velhos aparelhos políticos tradicionais (sindicatos, partidos comunistas ou socialistas, etc.)” (FERRO, 1984, p. 96). Coincidindo com a emergência do pós-modernismo.

A estrutura do livro segue a diferenciação entre duas grandes sociedades, as sociedades industriais que englobam os países da América do Norte, Europa e países socialistas; e as sociedades de países em desenvolvimento, englobando a América Latina, África, Ásia e o conjunto dos países islâmicos.

Na primeira parte, são analisadas as mutações ocorridas nas sociedades industrializadas, ou seja, nos países desenvolvidos. Nesse contexto, são abordadas as significativas transformações econômicas e tecnológicas e suas implicações na vida social. Como é o caso da evolução das técnicas que provoca uma profunda modificação da estrutura socioprofissional, atenuando-se a “distinção entre as formas de trabalho da ‘fábrica’ e do ‘escritório’” (George, 1982, p. 19).

O crescimento das grandes concentrações urbanas é destacado, além da mudança nas relações e organização do trabalho que trazem consigo um novo estilo de vida e uma cultura completamente renovada. Passando-se da “época da uniformização social da maior parte da população” corrente no fim do século XIX e início do século XX (GEORGE, 1982, p. 13). Para uma nova condição de produção que modificou a natureza do trabalho e que exerce nova influência sobre a “abordagem do trabalho, pela formação, o meio psicológico da profissão e a difusão dos novos produtos e serviços oferecidos ao consumo” (GEORGE, 1982, p. 16).

Em relação aos países socialistas dirá que “o caráter mais acentuado dessas sociedades é o seu fechamento em relação ao mundo exterior, mais particularmente em relação a outras sociedades industriais” recusando-se “aos que nelas estão integrados qualquer possibilidade de comparação com as sociedades não-socialistas, sendo suspeita a ideia mesma de comparação” (GEORGE, 1982, p. 53).

O que para Pierre George tratar-se-ia da

persistência de uma psicologia obsessiva que foi, desde o início, praticada pela Revolução Soviética, colocada em posição defensiva em relação às sociedades e às economias capitalistas. Essa vontade de isolamento baseia-se no postulado de que as

sociedades ocidentais têm a intenção primordial de destruir as sociedades socialistas e numa confiança ilimitada e indiscutível na infalibilidade da doutrina e de sua aplicação pelo aparelho político e administrativo encarregado de concretizá-la (GEORGE, 1982, p. 53).

Percebe-se nessa obra, em relação aos escritos da década de 1940 até 1960, uma abordagem mais negativa do socialismo, beirando o anticomunismo. Na passagem anterior não analisa que o isolamento dos países socialistas é provocado sobretudo pela ofensiva capitalista e não por vontade própria, ignorando sanções, sabotagens e invasões armadas contra estes países. Repete também o discurso ocidental de que o socialismo se baseia no autoritarismo, como demonstram as seguintes passagens: “há mais de 60 anos a ideologia socialista é invocada como justificção teórica da reestruturação autoritária da sociedade russa” (GEORGE, 1982, p. 53).

Também é o caso da leitura da China onde:

Mais de 50 anos de período revolucionário e de socialismo autoritário criaram novos quadros e condições de um novo comportamento coletivo que fazem da sociedade chinesa, apesar das agitações episódicas e de uma reduzida camada de opinião logo chama à ordem, uma das sociedades mais unitárias do mundo, na escala de quase 1 bilhão de pessoas (GEORGE, 1982, p. 87).

A segunda parte concentra-se na análise das sociedades presentes nos países em desenvolvimento: América Latina, África tropical e Ásia milenar. Nesse contexto, é dedicado um capítulo final para examinar aspectos peculiares do Islã, que representa tanto uma religião quanto uma sociedade, e que se destaca por ser uma entidade única, apesar das suas variações regionais.

Nesta obra, o subdesenvolvimento aparece como uma condição natural das ex-colônias ou responsabilidade destes países, que não escolheram os caminhos corretos para o desenvolvimento, como se dependesse somente da vontade particular de um país. Assim, desconsidera as relações globais, as implicações do imperialismo e da dependência econômica e tecnológica dos países periféricos em relação aos países centrais.

Para Pierre George, o maior desafio dos países em desenvolvimento, à época (década de 1980), é “o problema da sobrevivência frente a uma pressão demográfica sem precedentes” e a escolha “impossível” entre o “mimetismo tecnológico” e a “construção de modelos originais”, em que no segundo caso se estaria numa “perspectiva de uma identificação com a economia e a sociedade da Europa ou da América do Norte”. (GEORGE, 1982, p. 64).

Apesar de reconhecer que a “colonização bloqueou a evolução espontânea das sociedades dominadas, imobilizando-as numa situação de fato”, não crê que o fato colonial

interfira na organização atual, já que corresponde “à época do estabelecimento dos quadros coloniais” (GEORGE, 1982, p. 64). Atualmente, seria o “crescimento demográfico”, como insiste P. George, o problema de primeira ordem, pois

rompeu equilíbrios até então inalterados e engendrou o nascimento de novas camadas sociais, das quais a mais representativa é a do subproletariado dos ambientes urbanos ‘subintegrados’, mas também a introdução desigual da instrução, que favoreceu a dissociação entre a classe instruída e as massas que continuaram analfabetas” (GEORGE, 1982, p. 65).

Em sua análise das distintas sociedades adota o dualismo para explicar as relações sociais e organização contraditórias ou distintas. Ou seja, da coexistência de estruturas atrasadas com estruturas mais novas, como demonstra a seguinte passagem:

A dominação das sociedades industriais sobre os países colonizados ou dominados ensejou diversas modificações nas estruturas sociais tradicionais. Geralmente, estas foram conservadas, na medida do possível, pois que constituíam base estável para as operações de colonização. No entanto, a colonização acrescentou-lhes superestruturas, muitas vezes ambíguas; associando, sob formas infinitamente variadas, as antenas das sociedades dos países industriais, representados pelo exército, a administração, as empresas de exploração dos recursos naturais e de comércio, os serviços de saúde e de educação e novas classes sociais, oriundas de meios autóctones, mais ou menos ‘aculturados’, comparados com o sistema de valores e de hierarquia social dos países dominantes, trazendo em seu bojo, ao mesmo tempo, um potencial de cooperação aceita e fermentos da revolta ulterior (GEORGE, 1982, p. 8-9).

Quando trata do legado das estruturas pré-coloniais, imbricadas com os aparelhos administrativos coloniais nos países em desenvolvimento, recorre novamente às teorias dualistas que

por mais discutíveis que sejam, expressam muito bem a defasagem entre as categorias sociais oriundas da realidade colonial, tanto em termos de assimilação como de antagonismo, e as populações mantidas nos quadros tradicionais e atingidas hoje nesses quadros, pelas ondas de questionamento, agitadas por novos vetores de animação, em condições cujos efeitos são ignorados por aqueles mesmos que fomentam esses movimentos (GEORGE, 1982, p. 65).

Assim, a dualidade aparece tanto no caso das “sociedades latino-americanas que associam a sincretismos diversos a superposição, ou a interferência, de formas de organização e de relações oriundas de sistemas econômicos diferentes” (GEORGE, 1982, p. 69). Bem como no caso das sociedades africanas:

Resta na África apenas uma região de coabitação de negros e brancos, a Rodésia (Zimbábue) e a África do Sul. A excepcional riqueza mineira permitiu estabelecer uma economia avançada de tipo europeu ou norte-americano, em benefício dos descendentes dos colonos brancos holandeses e ingleses dos séculos XVIII e XIX. Esses colonos, porém, formam apenas uma minoria que necessita da colaboração da mão-de-obra negra, mas recusa-se a integrá-la na sua própria sociedade. A forma mais absoluta de dualismo, pois que se reveste de essência jurídica, é o *apartheid*, a

que foi dada uma expressão geográfica pela constituição dos *bantustans*, sem solucionar o problema das relações sociais nos locais de trabalho e nas cidades (GEORGE, 1982, p. 82, nota 1).

A conclusão do ensaio é marcada pela imprevisibilidade do futuro e uma postura do autor de não tomar partido e nem permitir-se pensar o futuro, já que na época atual “tudo se modifica mais depressa do que nunca, com a aceleração da evolução das técnicas” onde “o homem enfrenta sucessivamente a esperança e a inquietação, resultantes ambas da **incerteza**” (GEORGE, 1982, p. 96, grifo nosso).

3.4 GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA: UMA PROPOSTA DE INTERDISCIPLINARIDADE

O debate interdisciplinar entre Geografia e Sociologia animou discussões “sobre as questões urbanas e rurais na França do início dos anos 50”, como é o caso da “Semana Sociológica realizada em março de 1951, em Paris, sobre o tema *Villes et campagnes. Civilisation urbaine et civilisation rurale en France* (cuja publicação data de 1953)” (VASCONCELOS, 2012, p. 319). Tal seminário sob coordenação do sociólogo Georges Friedmann (1902-1977), autor caro a Pierre George, foi dividido em dois ciclos, com 12 sessões. O geógrafo francês participa como relator da sexta sessão em que “foram discutidas as periferias, os deslocamentos diários e as migrações de trabalho” (VASCONCELOS, 2012, p. 320).

A quarta conferência do evento, intitulada *Classes urbanas e classes rurais*, foi apresentada pelo também sociólogo Georges Gurvitch¹¹, referenciado tanto nas obras de George como nas de Milton Santos. O que demonstra uma simpatia de Pierre George pelo diálogo com esta área das Ciências Humanas, culminando no livro *Sociologia e Geografia* publicado em 1966.

3.4.1 Sociologia e Geografia

O tema central deste livro é estabelecer uma colaboração entre a Sociologia e a Geografia com o objetivo de apresentar um método conjunto para interpretar a realidade social. Nele, a Sociologia pesquisa a totalidade social ou a sociedade global a partir do estudo do particular e do específico, produzindo uma tipologia, ou seja, parte de uma perspectiva

¹¹ O livro *Sociologia e Geografia* é dedicado em sua memória e à de Max Sorre.

vertical. Por outro lado, a Geografia aborda o espaço ocupado por essa sociedade em uma perspectiva horizontal, por meio da pesquisa do contínuo e do descontínuo, que por meio do levantamento local permite generalizações cartográficas que cobre a totalidade de um espaço planetário determinado. Assim, “as duas disciplinas se interpenetram na medida em que a geografia é capaz de estabelecer a repartição dos tipos elaborados pela tipologia social” (George, 1969, p. 23).

No primeiro capítulo da obra, Pierre George explora três temas fundamentais: espaço, tempo e número. Para o autor, esses conceitos são essenciais para a análise das relações entre a Sociologia e a Geografia. Aqui, o espaço seria uma categoria própria da Geografia; o tempo, da Sociologia e o número, ou estudos demográficos, um tema de interesse comum das duas disciplinas.

O espaço é caracterizado como um “dado relativo, que se define em função de diversos critérios”, assim, “deve ser considerado em relação a uma sociedade global e, de outro, em relação a grupos sociais” o que confere a sua relatividade (George, 1969, p. 30). Cada tipo de sociedade por meio de suas relações sociais organiza o espaço, de tal modo, para o geógrafo “o espaço só tem sentido quando ocupado, isto é, mobilizado para assegurar a existência das coletividades que o ocupam” (George, 1969, p. 31).

Mais adiante desenvolve a ideia do “espaço de relação”, que “constitui um dado concreto, expresso por fluxos de homens, de mercadorias, de instrução”, ou seja, “é o espaço no qual se estabelecem relações e contatos entre o meio tomado como base de observação inicial e o mundo exterior” (George, 1969, p. 42). Tal noção considera a existência de um mundo global, não sendo mais possível falar de um grupo humano que viva em um isolamento total, é a ideia de totalidade, incluindo ainda rede e hierarquia urbana como importante modelador do espaço a nível continental e regional.

Quanto ao tempo, sua dimensão nas ciências humanas “corresponde aos limites de duração de uma geração ou de uma vida”, desse jeito, “a realidade concreta da vida dos homens e das coletividades humanas só pode ser abordada no presente” uma vez que o tempo é medido em unidades de curta duração (George, 1969, p. 47). De acordo com Pierre George “a característica do tempo no que se refere à realidade humana” consiste no “tempo anômalo”, determinado pelas “variáveis decorrentes de fenômenos naturais ou de acontecimentos históricos”, e o “tempo comum”, que é a realidade humana do tempo sideral, que decorre sempre de um tempo anômalo (George, 1969, p. 47-48). Dessa associação decorre a noção de

tempo geográfico, que para o autor “é ao mesmo tempo geológico, histórico e contingente” (George, 1969, p. 51).

Em relação ao número, seu entendimento geral está relacionado aos efetivos populacionais, assim, “no contato entre geografia humana e sociologia, os problemas numéricos atribuem importância decisiva à demografia” que é a “ciência da medida das relações numéricas referentes ao estado e à transformação da humanidade” (George, 1969, p. 7).

Na segunda parte, o foco de Pierre George (1969, p. 91) é direcionado para os pontos de conexão entre as duas ciências para o estudo “das situações, evoluções, aspirações e virtualidades dos grupos humanos”. Estes aparecem sob os temas do trabalho “que é o tema das atividades e o da produção” diferenciado entre o trabalho rural, o trabalho industrial e o trabalho urbano; e, o tema da existência que se divide em três ramos: “habitação, consumo (utilização dos serviços, lazer, cultura, etc.) e movimentos” (George, 1969, p. 91).

A terceira parte realiza o encontro da Geografia e da Sociologia por meio da ação, tratando-as como disciplinas práticas que estabelecem planos e programas de transformação do espaço atuando sobre o urbanismo e a organização do território. Demarcando ainda sua fase da Geografia Ativa, afirma que as ciências humanas devem “se tornar ativas” e “participar de uma pesquisa normativa capaz de fornecer os temas de uma *política* do equipamento e do desenvolvimento urbano e regional” (George, 1969, p. 163). Apresenta uma posição mais avançada de crítica ao capitalismo, onde o “Estado e as coletividades públicas estão recorrendo a ‘conselhos’, por se verem obrigados a intervir para evitar o agravamento do caos, cujo responsável é um liberalismo confuso e especulativo” (George, 1969, p. 163).

4 UM PENSAMENTO COESO?

Há na longa trajetória de produção intelectual de Pierre George uma continuidade, ou seja, uma unidade teórica? Ou suas obras apresentam diferentes concepções teóricas ao passar do tempo, denotando uma ruptura? A partir de tais questionamentos buscaremos apresentar possibilidades de enquadrar o pensamento do geógrafo francês, delimitando suas rupturas e continuidades.

4.1 É POSSÍVEL ENQUADRAR O PENSAMENTO DE PIERRE GEORGE?

Podemos fazer como Paul Claval (2011) e Ruy Moreira (2015) e simplesmente definir Pierre George como um geógrafo marxista. Tal definição, no entanto, seria bastante simplista. Sem dúvidas o geógrafo francês bebeu do materialismo histórico e manteve uma relação próxima ao comunismo, uma vez que fora membro do PCF. Porém, tal alcunha não dá conta das próprias contradições do marxismo e da vasta obra do autor, marcada por rupturas, passando da radicalidade ao conformismo.

Vejamos o período em que a influência marxista está mais presente na geografia de Pierre George. Ruy Moreira (2004, p. 21) irá localizar o encontro do marxismo com a geografia nos anos cinquenta “com o grupo dos geógrafos franceses da geografia ativa (em seu contraponto com a geografia aplicada)” (MOREIRA, 2004, p. 21). Porém, Bernard Kayser lembra que antes da guerra Pierre George “publicou nas Edições Sociais, editora comunista, um certo número de livros. Esses livros representavam o início de uma geografia de esquerda, se não queremos dizer marxista” (ZANOTELLI, 2000, p. 14). Assim, podemos inferir que o contato teórico com o materialismo histórico se inicia na década de 1930.

Em 1949 escreveu *La Banlieue: une forme moderne de développement urbain*, um trabalho que tinha como interesse “a utilização, em geografia, de um vocabulário de origem marxista”, antecedendo, portanto, “a ‘geografia crítica’ dos anos 70” (VASCONCELOS, 2012, p. 234). Na obra,

Inicia lembrando que os processos contemporâneos de evolução urbana começam por uma ‘modificação quantitativa’ e, ao mesmo tempo, por uma ‘modificação qualitativa profunda’. Passa então a utilizar terminologia de origem marxista: ‘a concentração industrial e financeira, que caracteriza a segunda fase do desenvolvimento do capitalismo’, teria efeitos concretos no aparecimento dos enormes estabelecimentos industriais, comerciais e bancários (VASCONCELOS, 2012, p. 232).

Quando Pierre George, um dos mais conhecidos geógrafos franceses da sua geração, discutiu a mesma questão da periferia (1950), ele começou a utilizar conceitos marxistas como: aparelho de Estado, lutas de classe, classes antagonistas, consciência de classe etc., e chegou a considerar a periferia como “proletária e revolucionária”, mas não seguiu por esse caminho em seus trabalhos posteriores. No seu livro de 1952, Pierre George foi mais descritivo que teórico, e examinou as séries urbanas nos vários continentes. Porém na introdução usou o conceito de fato urbano, quando tratou da influência da expansão da economia capitalista, assim como os de paisagem urbana, de forma e conteúdo das cidades” (VASCONCELOS, 2012, p. 580).

Todavia, o uso do vocabulário marxista parece muito mais uma aproximação momentânea do que uma reflexão profunda sobre suas categorias.

Já no artigo *Géographie et urbanisme*, de 1965, de acordo com Vasconcelos (2012, p. 278) “o autor parece bastante distanciado dos conceitos marxistas apresentados no final dos

anos 1940”. O artigo de Jean-François Deneux *La Ville: une relecture (Villes en Parallèle, 1983, p. 121-136)*, apresenta uma leitura semelhante ao fazer

uma releitura do livro *La Ville* de Pierre George, que considera a primeira obra de geografia urbana geral, e constata o abandono, pelo autor, nas obras seguintes, das referências marxistas. Na mesma revista, escrevendo *A Propos de Marxisme et Géographie Urbaine* (p. 33-36), Pierre George afirma que seria inútil se privar da ótica marxista, assim como seria inútil tentar tudo ver através dela (VASCONCELOS, 2012, p. 374).

Ainda assim, permanece no campo da esquerda, como relata a professora Maria Adélia Aparecida de Souza no período em que esteve na França, entre 1962 e 1966, onde fora aluna de Pierre George e Yves Lacoste. Segundo ela, o “instituto de Geografia na França era nitidamente de esquerda” onde Pierre George, Yves Lacoste e Michel Rochefort “eram mais próximos do Partido Comunista ou de partidos de extrema esquerda” (SOUZA, 2003, p. 187).

O afastamento gradual de posições de esquerda parece ter como ponto importante a polêmica com Yves Lacoste em relação as agitações de maio de 1968, quando Pierre George não toma partido ao lado dos estudantes. Nos anos setenta, as posições políticas ficam cada vez mais ao centro, como a análise de suas obras no capítulo anterior buscou demonstrar. Nessa época renega uma participação dentro de uma geografia mais radicalizada. É o que demonstra em entrevista à Rádio France Culture em 1994 ao ser perguntado sobre Yves Lacoste e a forma dele fazer geografia e lembrar da criação da revista *Hérodote* em 1976:

Certo dia, passeávamos juntos dentro do Metrô e ele me perguntou se eu não queria fazer, junto com ele, uma nova revista de Geografia. Respondi que preferia me manter fiel, por uma espécie de dever, aos *Annales de Géographie*, porque é a revista que nos formou e que foi fundada pelos criadores da Escola Francesa de Geografia. Eu disse que não achava o momento propício para se criar uma outra revista. Mas ele foi em frente e criou a Revista *Hérodote*” (ZANOTELLI, 2000, p. 15).

Para Milton Santos, Pierre George é “leal à tradição da Geografia humana francesa”, mas “merece o crédito de haver estabelecido a importância das estruturas socioeconômicas na explicação geográfica”. Suas obras demonstram “esforço em abarcar a dinâmica dos sistemas socioeconômicos com as estruturas da produção”, entre elas Milton Santos destaca *Introduction a l’Etude Géographique de la Population du Monde* (1961), *La Ville: le fait urbain a travers le monde* (1952) e *Géographie Sociale du Monde* (1946) (SANTOS, 2015, p. 166).

Necessário, ainda, pontuar uma crítica equivocada de Paul Claval dirigida a Pierre George no bojo de uma polêmica acerca da geografia francesa “proibir” o estudo do passado na Geografia. Leite (2020, p. 5-6) sustenta que

Mesmo na Geografia Francesa em geral, apontada como guardiã dessa suposta lei, não nos parece possível apontar com certeza quais autores, ou em que momento, se estabelece e se legitima tal lei [...] não vemos a negação do estudo do passado como algo estabelecido. Dificilmente poderíamos concordar em afirmar que houve o estabelecimento de uma ‘regra’, mesmo que informal, do não uso do passado, ainda que o tempo pregresso tenha sido preterido por diversas vezes na história do pensamento geográfico.

De acordo com Leite (2020, p. 5), Paul Claval sustenta que durante a década de 1960, Pierre George “insistia em não olhar para trás, para um mundo do passado, e alguns dos seus alunos consideravam que a geografia poderia e deveria ser uma ciência exclusivamente dedicada ao presente, essa posição não nos parece absoluta”. Estamos de acordo com o autor quando afirma que em trabalhos sobre o campo e na tentativa de incorporação do marxismo nas suas pesquisas George faz uso dos conceitos de tempo, temporalidade e história. É o caso de *Sociologia e Geografia* (George, 1969) que dedica um capítulo somente para o estudo do tempo, além da própria forma como analisa os fenômenos sociais e econômicos nas diferentes obras aqui analisadas, partindo de um resgate histórico para compreender como o passado modela o presente.

Outra polêmica em relação à leitura de Paul Claval sobre seu conterrâneo se encontra no debate entre a geografia aplicada e a geografia ativa que remonta aos anos 1960:

Pierre George mostra-se muito crítica em relação à corrente sustentada por Phlipponneau [da ideia de geografia aplicada] (GEORGE, 1961). Trata-se para ele de evitar que a geografia não se coloque a serviço de governos liberais ou reacionários, ou que forneça meios às empresas para novos lucros. A disciplina interessa-se à atualidade: é normal que aqueles que a praticam tentem ideias sobre o andamento do desenvolvimento e do ordenamento do espaço; o problema para eles é evitar que sejam tomadas em benefício dos poderes existentes nas nossas sociedades. Devem, por conseguinte, ir além da simples reflexão científica. A geografia que praticam deve ser ‘ativa’ (GEORGE et al, 1964). Não é questão de deixar que as instituições existentes ou firmas capitalistas tirem proveito próprio dos conhecimentos geográficos! Os representantes de disciplina devem velar para que as suas conclusões sirvam ao tipo de desenvolvimento que lhes pareça desejável (CLAVAL, 2011, p. 260).

A partir de sua defesa, somos levados a crer que Claval defende explicitamente os interesses dos capitalistas e da exploração, ignorando o papel social da geografia. Neste ponto, Pierre George se mostra mais avançado, defendendo um caráter humanista para a Geografia, mesmo quando já afastado do marxismo.

Observamos que a inclinação a uma teoria e sua posterior ruptura em Pierre George foram mais influenciadas pelas mudanças do contexto histórico do que por uma firmeza teórica. Justificamos tal conclusão pelo problema do conhecimento e moral: sem absorver profundamente a teoria marxista, a posição de classe de Pierre George pode flutuar e se

aproximar daquela do proletariado, mas dependendo do contexto histórico, essa falta de firmeza intelectual levá-lo a aproximar-se das posições dominantes.

Assim, no período o da Segunda Guerra e no pós-Guerra, com a experiência do *Welfare State*, o polo de atração dos intelectuais pendia para posições comunistas e de esquerda. O esgotamento deste período e as crises econômicas no Ocidente e a “desilusão” com o modelo socialista levam os intelectuais a posições mais moderadas, de centro ou mesmo de direita.

Podemos dizer que entre os anos 1940 e 1960 as publicações de Pierre George estiveram inseridas no movimento de renovação da Geografia Clássica. Demarcando dois períodos: i) aquele de uma geografia próxima do marxismo e de maior radicalidade por ser membro do PCF, que perpassa as obras das décadas de 1940 e 1950; e, ii) de uma geografia de esquerda sob anúncio da Geografia Ativa que perpassa os anos 60 se encerrando com a obra *Métodos da Geografia* publicada em 1970. As obras analisadas desse período apresentam um caráter humanista, ora mais radical, ora menos, conforme se passam os anos.

Todavia, durante os anos setenta se esgota a radicalidade de Pierre George e observa-se uma migração para posições cada vez mais centristas. Tanto em obras publicadas no período como pelas atualizações realizadas em novas edições de livros das décadas anteriores. Culminando no conformismo da obra *Sociedades em Mudança* de 1980, onde a geografia do francês passa a ser uma Geografia sem face.

Assim, distinguimos duas fases de seu pensamento: a primeira marcada pelo marxismo *diamat* onde nos defrontamos com uma dialética débil marcada pelo economicismo; e, a segunda fase caracterizada pelo pós-modernismo na qual estamos diante da ausência completa da dialética. Entende-se que suas rupturas se apresentam mais no sentido político do que metodológico, assim, busca-se no próximo item elencar as permanências de seu pensamento.

4.2 AS PERMANÊNCIAS EM SUAS OBRAS

O que permanece nas obras analisadas, independente do tempo histórico, é o método descritivo e o hábito de classificar e diferenciar regiões para depois elaborar sínteses. Como o próprio autor afirma, “a geografia constitui muito mais uma maneira de classificar, de ponderar e de qualificar os resultados brutos obtidos pela aplicação de métodos elaborados por ciências de características mais analíticas” (GEORGE, 1972, p. 39).

Em seu método

admite-se, como regra fundamental, que os conjuntos só poderão ser apresentados e explicados depois de expostas as características e a dinâmica de cada um dos elementos que entram em sua composição, de sorte que todo estudo regional deve comportar um balanço analítico prévio, além de sínteses parciais sucessivas cada vez mais inclusivas e completas até a síntese final (GEORGE, 1972, p. 102).

Ao nosso ver, tal método remete a uma herança da geografia das civilizações feita por La Blache, que o geógrafo clássico explicita nas seguintes passagens:

O estudo do qual esbocei alguns traços poderia ser assim formulado: tradução da vida geográfica do globo na vida social dos homens. Reencontramos nestas formas de civilização a expressão de causas gerais que atuam sobre toda a superfície da Terra: posição, extensão, clima etc. Elas engendram condições sociais que, sem dúvida, apresentam diversidades locais, mas que, entretanto, são comparáveis em zonas análogas. Trata-se, portanto, de uma geografia: geografia humana ou geografia das civilizações.

Sempre ocorre que, pelo nível de fixação que realizam, estas formas de civilização constituem tipos que podemos repartir geograficamente. É possível agrupá-las, classificá-las e subdividi-las (LA BLACHE, 1902, p. 97-98).

Assim, George segue um padrão, desde obras mais antigas como *Geografia Agrícola do Mundo* e *Geografia Econômica*, até as mais recentes *Sociedade em Mudanças*. Nesta, dedica a primeira parte para descrever os países industrializados ou sociedades industrializadas em se que incluem os EUA, a Europa e as sociedades socialistas, contra outra parte das sociedades dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que são os países dos continentes africano, asiático e da América Latina. Traça princípios gerais e semelhanças para depois partir para o caso particular.

É como procede no livro *Geografia Econômica*:

Para clareza da exposição, dividir-se-á em duas partes o exame do desigual desenvolvimento econômico da humanidade. Convém definir, inicialmente, os quadros de uma classificação dos tipos de povoamento, que permita apreciar qualitativamente as diferenciações regionais das variações de população e os caracteres distintivos das diversas coletividades humanas. Os problemas principais das relações quantitativas entre efetivos humanos e recursos serão examinados separadamente (GEORGE, 1980, p. 5).

Faz o mesmo na obra *Panorama do Mundo Atual*, em que dedica algumas páginas ao surgimento de novas técnicas e novas tendências de seu uso, desde as fontes de energia. Até o avanço da indústria química e as novas técnicas de produção.

E ainda, em *Sociedades em Mudança*:

Portanto, depois de nos termos referido às características gerais, comuns a todas as sociedades industrializadas, tais como foram expostas no capítulo primeiro, só nos resta tentar deprender as particularidades próprias às sociedades de cada um dos grandes países em questão (GEORGE, 1982, p. 36).

Outra permanência é o caráter manualesco de suas obras, que não devem ser completamente ignoradas, uma vez que cumpre a função de introduzir determinado conhecimento e auxiliar nos cursos acadêmicos. Porém, lembramos da crítica que Gramsci realiza ao *Ensaio Popular* de Bukharin: para o filósofo italiano um manual popular “só pode ser uma introdução ao estudo científico, jamais a exposição de pesquisas científicas originais” (GRAMSCI, 2020, p. 142). Pois

se uma determinada doutrina ainda não atingiu esta fase ‘clássica’ do seu desenvolvimento, qualquer tentativa de ‘manualizá-la’ deve fracassar necessariamente, sua sistematização lógica é apenas aparente e ilusória; tratar-se-á não de um manual, mas, ao contrário, como é o caso do *Ensaio*, de uma mecânica justaposição de elementos desconexos, que permanecem inexoravelmente desconexos e desligados (GRAMSCI, 2020, p. 142).

De tal forma, o esforço de publicar manuais não foi acompanhado da elaboração de trabalhos de maior fôlego teórico que permitissem ao seu pensamento atingir uma fase “clássica”, que também se encontrava ausente como um todo na geografia que vinha empreendendo críticas à Escola Clássica.

5 A GEOGRAFIA ATIVA

5.1 TEMPO HISTÓRICO DA GEOGRAFIA ATIVA: O AUGÉ DA DEMOCRACIA MODERNA E DO *WELFARE-STATE* NO OCIDENTE

Quando da publicação do livro *Geografia Ativa*, em 1964, a Europa atravessava um período de prosperidade econômica e social dentro dos marcos do capitalismo, conhecido como os trinta anos gloriosos. Este período, que se estendeu do final da década de 1940 até o início da década de 1970, foi marcado pelo auge da democracia moderna e do *welfare-state* no Ocidente. A fim de compreender como a obra se insere no contexto de seu tempo, cabe inicialmente definir os conceitos de *welfare-state* e democracia moderna.

O *welfare-state* pode ser caracterizado como uma economia mista onde os Estados participavam ativamente do planejamento e administração da modernização da economia. Para Hobsbawm (1995, p. 264) “as grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra [...] são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos”, marcado por um

compromisso político destes “com o pleno emprego e – em menor medida – com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária”.

Neste período viu-se a rejeição ao velho liberalismo de livre mercado e uma “forte orientação e planejamento estatais em assuntos econômicos” (HOBSBAWM, 1995, p. 267). A França, que seguiu entre 1945-46 um “rumo de planejamento econômico para modernizar sua economia industrial” com “adaptação de ideias soviéticas a uma economia capitalista mista” obteve grandes resultados: “aproximou-se com mais êxito que qualquer outro dos principais países industriais da produtividade americana, mais mesmo que a Alemanha” (HOBSBAWM, 1995, p. 269). Tinham início, na França os seus trinta anos gloriosos (*les trente glorieuses*).

O historiador Eric Hobsbawm atribui a receita desse sucesso à Keynes e sua tese de que

a sociedade capitalista só poderia sobreviver se os Estados capitalistas controlassem, administrassem e até planejassem boa parte do perfil geral de suas economias, transformando-as, se necessário, em economias mistas público-privadas. Após 1944, a lição foi adotada por ideólogos e governos reformistas, social-democratas e radicais que lhe deram continuidade com entusiasmo, caso não fossem, como na Escandinávia, pioneiros independentes dessas ideias (HOBSBAWM, 2014, p. 505).

Junto do *welfare-state* desenvolveu-se a democracia moderna. Para sua definição recorreremos ao filósofo italiano Stefano Azzarà, que inscreve sua elaboração teórica numa tradição gramsciana, e de procedimento metodológico que se aproxima daquele levantado por Losurdo. Na obra *Adeus Pós-Modernismo* no capítulo I *Uma crítica político filosófica ao pós-modernismo* Azzarà, (2022, p. 38), reflete que a crise da democracia moderna se dá, “em relação direta com a derrota da esquerda histórica e dos grupos sociais que este campo político buscou representar”.

Para o autor, com esta crise “estamos totalmente imersos em um processo de deterioração da democracia [...] ligados às imponentes transformações sociais, econômicas e produtivas ocorridas no Ocidente nos últimos decênios” (AZZARÀ, 2022, p. 38). Como aspecto cultural integrante desta crise temos o pós-modernismo, “um momento de um processo de transformação integral que modificou as formas de consciência dos indivíduos, mas também as formas de consciência dos grupos que estão em conflito na sociedade” (AZZARÀ, 2022, p. 38-39).

O pós-modernismo emerge a partir dos acontecimentos de 1968 e ganha força durante a década de 1970, dominando o pensamento ocidental até hoje. À época do lançamento do livro *Geografia Ativa*, em 1964, estamos, ainda, diante da democracia

moderna como tal, “daquela democracia que compreende, além do sufrágio universal e os direitos formais, também os direitos econômicos e sociais” (AZZARÀ, 2022, p. 42), marcado pela

participação autônoma na vida política de interesses diversos e frequentemente contrapostos, interesses que estão em condições de se auto-organizar e de fazer-se representar na forma dos partidos políticos e que a partir desta base encontram expressão parlamentar por meio das relações entre legislativo e executivo (AZZARÀ, 2022, p. 43).

Não podemos compreender as ideias contidas na Geografia Ativa se não considerarmos o contexto histórico no qual estão expressas, de um momento de relativo equilíbrio no conflito político entre as classes subalternas e as classes dominantes. Possível principalmente pela capacidade de organização autônoma e eficaz das classes subalternas que se traduz

no sufrágio universal, na construção do *welfare*, nas instituições democráticas, na sociedade de massa que conhecemos – resultado de uma longa e contraditória história que compreende também duas guerras mundiais, a Guerra Fria e o processo de descolonização (Azzarà, 2022, p. 45).

Portanto, a Geografia Ativa e seus autores (GEORGE *et al*, 1968) se encontram diante da realização da democracia moderna do Ocidente. Marcado pela construção do *welfare-state* onde as lutas políticas ocorriam, sobretudo, sob a direção dos partidos e sindicatos que permitiram a “unificação progressiva das classes populares” e uma mobilização e luta eficaz em torno de seus direitos, bem como no balanço entre os interesses das classes dominantes.

Hobsbawm (1995, p. 278) observa que na década de 1960 “o centro de gravidade do consenso mudou para a esquerda”, fruto do “rejuvenescimento político com a morte ou saída de cena de velhos estadistas nascidos no final do século XIX”. Para o autor “os anos de pico da Era de Ouro pareceram tão convenientes para a esquerda moderada, mais uma vez no governo em muitos Estados europeus ocidentais, quanto a década de 1950 fora inconveniente” (HOBSBAWM, 1995, p. 278). Como não tinham política econômica própria, os partidos socialistas e movimentos trabalhistas “que tanto se destacaram na Europa após a guerra, enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado” (HOBSBAWM, 1995, p. 267).

Mesmo os comunistas, que possuíam um programa que visava a tomada do poder e emular o modelo soviético, não viam muitas alternativas além de exigir a abolição do capitalismo. Contudo, “nenhum governo social-democrata sabia como fazer, nem tentara fazer”, assim, os comunistas “tinham de depender de uma economia capitalista forte e

criadora de riqueza para financiar seus objetivos”. De tal modo, na visão de Hobsbawm (1995, p. 267), “um capitalismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações social-democratas, lhes parecia bastante adequado”.

Como exposto, é preciso considerar o contexto histórico-político para uma aproximação mais fidedigna das influências que uma obra ou o conjunto de seus autores recebeu na época. No cenário político da França na “década de 1950 a imagem do ‘liberalismo’ saíra gravemente danificada após a guerra colonialista que o governo francês travara, com imensa brutalidade, contra o povo argelino, até 1962” (KONDER, 2009, p. 129). Essa imagem pouco prestigiada do liberalismo é reconhecida pelos autores da Geografia Ativa, que se inserem na defesa do *welfare-state* em que a intervenção do Estado é necessária para equilibrar os interesses das classes subalternas e das classes dominantes. Escrevem Kayser e George (1968, p. 325):

A intervenção acentuada do Estado nos assuntos econômicos e sociais da nação obriga-o, na nossa época, a assumir responsabilidades crescentes na localização das atividades produtivas. Em consequência, a escolha das localizações, ao nível da firma, não se coloca mais sob a égide do liberalismo integral, enquanto que, de outro lado, o regionalismo estreito dos grupos de pressão locais está ultrapassado. Os ‘custos’ não podem mais ser julgados pelos empresários sem levar em conta as necessidades, caras, da coletividade.

No campo científico e filosófico “o pós-guerra criou um clima de possibilidades e de extrema crença na ciência como transformadora da realidade social” (SILVA, 2012, p. 105). Marcado por grandes inovações tecnológicas e um debate filosófico em torno do desenvolvimento social que pudesse nortear ações políticas, diante desse contexto, para Silva (2012, p. 105), o discurso da Geografia Ativa “atendia aos anseios de um mundo que se transformava com uma intensa velocidade e que apresentava um quadro de distorções e carências inconcebíveis às pessoas mais sensíveis e politizadas”.

Ao falarem da localização das empresas, do preço dos terrenos e mobilidade da mão-de-obra Kayser e George (1968, p. 326) ressaltam que a determinação de boas localizações “não poderia ser suficiente” se ficasse “a cargo de uma empresa”. Pontuando que “para serem conformes ao interesse geral, estas localizações deveriam levar em conta todos os encargos, direitos e indiretos, atuais e do futuro, individuais e coletivos, que elas acarretariam, bem como as vantagens não mensuráveis que elas trazem consigo para os trabalhadores e suas famílias” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 326).

Os próprios autores da Geografia Ativa ao abordarem as políticas regionais de países do Ocidente demonstram o estado de espírito geral do tempo histórico da democracia

moderna e do *welfare-state*. É exemplo a Bélgica e a “aplicação das medidas especiais que visam combater as dificuldades econômicas e sociais de certas regiões”, incorporada em lei daquele país (lei de 18/07/1959) (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 331); também a Alemanha, onde “as primeiras intervenções em matéria de organização do espaço visaram amparar e soerguer as regiões deprimidas” que foram beneficiadas por um “conjunto legislativo coroado pela convenção sobre o *Raumordnung*¹², lavrada entre o governo federal e os Estados” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 331).

Na Inglaterra, os autores destacam o *Board of Trade* instituído no pós-guerra, que “dispõe do poder de execução, com direitos que vão até a construção de edifícios industriais, a organização dos serviços públicos e ajuda financeira às empresas” no qual o objetivo dos legisladores trouxe resultados consideráveis de eliminação do “desemprego estrutural regional” e da implantação em ritmo rápido de novos locais industriais e modernização das indústrias de base. Chamam atenção que na Inglaterra a planificação regional é um “método administrativo oficial, solidamente consagrado. A lei de 1947 criou um ministério da Planificação, descentralizado em 12 direções regionais, e que delega uma parte de seu poder executivo às autoridades locais; por toda a parte o controle de utilização do solo, isto é, a chave da organização do território, está nas mãos dos representantes da coletividade” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 333).

Dos esforços empreendidos na Itália, desde 1950, em torno da questão do *Mezzogiorno*, os geógrafos franceses destacam a experiência regional, “sem nenhuma dúvida, a mais completa experiência de organização do território e o empreendimento levado a efeito com os mais poderosos meios dentre todos os países industriais capitalistas” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 337). Aqui o governo italiano adotou uma série de medidas eficazes, juntamente da criação de organismos e promulgação de disposições legislativas que acabaram por se complementar.

Dos organismos criados pelo Estado italiano Kayser e George (1968, p. 338) salientam o Comitê Interministerial para o Sul, o Instituto para o Desenvolvimento Econômico da Itália Meridional (ISVEIMER), Crédito Industrial Sardo (C.I.S.) e a Associação para o Desenvolvimento da Indústria no Sul (SVIMEZ). Como principais disposições legislativas apontam a Reforma Agrária, o Plano de Desenvolvimento da Calábria, entre outras leis de estímulos econômicos para determinadas regiões. Esperando que através de todos esses meios e do montante de fundos orçamentários empreendidos pelos

¹² “Ordenação do território” em tradução livre.

poderes públicos, “aplicado a setores particulares ou a trabalhos de conjunto deve ter condições de provocar as transformações esperadas”, realizando assim, uma mudança positiva na situação humana da época de “uma certa evolução do ‘clima’ psico-social” ante as políticas de desenvolvimento do *Mezzogiorno* (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 338).

No processo de formação dos geógrafos da Geografia Ativa, como constata Silva (2012, p. 110) “não se pode negligenciar o fato de que os autores tiveram militância ou sofreram forte influência do Partido Comunista Francês (PCF), apesar do rompimento a partir de 1956”. Outros autores, como Escolar e Moraes (1989), Pedrosa (2013) e Verdi (2020) também analisam a influência exercida pela militância no PCF sobre a Geografia produzida por George, Lacoste, Kayser e Guglielmo.

Ainda que permeada por contradições, a atividade partidária dos autores é importante para compreender o contexto de suas posições ideológicas, que

resultan altamente significativas para una comprensión más profunda de su obra. Justamente porque Pierre George se va a debatir en los límites de la coyuntura histórica y política de la guerra fría, la derrota de Argelia y la estabilización total (y luego desestabilización ficticia) del partido comunista francés (ESCOLAR; MORAES, 1989, p. 6).

Ao analisar a trajetória de Pierre George, Pedrosa (2013, p. 115) avalia que mesmo quando este “se desliga do partido comunista, as lições que ele aprendeu nos anos de vivência e análise da racionalização econômica soviética irão se diluir muito lentamente”, e isto até se consideramos “a tentativa de neutralização da geografia ativa”. Persiste em George “o interesse sobre o planejamento e o diálogo com os economistas”, bem como a atração “pela União Soviética e pelo mundo eslavo” (PEDROSA, 2013, p. 109).

Tal permanência das influências socialistas pode ser vista não somente em George, mas nos demais autores da Geografia Ativa, quando insistem, por exemplo, que “os diferentes aspectos da organização territorial nos países de economia socialista fornecem matéria para referências prospectivas de primeira importância” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 332), bem como quando reconhecem a experiência soviética como “modelo aos países subdesenvolvidos” (LACOSTE, 1968, p. 120) e que o seu desenvolvimento é um “fato incontestável, e a um ritmo que causou a inveja a numerosos Estados” (LACOSTE, 1968, p. 120).

É no tópico *Perspectivas da Geografia Ativa em País Subdesenvolvido*, seção do livro escrita por Lacoste, que encontramos a menção a outra experiência socialista, a chinesa, sobretudo como exemplo de desenvolvimento para o conjunto do Terceiro Mundo. Além

disso, os ensinamentos apresentados se relacionam com a tradição política da democracia moderna e do *welfare-state* no Ocidente, bem como a organização de um Partido Comunista, Veja-se as passagens abaixo, retiradas de Yves Lacoste (1968, p. 130-131):

- A importância das condições políticas para se organizar e para se iniciar o esforço de desenvolvimento.
- A necessidade de um grupo, de um partido experimentado, decidido, em contato estreito com as massas camponesas para organizar e estimular o esforço de desenvolvimento.
- A importância da participação da população na vida política nacional.
- A necessidade de criar progressivamente novas estruturas econômicas e sociais e de transformá-las e ampliá-las à medida que se processa o desenvolvimento.
- A possibilidade de mobilizar massas consideráveis e de fazê-las trabalhar por outros motivos que não seja o interesse pessoal imediato, com a condição de que a igualdade seja realizada e que existam estruturas de enquadramento apropriadas.

5.2 PROBLEMAS DE PESQUISA DA GEOGRAFIA ATIVA

5.2.1 Planejamento, Estado e sociedade-civil

O tema do planejamento nacional e regional permeia toda a *Geografia Ativa*, que se dedica ao estudo das formas de desenvolvimento tanto para países subdesenvolvidos como desenvolvidos. De acordo com Pedrosa (2013, p. 109), a obra realiza “o diagnóstico dos problemas regionais, a partir de seu enquadramento histórico e de sua situação geográfica”. Na Geografia Ativa os autores buscam apresentar a Geografia como ciência aplicada fundamental para os trabalhos de planejamento em “que o geógrafo atue em equipes multidisciplinares apresentando soluções para os problemas” (PEDROSA, 2013, p. 109).

Essa política de desenvolvimento, como escreveu Lacoste (1968, p. 118), “deve estar muito estreitamente adaptada às realidades do país. E nem todos os aspectos dessas realidades são transferíveis de um Estado a outro, de uma região a outra”. Mostram, portanto, uma preocupação com a importação de modelos prontos de desenvolvimento e a compreensão de que a realidade de cada Estado é resultado de formações socioespaciais distintas.

5.2.2 Objetividade e planejamento racional, uma geografia positivista?

No debate sobre planejamento, Verdi (2020, p. 5) se fixa em uma crítica de Bataillon (2006). Para ele a Geografia Ativa “evidencia uma abordagem positivista do marxismo, que compreende o planejamento territorial – especialmente regional – como ação racionalizada,

cabendo à uma Geografia Humana ativa o papel de racionalizar a intervenção”. Uma crítica que a nosso ver não compreende as disputas da sociedade em sua totalidade e contradições. Seria mais vantajoso para as classes subalternas um planejamento não racional, entregue à livre iniciativa de regulação por parte das classes dominantes sem a participação das lutas emancipatórias da sociedade-civil e mediação do Estado? Afinal, como veremos, o planejamento da Geografia Ativa não excluía a participação da sociedade civil.

Certamente, os autores da Geografia Ativa não escondem o apreço pelo planejamento racional, criticado por Bataillon, compreendendo que nas experiências socialistas “a valorização integral dos recursos nacionais e, portanto, a organização do espaço, estão na própria base da política econômica dos países socialistas”, nos quais a planificação territorial é “uma realidade tangível” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 340). Eles criticam os países de economia liberal em que prevalecem duas “ordens de intervenção”, a “organização do território” e “ajuda às regiões em dificuldades”, diferentemente dos países socialistas, onde soma-se uma terceira: a “organização regional” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 340).

Kayser e George afirmam (1968, p. 341) que há nos países socialistas “condições favoráveis a uma expansão racional”, em que “o desaparecimento dos interesses privados em favor dos da coletividade facilita grandemente a concepção e as operações da planificação física”. O que para Bataillon é algo negativo, para os autores da geografia ativa se mostra como um exemplo positivo a ser seguido pelos países capitalistas do Ocidente. Longe de ser uma expressão positivista, a racionalização ou o racional operam numa chave de organização das regiões com vistas a atender aos interesses da coletividade, ou seja, da sociedade-civil. Visa-se o desenvolvimento dos meios de produção em relação à demanda de produção e consumo de um país, fazendo-o de maneira mediada entre soluções e concessões benéficas para as classes subalternas e para as classes dominantes como é característico no *welfare-state*.

Eis a posição de Kayser e George (1968, p. 327) sobre o planejamento racional: “a realização do progresso sobre o conjunto do território nacional é portanto, sem nenhuma dúvida, vantajosa para a coletividade. Deve tender a obedecer às duas condições principais da integração nacional das economias regionais”, o pleno emprego da população no espaço regional e o crescimento da produtividade, em que “ninguém mais nega a necessidade da intervenção do Estado”.

No pós-guerra diversos países europeus apresentam planos de reconstrução econômica, na perspectiva da realização do *welfare-state*. Na França

em 1960, é criada a DATAR (Delegação Interministerial de Planejamento do Território e Atratividade Regional), o que gera um novo ciclo de ações planejadoras no território francês. O DATAR substitui um antigo órgão interministerial nascido do plano Marshall de reconstrução. A grande continuidade é que o novo órgão continua com a gestão estatal da economia, com a racionalização da organização econômica e a criação das metrópoles de equilíbrio que buscavam regular a disponibilidade de serviços em todo o território nacional (PEDROSA, 2013, p. 109).

Nesse contexto, como aponta Pedrosa (2013, p. 109), “George foi um dos principais defensores do binômio plano central e ação regional e, nesse sentido, a publicação do livro ‘Geografia Ativa’ com seus alunos posiciona a defesa de um ponto de vista e de uma proposta para o novo ciclo do planejamento francês”.

Planejamento este que se confrontava com desafios de desafogar a região parisiense e “a redistribuição de atividades em todo o conjunto do território nacional” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 346), tarefa que para “uma região francesa do interior, tem poucas possibilidades de lograr êxito, salvo quando se trata de criação de estabelecimentos do Estado” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 347).

Dentro da ação governamental francesa, Kayser e George (1968, p. 352) destacam o papel do Comissariado Geral do Planejamento e a Delegação da Organização do Território, organismos que tem a função “de informação e de equipamento em infraestruturas e de concessão de subvenções”. O trabalho desses serviços da organização do território e do planejamento identificou à época duas grandes questões para o desenvolvimento regional francês apresentada por Kayser e George (1968, p. 353): (1) “o fracionamento da França em departamentos entrava o desenvolvimento de iniciativas propriamente regionais e contribui para a centralização parisiense”; (2) “a reorganização da economia francesa passa pelo equipamento e a animação de alguns centros urbanos, que agem como centros de serviços e como centros de iniciativa e de decisão”.

Ao se pensar o espaço regional Kayser e George (1968, p. 354) identificam que este é definido “por um equilíbrio de forças entre os jogos de iniciativa proveniente de diferentes centros, também por uma ponderação de certas conquistas, por invasões de influências”, sendo a noção de limite regional “instável, e variável segundo a natureza da ação visada”. Estas ações distinguem-se segundo os interesses sociedade civil, que ganham espaço de debate e decisão por meio de comitês de organização regional, “que reúnem os representantes das coletividades privadas (Câmaras de Comércio, Câmaras de Agricultura, Sindicatos patronais, Sindicatos operários) e os das administrações ou das sociedades nacionais” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 355).

Este trabalho dos organismos de pesquisa e planejamento, junto dos comitês de organização regional, como defendem Kayser e George (1968, p. 356), deve levar em conta as numerosas

imbricações entre a procura de estruturas harmoniosas e favoráveis ao desenvolvimento a prazo médio em benefício de todas as atividades e as preocupações de proteger os interesses particulares e de realizar projetos a curto prazo em setores de caráter frequentemente muito pessoal. É neste nível que é mais fácil constatar que, se o estudo é em boa parte geográfico, a aplicação corresponde a uma ordem de preocupações.

O assunto da ordem do dia era o planejamento francês, e o desafio dos geógrafos a necessidade de elaborar um “plano geral da reestruturação regional francesa” que se sobrepusesse à “reorganização da grande região parisiense” (KAYSER; GEORGE, 1968, p. 357).

Como aludido anteriormente, a partir de 1956 os autores rompem com o Partido Comunista Francês e traçam trajetórias distintas na militância política. Pedrosa (2013, p. 109), ao analisar a carreira de Pierre George, afirma que “se anteriormente o planejamento tinha um viés político ligado à construção do socialismo e às ideias do partido”, após o “rompimento com os comunistas, o plano deve ser neutro”, sendo que o “diagnóstico idôneo”, a ser “submetido aos políticos que tomaram as decisões coletivas acerca do que deve ou não ser feito”. Não obstante, é preciso dizer que esta crítica revela uma contradição, na medida em que afirma, com tons que deixam transparecer uma visão mercantil da planificação, que “nem sempre esse planejamento funcionou, pois ele estava muito centralizado em uma política do Estado e não era simpático aos interesses das empresas.” (PEDROSA, 2013, p. 110).

Entendemos que se o planejamento não era simpático aos interesses das empresas, ele já não se coloca de maneira neutra, é porque está expressando os embates de classe do *welfare-state* que realizam a democracia moderna, como vimos na reflexão de Azzarà. Bernard Kayser (1968, p. 302, *itálicos nossos*) coloca essas disputas com posições contraditórias em foco: “assim quer se focalize a região na realidade de sua evolução, quer em suas perspectivas, ela é ao mesmo tempo o que está em jogo e o que resulta, *instável de uma luta dialética*”.

Na sequência do seu raciocínio, Kayser (1968, p. 302) escreve que a função do geógrafo é “distinguir, em uma perspectiva dinâmica, o papel que cabe aos diversos fatores da vida regional, e medir a exata importância das forças de inércia e das forças de progresso. Esta análise se insere necessariamente ao nível das estruturas”. Ou seja, estamos diante de

passagens que demonstram que o geógrafo não é neutro. Elas revelam, a rigor, a existência de disputas no planejamento, na qual a sociedade-civil, o geógrafo, as empresas e o Estado estão intervindo.

Para Pierre George o geógrafo é aquele que possui os ensinamentos e conhecimentos necessários para a concepção global dos conjuntos e das relações, sendo, portanto, o agente da coordenação entre as técnicas, os conhecimentos especializados e a política. Diz o geógrafo francês, referindo-se sobre à ação política no planejamento nacional:

Não há limites traçados, senão os limites políticos ou administrativos, respondendo a necessidades de ordem jurídica e funcional. Mas estes limites traçados podem passar da ordem de oportunidade e comodidade de serviço à de obstáculo ao desenvolvimento e à boa marcha dos serviços. São, pois, superados pelos fatos remontados por outros limites e a confusão que disso resulta não é senão a expressão do movimento. Onde se detêm as características próprias a um conjunto geográfico no momento presente? Onde deveriam ser traçados limites de gestão correspondendo à conjuntura? (GEORGE, 1968, p. 34).

George conclui que “toda política de organização ou de planificação regional começa pela procura de uma divisão regional, correspondendo à conjuntura e à escolha de temas de ação para o futuro próximo” (GEORGE, 1968, p. 35). Ou seja, o geógrafo ou planejador avaliam, dentro da conjuntura, os temas de ação para suas análises de planejamento, o que significa absorver as disputas políticas do momento e não tomar uma posição neutra diante da realidade.

Em seguida Pierre George (1968, p. 38) dedica um item somente para destacar o papel que a organização da pesquisa geográfica na França teria no desenvolvimento da Geografia Ativa. Ele se refere a ela em relação ao planejamento nacional, desejando a instituição de “um organismo de pesquisa com dupla vocação de pesquisa fundamental e de formação geográfica chamado, segundo as necessidades, a colaborar em empreendimentos de planejamento regional ou urbano ou de estudos de mercado, comparável ao Centro de Estudos Sociológicos do Centro Nacional de Pesquisa Científica”.

Ao realizar o estudo dos quadros regionais, Kayser (1968, p. 305) aponta que é preciso levar em conta que a “região é feita de um emaranhado ou de uma superposição de estruturas e de superestrutura”, sendo a região “uma realidade objetiva que se impõe”. Nesse quadro, destaca como elementos de análise cinco itens principais: i) “a população, em seus aspectos demográficos *e sociais*”; ii) “os recursos e sua utilização”; iii) “o consumo”; iv) “as relações exteriores”; v) “a estrutura geográfica” (KAYSER, 1968, p. 305, *itálicos nossos*). Importa-nos aqui destacar os dados relativos à população, que “comportam dois aspectos, um demográfico, *e outro sociológico*” (KAYSER, 1968, p. 306, *itálicos nossos*).

Nas palavras de Kayser (1968, p. 306, *itálicos nossos*) “as estruturas e *as atitudes sociais* e psicossociológicas completam o quadro” do estudo da população. Temos aqui a incorporação da ação política da sociedade civil. Somente o estudo quantitativo da força de trabalho, do conhecimento das profissões ou de estatísticas demográficas para Kayser (1968, p. 306, *grifo nosso*) não são suficientes para o estudo da população, é necessário para ele, “saber como se repartem, numericamente e qualitativamente, a classes da sociedade”, e “poder estimar-lhes as capacidades e a **reações coletivas**”.

Tomemos uma última citação que indica claramente que a Geografia Ativa não é neutra. Kayser escreve que (1968, p. 315):

Ela é ativa, com a colaboração dos economistas, dos demógrafos, dos sociólogos e dos técnicos, e oferece aos poderes de decisão uma visão prospectiva das situações regionais e a noção clara das alternativas de intervenção entre as quais será preciso optar.

Novamente, os autores colocam que nas decisões do planejamento dos quadros regionais há escolhas a serem feitas ou “opções”, e isto é considerar os embates de interesses presentes na sociedade civil e no Estado.

5.3 LIMITES TEÓRICO-POLÍTICOS: CONSTATAÇÃO DE PROBLEMAS, AUSÊNCIA DE SOLUÇÕES

Na análise de Verdi (2020, p. 6), para Pierre George “a Geografia aplicada teria extinguido a originalidade e a singularidade, ou mesmo a essência, da Geografia”, onde “o geógrafo deixa de responder à sua própria definição – ser o homem da síntese – e passa a realizar apenas um trabalho técnico, apropriado por agentes de execução”. Assim, de acordo com a autora, George “explicita a existência de uma dualidade entre uma Geografia sem compromisso utilitário, desinteressada e explicativa; e uma Geografia prática que se coloca à serviço de aparelhos militares e econômicos de dominação dos territórios” (VERDI, 2020, p. 6).

Como veremos adiante na crítica feita por Lacoste à Pierre George, apesar de romper com a geografia aplicada, a geografia ativa não coloca o problema do Estado e de seus aparelhos militares e dominação dos territórios na ordem do dia. O que Pierre George propõe em oposição à geografia aplicada é um “*aproche* global, ao mesmo tempo ‘físico e humano’”, em contraposição a “aplicação desta ou daquela técnica do *savoir-faire* dos

geógrafos” (Lacoste 2012, p. 208). Porém, para Lacoste (2012, p. 208), os “métodos desse *approche* ‘global’ [...] não estavam claramente definidos e menos ainda os de análise espacial que são, no entanto, o domínio específico dos geógrafos”, o que equipararia a geografia ativa à geografia aplicada, sendo ambas concebidas “como uma espécie de prolongamento de uma geografia universitária, sobretudo preocupada com a ciência ‘pura’ e cujas motivações permanecem essencialmente acadêmicas”.

É o que podemos encontrar em Lacoste (2012, p. 123) que ao criticar o silêncio da geografia universitária em torno da obra de Reclus, ressalta que isso é resultado “da recusa da mesma em admitir a geograficidade dos fatos que advêm da política, mormente aqueles que traduzem o papel dos diferentes aparelhos de Estado”. Reconhecendo uma ampliação desde os anos 1950 das concepções da “geograficidade”, em que os geógrafos universitários “levam em consideração problemas urbanos e industriais e evocam as estruturas econômicas e sociais”, eles, todavia, “querem ainda ignorar os problemas políticos, mas ainda as questões militares, e a palavra geopolítica é também para eles um verdadeiro espectro que evoca as empresas hitlerianas” (LACOSTE, 2012, p. 123).

Crítica que logo em seguida Lacoste irá dirigir a Pierre George e a ele mesmo por ignorarem os problemas políticos e o papel do Estado – a geopolítica – na obra *Geografia Ativa*¹³. Assinala Lacoste (2012, p. 124) que “esse livro marca uma ruptura com relação à concepção de uma geografia desinteressada, puramente descritiva e explicativa, que havia prevalecido na universidade, desde o início do século XX”, e que diante desses propósitos a geografia ativa deveria levar em consideração os problemas geopolíticos. Contudo, “Pierre George os rejeita categoricamente desde o início da obra”. O trecho de George citado por Lacoste em questão é o seguinte: “A pior caricatura da geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a geopolítica, justificando por encomenda, não importa qual reivindicação territorial, não importa qual pilhagem, por pseudoargumentos científicos” (LACOSTE, 2012, p. 124).

Para Lacoste é evidente a preocupação de Pierre George de se assimilar toda geopolítica com a geopolítica hitleriana, contudo, ao operar na negação da geopolítica e da reivindicação territorial de qualquer natureza, Pierre George rejeita também o direito dos

¹³ Como aponta Lacoste (2012, p. 124, nota 3): “Quanto mais essa ideia de geografia ativa me parece ainda mais fundamental hoje que na época em que apareceu a obra, tanto mais agora ela me parece se caracterizar por um esquecimento bastante fundamental: o papel do Estado e as estruturas políticas através das quais se exerce sua autoridade. Assim, por exemplo, não há qualquer referência ao Estado, nem no prefácio, nem na primeira parte. ‘Problemas, doutrina e método’, redigidos por Pierre George, como menos ainda na parte ‘Perspectivas da geografia ativa em países subdesenvolvidos’, que é de minha autoria. É contudo o Estado que organiza o espaço e decide as políticas de desenvolvimento”.

povos do Terceiro Mundo de reivindicarem sua independência e um território nacional autônomo. Lacoste (2021, p. 124) finaliza sua crítica apontando que P. George, ao proscreever

as questões geopolíticas, rejeitando-as numa espécie de inferno científico e político, é particularmente significativa dessa crença da corporação dos geógrafos universitários de que a exclusão da geopolítica é a condição principal para que a geografia seja reconhecida como ciência.

Mas Lacoste, mesmo ao identificar tais problemas em Pierre George, não vai muito além na proposição de soluções, apesar de refletir sobre as causas do subdesenvolvimento como o colonialismo e a escravidão e identificar que nesses países o “capitalismo foi bruscamente introduzido do exterior pela ação e para proveito de uma minoria colonizadora ou autóctone, numa sociedade *dominada* em que prevaleciam outras relações econômicas e sociais” e que mesmo após “a independência da maior parte dos países colonizados não se traduziu até agora pelo desaparecimento da minoria monopolizadora” (LACOSTE, 1968, p. 60-61).

A rigor, o autor simplesmente omite o nome dos países colonialistas, tratando o subdesenvolvimento como uma situação histórica inerente aos países de Terceiro Mundo, sem colocar explicitamente o quadro de dominação e espoliação perpetrado pelos países do Ocidente. Nas poucas páginas dedicadas a avaliar o quadro de subdesenvolvimento dos países da África do Norte e do Oriente Médio (LACOSTE, 1968, pp. 102-105), não há uma menção sequer ao colonialismo francês e à guerra da independência argelina (1954-1962), ignorando a violência militar empreendida pela França contra a Argélia.

Tal posição lembra a crítica feita por Losurdo ao filósofo conterrâneo de Yves Lacoste, Louis Althusser. Assim como para o geógrafo francês, em Althusser

era repetida e positiva a referência a Mao Tsé-tung, apreciado em primeiro lugar como teórico da contradição e da dialética. De toda forma, objetivamente, era a homenagem a um pensamento amadurecido a partir da reflexão sobre aquela que pode ser considerada a maior revolução anticolonial da história, aquela que viu o país mais populoso do mundo e de civilização milenar enfrentar, no plano teórico e prático, e numa luta de longa duração, múltiplas contradições e inimigos e de diferentes naturezas (LOSURDO, 2018, p. 79).

Porém, como pontua Losurdo (2018, p. 79), em Althusser essa homenagem

prestada à revolução anticolonialista mundial em curso no momento é minada por uma plataforma teórica sustentada pelo anti-humanismo, o que impede a compreensão das lutas de classes que, bem longe de terem uma dimensão meramente econômica, são lutas pelo reconhecimento.

Na Geografia Ativa são positivas também as referências à China, se assemelhando à homenagem prestada por Althusser. Aponta Lacoste (1968, p. 124) que a repercussão mundial do esforço chinês, sobretudo nos países subdesenvolvidos, se dá sobretudo diante de dois fatos essenciais:

i) a China é o primeiro país do mundo que inventou e organizou um sistema de desenvolvimento que visa diretamente os problemas essenciais do subdesenvolvimento; ii) a China é, até o presente momento e apesar de certos fracassos, o único país do mundo que realizou em tão pouco tempo progressos tão consideráveis, a partir de uma situação catastrófica.

Ele reconhece que a “a vitória de um movimento camponês revolucionário, com dirigentes do partido comunista chinês (que) foi o que engatilhou um formidável esforço de desenvolvimento” (LACOSTE, 1968, p. 124), sendo o “balanço de dez anos de esforços [...] extraordinariamente positivo” (LACOSTE, 1968, p. 125).

Na esteira da proposta da Geografia Ativa de questionar a ciência geográfica voltemos a uma passagem citada no início do capítulo e presente nas páginas iniciais da obra analisada revelando sua missão, em que a geografia

deve criar para libertar-se de um passado que se repudia, criar para satisfazer necessidades imperiosas nascidas do crescimento do consumo, criar para afirmar que se possuem as melhores garantias de uma construção de um domínio do futuro” (GEORGE, 1968, p. 26).

Apesar de apontarem um problema naquela geografia praticada no passado, os geógrafos franceses não revelam qual futuro é esse que devemos criar. O aspecto criador da geografia ativa não leva a uma ruptura radical dos antagonismos que os próprios autores identificam e criticam, não apontando o horizonte para qual nos devemos dirigir mesmo sentenciando que a geografia ativa é “a única geografia” (GEORGE, 1968, p. 27).

Antonio Carlos Robert Moraes, em sua *Geografia: pequena história crítica* (2005, p. 124), considera que a proposta da Geografia Ativa “era a de executar um tipo de análise que colocasse a descoberto as contradições do modo de produção capitalista, nos vários quadros regionais”, operando “assim uma Geografia de denúncia de realidades espaciais injustas e contraditórias”. Segundo Moraes (2005, p. 124), a Geografia Ativa “veiculava um ideal humanista e conseguia um peso político, em função de sua potencialidade de constatação e divulgação da manifestação espacial de problemas sociais”, porém, reconhece que “esta Geografia de denúncia não rompia, em termos metodológicos, com a análise regional tradicional”.

Assim, conforme Moraes (2005, p. 124), a Geografia Ativa se limitava “a um estudo das aparências, sem possibilidade de indagar a respeito da essência dos problemas” em que

a manutenção da ótica empirista vedava a análise dos processos essenciais e a explicação era sempre externa à Geografia. Poder-se-ia dizer que estes autores tinham uma ética de esquerda, porém instrumentalizada numa epistemologia positivista (MORAES, 2005, p. 124).

Moraes conclui que esses pressupostos metodológicos e epistemológicos foram superados pela Geografia Crítica. Tais problemáticas sobre a Geografia Ativa, e, principalmente em relação a Pierre George, foram postas por Escolar e Moraes (1989, p. 7) da seguinte maneira:

Quizás la resolución de un mito (el carácter progresista y hasta revolucionario de la obra de Pierre George) pueda encontrarse en sus antecedentes y en sus propias especificidades [...] En ciertas ocasiones las ‘herencias’ temáticas, epistemológicas y conceptuales parecen aflorar en los discursos más extraños y hasta cierto punto la resonancia de un legado difícil de aislar.

Para Verdi (2020, p. 14) a ruptura da geografia crítica com a geografia ativa dá justamente o salto para a práxis

Assim, o desvendamento dessas contradições tem um duplo caráter: de um lado, é um procedimento de pesquisa de uma perspectiva de interpretação do real; de outro, e simultaneamente, é um compromisso social, pois o pesquisador se vê como sujeito da sociedade contraditória.

Um fechamento positivo em torno do planejamento regional apresentada pela Geografia Crítica pode ser dado por Antonio Carlos Robert Moraes, que no livro *Ideologias Geográficas* (1988) refletia sobre a contribuição que nossa ciência poderia dar no processo da Constituinte, defendendo que não deveríamos reduzir a nação à sua dimensão espacial - de uma mera divisão de regiões postas no papel - mas sim tratar o território como produto social, resultado histórico da prática humana sobre a superfície terrestre. Ele conclui que

o campo de atuação do geógrafo se alarga quando ele aceita a possibilidade de uma contribuição própria dessa disciplina, quando ele define com clareza a especificidade de sua abordagem, e quando consegue inseri-la numa estratégia política. E mais, assim fazendo ele unificaria a reflexão sobre a crise da Geografia e a crise da sociedade brasileira numa única formulação, permitindo uma práxis do geógrafo enquanto geógrafo (MORAES, 1988, p. 154).

A proposta da Geografia Ativa, apesar de eminentemente não ser marxista, absorve influências do marxismo e heranças da militância política no PCF de seus autores, demonstrando simpatia aos países socialistas e reconhecendo suas conquistas positivas como

exemplo para o planejamento e desenvolvimento das nações do conjunto do Terceiro Mundo, mas também daqueles países capitalistas do Ocidente.

A obra se insere no contexto histórico de seu tempo, em que seus autores haviam rompido com um projeto de sociedade socialista diante da crise dos Partidos Comunistas do Ocidente na década de 1950. Ainda assim, se o futuro a ser criado pela Geografia Ativa não vislumbra um quadro revolucionário, ela acaba por absorver ensinamentos das experiências socialistas e insere-se na realização da democracia moderna do Ocidente, caracterizada pelo *welfare-state*.

PARTE II - A INFLUÊNCIA DE PIERRE GEORGE NO BRASIL

6 RECEPÇÃO NO BRASIL

6.1 O CONTEXTO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A história da Geografia no Brasil, enquanto cátedra, se inicia em 1934 com a criação da Universidade de São Paulo – USP. Naquele momento ocorre uma internacionalização do campo intelectual, sobretudo impulsionado pelas ações dos Estados europeus, que buscavam a “construção de uma comunidade mundial dos intelectuais” e a “ocidentalização” das ideias (CAMPOS, 2021, p. 62). Era uma disputa de universalidade do pensamento europeu sobre as nascentes universidades nos continentes asiático, africano e americano.

A importação de modelos científicos e culturais europeus fazia parte de uma “estratégia das elites brasileiras com objetivo de projetar o país no concerto mundial das nações consideradas mais avançadas e, ao mesmo tempo, alçarem-se como lideranças nacionais”. Ao passo que, “no plano político, os países europeus expandiam suas fronteiras de domínio cultural, no esforço de manter e ampliar seus poderes” (CAMPOS, 2021, p. 63).

Nessa disputa, prevaleceu no Brasil a missão universitária francesa. Entre os doze professores de ciências humanas da USP, 8 eram franceses. Na Geografia eram Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. O primeiro trabalhou em 1934, o segundo chegou em 1935 e ficou até 1947. Ambos tiveram peso na fundação de sociedades científicas, como a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934, por Pierre Deffontaines, depois presidida por Pierre Monbeig durante o período em que permaneceu no Brasil. A Geografia produzida nesses primeiros anos até o final da década de 1940 é caracterizada pela Geografia Regional de Vidal de La Blache e seus discípulos com a produção de monografias regionais e trabalhos descritivos de uma nação atrasada que ainda carecia ser melhor conhecida:

Quando do estabelecimento da Escola Geográfica Francesa em São Paulo, e posteriormente no Brasil, na década de 1930, o empirismo e o pragmatismo, eram expoentes máximos da filosofia brasileira. A relação do homem com a terra, o confronto desse com a imensa extensão territorial, o interior brasileiro (em grande parte desconhecido) e aliado a isso, os problemas socioeconômicos, e a crescente urbanização, eram os objetivos imediatos a serem solucionados (Bray, 2010, p. 136).

A partir dos década de cinquenta a face do país muda. Assiste-se um rearranjo no tempo da acumulação capitalista a nível mundial. No Brasil “os capitais externos afluem” e “o

país começa a se metropolizar com um novo surto industrial”, enquanto no cenário internacional “assiste-se à escalada da ‘guerra fria’ com a afirmação da hegemonia norte-americana na América Latina” (MORAES, 1988, p. 133).

Nesse período, Roberto Lobato Corrêa assinala que a Faculdade de Filosofia e de Direito da USP e a UNE “eram importantes centros de efervescência cultural e política” (PRATES *et al*, 1986, p. 128). Porém, lamenta que “este não era o ambiente do curso de Geografia, que era de um extremo conservadorismo” tanto por parte dos alunos, professores e conseqüentemente do que era lecionado. Reconhecendo que “isto não era exclusivo da Faculdade de Filosofia: todos os cursos de geografia eram, naquele momento, profundamente conservadores” (PRATES *et al*, 1986, p. 128).

Ainda assim, a Geografia participou do movimento desenvolvimentista da época, estimulando o labor geográfico. É quando os “geógrafos participam das discussões em torno da construção de Brasília, da elaboração do plano viário, da Comissão da Bacia do Paraná-Uruguaí, e, com maior destaque, na legitimação das propostas da SUDENE, ao passo que “o planejamento demanda uma melhor regionalização, que é posta a cargo do IBGE” (MORAES, 1988, p. 136).

Contudo, como recorda Moraes (1988, p. 136)

a Geografia produzida resguarda-se num profundo empirismo que, transcendendo a órbita dos órgãos estatais, atinge também o meio universitário. Nunca a produção brasileira dessa disciplina trabalhou num nível tão baixo de abstração e teorização. O levantamento empírico sedimenta-se aí como destino do geógrafo, num quadro onde o comando teórico da ação do Estado está nos departamentos de Economia, e a crítica alocada notadamente nos de Sociologia – que inicia um dos períodos mais ricos de sua produção brasileira. Assim, apesar do relativo crescimento, a produção geográfica se alheia do debate político, logo, da prática social.

Apesar da visão de progresso econômico provocada pelo desenvolvimento, as desigualdades sociais e a estrutura de poder não foram alteradas. Assim, “o próprio crescimento econômico atua na radicalização dos interesses” das classes populares e assiste-se ao agrupamento dos grupos opostos aos interesses do mercado. Nesse caminho “uma parcela significativa da intelectualidade se aproxima das classes populares gerando experiências singulares de relacionamento entre política e cultura no Brasil” (MORAES, 1988, p. 137).

Chega-se assim “à ótica da ‘emancipação popular’, da busca do desenvolvimento à consciência do subdesenvolvimento”, contrapondo a “tematização do progresso nacional [de JK e do getulismo]” (MORAES, 1988, p. 138). O que segundo Moraes (1988, p. 138) irá produzir “algumas das páginas mais generosas do pensamento progressista brasileiro”.

Manuel Correia de Andrade (1985, p. 17) realiza um depoimento semelhante. Para ele

a preocupação com o social e o econômico se acentuaria nos fins da década de 50, quando, ao período eufórico do pós guerra, seguiu-se uma crise econômica que levou o povo a pensar na viabilidade do Brasil como Nação, como Estado. Daí a preocupação com o planejamento econômico regional, com a criação de agências de desenvolvimento e com a tomada de posições ideológicas, diante da realidade nacional.

Contudo, o golpe militar de 1964 “vem barrar todo esse processo, repondo a direção do desenvolvimento do país: um capitalismo dependente e ‘de ponta’, que reafirma a excludência e a violência institucional como normas de funcionamento” (MORAES, 1988, p. 138). Inicia-se nas universidades uma caça às bruxas, forçando o exílio ou prisão dos intelectuais mais combativos. A Geografia “perde as inteligências de Milton Santos, Josué de Castro, Navarro de Brito, Maria Regina Sader e outros. Vive-se um tempo sem sol” (MORAES, 1988, p. 138).

Roberto Lobato Corrêa recorda que em 1966, durante a ditadura militar, “verifica-se a criação” e a “difusão, do sistema de planejamento [...] Sistema este que sem o Congresso passou a ser forte, instaurando uma era dominada pela tecnocracia” (PRATES *et al*, 1986, p. 130). Em meio a esse cenário é que as ideias da *New Geography* penetram no Brasil, caracterizada pelo estudo das regiões homogêneas, regiões polarizadas e polos de desenvolvimento.

Dessa forma “a velha geografia de raízes francesas teria que ser abandonada porque não dava mais conta da demanda do sistema de planejamento” não havendo “mais necessidade dos antigos trabalhos de campo, de observação da paisagem, dos estudos que se fazia que eram agora taxados de acadêmicos” (PRATES *et al*, 1986, p. 130). Além disso, a ditadura militar “afastou a discussão que havia sobre a necessidade da reformulação da sociedade em suas bases, e conduziu o país a um modelo de crescimento capitalista dependente” (ANDRADE, 1985, p. 17-18). Enquanto na Europa o planejamento incluía a participação da sociedade civil, aqui o sob a tutela dos militares o planejamento era executado de cima para baixo de maneira autoritária.

O IBGE será o canal de transmissão das ideias dessa Geografia quantitativa em que os modelos econômicos “servem mais à legitimação ideológica da intervenção estatal no ordenamento do espaço, dando uma capa de ‘racionalidade’ técnica ao capitalismo selvagem, que à orientação prática desta ação” (MORAES, 1988, p. 139). O auge da Geografia

neopositivista ocorre entre os encontros da Associação dos Geógrafos Brasileiros de 1974 em Belém – que continha o lema da ditadura militar Integração Nacional como tema – e de 1976 em Belo Horizonte.

Assim, entre 1969 a 1976 a Nova Geografia viveu seu apogeu, possuindo hegemonia no IBGE e nas universidades. Porém, existiam vozes preocupadas com as mazelas sociais do Brasil e contrárias à Geografia quantitativa e ao seu uso voltado para os interesses do grande capital. Como lembra Roberto Lobato Corrêa “outros, por sua vez, de um modo mais consciente, de raízes metodológicas e políticas, a rejeitaram” (PRATES *et al*, 1986, p. 131). Dois anos depois, no encontro da AGB de Fortaleza, emerge aquilo que viria a ser conhecido como Geografia Crítica.

Assim, no período aqui analisado, entre 1930 até o início dos anos 1980 definimos a periodização da Geografia brasileira a partir do trabalho de Manuel Correia de Andrade (1985), para quem ela se desenvolveu inicialmente pela influência da Escola francesa, cuja “tendência dominou nas décadas de 30, 40 e 50, abrindo-se consideravelmente para a ala mais avançada, mais comprometida com a evolução da mesma, após a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro” (ANDRADE, 1985, p. 21). Emergem como grandes influências desse momento os franceses “Pierre George, Pierre Monbeig, Michel Philliponeau, Jean Tricart e Michel Rochefort” (ANDRADE, 1985, p. 21).

A partir dos anos sessenta, principalmente após o golpe militar de 1960 viu-se uma maior influência dos Estados Unidos nas instituições brasileiras, entre elas nas universidades (como foi o caso da reorganização promovida pelos acordos MEC-USAID). Assim “a escola francesa perdeu influência, em favor da anglo-saxã” onde o “imperialismo econômico” trouxe “consigo também a dominação cultural”, passando a predominar a *New Geography*, ou Geografia Quantitativa (ANDRADE, 1985, p. 21).

Por fim, no final da década de 1970 e no início dos anos oitenta “observa-se uma tendência a posições próprias”, manifesta por geógrafos brasileiros, que mantêm “relações de intercâmbio, mais do que de dependência, com várias escolas geográficas estrangeiras, sobretudo com a francesa e a anglo-americana”, e assim passou a se desenvolver uma geografia brasileira, voltada a pensar o Brasil de “forma brasileira, descobrindo os desafios da sociedade nacional com respostas nacionais a esses desafios”, a Geografia Crítica (ANDRADE, 1985, p. 21).

6.2 PIERRE GEORGE VISITA O BRASIL

Entre as fontes consultadas encontramos a primeira referência a Pierre George nas faculdades brasileiras no período em que Pierre Monbeig era professor da USP entre 1935 e 1946. Ab'Saber registra que em seus cursos e seminários “trazia para seus alunos o melhor das contribuições dos grandes geógrafos franceses de seu tempo”, de Vidal de La Blache, Albert Demangeon, Max Sorre, Emmanuel De Martonne a Jean Dresch, além de ter recuperado o “melhor das contribuições de Pierre Denis, Capot-Rey, J.J. Juglas, Pierre Deffontaines e do então **jovem e genial Pierre George**” (AB' SÁBER, 1994, p. 228, grifos nossos).

Ainda antes de sua primeira visita ao solo brasileiro, Oliveira Ferreira (2001, p. 43) assinala que “as primeiras contribuições relativas à definição e ao objeto da Geografia Agrária datam da década de 1950 e não são trabalhos escritos por geógrafos pátrios, mas por estrangeiros de renome”, entre eles Pierre George, por meio da obra de 1956, *La campagne. Le fait rurale através le monde*.

O Congresso da UGI de 1956 realizado no Rio de Janeiro, de acordo com Pedrosa (2015, p. 12), “foi um marco na geografia brasileira”. Silva (2012, p. 66) destaca que o evento teve “importância capital”, intensificando a “presença dos franceses no Brasil”, contribuindo para “formulações de novas teorias levando em conta a espacialidade e peculiaridades do país”. Dentre os vários que aqui estiveram encontramos o nosso geógrafo, Pierre George, que “merece destaque, pois, exerceu enorme influência na geografia brasileira. Tornou-se referência bibliográfica quase que obrigatória nos cursos de Geografia” (SILVA, 2012, p. 67).

Rückert (1997, p. 21) compartilha da visão sobre a reunião de 1956 e sinaliza como “significativa a atuação de Pierre George, Michel e Regina Rochefort, na vertente da Geografia Ativa francesa”. Nesta vertente da Geografia é que os geógrafos são chamados “aos problemas da sociedade industrial, mormente em países subdesenvolvidos [...] assim, estimula-se, naquele momento, os geógrafos brasileiros a uma certa renovação de cunho pragmático (RÜCKERT, 1997, p. 21).

Pedro Pinchas Geiger, em entrevista concedida em 2001, relembra que o evento

Foi muito importante, e o IBGE foi o grande responsável. Ao fazer o Congresso de Geografia no Brasil, o grupo da esquerda brasileiro, do Departamento de Geografia do IBGE, tem uma força muito importante. Ele consegue no Congresso estabelecer relações com a escola do Pierre George. É a esquerda do IBGE a responsável por ter produzido no Brasil e por divulgar a escola do Pierre George (Machado, 2001, p. 13).

A leitura de Manuel Correia de Andrade sobre o evento é semelhante, exercendo “uma influência muito grande sobre a geografia brasileira, desenvolvendo sobretudo preocupações sociais, entre os nossos geógrafos, graças à influência exercida por Pierre George”, que contribuiu para que os “estudos geográficos urbanos e industriais tivessem um maior desenvolvimento frente aos estudos agrários, então considerados mais importantes” (ANDRADE, 1985, p. 17).

Assim, “começava-se a quebrar os compromissos com a ‘geograficidade’ de Vidal de la Blache”; geograficidade que fora defendida até os anos 1970 por “geógrafos mais ligados à tradição cultural e política e menos abertos à renovação” (ANDRADE, 1985, p. 17). Como lembra Andrade (1985, p. 17), “a preocupação com o social levaria alguns geógrafos ao engajamento político e à análise de problemas cruciais do país”, como a “reforma agrária”, a “degradação do meio ambiente” e “à análise do processo de urbanização, com suas consequências sociais agudas”. Tudo isso no período de 1956 a 1963, ou seja, antes da emergência da geografia crítica. O autor destaca a sua participação e a de Orlando Valverde naquele momento, motivados “pelas preocupações sociais e pelo desejo de oferecer contribuições a mudanças” (ANDRADE, 1985, p. 17).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira também recorda o nome do geógrafo francês:

Eu participei de quatro eventos da Upege, e não me lembro de nenhum em que tenha havido discussão de natureza política, mesmo que nós estivéssemos sob a ditadura, naquele período em que cursei a Universidade de São Paulo, entre 1967 e 1970. Entretanto lá se discutiam as diferentes correntes de pensamento da Geografia brasileira, e eu me lembro que Pierre George e a sua Geografia historicista era a vanguarda dos debates acadêmicos nos encontros da Upege (Oliveira, 2008, p. 9).

Pedro Pinchas Geiger relembra que na década de 50 “o grupo do Pierre George não conseguiu entrar na UFRJ, nem na USP, ele só fez conferências no IBGE” (Machado, 2001, p. 14). Já nos anos 1960 relata que a “escola do Rochefort e do Pierre George, que nunca havia sido aceita na USP, passa a ser aceita. Eles passavam a ser recebidos e a dar cursos lá, reforçando a esquerda em São Paulo, onde eram os novos professores” (Machado, 2001, p. 17). Assim, de acordo com Geiger, por meio da “entrada do Pierre George começa a vigorar, no Brasil, a Geografia funcionalista, pré-quantitativa”, afirmando que neste momento “ele já não era lablacheano” (Machado, 2001, p. 15).

Portanto, a partir dos anos 1960 a presença de Pierre George no Brasil passa a ser mais constante, “estive na USP ministrando aulas no Instituto de Geografia, em abril e maio de 1968” (Verdi, 2016, p. 138). Orientando na ocasião uma “pesquisa sobre a área

metropolitana da cidade de São Paulo, a partir da qual produziu o texto *Aire metropolitaine, conurbation ou région industrielle? Le cas de São Paulo*”, obra que se tornou “uma referência metodológica na produção do Departamento de Geografia da USP” (Verdi, 2016, p. 138). Também nos anos 70 o geógrafo francês se fez presente, numa visita à USP “precisou contar com a interlocução de C.A. Figueiredo Monteiro e a minha [Armém Mamigonian], já que os professores de geografia humana do departamento não se faziam presentes” (Pedrosa, 2015, p. 21). Sem esquecer de seus livros que tiveram ampla circulação entre os anos 1960 e 1980, a partir das edições da DIFEL, sendo leitura recorrente nas faculdades de Geografia, como é o caso da obra *Geografia Econômica* que nas palavras de Oliveira (1977, p. 41) “tem se constituído, há muito tempo, em um trabalho básico para os geógrafos brasileiros interessados nos estudos econômicos”.

6.3 É POSSÍVEL FALAR EM DISCÍPULOS?

Vimos que a presença de Pierre George e suas obras no Brasil se acentuou a partir do Congresso da UGI de 1956, influenciando uma geração de geógrafos brasileiros. Neste tópico analisaremos a penetração de seu pensamento em alguns geógrafos de destaque para tentar compreender se é possível falar em discípulos de P. George ou se sua obra influencia a produção desses geógrafos de maneira mais indireta.

Ao traçar um panorama da produção de Manuel Correia da Andrade, Saquet (2010, p. 3) afirma que este “foi envolvido e influenciado por aspectos do movimento de renovação da geografia e de outras ciências”, com destaque para “autores como Paul Claval, Bernard Kayser, David Harvey, Yves Lacoste, Pierre George, Jean Tricart, Pierre Deffontaines, entre outros”. Esse movimento é responsável por uma geografia “muito vinculadas à denúncia de processos sociais até então negligenciados, especialmente no que se refere à chamada organização espacial, tanto urbana como rural sob influência da interpretação marxista” (SAQUET, 2010, p. 3). Indo ao encontro do testemunho de Andrade (1985) apresentado no item anterior.

No clássico *A terra e o homem no Nordeste*, ao falar da estrutura fundiária do Nordeste, Manuel Correia de Andrade desejava “fazer uma classificação das propriedades em grandes, médias e pequenas, mas não ousamos levar o nosso intento adiante devido à dificuldade que encontramos sempre que tentamos enquadrar os fatos naturais e econômico-

sociais em esquemas” (ANDRADE, 1973, p. 58). Recorrendo ao geógrafo francês para justificar sua posição

concordamos com Pierre George, grande mestre da Geografia francesa, que os critérios para a classificação das propriedades em grandes, médias e pequenas variam consideravelmente de uma área para outra, em função da qualidade das terras, das condições naturais, da situação geográfica, da densidade demográfica, do desenvolvimento econômico-social, das facilidades de transporte dos sistemas agrícolas e de criação etc. (ANDRADE, 1973, p. 58).

Na obra, segundo Saquet, intérprete de Manuel Correia de Andrade,

Há destaque para a concentração da terra, para as técnicas produtivas e para os trabalhadores, caboclos, escravos, técnicos e assalariados, especialmente a partir do fortalecimento da agroindústria açucareira, elaborando uma geografia crítica e de denúncia das condições de trabalho e vida no espaço agrário do Nordeste brasileiro, construída a partir de referências como Pierre George (SAQUET, 2010, p. 6).

Consultando as referências do livro, a única obra citada do geógrafo francês é *La Campagne. Le fait rural a travers le monde* de 1956 (ANDRADE, 1973, p. 244).

Encontramos também a presença do geógrafo francês em Armem Mamigonian que revela que “lia bastante P. George” (PRATES *et al*, 1991, p. 52). Lysia Bernardes é outra geógrafa que em artigo da década de sessenta “sublinha o nome de George no intuito de buscar compreender um espaço humanizado” (RAMÃO, 2013, p. 37), como demonstra a passagem que se segue:

A geografia tem como objetivo fundamental não o estudo do espaço, mas o estudo da organização do espaço pelo homem. Ausente o homem ou sua influência, inexistente qualquer utilidade para o homem ou qualquer condicionamento que sobre ele venha a influir, não se trata mais de geografia, é o pensamento de Pierre George, um dos mentores da geografia francesa da atualidade. (BERNARDES, 1966:272 *apud* RAMÃO, 2013, p. 37).

6.3.1 Roberto Lobato Corrêa

A formação inicial de Roberto Lobato Corrêa “fez-se dentro daquilo que se poderia denominar de ‘Escola da Paisagem’, que tinha dupla raízes: de um lado, uma raiz francesa a partir de Vidal de la Blache” de outro, “uma raiz norte-americana a partir da geografia cultural de Carl Sauer (através do catedrático de Geografia do Brasil, Hilgard Sternberg)” (PRATES *et al*, 1986, p. 129). Durante os anos 1950 e logo no início dos 1960, no interior do Conselho Nacional de Geografia, recebeu através de Nilo e Lysia Bernardes, “um pouco da influência de Leo Waibel e da escola de Pierre George, uma escola de geografia econômica e social que se distanciava da escola vidaliana de geografia” (PRATES *et al*, 1986, p. 129).

Porém Roberto Lobato Corrêa segue um caminho diferente no final dos anos 1960, quando “em 1969-1970 inicia-se um processo de ruptura com este segmento da escola francesa, segmento este que já continha um germe de estudos sistemáticos” (PRATES *et al*, 1986, p. 129). Passa então, a se interessar “pela nova moda que chegou de fora, que é denominada Geografia Teorética e quantitativa” (PRATES *et al*, 1986, p. 129-130).

Com sua ida à Chicago na década de setenta teve contato com críticas à geografia quantitativa sendo para ele uma “surpresa”. Nesse momento ocorre uma aproximação com o marxismo “afinal Marx podia ser tratado pelos geógrafos”, a “Geografia e marxismo não eram, necessariamente, polos extremos [...] Eram os geógrafos que assim o faziam” relembra em entrevista (PRATES *et al*, 1986, p. 132). Neste momento começou “a colecionar artigos e referências sobre a geografia crítica anglo-saxônica” (PRATES *et al*, 1986, p. 132).

Os anos de 1975 e 1976, e ainda 1977 foram dramáticos para Roberto Lobato Corrêa:

Tinha feito um enorme investimento intelectual em alguma coisa que não aceitava mais na íntegra. Tinha pela frente um novo campo no qual me sentia sozinho e sem nenhum conhecimento (como é difícil com a sua cabeça positivista ler dialética, ler materialismo histórico). Mas toquei o bonde. Comecei pouco a pouco a ler e a, efetivamente, mudar a minha cabeça, a superar-me (PRATES *et al*, 1986, p. 132).

Sua mudança de orientação teórica se concretiza a partir de 1978 por meio do “Encontro da AGB em Fortaleza, com a volta do professor Milton Santos e a explosão de uma latente efervescência que iniciou esta fase atual de geografia brasileira” (PRATES *et al*, 1986, p. 133). Sobre a Geografia crítica, revela em entrevista de 1986 que se orgulha “de estar participando dela” (PRATES *et al*, 1986, p. 133).

6.3.2 Armando Corrêa Da Silva

O geógrafo que participou da construção crítica do final dos anos 1970 por meio do resgate da “proposição de Pierre George, de captar a dialética do processo histórico na sua dimensão espacial” talvez seja um dos nomes brasileiros que mais incorporou o pensamento do geógrafo francês. Concebe o espaço como possuidor de “gênese, estrutura, característica, processos e funções, e um significado para a consciência humana não apenas psicológico” absorvendo ideias da organização espacial da Geografia Ativa (SCARIM, 2008, p. 52).

No artigo *Desenvolvimento Industrial e Geografia* de 1974, Armando Corrêa da Silva demonstra uma abordagem de geografia econômica influenciada por Pierre George. Ao definir a Indústria, divide as sociedades de acordo com civilizações, tal como o geógrafo

francês. Escreve Silva (1974, p. 34, itálicos nossos): “a *civilização industrial* representa o predomínio de um estilo de vida urbano-industrial sobre as *civilizações baseadas na agropecuária, coleta e extrativismo*”.

Seu modo de abordar o tema do desenvolvimento e subdesenvolvimento na Geografia Econômica, é explicitamente georgeano. Apresentando duas orientações possíveis e tomando partido daquela apresentada por Pierre George no capítulo *Problemas, Doutrinas e Métodos* do livro *Geografia Ativa* afirma que

Considera a estrutura como resultado do processo. Implica no estudo do presente enquanto determinado pelo passado. É um procedimento que se aproxima do adotado pelo historiador cujo enfoque apreende processo e estrutura. É diferente, contudo, do estudo do historiógrafo, no sentido restrito, que se interessa pelo desenrolar do processo, enquanto ao geógrafo importa mais a estrutura resultante (Silva, 1974, p. 43).

Em apostila produzida em 1981 para a disciplina de Fundamentos de Geografia Social (Geografia, Natureza e Sociedade)¹⁴ ofertada pelo geógrafo no segundo semestre daquele ano Armando Corrêa da Silva incorpora algumas obras de Pierre George na bibliografia e temas de estudo. No capítulo primeiro *O natural e o físico*¹⁵, trabalha a obra *Ação do Homem* (George, s/d); nos capítulos terceiro *O espaço geosocial e analítico*¹⁶ e quarto *O processo e a forma*¹⁷ cita *Sociologia e Geografia* (George, 1969), além da *Geografia Ativa* (George, 1966).

Durante os anos 1980 ainda parece mais próximo da geografia crítica marxista, utilizando em seus cursos Marx, Hegel, David Harvey e Milton Santos de *Por Uma Geografia Nova*. Demonstrava um grande interesse pela ontologia, introduzindo Lukács no debate geográfico (MOREIRA, 2000, p. 35). Porém, nos anos 1990 opera uma mudança teórica, admitindo que a Geografia procura a sua definição e, “a pós-modernidade coloca problemas até agora não solucionados uma vez que é possível trabalhar com sua lógica, isenta de meta-teorias e narrativas totalizantes” (SILVA, 1997, p. 1).

O afastamento e crítica ao marxismo aparece também ao questionar o que é população. Afirma Armando Corrêa que “não se trata mais dos conhecidos aspectos demográficos: fertilidade, taxa de natalidade, pirâmides de idade etc. Também não se trata de

¹⁴ <https://geopo.fflch.usp.br/sites/geopo.fflch.usp.br/files/inline-files/AP1981%20geografia%20social.pdf>

¹⁵ <https://geopo.fflch.usp.br/sites/geopo.fflch.usp.br/files/inline-files/AP1981%20Fundamentos%20de%20geografia%20social%201979.pdf>

¹⁶ <https://geopo.fflch.usp.br/sites/geopo.fflch.usp.br/files/inline-files/AP1981%20o%20espa%C3%A7o%20geosocial%20anal%C3%ADtico.pdf>

¹⁷ <https://geopo.fflch.usp.br/sites/geopo.fflch.usp.br/files/inline-files/AP1981%20o%20processo%20e%20a%20forma.pdf>

trabalhar com os conceitos já consagrados de classes e camadas sociais, estamentos, castas e outros” (SILVA, 1997, p. 2). Assim, pinta o marxismo como narrativa totalizante e opera a análise da população excluindo o conceito de classes sociais, padrão característico do pós-modernismo.

Nessa ruptura dentro da Geografia do pós-moderno com o materialismo histórico merece menção Pierre George que “em seu livro Sociologia e Geografia possui dois capítulos que são uma indicação do que viria depois: o Trabalho e a Existência” priorizando o tema da existência (SILVA, 1997, p. 3).

6.3.3 Pedro Pinchas Geiger

De acordo com Machado *et al* (2014, p. 190), durante a década de 1960 uma “Geografia funcionalista parece dominar interpretações geográficas do autor, principalmente pela influência recebida pelos estudos de Pierre George e Michel Rochefort”. Sob influência da Escola de Pierre George, em 1960 e 1961, “Geiger publica dois artigos na Revista Brasileira de Geografia, *Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro* e *Aspectos do fato urbano no Brasil*, este último em parceria com Fany Davidovich” (MACHADO *et al*, 2014, p. 194).

Da mesma forma, encontramos no livro *A Evolução da Rede Urbana Brasileira*, de 1963, a influência de Pierre George. Nesta obra, Geiger “classifica as cidades brasileiras, caracterizando as metrópoles nacionais e delimitando as hierarquias urbanas e as redes de cidades” (MACHADO *et al*, 2014, p. 194). Vasconcelos (2012, p. 273) também ressalta a presença do geógrafo francês destacando na bibliografia “a predominância de autores brasileiros e a presença de obras de P. George (1952), de M. Rochefort (1958), G. Taylor (1954) e J. Tricart (1951)”.

Porém, a partir dos anos 1970 “Com a entrada da Geografia quantitativa no IBGE, os geógrafos da instituição passaram a se debruçar sob a linguagem matemática como forma interpretativa espacial”. Geiger procede uma ruptura e se insere nesse movimento publicando “vários artigos sob a perspectiva neopositivista” (MACHADO *et al*, 2014, p. 195).

6.3.4 Pasquale Petrone

De acordo com Verdi (2016) Pasquale Petrone construía uma Geografia Histórica. Para essa articulação entre História e Geografia foram fundamentais Caio Prado Jr. e “também a obra de Pierre George, especialmente *Géographie et Histoire* [1963] e *Les méthodes de la Géographie* [1970]” que “constam como bibliografia de seus escritos” (VERDI, 2016, p. 58). A utilização de Pierre George por parte de Petrone é recorrente como aponta pesquisa de Verdi (2016, p. 58) “dentre os 40 trabalhos por ele orientados entre 1964 e 1985, em 29 constam obras de Pierre George na bibliografia”.

Porém, se analisarmos as publicações de Petrone no Boletim Paulista de Geografia entre os anos de 1952 e 1965 veremos que não há menções ao geógrafo francês. O que pode ser justificado pela ausência de obras de Pierre George editadas em português, que passam a ser publicados pela DIFEL na primeira metade dos anos sessenta. Ainda, aquelas obras citadas por Verdi (2016) também não haviam sido escritas. Assim, a absorção de Pierre George por Petrone pode ter se iniciado a partir dos anos 1960, a partir do momento em que se publica a vasta obra do geógrafo francês. Sobretudo de seus manuais das diferentes subáreas da Geografia, que são referência constante nas orientações dadas por Petrone, uma vez que abordava as diferentes temáticas em que a “Geografia Urbana teve preferência” (MAMIGIONIAN *et al*, 1993, p. 121).

Em entrevista à revista Geosul realizada em 1993, Pasquale Petrone, nas 35 páginas de conversa, não se refere nenhuma vez à Pierre George. Entre os mestres franceses, Petrone destaca Pierre Monbeig que para ele “foi sem qualquer dúvida [...] o docente que mais me impressionou” (MAMIGIONIAN *et al*, 1993, p. 110). E Max Sorre, de quem leu “praticamente toda obra”, considerando-o “como sendo uma das personalidades mais extraordinárias da Geografia” (MAMIGIONIAN *et al*, 1993, p. 120). Tratando-o como “um dos geógrafos mais ricos, mais sérios de maior erudição entre quantos se destacavam nesse campo” (MAMIGIONIAN *et al*, 1993, p. 120).

A nosso ver, o uso de livros de Pierre George não se deu por uma escolha ideológica de certa vinculação marxista do geógrafo francês, uma vez que Petrone não estava próximo do marxismo. De fato, Petrone sempre se recusou a “assumir qualquer tipo de compromisso com qualquer partido político” como afirmou em entrevista, “recusei-me sempre a enquadrar-me. Creio ser um direito negar-se a pautar as próprias ações necessariamente segundo o catecismo deste ou daquele partido” (MAMIGIONIAN *et al*, 1993, p. 118).

Perguntado se se considera um formador de escola dentro da geografia respondeu “não, de jeito nenhum” (MAMIGIONIAN *et al*, 1993, p. 123). No final da entrevista realizada

pela revista *Geosul*, os entrevistadores pedem ao autor para relatar suas principais obras. A resposta é um agradecimento de Petrone pela entrevista, e ao fato de “estarem dando importância a alguma coisa que na verdade não tem mais importância” (MAMIGIONIAN *et al.*, 1993, p. 137).

Pelo exposto, entendemos ser difícil falar em discípulos de Pierre George na Geografia brasileira. A nosso ver há uma influência georgeana na formação destes geógrafos e nos debates que realizaram, todavia, com um recorte temporal limitado. Podemos localizar esse período “georgeano” entre 1956 (quando da realização do Congresso da UGI) ao final dos anos 1960, justamente quando tem força a Geografia Ativa que envolveu os geógrafos ditos de esquerda. Depois, por diferentes razões, estes geógrafos operaram rupturas com a Geografia Ativa, trilhando caminhos que vão desde a Geografia Quantitativa até a Geografia Crítica.

6.4 UMA ESCOLA GEORGEANA?

O que torna um autor apto a ser considerado criador de uma escola? A quantidade de obras publicadas? A permanência de sua teoria? A influência que exerce sobre um grande grupo de discípulos?

Se considerarmos a quantidade de obras publicadas e a quantidade de vezes que foi referenciado, poderíamos presumir a existência de uma “Escola Georgeana” no Brasil. Uma vez que sua obra é “referência recorrente nas dissertações e teses defendidas no Departamento de Geografia da USP entre 1964 e 1985” onde, dos “218 trabalhos defendidos no período, 96 citam no mínimo uma obra do geógrafo francês” (Verdi, 2016, p. 137).

Porém, partimos do entendimento que o que sustenta a ideia de uma Escola de pensamento é um núcleo teórico forte que se mantém firme no campo de uma disciplina por um período considerável. Arelada a um pensamento original que revoluciona a teoria de determinada ciência. Por meio da análise da absorção do pensamento de Pierre George dentro do IBGE, buscaremos responder se é possível falar de uma escola georgeana.

6.4.1 O caso do IBGE

Como exposto, a maior absorção do pensamento de Pierre George no Brasil ocorre dentro do IBGE em 1956 em decorrência do Congresso da UGI: “é preciso destacar que o

interesse dos brasileiros por George ocorreu também por intermédio do maior centro de produção geográfica do país no século XX” (RAMÃO, 2013, p. 36). A partir dali encontram-se referências a George na influente *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) editada pelo Instituto. Como é o caso do “artigo de Pedro Pinchas Geiger *Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro*, de 1960, que dialoga com George em diversos momentos a fim de compreender a dinâmica do urbano em termos históricos e geográficos” (RAMÃO, 2013, p. 37).

Pedro Geiger revela nas próprias palavras que essa influência geográfica “estava associada à importância do trabalho de Pierre George, que traz a Geografia das indústrias, a Geografia urbana, traz uma renovação de temas na Geografia brasileira” (MACHADO, 2001, p. 13). O autor destaca que essa influência georgeana se deu num grupo específico, considerado o “grupo de esquerda do IBGE” composto por “Michel Rochefort, que era aluno do Pierre George”, entre os brasileiros que faziam parte, “Orlando Valverde, eu [Pedro Pinchas Geiger], a Regina Rochefort, a Miriam Mesquita, depois entrou a Fany Davidovich” (MACHADO, 2001, p. 13).

Os geógrafos franceses Michel Rochefort, Pierre George, Jean Tricart e Bernard Kayser “mantiveram amplo contato com os meios acadêmicos brasileiros, IBGE aqui incluído, principalmente após o XVIII Congresso da União Geográfica Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1956” (BOMFIM, 2014, p. 2).

É de B. Kayser uma nova concepção de região apresentada na obra *Geografia Ativa*, pautado no fenômeno da polarização ou área de influência, com uso explícito para o planejamento. Tal “exposição dos conceitos de espaço polarizado e homogêneo” como lembra Pedrosa (2017, p. 4) “se assemelha aos usos e apropriações feitos pelo IBGE na década de 1960”. O que

pode revelar uma unidade de pensamento dentre as figuras ligadas a Pierre George, de um lado, e de outro, no IBGE, a concepção de que a operacionalização preliminar dos espaços polarizados e espaços homogêneos serviriam de base para ampliação do planejamento territorial do Brasil (PEDROSA, 2017, p. 4).

A obra de Bomfim (2014, p. 11) corrobora a análise de Pedrosa, ao avaliar que a partir da influência Geografia Ativa difundiu-se o uso dos “conceitos-chave de polarização e homogeneidade (ou seja, a existência de regiões homogêneas e regiões polarizadas) enquanto fenômenos presentes, em intensidades diversas, no território brasileiro”. Recorrendo ao próprio mestre para sustentar o argumento:

Como diria George (*et al*, 1980, pp.12-13), deveriam combinar-se na organização do território as regiões homogêneas – mais ligadas a aspectos “naturais” e à atividade agrícola – e as “zonas de centralidade regional”, ou o “conjunto do espaço dominado pelos fenômenos de centralidade e percorrido pelos fluxos de relação”, para a melhor determinação de áreas “ótimas” para um ponto de partida ao *aménagement du territoire*; áreas que nada mais seriam que os polos de desenvolvimento à maneira de Perroux (BOMFIM, 2014, p. 11).

De tal modo, concordamos com a periodização apresentada por Pedrosa (2017) acerca da recepção e desenvolvimento dos conceitos de polarização e homogeneidade e da teoria dos polos de desenvolvimento no IBGE:

(1) um primeiro momento em que a teoria dos polos se desenvolve na França e é interpretada por Pierre George e seus discípulos; (2) quando a teoria chega ao Brasil tendo como um representante importante Michel Rochefort que introduz elementos da teoria dos polos e da polarização subordinados à sua discussão sobre hierarquia urbana; e, por fim, (3) quando a geografia francesa perde capital cultural e é substituída pela geografia norte-americana, abrindo espaço para um processo de tecnificação matemática e estatística, identificando-se mais com a nova geografia e com algumas abordagens da *regional science* (PEDROSA, 2017, p. 10).

Durante os anos 1960 o IBGE posicionava-se mais à esquerda que a USP e a UFRJ, uma vez que vigorava nas universidades um reacionarismo do corpo docente e discente. De tal modo, o pensamento de Pierre George e da Geografia Ativa encontrou espaço no interior do IBGE. Contudo, a partir dos anos setenta, a geografia praticada pelo Instituto não suportou a pressão exercida pela ditadura militar, que mudou o caráter do desenvolvimentismo com cariz social, para um desenvolvimento voltado à integração nacional, gestada pela tecnocracia do Estado e do “pensamento geopolítico” da “Escola Superior de Guerra” (PEDROSA, 2017, p. 8).

Assim, a virada para a década de 1970 “demonstrou uma grande mudança na produção do Instituto – e mesmo na produção geográfica brasileira –, marcada, a partir daí, por formulações de autores como Bunge, B. Berry, P. Cole, Harvey, dentre outros” (BOMFIM, 2015, p. 374).

Sob a influência da *New Geography* e

ao lado das limitações dos métodos oriundos da Geografia Ativa, as ‘soluções’ encontradas se aproximariam rapidamente da quantificação e de uma incontestável influência norte-americana na geografia ibegeana e nas pretensões do planejamento: o levantamento cartográfico e a demanda de dados estatísticos, que se tornariam as funções centrais do IBGE (BOMFIM, 2015, p. 374).

Se quisermos concordar com Pedro Geiger que ao ser questionado sobre a existência de uma Geografia carioca responde que

é possível falar em uma Geografia carioca se nós a considerarmos como uma Geografia do Rio de Janeiro, capital da República. Na medida em que a Geografia do Rio de Janeiro era identificada com uma visão nacional, a partir do Rio de Janeiro, principalmente a do IBGE, essa Geografia é uma Geografia carioca. É a visão do Brasil a partir do Rio de Janeiro, que embora fosse do IBGE carrega consigo também as universidades. [...] Mas acho que existiu uma escola do Rio de Janeiro, a escola de Pierre George, que foi uma escola do Rio de Janeiro. A Revista de Brasileira de Geografia, o Boletim Geográfico e o Boletim Carioca de Geografia eram publicados no Rio de Janeiro” (Machado, 2001, p. 23).

Então poderemos afirmar que existiu uma escola de Pierre George, do período pautado pela Geografia Ativa, e, somente no interior do IBGE – que gerou frutos como o livro editado pelo IBGE em 1970 *Conferências no Brasil* (George, 1970b) com cursos promovidos pelo geógrafo francês. Porém, os conceitos debatidos pelo Instituto de regiões homogêneas e polarizadas, bem como da teoria dos polos de desenvolvimento não são elaborações do geógrafo francês, apesar de utilizá-los a aplicá-los no planejamento regional e urbano.

Outrossim, nos parece inconsistente falar de uma Escola Georgeana no Brasil. Como vimos, a nosso ver não houve discípulos ligados firmemente às ideias de Pierre George que projetassem a voz do autor e que formassem uma nova geração de geógrafos vinculados a ele. Sem dúvida, a Geografia Ativa permeou a produção geográfica brasileira na década de 1960 e contribuiu para a emergência da Geografia Crítica na década seguinte. Porém, se olharmos relatos e as obras dos expoentes dessa Geografia, identifica-se uma maior referência a outros nomes da Geografia Ativa, notadamente Bernard Kayser e Yves Lacoste.

E, o mais importante, a falta de unidade teórica – contida no problema do conhecimento – de suas obras, que com exceção da *Geografia Ativa* que busca propor uma geografia própria o restante de sua produção não elaborou uma nova cultura, uma nova proposta de geografia que fosse incorporada no Brasil. Era um autor lido por geógrafos de diferentes correntes, fato justificado pelo tamanho de sua obra e abordagem dos mais variados temas, notadamente de seus manuais das subdisciplinas: Geografia da População, Urbana, Agrária, Industrial etc.

7. RUPTURAS E CRÍTICAS: O CENÁRIO MUDA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

Neste capítulo não pretendemos fazer uma longa análise do significado da Geografia crítica para o Brasil, com seus principais autores ou inovações teóricas¹⁸. O objetivo é delinear a presença (ou ausência) da Geografia de Pierre George nesse processo. Como seu pensamento contribuiu para o desenvolvimento da corrente crítica, mas como ela também operou rupturas com o geógrafo francês e seguiu caminhos próprios. Aqui iniciamos também o diálogo com Milton Santos, para confrontar a sua Geografia com a de Pierre George.

Se desde a fundação da USP em 1934 até o início da década de 1960 prevaleceu a influência da escola francesa na geografia brasileira, tal hegemonia é ameaçada pela corrente quantitativa entre 1960 e 1970, saindo a segunda vencedora. Já no final da década de 1970 até o final dos anos 1980, “baseada no materialismo e na dialética, o que se convencionou chamar de ‘Geografia Crítica’ passa a fundamentar, no Brasil, a esmagadora maioria dos trabalhos na área de Geografia Humana” (CARLOS, 2018, p. 488).

O caminho até chegar lá foi permeado por diferentes eventos, que se iniciaram ainda na década de sessenta, a exemplo da experiência do grupo de esquerda no IBGE. Apesar disso, conforme Scarim (2008, p. 49) as formulações teóricas do Instituto durante os anos setenta “malgrado a aparência moderna e revolucionária, continham muito de arcaico, constituindo aspectos lineares e mecanicistas”. O que, “paradoxalmente [...] permitiu a manifestação de uma outra corrente ideológica, a marxista, dado que o conflito entre as tradições francesa e quantitativa provocava imobilismo e, por consequência, a permanência dos problemas existentes” (SCARIM, 2008, p. 49).

Para Ana Fani Carlos, o desenvolvimento de uma geografia crítica na FFLCH – USP é ancorado na formação humanista presente no departamento de Geografia, que se insere na oposição à ditadura militar em curso e ao domínio da geografia quantitativa,

tendo a ‘geografia ativa’ como mediação entre a Geografia chamada de ‘tradicional’ e a Geografia chamada ‘de crítica’. Essa mediação da ‘Geografia Ativa’, produto dos trabalhos de Pierre George, Bernard Kayser, Raymond Guglielmo, colocava a necessidade teórica como crítica da situação contemporânea fundada no desenvolvimento do capitalismo apontando suas contradições. Era um momento de interrogação e impasse, quando ganhavam importância na formação os trabalhos/aulas de Léa Goldenstein, Armando Corrêa da Silva, Nelson de La Corte, Manuel Seabra, Pasquele Petroni e José Pereira de Queiroz. São os professores que formaram a nova geração de geógrafos que construirá a chamada ‘Geografia crítica’ na segunda metade dos anos 1970 na USP (CARLOS, 2018, p. 490).

¹⁸ Um estudo aprofundado da história da Geografia Crítica sob uma perspectiva teórica, traçando historicamente seus antecedentes, as teorizações e debates ideológicos realizados, além da produção dos principais expoentes dessa corrente, pode ser encontrado no extenso trabalho de Armando Corrêa da Silva (1984).

Segundo Bray (2010, p. 140) a escola materialista histórica/crítica, surge “por influência de Pierre George e Yves Lacoste”, e ampliou-se “com o trabalho de Werneck Sodré (1976), e o intercâmbio interdisciplinar da geografia com as demais ciências humanas e sociais” e a penetração do materialismo histórico. “Essa nova corrente apresenta-se essencialmente *crítica e analítica*”, abordando aspectos como: “Ideologia e Geografia”; “O problema da alienação do geógrafo no seu processo de mistificador e mistificado”, “A organização do Espaço e suas conotações ideológicas”, “O planejamento do espaço como forma de controle social” a “Carência epistemológica na geografia”. (BRAY, 2010, p. 140).

Um dos primeiros eventos nacionais onde se fizeram presentes vozes críticas ao pensamento hegemônico de então foi o Primeiro Encontro de Geógrafos de 1972, realizado em Presidente Prudente, onde se reuniram mais de 400 profissionais

neste encontro foi possível assistir a um debate entre posições antagônicas entre a Geografia Quantitativa e/ou Teórica (como ficou conhecida inclusive com a publicação do Boletim de Geografia Teórica) e a Geografia Qualitativa, que ainda não era denominada crítica (RODRIGUES, 2004, p. 203).

Como lembra Manuel Correia de Andrade (1985, p. 19):

A reação contra o quantitativismo e o seu balanço crítico seriam iniciados por grupos que sempre o contestaram, mas tomaria maior impulso após a publicação do nº 54 do Boletim Paulista de Geografia, onde vários autores publicaram artigos criticando as formulações neo-positivistas e propondo novos caminhos para o pensamento geográfico, caminhos que melhor atendessem no desafio da realidade brasileira.

O Boletim Paulista de Geografia nº54 de junho de 1977 é ressaltado também por Rodrigues (2004, p. 2002) para quem “deixou uma importante contribuição sobre teoria e método” (RODRIGUES, 2004, p. 202). É esta a edição que contém artigos clássicos da Geografia Crítica, como o texto sobre a *Formação Social como Teoria e Método* de Milton Santos, além do artigo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira dirigindo críticas ao economicismo de Pierre George. Um primeiro marco de ruptura com a geografia de P. George operado pela esquerda (a ruptura anterior, dentro do IBGE havia enveredado pela direita).

Sem dúvida, tal artigo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1977) é a crítica mais contundente ao geógrafo francês realizada pelos renovadores da geografia brasileira. No texto, o autor deixa clara sua filiação teórica que permeia a discussão “concernente à obra Geografia Econômica de P. George”, realizada “à luz dos conceitos básicos que compõem o materialismo histórico” (Oliveira, 1977, p. 41). O cerne da crítica reside numa “postura teórica conflitante” de Pierre George, marca pela “contradição fundamental” em “confundir o materialismo histórico com o método histórico da Economia” o que leva a ausência do

conceito de classes sociais e por conseguinte a ausência da “própria essência da história: as lutas de classe” (Oliveira, 1977, p. 42)

Para Oliveira (1977, p. 46) o autor, ao falar de sistemas econômicos, “apenas reproduziu uma série de conceitos dentro de um encadeamento lógico que marca as mais contundentes obras do discurso ideológico dos cientistas europeus”. Tornando-se uma obra incapaz de lidar com a realidade brasileira, e ainda, com a radical transformação da sociedade, sendo estranha ao marxismo. Neste sentido, conclui o geógrafo brasileiro que o “choque teórico-metodológico” na “prática-teórica” de Pierre George “é a chave para a real compreensão da sua obra, já que, utilizando-se de conceitos do materialismo histórico, o autor articula-os segundo o método histórico da Economia” (Oliveira, 1977, p. 49).

Com o evento da AGB de 1978 em Fortaleza e “a busca de referências explicitamente marxistas e o ambiente de militância permitiram a conveniência de enterrar a influência de George” classificando-o “simplesmente como um ‘historicista’, muito aquém de suas contribuições” (PEDROSA, 2015, p. 21-22).

Assim, a partir dos anos 1980 “a presença de Pierre George é mais tênue nos circuitos acadêmicos” (SILVA, 2012, p.76). Nessa renovação crítica “de transformação da ciência geográfica na escala nacional, a vasta literatura de Pierre George não se apresenta como a forte referência das décadas anteriores” (RAMÃO, 2013, p. 38). O que para Ramão (2013, p. 38) é “reflexo de um descuido ou deformação das práticas didático-pedagógicas, onde os autores clássicos (tanto os nacionais quanto os internacionais) são classificados como ultrapassados”. A nosso ver, o desuso das obras de Pierre George se dá muito mais porque deixou de ser inovador e por analisar um tempo histórico pretérito, e em muitos casos estranho à realidade brasileira.

Todavia, a presença de outros geógrafos franceses permanece, especialmente aqueles que mantiveram uma geografia radicalizada como demonstra a publicação a partir de 1980, da Série Geografia Ontem e Hoje – ‘Reflexões sobre a Geografia’, “que tinha como objetivo tornar conhecidos autores que tratavam da Geografia numa abordagem diferente ou considerada inovadora para o período” em que “o primeiro número contém artigos de Jean Dresch, Raymond Guglielmo, Orlando Valverde, Milton Santos e Jean Tricart” (RODRIGUES, 2004, p. 202).

7.1 A GEOGRAFIA CRÍTICA BRASILEIRA TRIBUTÁRIA DA GEOGRAFIA ATIVA, MAS COM DESTINO DIFERENTE

A geografia crítica que “busca responder às profundas modificações na organização espacial, decorrentes da intensa urbanização, industrialização e expansão do capital, que não encontravam respostas no determinismo, possibilismo e método regional” (MOURA *et al*, 2008, p. 2). Tem entre suas raízes a

ala progressista da geografia regional francesa, que introduz, aos poucos, a análise da organização do espaço aos processos econômicos e sociais, inaugurando uma discussão mais política dos estudos geográficos, e aproximando-se da história e da economia. Jean Dresch anuncia este movimento, ao incorporar um discurso político em seus estudos, nas décadas de 1930 e 1940 (MOURA *et al*, 2008, p. 2-3).

Essa renovação crítica promovida na França encontra grande destaque com o livro *Geografia Ativa* de Pierre George, Yves Lacoste, Bernard Kayser e Raymond Guglielmo (1966), “obra que marcou uma geração de geógrafos, ao se opor à geografia aplicada, então hegemônica” (MOURA *et al*, 2008, p. 3). Todavia, tal renovação “apesar de possuir uma leitura crítica da realidade” apresenta limites ao não romper “em termos metodológicos, com a análise tradicional, pois se mantém descritiva e empirista” (MOURA *et al*, 2008, p. 3).

Pierre George “em suas obras insurgiu-se contrariamente às correntes vigentes, buscando conciliar postulados marxistas com lablachianos, aprofundando-se na discussão das relações de produção, relações de trabalho, ação do grande capital, forças produtivas etc.” (MOURA *et al*, 2008, p. 3). Todavia, como traço vulgar do marxismo utilizado, tal análise é feita considerando um desenvolvimento linear da história, ausente de conflitos sociais. A abordagem das forças produtivas aparece mais como dado descritivo e sua existência no espaço, mas com pouco foco nas relações sociais de produção.

Saquet (2010, p. 5) adiciona o nome de Manuel Correia de Andrade juntamente aos de Pierre Monbeig e Pierre George como “um dos pesquisadores que teve centralidade no movimento de renovação da geografia no Brasil desde os anos 1950”. Essa geografia entre os anos 1950 e 1960 é uma “transição para abordagens consideradas mais radicais, com um caráter político muito forte” (SAQUET, 2010, p. 5).

Na visão de Verdi (2016, p. 185), a Geografia crítica brasileira “incorpora tanto a perspectiva do papel ativo do trabalho do geógrafo de Pierre George quanto a denúncia de Yves Lacoste, superando-as” por meio do materialismo histórico e dialético que “é o caminho que revela as contradições, as quais determinam o movimento da história e as relações

sociais”. Eis um grande salto qualitativo em relação à Geografia Ativa, que não era suficiente para desvendar as contradições presentes no Brasil, para isso “não bastaria aplicar a Geografia com outro objetivo, era importante produzir uma outra Geografia” (Verdi, 2016, p. 185).

Em texto escrito dez anos após a histórica reunião da AGB de 1978, Ruy Moreira reflete sobre os eventos e influências teóricas que permitiram a virada crítica da geografia brasileira. Para o autor, tiveram papel seminal Lacoste e Lefebvre, o primeiro já conhecido “por seus trabalhos dos anos cinquenta-sessenta”, período em que “seus livros são lidos junto aos de Pierre George, a cujo grupo aparece associado” (MOREIRA, 2000, p. 29). Em nota de rodapé na mesma página afirma que “em certa medida, a quase totalidade dos renovadores da Geografia brasileira vem dessa tradição pierre georgeana”.

Naquela época, as obras de Lacoste e George eram amplamente utilizadas nos cursos secundários, mas menosprezadas no meio acadêmico. Ruy Moreira (2000, p. 30) classifica as obras de Lacoste e George das décadas de 50 e 60 como “geografia popular”.

Se Lacoste abriu fronteiras “no plano institucional e epistemológico”, Lefebvre “fornece o plano teórico” para uma nova concepção de espaço (MOREIRA, 2000, p. 32). Com refinamento teórico maior que de Pierre George e filiação às tradições mais profundas ao materialismo histórico. O que o leva a tomar o

espaço como foco do seu olhar sobre a história, apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade, a partir da reprodução das relações de produção. Isto é, como a categoria do real que se aqui é o determinante, numa dialética de relação sociedade-espaço que faz do espaço uma categoria estrutural dinâmica (MOREIRA, 2000, p. 31).

Marcando um momento de ruptura:

Abrem ambos, assim, para a crítica interna madura às duas correntes então vigentes na geografia: a funcionalista (inspirada no espacismo economicista de François Perroux, de Pierre George) e a neo-positivista (com seu recorte geometrizar, do teoreticismo quantitativo) (MOREIRA, 2000, p. 32).

O salto qualitativo que permite o avanço teórico e a práxis da geografia crítica é dado pela “teoria de espaço de Milton Santos” e pelo livro *Marxismo e Geografia* de M. Quaini (MOREIRA, 2000, p. 33). Como afirma Moreira (2000, p. 34) “se a contribuição de *Por Uma Geografia Nova* é a descoberta da historicidade do espaço, a de *Marxismo e Geografia* é a elucidação da essência desse conteúdo na dialética da historicidade da natureza e naturicidade da história”.

A partir do debate de tais obras, “a construção do espaço aparece então como o processo da alienação do trabalho, já desvelado por Milton Santos em sua teorização do fetichismo do espaço. A discussão teórica ganha o contorno de uma indagação da ontologia do espaço” (MOREIRA, 2000, p. 34).

Ruy Moreira localiza dois momentos fundamentais da renovação crítica, a primeira é a da crítica ideológica – a fase lacostean, da

denúncia da geografia do professor, o discurso do saber ‘neutro, inútil, ingênuo e desinteressado’ [...] e denúncia da *geografia dos estados-maiores*, o saber ‘estratégico’ e circunscrito ao domínio dos que lidam com o espaço (daí a preocupação de Lacoste com o mapa) como arma de construção de hegemonias de uns poucos sobre os muitos” (MOREIRA, 2000, p. 36).

Já o segundo momento é ontológico, da interrogação do sujeito: “ora, a questão da radicalidade mais funda da historicidade do espaço é impossível fora da reflexão deste espaço a partir da reflexão do seu sujeito na história, um tema ontológico por excelência” (MOREIRA, 2000, p. 37).

A incorporação da ontologia, e, por conseguinte do sujeito, marca uma diferença fundamental da geografia clássica com a geografia crítica. Se se pergunta se “é possível falar de história sem falar do sujeito do processo? Historicamente a geografia diz que sim, e fornece a fórmula: basta que se fale da história, tomando-se o objeto como sujeito” (MOREIRA, 2000, p. 37). Contudo,

A ‘crítica é pouco objetiva em sua progressão da fase ideológica para a epistêmica’. O que dizer do discurso do visível-invisível da reflexão pierregeorgeana sobre o método? E bem ainda do significado de a categoria da cultura ocupar um lugar tão permanente no discurso lablacheano de relação homem-meio (não é este o sentido da afirmação de La Blache de que ‘a região é a efígie cunhada de um povo’)? (MOREIRA, 2000, p. 38).

Assim, a diferenciação teórica de fundo entre Milton Santos e Pierre George está na “evidenciação ontológica” que “é a condição da explicitação do sujeito” (MOREIRA, 2000, p. 38).

No plano da ação, que não se desvencilha do teórico, Milton Santos enfatiza

a necessidade da construção de um corpo teórico latino-americano para compreender, analisar e denunciar os problemas regionais comuns ao Terceiro Mundo, enfatizando as desigualdades sociais e os contrastes com o mundo ocidental desenvolvido. Essa visão marcava a diferença socioeconômica do mundo ocidental (MOURA *et al*, 2008, p. 6).

Posição que compartilha Manuel Correia de Andrade sobre o desenvolvimento da geografia crítica nos anos oitenta, que

deixando de lado as velhas tendências dos geógrafos tradicionalistas, que continuam a fazer uma Geografia voltada para a descrição de paisagens [...] procura de caminhos de interesse cultural que também trazem contribuições à solução dos graves problemas econômicos, sociais e ecológicos, comprometendo-se desse modo com uma verdadeira geografia social” (ANDRADE, 1985, p. 20).

A partir do exposto entendemos que a renovação da geografia brasileira teve como elementos fundamentais:

1. A Geografia Ativa como prólogo
2. O Boletim Paulista de Geografia, sobretudo o nº54 de 1977
3. A incorporação e debates em torno do marxismo
4. O 3º Encontro Nacional de Geógrafos de 1978 realizado em Fortaleza/CE
5. O livro *Por Uma Geografia Nova*
6. A preocupação em realizar análises voltadas para a realidade brasileira

7.2 MILTON SANTOS E O CAMINHO POR UMA GEOGRAFIA NOVA

Nesta seção investigamos o caminho que Milton Santos trilha em relação ao pensamento de Pierre George, caracterizado por influências e rupturas. Ainda que tivessem diferenças teóricas, mantiveram uma relação de colaboração e amizade até o final da vida. Não por menos, Santos o agradece na *Natureza do Espaço* e na tese de doutorado *O centro da cidade de Salvador. Estudo de geografia urbana* defendida em 1959, em Estrasburgo.

Os trabalhos iniciais de Milton Santos passam os estudos empíricos, bem como “uma demanda por teorização da disciplina, corrente à época, vinculada à cientificidade e à operacionalização de uma Geografia regional de matriz francesa” (MACHADO; MACHADO, 2017, p. 1). Defendem Machado e Machado (2017, p. 1) que os trabalhos do geógrafo baiano entre 1948 e 1960 “apresentam e exprimem as características teóricas mencionadas, pautadas em autores franceses”.

Na década de 1950 é influenciado pelas “referências teórico-metodológicas da Geografia lablacheana e da Geografia de Michel Rochefort e Pierre George” que na obra *Zona do Cacau* aparecem sob a “abordagem regional que o autor desenvolve no período e nos estudos geográficos que realiza posteriormente”, ou seja, trabalhos “eminente empíricos, alicerçados pela geografia francesa clássica e recheados de um abordagem funcionalista, na qual destacam-se as funções urbanas e a hierarquia da rede de cidades” (MACHADO; MACHADO, 2017, p. 2).

Sobretudo os estudos urbanos de Pierre George eram lidos por Milton Santos, que referencia o geógrafo francês no livro *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (Santos, 2013). Apresenta, a partir da leitura de *La Ville, le fait urbain à travers le monde*, a reflexão sobre “tipos puros” de cidades – categorias de cidades que se diferenciam em tipos particulares – que como constata Pierre George correspondem “à criação urbana específica do sistema, ainda que os sistemas econômicos e sociais tenham cada um sua evolução e esta evolução seja geralmente mais rápida que a da cidade, o que decorre da rigidez do objeto estabelecido e dos *tipos de transição* ou *tipos complexos*” (Santos, 2013, p. 33, itálicos do original). Constata assim o geógrafo baiano que “os tipos puros nada mais são do que verdadeiros ‘modelos’” e que “os casos verdadeiramente concretos não são os tipos puros, mas os tipos ‘complexos’ ou ‘de transição’” (Santos, 2013, p. 33-34).

Milton Santos lembra do geógrafo francês em seu texto *Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa*, onde aqueles que se rebelam contra os velhos métodos da geografia nos anos 1970 realizam um “movimento semelhante àquele que sob impulsão de Pierre George e Jean Dresch se esboçara dentro das fronteiras da França após a segunda guerra mundial e ainda agora produz os seus frutos (Santos, 1982, 6). Sendo um geógrafo preocupado com o social, todavia, esse movimento de geógrafos franceses do pós-guerra, apesar de ter deixado “como herança uma certa preocupação com o bem comum,” falhou na “elaboração de uma teoria solidamente estabelecida” (Santos, 1982, p. 5).

No âmbito da relação pessoal entre os dois, Pierre George contribuiu para receber Milton Santos na França durante seu exílio provocado pela perseguição da ditadura militar no Brasil garantindo uma vaga na Universidade de Toulouse onde Santos permanece entre 1964 e 1967. Ao pensar na possibilidade de retorno ao país, entre 1976 e 1977, “Pierre George, que mantinha contato com geógrafos brasileiros atuantes no Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) – entidade que era dominada por geógrafos do IBGE –, avisou que não seria fácil Santos retornar ao Brasil (Buss et al., 1991)”.

Armem Mamigonian escreve sobre a geração dos geógrafos dos anos 1950 e a relação de Milton Santos com eles

É interessante repetir que a geração dos anos 50 na geografia é fruto do enorme movimento de implantação e desenvolvimento da geografia nas primeiras Faculdades de Filosofia, da instalação e desenvolvimento do IBGE e da integração e pesquisa coordenada pela AGB (MAMIGONIAN, 2001, p. 228).

Assim como a reunião da UGI no Rio de Janeiro (1956) “teve papel de preparar um salto qualitativo em pelo menos dois grandes geógrafos brasileiros”, Aziz Ab’Saber e Milton Santos, que

por influência direta de J. Tricart, que furando o bloqueio da censura e do reacionarismo de H. Sternberg, ministrou curso na UERJ, paralelamente ao curso chamado de Altos Estudos Geográficos, organizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia, que excluía como ministrantes quaisquer geógrafos ‘perigosos’, como J. Dresch, J. Tricart, P. George, sem falar naturalmente dos soviéticos (MAMIGONIAN, 2001, p. 232).

Dentro do evento do Rio acontecem “palestras no Conselho Nacional de Geografia (CNG), organizadas por Pedro Geiger, das quais os franceses participaram em peso, Jean Tricart e Jean Dresch versando sobre geografia física, Pierre George sobre o método da geografia industrial e Michel Rochefort sobre o da geografia urbana” (Nogueira, 1956, p. 210 apud PEDROSA, 2018, p. 432). Não é possível estabelecer se houve um encontro entre os dois geógrafos, mas conforme pesquisa de Pedrosa (2018, p. 432) o “nome de Santos consta da lista do primeiro curso, mas não sabemos se ele vai às palestras no CNG”, além disso, “George relata um trabalho de campo na Bahia, após o encontro da UGI, em que ele visita a zona do cacau (Souza, 1996, p.54), o que mostra a possibilidade de o grupo de geógrafos franceses de esquerda ter visitado Salvador”. Se naquela ocasião não se encontraram, seis anos depois Pierre George realiza conferências na Universidade da Bahia: no Instituto de Sociologia, na Faculdade de Filosofia e no Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (dirigido por Milton Santos), seguido de excursão para Jequié-BA realizada sob a direção de Milton Santos e Teresa Cardoso (IBGE, 1963).

Perseguido pela ditadura militar, Milton Santos se exila na França. Ao chegar na Universidade de Toulouse em fins de 1964 “deparou-se com os debates sobre a geografia ativa” (GRIMM, 2011, p. 78). O tema acerca do subdesenvolvimento, de grande interesse para Milton Santos, é abordado principalmente por Yves Lacoste, autor do capítulo “Perspectivas da geografia ativa em país subdesenvolvido” do livro *Geografia Ativa*. Mas também concordava com Pierre George sobre as cidades dos países subdesenvolvidos

– com quem estreitaria os diálogos a partir de então – quando este alertava, em seu livro *Precis de géographie urbaine* (1961), que o fenômeno urbano na América Latina não era uma repetição do período pré-industrial que marcou o processo de urbanização de determinados países do mundo desenvolvido (GRIMM, 2011, p. 100).

Durante o período na Universidade de Toulouse (1964-1967)

desenvolve atividades no *Institut d'Étude du Développement Économique et Social* (Iedes), que, sob liderança de François Perroux, agrega membros que se dedicam à economia do desenvolvimento, utilizando algumas inspirações keynesianas e onde se observa um forte interesse pelo Terceiro Mundo (PEDROSA, 2018, p. 435).

Neste sentido, “o geógrafo francês Bernard Kayser (1926-2001) foi um importante interlocutor de Milton Santos durante o período que permaneceu em Toulouse entre 1964 e 1967” (GRIMM, 2011, p. 79). Tempo em que “estabeleceram um profícuo diálogo, num rico convívio intelectual, acrescido de um forte laço de amizade, que se estenderia pelas décadas seguintes” (GRIMM, 2011, p. 80). Tal “aproximação entre Santos e Kayser possivelmente foi impulsionada pelo viés terceiro-mundista do último, preocupado em apreender a especificidade do subdesenvolvimento” (PEDROSA, 2018, p. 435).

Tendo, portanto, como pano de fundo os ricos debates sobre a geografia ativa e os diálogos realizados principalmente com Bernard Kayser, o geógrafo baiano passou a rever suas posições a respeito da geografia aplicada, que embasara os trabalhos realizados com a equipe do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, alguns deles coorientados por Jean Tricart. Como também suas ponderações acerca do conceito de região e do papel da geografia regional (GRIMM, 2011, p. 80).

A experiência acadêmica na França durante o exílio o leva a questionar a geografia francesa e sua ausência com a preocupação do Terceiro Mundo, tal insatisfação resulta na obra *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*.

Fundamental para seu avanço teórico, será sua aproximação com o marxismo, onde “defende como objeto da Geografia o espaço geográfico, considerando-o um produto do trabalho humano mediado pela técnica” utilizando o arcabouço marxista “que relaciona os modos de produção e as formações sociais e a esta relações se soma aquela do tempo e do espaço, de maneira que se os modos de produção inscrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (MACHADO; MACHADO, 2017, p. 9).

Armem Mamigonian (2001, p. 233) lembra que mais adiante, “as teorizações de Milton alcançaram a geografia humana toda, baseadas no conceito marxista de Formação econômica-social, que ele recria para a geografia, baseando-se nos estudos de Lênin (Rússia), Amílcar Cabral (Cabo Verde), e nas teorizações de E. Sereni”. Assim, enquanto Milton Santos caminha em direção ao marxismo, culminando em obras como *Por Uma Geografia Nova* (1978), Pierre George toma rumo contrário e se afasta do marxismo, se resignando como é o caso da obra *Sociedades em Mudança* (1982 [1980]).

Diferentemente de Pierre George, Milton Santos não possui rupturas significativas em seu pensamento, buscando construir uma teoria geral do espaço geográfico imbricado pela relação homem e meio, mediado pelo trabalho e uso das técnicas determinados a cada

momento histórico. De tal modo “apresenta a cada publicação um conjunto de conhecimentos acumulados, que é sempre revisitado e aprimorado em novas publicações. Esse exercício, como Milton Santos ressalta, ocorre não em busca da definição de geografia, mas sim com o propósito de discutir e definir o espaço geográfico” (MACHADO; MACHADO, 2017, p. 3).

8. ABORDAGENS SOBRE PIERRE GEORGE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Diferentes trabalhos foram consultados para entender como o geógrafo francês é tratado na história do pensamento geográfico brasileiro. Exercício que levou à constatação de lacunas, mas também pontos de convergências em sua importância, bem como do enriquecimento sobre seu entendimento teórico permitindo compreender melhor o geógrafo. Entre eles destacamos as pesquisas de Edson Silva (2014), Pedrosa (2013a; 2013b; 2015; 2017; 2018), Verdi (2016; 2017; 2020), Moreira (2010; 2015); Ramão (2013), Bomfim (2015), José Silva (2012) Valquíria Garcia (2015) e Garcia e Salvi (2018).

O trabalho de mestrado de Garcia (2015), por exemplo, busca responder qual foi a contribuição de Pierre George para a Geografia Moderna, analisando a influência de seu pensamento na ciência geográfica.

Garcia e Salvi (2018) expressam uma inquietação sobre pouco se abordar nas obras sobre epistemologia da Geografia o trabalho de Pierre George, “o que se percebe é que, geralmente, George é mencionado como participante de um movimento que ficou conhecido como Geografia Ativa, porém, não existem maiores explicações a respeito desse assunto” e que dessa forma “para muitos estudantes de Geografia, a influência de George acaba por aí” (GARCIA; SALVI, 2018, p. 34).

Na visão de Silva (2014, p. 16) Pierre George é um “clássico devido à revisitação constante a sua obra e os elementos pertinentes ainda presentes nela” com uma proposta de Geografia que “inicia com críticas a perspectiva especializada utilitarista e a busca de legitimidade na produção geográfica tradicional”.

Para Silva (2012, p. 76) Pierre George é “uma espécie de unanimidade nacional no que concerne à geografia”. Podendo ser “classificado como exemplo de permanência” uma vez que “independentemente de opções teórico-metodológicas, o ilustre professor permanecia como inalterado, numa posição tranquila, editando seus livros em português [...]” mantendo um público cativo (SILVA, 2012, p. 67).

O enfoque da abordagem de Ramão (2013, p. 32) é sobre “sua extensa produção composta por livros, artigos e resenhas” nas quais o geógrafo francês “apresenta um repertório marcado por abordagens gerais, regionais, urbanas e rurais, tematizando países desenvolvidos, subdesenvolvidos e também a URSS, além de estudos sobre populações e sobre meio ambiente”. Além disso destaca “a influência de Pierre George na geografia brasileira, tema ainda assaz incipiente porém repleto de possibilidades investigativas” (RAMÃO, 2013, p. 36).

Bomfim (2015, p. 374) frisa que “as propostas da ‘Geografia Ativa’ desses geógrafos [Rochefort, Pierre George, Lacoste]”, geraram, “no caso brasileiro, as bases de uma política econômica de amplas e importantes consequências para o país”. Evidenciando que estes geógrafos “dentre outros, tiveram, também com suas próprias restrições, dada a dubiedade entre o tradicionalismo vidalino e os ares marxistas, importância inequívoca, ao chamar atenção para a dimensão econômica nos processos de regionalização” (BOMFIM, 2015, p. 374).

Para Ruy Moreira (2015, p. 33), o foco de Pierre George seria o espaço, “embora nunca o defina com clareza, o espaço é para ele o estruturador geográfico das sociedades na história. E que lhe permite periodizá-las e qualificá-las segundo suas fases de organização no tempo”. Segundo o autor, em George “a técnica aparece como o elo do homem com o meio natural e o elemento que o transporta para suas diferentes formas de existência” passando de um espaço não organizado ao espaço organizado.

De acordo com Verdi (2016, p. 125) “a interpretação georgeana é considerada original em diversos aspectos e para diferentes campos de análise, caminhando desde uma modificação epistemológica até mudanças na forma de tratamento de determinadas questões nas subdisciplinas da Geografia”. Segundo a autora, Pierre George “introduz modificações na interpretação de determinados processos” que passam desde o “processo de industrialização” sendo “um elemento essencial na transformação da Geografia Humana” (Verdi, 2016, p. 125-126).

Entre tais contribuições, está o enfoque nos estudos urbanos, ao tratar a cidade como “elemento organizador do espaço regional colocando em relevo o conceito de polarização em detrimento da homogeneização das regiões” Pierre George teria superado o “método vidaliano clássico da Escola Francesa de Geografia, passando dos estudos de monografias urbanas para uma análise centrada nas redes urbanas” (Verdi, 2016, p. 126).

Segundo Verdi (2016, p. 185). Pierre George “fundamenta, na Escola Francesa de Geografia, a incorporação de um caráter social à ciência geográfica, compreendendo que o geógrafo pode ter um papel ativo frente à realidade”. O que torna a sua Geografia “não apenas um caminho de descrição e explicação do mundo, como na tradição possibilista, mas também um caminho de ação”.

8.1 AS LACUNAS

A partir da revisão bibliográfica realizada percebeu-se a existência de lacuna em relação ao pensamento e biografia de Pierre George. Objetivamos com tal seção contrastar algumas delas para contribuir no acerto de contas com a história do pensamento geográfico. Principalmente no que concerne à sua filiação teórica.

Autores como Ramão (2013, p. 31) classificam o geógrafo francês como marxista, para ele Pierre George tem “o marxismo como referência epistemológica”. Assim como para Silva (2014, p. 18), “carregando um pouco nas tintas, pode-se afirmar que há nele elementos do marxismo”. Já para Verdi (2016, p. 129) “apesar da sua filiação ao PCF e da sua prática político-partidária, a geografia de Pierre George, não era, efetivamente, uma geografia marxista”. De outro lado, Pedro Geiger afirma que George é funcionalista.

Antonio Christofolletti, no texto *Perspectivas dos Estudos Geográficos* (1985), ao apresentar a Geografia Radical e materialista, não inclui Pierre George como um de seus expoentes. Para ele, “na França, o movimento da Geografia Radical é liderado por Yves Lacoste” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 26). O geógrafo francês, para Christofolletti (1985, p. 26), faz parte da Geografia Tradicional, com as obras “*Existe-t-il une géographie appliquée?*” de 1961, *Os métodos da Geografia* (1972) e *Geografia Ativa* (1966 [1964]), inserindo-se como trabalhos conceituais e metodológicos desta corrente.

Posição que de acordo com Garcia e Salvi (2018, p. 36) é compartilhada por “Moraes (1997), Andrade (1987) e Rochefort (2008)”, para os quais “Pierre George foi um geógrafo pertencente à escola clássica de Geografia francesa e teve como um de seus maiores mestres Paul Vidal de La Blache”.

Porém, para as autoras há uma ruptura de Pierre George em relação a La Blache:

Se para La Blache a geografia regional estava voltada “à identificação de diferentes gêneros de vida e à distribuição das sociedades pela superfície terrestre”. Para Pierre George a síntese regional deveria apresentar “uma análise que envolvia aspectos socioeconômicos e políticos das sociedades, bem como suas relações com o espaço em que habitavam (GARCIA; SALVI, 2018. p. 38).

Há, portanto, diferentes interpretações quanto à sua filiação teórica. Para uns é marxista *punto basta*, para outros é funcionalista, ou ainda, um geógrafo tradicional, fiel à escola francesa de Vidal de La Blache.

Na obra de Ruy Moreira (2015, p. 32) *O pensamento geográfico brasileiro: vol. 1: as matrizes clássicas originárias* aparecem incongruências históricas: Moreira afirma que Pierre George se filiou ao PCF no pós-guerra, mas vimos que a filiação ao PC francês acontece previamente, durante luta antifascista. Na mesma página, outro erro aparece: Moreira atribui o ano de 1920 como nascimento e 2005 como de morte de Pierre George, quando este, de fato, nasceu em 1909 e faleceu em 2006. Nessa esteira de incoerências históricas, Garcia (2015, p. 41) afirma que Pierre George abandonou o PCF em decorrência da invasão da Hungria pela União Soviética, porém não apresenta referências que corroboram tal argumento. As razões que o levam a sair do PCF não ficam evidentes pelas consultas realizadas, mas, nesse momento, George ainda compunha as fileiras do Partido.

Verdi (2016, p. 126) destaca que na bibliografia de Pierre George “constata-se ainda uma ampla interpretação de aspectos geográficos em escala mundial nas suas análises dos sistemas econômicos e sociais na produção de manuais e dicionários de Geografia”. Ainda que o geógrafo francês realize tal procedimento, pouco se explora na pesquisa de Verdi os limites de sua análise em torno da totalidade e das relações estabelecidas em nível mundial. Também ficará para a última parte uma tentativa de contribuir nesse debate.

O mesmo se fará com a ideia de movimento: Verdi considera que a obra do geógrafo francês “evidencia um primeiro movimento fundamental interno à Escola Francesa de Geografia” superando aquela geografia praticada na primeira metade do século XX, tributária de La Blache, que “se desenvolveu descrevendo e explicando os dados estáveis da paisagem, as permanências” (VERDI, 2016, p. 140). A proposta de Geografia Ativa, no entendimento de Verdi (2016, p. 140) “identifica que a realidade está em movimento, e que portanto apenas uma ciência em movimento seria capaz de explicá-la”.

8.2 COLOCANDO OS PINGOS NOS IS: SABER RECONHECER OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA AVANÇAR NA TEORIA GEOGRÁFICA

Como apresentado na introdução do trabalho não pretendemos fazer tábula rasa do pensamento de Pierre George, mas sim, reconhecer suas contribuições e realizar a crítica

daquilo que ficou ultrapassado para podermos avançar na teoria geográfica. Assim, “compreender a especificidade de uma época implica desvendar tanto as permanências quanto as particularidades que a singularizam. E estas (numa concepção materialista) exigem vivência como base da teoria” (MORAES, 2011, p. 136).

Segundo analisa Verdi (2016, p. 140), a geografia de Pierre George e de seus contemporâneos franceses foi “uma nova influência desta escola nacional no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, sendo a concepção de organização do espaço basilar para a formação dos geógrafos brasileiros naquele momento”.

Para Garcia e Salvi (2018, p. 40) a maior contribuição de Pierre George para a Geografia Moderna foi “enriquecer a análise geográfica com a introdução de temas mais críticos e importantes para a realidade vivida na segunda metade do século XX” através do “aprofundamento da discussão da população, das áreas urbanas e do espaço industrial sob uma ótica política e social”. Seus trabalhos de geografia urbana abordam “estudos de centralidade urbana, conurbação, metropolização, definição de critérios para delimitar áreas metropolitanas” etc. (RÜCKERT, 1997, p. 21).

Já sobre a abordagem do tema da população:

Para Andrade, Pierre George ao estudar a Geografia da população, não se ateuve apenas à descrição da distribuição espacial das sociedades pela superfície terrestre, mas também a outras questões, como a estrutura da população por idade e sexo e, principalmente, com a participação da população em atividades produtivas e consumidoras” (GARCIA; SALVI, 2018. p. 37).

Questões que sem dúvida são complementares para a análise de uma realidade determinada. Contudo, permanece o caráter descritivo, ao apresentar “primeiro a distribuição da população relacionando-a aos fatores naturais da Terra”, mesmo que posteriormente apresente “a distribuição voltada às características do povoamento em países industrializados e em países subdesenvolvidos” (GARCIA; SALVI, 2018. p. 37). Para nós, tal caracterização de países industrializados e países subdesenvolvidos, nos termos da geografia georgeana leva à uma geografia das civilizações, que não conecta o real ao movimento total da reprodução da mais valia em nível global. Excluindo, portanto, a luta de classes.

Contudo, reconhecemos que ele foi importante para suplantar a ideia da influência determinante do quadro natural sobre os homens:

Lencioni (2003) explica que os estudos regionais lablachianos buscavam reconhecer unidades geográficas pela superfície do globo por meio da relação entre aspectos físicos e humanos, identificando então a existência de diversos gêneros de vida. Já Pierre George, procurava no estudo regional, o reconhecimento da organização espacial, e, a partir dele, buscava intervir em atividades de planejamento e gestão

territorial. Conforme nos afirma Lencioni (2003, p. 108), '[...] a região foi discutida pela perspectiva do desenvolvimento desigual e se colocou como objeto de intervenção da ação do homem [...]' (GARCIA; SALVI, 2018. p. 38).

Como fica evidente na citação da Geografia Ativa:

Durante muito tempo, as observações geográficas, principalmente orientadas então sobre o estudo do meio e dos tipos de vida, filiaram-se utilmente aos quadros de uma divisão zonal do globo: países temperados, zona árida, países tropicais... Hoje, esta classificação perdeu a maior parte de sua eficácia em razão da própria evolução acelerada do conjunto do mundo: os tipos de vida, conjuntos de adaptações coerentes aos dados naturais, romperam-se sob as pressões da civilização 'moderna' expandida sobre toda a superfície do globo pelo efeito de um gigantesco efeito relacional. [...] Os dados naturais, em razão de sua diferenciação, constituem ainda quadros importantes, mas não podem mais servir de base, hoje, às demarcações geográficas primordiais (GEORGE et al., 1968 [1964], p. 44).

Ab'Saber (1969, p. 262), classifica Pierre George como "uma das maiores cabeças da geografia contemporânea, fez uma revisão aprofundada dos objetivos e dos métodos da geografia, destinada ao capítulo de abertura de uma obra por todos os títulos marcante: a Geografia Ativa". Suas ideias "merecem mais do que simples e irrestritos aplausos: elas nos obrigam a meditações longas. Seu ponto de partida básico é o de que a geografia é uma ciência do homem, enquanto que sua meta final é a de que a 'única Geografia é a sintética ativa'" (AB'SABER, 1969, p. 262).

Assim, promoveu "grande interesse prático e imediato da ciência geográfica", fortalecendo "seu potencial de aplicabilidade em termos de interesse humano e social" (AB'SABER, 1969, p. 262). De tal forma, seu pensamento contribuiu na discussão do planejamento e da responsabilidade dos geógrafos sobre o tema, influenciando, como vimos, o IBGE durante os anos 1960. São palavras de Pierre George as que se seguem:

Até esta metade do século XX, o geógrafo podia restringir-se a estabelecer balanços e a propor as mais sutis explicações. A brutal pressão do crescimento da população do mundo, que se exerce sob as formas mais diversas, que fende por todas as partes as construções elaboradas no século XIX, obriga a organizar e a organizar rapidamente novos planos. Estes planos são necessariamente harmonizados com as perspectivas do desenvolvimento demográfico sobre planos geográficos diferentes, segundo se trata de buscar uma solução local para o problema da população ou de harmonizar desenvolvimentos de regiões e de frações de continentes distintas (AB'SABER, 1969, p. 264).

Outra discussão que Pierre George introduziu na geografia foi o da "análise comparativa entre o sistema econômico capitalista e o sistema econômico socialista" que "promoveu reflexões a respeito da diversidade existente em cada um desses sistemas econômicos, trazendo à tona, no temário geográfico, questões como nível de desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento" (GARCIA; SALVI, 2018. p. 40).

É positiva também a sua busca pela interdisciplinaridade:

Sendo um grande defensor de estudos regionais, que envolvessem tanto elementos naturais como elementos sociais, Pierre George passou a criticar a existência de um único método de pesquisa geográfica e, então, a justificar a necessidade do uso de métodos das ciências auxiliares (GARCIA; SALVI, 2018, p. 44).

Contudo, permanece preso a concepções positivistas, como observam Garcia e Salvi (2018, p. 44) que

analisando o conjunto das obras selecionadas para este estudo, observamos que não há um desvencilhamento de George com os postulados positivistas. Isso é comprovado, por exemplo, se observarmos sua prática descritiva e, principalmente, sua defesa da concepção da Geografia como uma ciência de síntese, concepção essa própria da Geografia Tradicional.

Nas palavras de Antonio Carlos Robert Moraes,

[...] a ideia de ‘ciência de síntese’ serviu para encobrir a vaguidade e a indefinição do objeto. Tal ideia, que postulava um conhecimento excepcional, desvinculava tal ciência de uma exigência do próprio positivismo – a definição precisa do objeto de estudo (MORAES, 1997, p. 25).

Com certeza os debates na Geografia foram ampliados com as ideias de Pierre George e a sua abordagem da Geografia da População, Urbana e Industrial. De tal forma “o trabalho desse geógrafo francês acabou por propor denúncias, por aflorar problemas”, todavia, “não executou análises que desvendavam as causas dessas denúncias” (GARCIA; SALVI, 2018, p. 45). Contudo, “suas obras se limitavam a descrever regionalmente questões emergentes do momento histórico no qual foram produzidas” ficando preso à descrição detalhada e ao método indutivo-empírico (GARCIA; SALVI, 2018, p. 45). A partir disso, é possível reconhecer, como fizeram Garcia e Salvi (2018, p. 44) “que, no campo metodológico, Pierre George não apresentou contribuições tão profundas quanto no temário de discussão da geografia” (GARCIA; SALVI, 2018, p. 44). Ou seja, produziu uma geografia teoricamente vazia e empirista.

Como lembra Armen Mamigonian (PRATES *et al*, 1991, p. 50), “a geografia francesa, nas décadas de 1930 e 40, passou por importante renovação, decorrente da crise econômica mundial, da segunda guerra mundial e da esquerdização por que passou a sociedade”. Nesse bojo, geógrafos como “J. Dresch, P. George, J. Tricart e outros iniciaram um esforço por introduzir a dialética e as ideias de formação social na análise geográfica” (PRATES *et al*, 1991, p. 50).

Contudo, o contexto histórico dos anos gloriosos do pós-guerra acabou por operar um desradicalização em determinados geógrafos, como é o caso do nosso autor:

Com a recuperação econômica do pós-guerra, a direitização da sociedade, o dogmatismo do PCF e a insuficiência teórica dos geógrafos franceses, essas tentativas infelizmente refluíram sob o clima geral da conciliação social-democrática. Neste sentido é ilustrativo o recuo de P. George entre *La Ville* (1952) e *Précis de géographie urbaine* (1961) (PRATES *et al.*, 1991, p. 50).

Diferentemente de André Cholley, que “não abriu mão de seus princípios progressistas e de esquerda e, por consequência, foi marginalizado”, outros como Y. Lacoste e P. George, “ao abandonarem o marxismo trataram de construir uma trajetória individualista e foram largamente debatidos no interior da comunidade geográfica brasileira” (MAMIGONIAN, 2003, p. 5).

Assim, somente no período da renovação crítica é que ocorre “um forte distanciamento dos geógrafos brasileiros em relação às posições do Prof. Pierre George”, todavia, “o volume de sua obra, o número de edições alcançadas por vários de seus livros comprova a importância que ele assumiu no Brasil” (SILVA 2012, p. 80).

Sobre sua relação com a geografia brasileira, Pierre George em entrevista concedida a Silva (2012) em Paris, em novembro de 1992, assim se: “[...] as relações entre meus colegas e amigos brasileiros e eu foram distendidas. Por que, ao mesmo tempo, a geografia brasileira foi atraída por outros correspondentes.” (SILVA 2012, p. 67). Conclui-se, assim, que com a consolidação da geografia crítica e a proposição de uma interpretação nacional para a realidade brasileira, deixou-se de utilizar Pierre George e sua geografia que já não era mais inovadora. Teve, porém, sua contribuição no processo inicial de promoção de debates na geografia e ao interesse pelo social.

Num panorama teórico da geografia brasileira que “apresenta uma diversidade considerável de orientações e filiações metodológicas, com os fundamentos de método (e mesmo conceituais) muitas vezes arrumados de forma pouco sistemática ou mesmo em arranjos bastante incoerentes” e de ecletismo difuso, cabe (MORAES, 2011, p. 135)

“Explicitar posicionamentos metodológicos, adestrar o instrumental analítico com que se opera, clarificar os conceitos e teorias utilizadas, são fundamentos prévios ao propósito de gerar uma geografia que oriente a instalação da modernidade que queremos para o país” (MORAES, 2011, p. 143).

O que nos leva ao objetivo da última parte do trabalho, de confrontar Milton Santos e Pierre George e investigar os problemas do marxismo do geógrafo francês, que, em última instância se relacionam ao problema moral e do conhecimento.

PARTE III – DIÁLOGOS ENTRE MILTON SANTOS E PIERRE GEORGE

9 O PROBLEMA DO CONHECIMENTO

9.1 A HERANÇA DO MARXISMO *DIAMAT*

A teoria marxista, desde sua emergência no século XIX até hoje, viu uma série de interpretações dos escritos de Marx e Engels – existindo tantas correntes quanto intérpretes. As suas transformações e crises “são inseparáveis do desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora”, uma vez que o marxismo “não é uma filosofia de gabinete que pode ser praticada independentemente das condições predominantes no movimento socialista internacional” (MÉSZÁROS, 2014, p. 110).

Após a Revolução Russa, por exemplo, o que se viu no plano teórico foi “uma crescente cisão entre teoria e prática política”, que em partes “foi ampliada pela burocratização da URSS” (AMADEO, 2007, p. 52). Assim, se promoveu “o divórcio estrutural entre a teoria e a prática, inerente às condições políticas da época” que “impediu um trabalho político-intelectual unitário do tipo que definia o marxismo clássico” (AMADEO, 2007, p. 52-53). Tal marxismo que predominou na URSS e que se estendeu por Partidos Comunistas pela Europa foi o marxismo *diamat* (*Dialetischer Materialismus*), uma “teoria sobre a realidade como um todo, que via os indivíduos e a sociedade como instâncias de processos naturais universais e considerava a ciência social como uma ciência natural da sociedade” (BOTTOMORE, 2001, p. 153).

Giannotti (2010, p. 24) define o *Diamat* como uma “caricatura”, tomado como catecismos “que foram lidos durante o século [XX] como se fossem um manual de Geometria ou de Física clássica, *corpus* teórico indubitável a partir do qual se pensa o real”. O que leva o autor a questionar se “o manual não carrega a desvantagem de mascarar o conflito vivo que dá sentido à Ciência?” (GIANNOTTI, 2010, p. 24).

De tal forma, o marxismo vulgar da *diamat*, incorria

em uma polarização (ou, com frequência, uma combinação) entre por um lado, receitas abstratas, estas sim ‘essencialistas’ e ‘totalizantes’, e por outros um empirismo ou neopositivismo antidialético, em ambos os casos com consequências nefastas para a práxis do conhecimento/transformação da realidade (GRÜNER, 2007, p. 129-130).

Também na geografia houve a entrada de um marxismo vulgar, que como observa Moraes:

acaba por banir a figura do sujeito do processo real de que trata essa disciplina: a valorização do espaço. Uma visão que coloca as questões da consciência da individualidade e da subjetividade como ‘esfera sobredeterminada da superestrutura’, isto é como um universo reativo, explicável externamente por ‘causas’ econômicas (MORAES, 1988, p. 21).

O uso do materialismo histórico nas pesquisas geográficas fora analisado igualmente por Ana Fani Carlos (2002) para quem parcela dos renovadores críticos da geografia brasileira incorria em um problema de método:

O materialismo histórico era base das pesquisas, mas a partir dele se produziu uma vertente econômica que dominou muitos trabalhos e que está presente até hoje. Nesta direção, o homem aparece enquanto força de trabalho e o espaço como um produto direto da ação do capital. Nesse sentido, negligenciou-se o significado da noção de produção bem como o sentido social da reprodução. Aqui, a necessidade de se pensar a realidade como uma totalidade em movimento ignora o sentido social da produção do mundo (CARLOS, 2002, p. 165).

Por conseguinte, “do mesmo modo, analisava-se a produção do espaço apenas em seu sentido estrito. Em muitos casos, o materialismo dialético entrou muito mais enquanto forma de linguagem do que enquanto teoria e método capaz de desvendar o mundo moderno, através da geografia” (CARLOS, 2002, p. 165).

Crítica que Moraes e Costa fazem ao grupo de geógrafos franceses do pós-guerra e sua geografia marcada por uma

visão doutrinária do legado teórico de Marx, na rotulação apenas pela metodologia de análise empregada, na apreensão do método como resposta e não como ponto de partida, na leitura dogmática dos clássicos do marxismo e na diluição do problema do objeto geográfico (MORAES; COSTA, 1987, p. 43).

No mesmo caminho, Jean Dresch (2016, p. 213) lembra que “uma interpretação marxista não se satisfaz somente com o emprego de uma terminologia formal, como qualificador [...] sem levar em conta as devidas explicações”.

O *diamat*, herança das limitações do marxismo soviético – engessado e com uma dialética débil – é, portanto, um marxismo economicista, empirista e excessivamente “materialista” que ignora a discussão das superestruturas.

9.2 O ECONOMICISMO

Ariovaldo de Oliveira no artigo *O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George* afirma que essa obra “traz em si uma contradição fundamental”, a de “confundir o materialismo histórico com o método histórico da economia” (OLIVEIRA, 1977, p. 42). Vejamos o que afirma George na página inicial de seu livro (1980, p. 1):

os processos de produção, de transporte e trocas, de transformação e de consumo dos produtos são resultantes de iniciativas humanas e as suas características, a sua eficiência, são devidas às formas de organização decorrentes do passado próprio a cada grupo humano.

Para Oliveira (1977, p. 42) “essa posição contém em si um pressuposto básico, ou seja, o da *linearidade histórica evolucionista*; não existe uma posição de ruptura no processo histórico em função das lutas de classe”. Tal abordagem do desenvolvimento da sociedade está presente em obras com *Geografia Econômica*, *Sociedades em Mudança* e na própria *Geografia Urbana* – onde haveria etapas a serem atingidas pelas cidades de países subdesenvolvidos tendo como base as sociedades industriais modernas da Europa Ocidental e EUA.

A questão da dialética e o entendimento da totalidade não é bem-resolvida em P. George, que “trata o econômico de forma a manter uma unidade parcial neste econômico, mas sem que essa unidade parcial seja produto das contradições inerentes ao modo de produção, isto é, sem que a unidade seja uma unidade de contrários” (Oliveira, 1977, p. 45). Assim, mesmo que fale da “produção, da circulação e do consumo, jamais fala da distribuição” o que se torna um problema na medida em que ela revela “não só os participantes do processo produtivo, ou seja, os trabalhadores e os não-trabalhadores, mas também como se dá a distribuição desigual dos frutos da produção entre o salário e o lucro” (Oliveira, 1977, p. 45).

A seguinte passagem ilustra a crítica anterior, onde apresenta a população como um “todo”, mas sem falar da distribuição:

Tudo será puramente virtual enquanto a população estiver ausente. A presença humana tem uma importância e uma significação de outra ordem, diferente da das condições de produção. Ela é essencialmente diferente e decisiva. Manifesta-se porém, com uma intensidade desigual, não somente de acordo com o número de habitantes – considerado como força de produção ou como exigência de produtos (consumo) –, mas também de acordo com a eficácia produtiva da população, que se encontra subordinada à capacidade técnica, à organização da produção, à qualidade e natureza das necessidades regionais de consumo, às das necessidades exteriores projetadas sobre a área geográfica considerada, etc. *População, sistemas e técnicas de produção são mais do que condições de produção: constituem os próprios fatores da produção* (GEORGE, 1980, p. 4).

Assim como para o economista burguês, que não compreende a conexão do movimento, o que o leva a opor

a doutrina da concorrência à doutrina do monopólio, a doutrina da liberdade industrial à doutrina da corporação, a doutrina da divisão da posse da terra à doutrina da grande propriedade fundiária, pois concorrência, liberdade industrial, divisão da posse da terra eram desenvolvidas e concebidas apenas como consequências acidentais, deliberadas, violentas, [e] não como [consequências] necessárias, inevitáveis, naturais do monopólio, da corporação e da propriedade feudal (MARX, 2010, p. 80).

Pierre George trata o desenvolvimento da economia capitalista como algo natural, fundamentado “sobre o princípio da livre concorrência e da iniciativa individual” (GEORGE, 1980, p. 32). Que tem a sua originalidade “em relação às formas de desenvolvimento econômico anterior”, pelo fato de se basear “na preponderância do setor da produção industrial e da prestação de serviços como fonte de lucros, sobre as demais formas de atividade econômica” (GEORGE, 1980, p. 32-33).

Assim, o geógrafo reconhece que na economia capitalista “a acumulação de lucro é desigual, de acordo com as empresas e as categorias de produção”, além de enxergar a tendência à concentração onde “as empresas que realizam os maiores lucros afastam do mercado as mais fracas, eliminando ou absorvendo-nas” (GEORGE, 1980, p. 33). Mas, exclui dessa análise a distribuição e o movimento do desenvolvimento histórico, caracterizado por contradições.

Outra passagem ilustra esse cenário

A intervenção do Estado, seja antagonicamente aos grandes interesses privados, seja sob a sua pressão, pode acelerar ou bloquear determinados processos. As nacionalizações normalizam, em um país, a concentração de grupos de atividades definidos: exploração mineral, transportes ferroviários, certas fabricações industriais. Outros fatores podem ter efeitos mais ou menos sensíveis sobre a distribuição geográfica das empresas e dos estabelecimentos: leis de interdição de criação de novos estabelecimentos dedicados a determinados setores, facilidade de implantação em regiões e sítios determinados (*Industrial States* ingleses), descentralizações de indústrias (indústria das construções aeronáuticas na França, antes da II Guerra Mundial), planos de investimentos públicos ou certas vantagens concedidas sob condições aos investimentos particulares. Esses planos e diretrizes são sempre falhos nos campos dos antagonismos entre interesses gerais e particulares, entre os interesses de certos ramos industriais e de outros setores de produção, pois não contribuem para abrandá-los e sim, em certos casos, para torná-los mais fortes (GEORGE, 1980, p. 60).

Outra “fraqueza” do economicismo de Pierre George é revelada por Jean Dresch, para quem “a economia nacional é inseparável da economia imperialista”, fato que George parece esquecer (Dresch, 2016, p. 214). Tal separação é reflexo de uma dialética débil, característica do marxismo *diamat*, que em última instância não compreende a superestrutura.

9.3 A VISÃO DA TÉCNICA

A transformação da natureza por parte do homem acontece por meio do trabalho, que é intermediado pelo uso de instrumentos técnicos. Na perspectiva marxista a mudança tecnológica é vista como um processo social imbricado às relações econômicas e institucionais. A concepção de técnica não é uníssona entre Milton Santos e Pierre George, por isso, busca-se neste item analisar e comparar a visão técnica do geógrafo brasileiro e do geógrafo francês. Complementando-se a pesquisa por meio da visão gramsciana da técnica e sua crítica ao lorianismo.

9.3.1 A técnica em Pierre George: uma visão utilitarista

Antes de partir propriamente para a visão de técnica de Pierre George convém resgatar uma crítica de Marx àqueles que enxergam a indústria somente como utilidade e não como apreensão da essência do homem:

Vê-se como a história da *indústria* e a existência *objetiva* da indústria conforme veio a ser são o livro *aberto* das *forças essenciais humanas*, a *psicologia* humana presente sensivelmente, a qual não foi, até agora, apreendida em sua conexão com a *essência* do homem, mas sempre apenas numa relação externa de utilidade [...] (MARX, 2010, p. 111, itálicos do original).

Para o filósofo da práxis é a sociabilidade do trabalho no interior do estranhamento o motor principal da produção de riqueza. Sociabilidade esta que se apresenta por meio de classes sociais antagônicas e não somente pelo posto ocupado, como analisa Pierre George a partir da categoria socioprofissional.

Recorremos ao que Pierre George escreve acerca das tarefas para os países saírem de sua condição de subdesenvolvidos: para o geógrafo francês, é urgente “educação da mão-de-obra” e “formação de quadros nacionais capazes de fazer funcionar para o mercado interno e para o mercado internacional (...) indústrias de alta capacidade de capitalização, que são tecnicamente as mais avançadas” além da “mobilização das reservas de capitais nacionais para investimento industrial” (GEORGE, 1963, p. 32). São todos pontos válidos, desde que conectados à *essência* do homem a que se refere Marx, aspecto ausente em P. George que tem uma visão utilitarista da técnica, autônoma dos homens.

Para o autor em tela, “a geografia é o prolongamento da história” (GEORGE, 1969, p. 14), diferenciando-se desta pelo fato da história ser *uma*, e a geografia ser *plural* “porque percebe os fatos no momento em que a situação permanece aberta e quando aqueles que detêm o poder de decisão podem agir sobre o jogo dialético das forças atuantes” (GEORGE, 1969, p. 15). Nisso as forças em jogo se apresentam por meio das “forças naturais medidas pela técnica” e as “forças econômicas e sociais que são inseparáveis” (GEORGE, 1969, p. 15). Tais elementos deveriam ser analisado em unidade e não de maneira dicotomizada, o que retira a *essência* do *homem* e fortalece a visão utilitária da técnica.

Tal caminho de Pierre George pode incorrer no problema de tomar a tecnologia como solução da questão social. O filósofo italiano Domenico Losurdo adverte que este é a forma de proceder do pensamento burguês e de Hannah Arendt, mesmo que a realidade apresente o contrário. Losurdo (2015, p. 300) lembra que para Marx existe um “efeito prodigioso de emancipação que os progressos da tecnologia – esta humana ‘capacidade científica objetivada’ – podem produzir”, porém, conclui o intelectual italiano que este resultado não é tão óbvio

Enquanto ‘a ciência’ continuar a ser obrigada ‘a servir o capital’, o desenvolvimento tecnológico não será de modo nenhum sinônimo de riqueza social. O capital, essa ‘crítica da economia política’, como ressoa seu subtítulo, é também a crítica da unilateral visão milagrosa do desenvolvimento tecnológico tão cara aos economistas políticos burgueses (e acolhida e radicalizada por Arendt). A história real demonstra que tal desenvolvimento tecnológico, no âmbito da sociedade capitalista, pode ter consequências catastróficas para as classes subalternas... (LOSURDO, 2015, p. 300).

Faz-se necessário ainda, de acordo com Losurdo (2015, p. 301), considerar as “relações de exploração vigentes no plano interno e internacional” uma vez que “os progressos da técnica podem constituir uma catástrofe não só para a classe operária de um país, mas também para os povos inteiros”. Devemos lembrar aqui a polêmica de Yves Lacoste, discípulo de Pierre George, com seu mestre por ignorar os problemas políticos e o papel do Estado – a geopolítica – na obra *Geografia Ativa*¹⁹.

Assinala Lacoste (2012, p. 124) que “esse livro marca uma ruptura com relação à concepção de uma geografia desinteressada, puramente descritiva e explicativa, que havia prevalecido na universidade, desde o início do século XX”, e que diante desses propósitos a

¹⁹ Como aponta Lacoste (2012, p. 124, nota 3): “Quanto mais essa ideia de geografia ativa me parece ainda mais fundamental hoje que na época em que apareceu a obra, tanto mais agora ela me parece se caracterizar por um esquecimento bastante fundamental: o papel do Estado e as estruturas políticas através das quais se exerce sua autoridade. Assim, por exemplo, não há qualquer referência ao Estado, nem no prefácio, nem na primeira parte. ‘Problemas, doutrina e método’, redigidos por Pierre George, como menos ainda na parte ‘Perspectivas da geografia ativa em países subdesenvolvidos’, que é de minha autoria. É contudo o Estado que organiza o espaço e decide as políticas de desenvolvimento”.

geografia ativa deveria levar em consideração os problemas geopolíticos, contudo, “Pierre George os rejeita categoricamente desde o início da obra”. O trecho de George citado por Lacoste em questão é a seguinte: “A pior caricatura da geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a geopolítica, justificando por encomenda, não importa qual reivindicação territorial, não importa qual pilhagem por pseudoargumentos científicos” (LACOSTE, 2012, p. 124).

Para Lacoste é evidente a preocupação de Pierre George de se assimilar toda geopolítica com a geopolítica hitleriana, contudo, ao operar na negação da geopolítica e da reivindicação territorial de qualquer natureza, Pierre George rejeita também o direito dos povos do Terceiro Mundo de reivindicarem sua independência e um território nacional autônomo. Como aparece também em a Geografia Econômica, ao analisar a evolução da economia socialista chinesa

espera-se que surja no Extremo Oriente, dentro de um prazo relativamente curto, uma indústria vigorosa que garanta a independência nacional do desenvolvimento econômico e social da China. A ponta-de-lança desta industrialização é, *infelizmente, a indústria estratégica* (GEORGE, 1980, p. 49, itálicos nossos).

Ou seja, não considera as relações de exploração tanto nacional como internacionalmente, rejeitando uma crítica ao colonialismo francês que ainda estava vigente durante os anos de 1960.

Sem o aspecto aludido por Losurdo em conjunto com outro ponto por ele levantado, o da luta de classes como fator de forte influência do desenvolvimento tecnológico, corre-se o risco de cair na “abordagem recomendada por Arendt” que é “devastadora no plano intelectual e moral: torna-se impossível reconhecer as razões das vítimas do progresso tecnológico (e, na realidade, do sistema capitalista)” (LOSURDO, 2015, p. 302). Aqui Losurdo usa como exemplo as greves no século XIX que levaram à aplicação de novas máquinas. Se Pierre George nega a luta de classes, pode incorrer numa crença de desenvolvimento autônomo da técnica.

Quem se pretende a estudar o fenômeno técnico de maneira crítica, não deve deixar se seduzir pelo “‘otimismo econômico’, tão caro à economia política burguesa (e a Arendt)”, para isso

é necessário distinguir entre máquinas, potencialmente capazes de reduzir a dureza do trabalho, e ‘uso capitalista das máquinas’, que pode atingir ‘o operário como o mais terrível dos suplícios’, aumentando ‘os sofrimentos dos trabalhadores deslocados pela maquinaria’ ou, quando não demitidos, ulteriormente ‘mutilados pela divisão do trabalho’” (LOSURDO, 2015, p. 302-303).

Distinção que Pierre George não realiza na obra *Sociedades em Mudança*, a impressão é de que a sociedade é um sujeito passivo diante das técnicas, elas mesmo, autônomas e provocadoras da consciência humana: “tudo se modifica mais depressa do que nunca, com a aceleração da evolução das técnicas: é a característica da época atual, onde o homem enfrenta sucessivamente a esperança e a inquietação, resultantes ambas da incerteza” (GEORGE, 1982, p. 96).

Na escola francesa de geografia, a ideia de região aparece “como unidade do estudo geográfico”, tal escola regional culmina, como adverte Milton Santos (2012, p. 36), “no perigo de uma interpretação determinista”. Ainda que P. George abandone a ideia de gênero de vida de La Blache e concorde com a crítica de Max Sorre de que o gênero de vida pode ser “útil para as sociedades não desenvolvidas”, mas “não era mais aplicável no mundo moderno onde os grupos humanos agem principalmente segundo os impulsos vindos do exterior” (SANTOS, 2012, p. 36), George se aproxima daquela visão apresentada pelo também geógrafo francês Pierre Gourou, que introduziu a “noção de ‘civilização’ como um quadro entre o homem e o meio”, o que segundo Milton Santos fez “perdurar a noção de gênero de vida, combinada a uma dominante tecnocultural, de modo a desconsiderar o dado técnico-econômico”, ponto de vista, que, em última instância leva a falsear o debate sobre o subdesenvolvimento, analisando-se a “técnica ligada à cultura e não ao modo de produção” (SANTOS, 2012, p. 37).

9.3.2 Visão da técnica em Milton Santos

Bradamos contra certos efeitos da exploração selvagem da Natureza. Mas não falamos bastante da relação tecnicamente fundada, as forças mundiais que insistem em manter o mesmo modelo de vida... (SANTOS, 1992, p. 99).

A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno (SANTOS, 1992, p. 100)

Em sua obra *A Natureza do Espaço*, Milton Santos compreende a técnica sob um tríptico aspecto

como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas

particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 2020, p. 23).

Produção histórica porque revela na paisagem marcas de diversas épocas que exprimem a sua própria história, vistas em seu aspecto material, bem como no seu aspecto imaterial, neste sentido é imprescindível para o geógrafo brasileiro a inseparabilidade entre o aspecto “humano” e “não humano” da técnica. Sem isso, afirma Santos (2020, p. 24) “seria impossível pretender superar dicotomias tão tenazes na geografia e nas ciências sociais quanto as opõem o natural e o cultural, o objetivo e o subjetivo, o global e o local etc.”.

Milton não separa o uso da técnica daqueles que a utilizam. No caso o sistema capitalista: “ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete” (SANTOS, 1992, p. 102).

Tal advertência é fundamental para confrontar a visão técnica de Pierre George e compreender o distanciamento de Milton Santos de seu congênere francês. Antes, porém, cabe apontar que o geógrafo baiano reconhece a importância de Pierre George no estudo da técnica na segunda metade do século XX (Santos, 1999a; 2020). Diz Milton Santos que “o tema da relação entre a técnica e o espaço é também objeto do interesse de geógrafos como Pierre George. Sua preocupação é exposta em *A Técnica: Construções ou Destruições* (1974, p. 13), onde lembra que:

[...] a influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infraestruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, *carrières*, espaços reservados à circulação) e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência” (SANTOS, 2020, p. 33).

Na sua análise geográfica, Pierre George “distingue a cidade atual da cidade anterior, lembrando que esta na metade do século XIX, seria um produto cultural”, nas palavras do geógrafo francês a cidade, na atual marcha do desenvolvimento (anos 1970), “está a caminho de se tornar muito rapidamente, no mundo inteiro, um produto técnico”, acrescentando que “a cultura era nacional ou regional, a técnica é universal” (SANTOS, 2020, p. 33).

Em nota de rodapé, Milton Santos (2020, p. 36, nota 7) aprofunda a compreensão de A. Fel acerca de uma geotécnica e que esta ainda “está longe de se ter constituído”, porém, “não por falta de pesquisas e de reflexões” citando alguns geógrafos franceses que “enriqueceram sucessivamente um domínio de estudos que insiste em permanecer impreciso”, entre eles La Blache e Pierre George. Ainda que o geógrafo baiano apresente tal imprecisão

como uma limitação, reconhece que também ele foi limitado, concluindo que “o próprio progresso técnico transforma a geografia” (SANTOS, 2020, p. 36, nota 7).

Porém, nessas reflexões era “raro que o fenômeno técnico haja merecido um esforço de generalização, uma preocupação sistemática de tratá-lo como um dado explicativo capaz de servir à elaboração de uma teoria ou epistemologia da geografia” (Santos, 1999a, p. 10).

Sem contestar o interesse de Pierre George pela técnica devemos, porém, apontar seus limites. O geógrafo francês deposita peso em demasia na máquina, como se esta sozinha condicionasse o homem, não sendo uma relação recíproca de influência. Em sua análise da cidade, Pierre George coloca a cidade como produto técnico e não como resultado de relações sociais – ora, o produto técnico é resultado da ação humana.

De maneira distinta, Milton Santos não aborda a técnica a partir de uma geografia regional e empírica como o faz P. George, que em nossa análise é tributária da influência vidaliana sobre a escola francesa que leva à uma concepção utilitarista da técnica. O que difere da visão do geógrafo brasileiro, para quem “cabe marcar a distinção entre as técnicas particulares examinadas na sua singularidade, e a técnica, isto é, o fenômeno técnico, visto como uma totalidade” (SANTOS, 2020, p. 36).

Milton Santos (2020, p. 37) está de acordo com os geógrafos que “escrevem que a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transportes”, porém, “a relação, que se deve buscar, entre o espaço e o fenômeno técnico é abrangente de todas as manifestações da técnica, incluídas as técnicas da própria ação”. O que significa não considerar apenas

as chamadas técnicas da produção, ou como outros preferem, as ‘técnicas industriais’, isto é, a técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico. Uma visão assim pode levar a noções como a de espaço agrícola, espaço industrial ou espaço econômico (SANTOS, 2020, p. 37).

Santos conclui que somente “o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (SANTOS, 2020, p. 37). Por outro lado, P. George tem dificuldade em tomar a técnica como uma totalidade, faltando incluir a ação do homem, que se expressa por meio da luta de classes. Assim, o geógrafo francês se prende a técnica específica, o que o leva a seguir essa divisão entre diferentes “espaços” como é comum na divisão de seus livros.

É o caso da obra *Geografia Econômica* (GEORGE, 1980), dividida em três grandes capítulos: da “produção industrial”, da “produção agrícola e de gêneros alimentícios” e do “comércio e circulação”. Os capítulos subdivididos em itens mais específicos, como

“produção de energia”, “produção de matérias-primas”, “indústrias pesadas” e “indústrias leves” etc. No livro *Geografia Ativa* (GEORGE et al, 1968) repartição semelhante é feita na “Terceira Parte – Temas de Estudo de Geografia Ativa Nos Países Industrializados”, de autoria de Pierre George e Raymond Guglielmo em que dedicam um tópico para a geografia agrícola, outra para a geografia da indústria, outra para o consumo e, por fim, para a geografia do desenvolvimento urbano. Para citar mais uma obra editada para o mercado brasileiro, temos *A Ação do Homem* (GEORGE, s/d) em que os capítulos se dividem no “espaço não organizado”, no “espaço agrícola” e “espaço industrial”.

Para Milton Santos existe diferença entre um “problema propriamente técnico”, que está relacionado à sua eficácia, e um “ponto de vista propriamente geográfico”, onde a questão se coloca de maneira distinta: “devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam” (SANTOS, 2020, p. 42).

A questão, segundo Milton Santos, é “de saber, de um lado, em que medida a noção de espaço pode contribuir para a interpretação do fenômeno técnico e, de outro, verificar, sistematicamente, o papel do fenômeno técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico” (SANTOS, 2020, p. 45). Ou seja, opera-se através da dialética e de uma visão da totalidade.

Nesse sentido, Georges Gurvitch “critica o que chama de escola tecnológica. Esta, segundo ele, teria desejado interpretar a realidade social e o seu movimento a partir exclusivamente dos meios técnicos, atribuindo assim um papel predominante aos utensílios, sem levar devidamente em conta os quadros sociais onde as técnicas e os instrumentos nasceram e agiram” (SANTOS, 2020, p. 45). É a forma em que operaram os geógrafos influenciados pela noção de gênero de vida e posteriormente geógrafos positivistas, influência da qual não escapa Pierre George.

Numa “preocupação epistemológica totalizadora”, Milton Santos (2020, p. 54) toma o tempo, espaço e mundo como realidades históricas “mutuamente conversíveis”, em que a união entre espaço e tempo é realizada “por intermédio das técnicas”, através do trabalho do homem. O ponto de partida, em qualquer momento, “é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 2020, p. 54).

Longe de tomar a técnica por si só como instrumento, o geógrafo francês entende que “a técnica não é responsável, como ouvimos e lemos nestas explicações simplórias dadas pelo poder, de que a modernização, a globalização, o progresso tecnológico, levam obrigatoriamente à queda do emprego” (Santos, 2012a [1996], p. 13). Para ele, “*a técnica só tem existência histórica a partir da política*. É a política que decide: 1º) a técnica que escolho; 2º) a forma como as combino e 3º) onde as combino” (Santos, 2012a [1996], p. 13, grifos nossos).

Eis a diferença fundamental em relação a uma visão totalizante da técnica que caracteriza o pensamento de Milton Santos daquela visão estreita de Pierre George, da técnica como ente autônomo capaz por si só transformar a sociedade, desconsiderando as relações sociais.

9.3.3 Gramsci e a técnica: crítica ao lorianismo

Em relação ao tema deste trabalho nos interessa particularmente a crítica feita por Gramsci no Caderno 11 dos *Cadernos do Cárcere* ao sociólogo positivista Achille Loria e ao *Ensaio Popular* de Bukharin. Sustentamos que Pierre George reproduz problemas semelhantes daqueles expostos por Gramsci em relação à construção de sistemas de pensamento e compreensão da técnica.

Tal qual Bukharin, o geógrafo francês toma a ciência como sistema, o que o leva a construir “sistemas de qualquer maneira, que do sistema não têm coerência íntima e necessária, mas somente a mecânica exterioridade” (GRAMSCI, 2020, p. 142). Milton Santos, por outro lado, procede de outra maneira, assemelhando-se ao método gramsciano:

A coerência interna da construção teórica depende do grau de representatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado. Em outras palavras, as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele. A coerência externa se dá por intermédio das estruturas exteriores consideradas abrangentes e que definem a sociedade e o planeta, tomados como noções comuns a toda a história e a todas as disciplinas sociais e sem as quais o entendimento das categorias analíticas internas seria impossível (SANTOS, 2020, p. 23).

Loria, como observa Gramsci (2020, p. 157), substitui “a expressão ‘forças materiais de produção’ e ‘conjunto das relações sociais’ pela expressão ‘instrumento técnico’”, simplificação na qual incorre também Pierre George que toma o instrumento técnico como conjunto das relações sociais. Outra semelhança encontrada nas críticas apresentadas por

Gramsci no Caderno 11 é aquela dirigida à Croce, que enxerga a técnica como a causa suprema de desenvolvimento econômico

Croce acrescenta que, no *Capital* (volume I, p. 143 n. e. 335-336 n.) e em outros locais, é posta em destaque a importância das invenções técnicas e se invoca uma história da técnica, mas não existe nenhum escrito no qual o ‘instrumento técnico’ seja transformado na causa única e suprema do desenvolvimento econômico. O trecho do [prefácio ao] *Zur Kritik* contém as expressões ‘grau de desenvolvimento das forças materiais de produção’, ‘modo de produção da vida material’, ‘condições econômicas da produção’ e similares, expressões que afirmam certamente ser o desenvolvimento econômico determinado por condições materiais, mas que jamais reduzem estas condições à mera ‘metamorfose do instrumento técnico’ (GRAMSCI, 2020, p. 158).

A obra *Geografia Econômica* assemelha-se àquilo que Gramsci (2020, p. 146) chama de “redução da filosofia da práxis a uma sociologia” que “consiste em reduzir uma concepção do mundo a um formulário mecânico, que dá a impressão de poder colocar toda a história no bolso”.

Além disso, o filósofo sardo nos convida a refletir sobre o rigor metodológico e o emprego de conceitos nebulosos e vagos que dificultam a interpretação da proposta teórica de determinado autor:

O progresso científico fez nascer a crença e a espera em um novo Messias, que realizará nesta terra o Eldorado; as forças da natureza, sem nenhuma intervenção do esforço humano, mas através de mecanismos cada vez mais perfeitos, darão em abundância à sociedade todo o necessário para satisfazer seus carecimentos e viver com fartura. Contra este fanatismo, cujos perigos são evidentes (a supersticiosa fé abstrata na força taumatúrgica do homem conduz paradoxalmente à esterilização das próprias bases desta força e à destruição de todo amor pelo trabalho concreto e necessário, em troca de fantasias (GRAMSCI, 2020, p. 176).

Por fim, outro alerta relacionado à crença de tomar a técnica como solução do problema social se encontra no entendimento de Gramsci sobre as ocupações de fábricas em Turim em setembro de 1920. Para ele “tomar posse de estabelecimentos industriais, ‘se encarregar do desenvolvimento das forças produtivas’, ainda não era ‘a vitória contra o capitalismo’” (BADALONI, 1975, p. 109 *apud* d’ORSI, 2022, p. 132).

9.4 A ONTOLOGIA

Como lembram Moraes e Costa (1987, p. 51), o materialismo histórico e dialético propõe “que os estudos sobre segmentos específicos da realidade devem operar um corte *ontológico*”, isto é, “serão possíveis estudos específicos de objetos que possuam uma identidade própria (o que não implica autonomização absoluta) e que se manifestam no real

como específicos”, para tanto, “o critério para a definição do objeto será a identificação de sua existência”. Todavia, “observa-se a distância entre este encaminhamento e as propostas de Ratzel, La Blache, Hartshorne, Schaefer ou mesmo Pierre George” (MORAES; COSTA, 1987, p. 51).

O materialismo histórico e dialético “estuda *processos*, isto é, sua ótica é sempre a da *formação* do fenômeno ou evento”, portanto, a Geografia deverá estudar “algum processo real, seu objeto não poderá mais ser definido como a paisagem ou o lugar e somente como a formação dessas realidades” (MORAES; COSTA, 1987, p. 52). Todavia, Pierre George foca mais na infraestrutura, estudando as forças produtivas, como o instrumento técnico, a distribuição dos recursos pelo globo e as relações de produção sob a ótica estatística, da ocupação do trabalho por meio da categoria socioprofissional. Falta no geógrafo francês a compreensão da superestrutura, e, por conseguinte, compreender que o motor da história está presente na luta de classes.

Se a Geografia Ativa dos anos 1950 e 1960, penetrada por um marxismo vulgar, “centrou-se essencialmente no terreno da teoria do conhecimento”, a geografia crítica brasileira, em especial Milton Santos, “incursiona para mais além, ensaiando entrar no terreno da ontologia” (MOREIRA, 2004, p. 21). Reside aí um problema filosófico que Milton Santos notou, dedicando-se a estudar filosofia com o objetivo de poder operar as categorias do marxismo, caminho que Pierre George não segue.

Pierre George dedicou-se mais ao estudo e determinação dos sujeitos e objetos da Geografia, buscando dar cientificidade a ela, ocupando-se de apresentar o método para as suas diferentes subáreas: Geografia urbana, Geografia rural, Geografia da população, Geografia econômica, Geografia industrial etc. Definindo seus objetos e campo de estudo, ignorando a teorização acerca da origem de seus fenômenos. Já Milton Santos se ocupará em discutir conceitos e categorias a serem instrumentalizados pela Geografia, lançando obras inteiras de teoria sobre o espaço, o território, a região, a formação socioespacial.

10 O PROBLEMA MORAL

10.1 VIVER É TOMAR PARTIDO

10.1.1 Pierre George: da radicalidade ao conformismo

Na primeira parte vimos que Pierre George teve um passado de radicalidade, integrou o Partido Comunista Francês, participou da resistência antifascista, se aproximou do marxismo, realizou críticas ao sistema capitalista e teceu elogios às experiências socialistas. Mas conforme se passaram os anos, suas posições políticas foram gradativamente se afastando da esquerda.

No Congresso de 1956 da UGI, que marcou a primeira participação de uma delegação da União Soviética, “o grupo de George, Dresch e Tricart, em suas críticas à escola vidaliana cobravam uma aproximação com a geografia soviética” (PEDROSA, 2015, p. 12, nota 4). Poucos anos depois, com a Geografia Ativa se inicia o “processo de decadência da geografia de esquerda francesa” (Pedrosa, 2015, p. 20). Segundo Pedrosa (2015, p. 20), Pierre George “culpa a dialética pelas atrocidades do nazismo e defende a geografia como um conhecimento neutro a serviço do Estado”, por outro lado, apesar de se afastar do comunismo, tal obra mantém posições progressistas ao fazer um “apelo à ação não pragmática e social, por uma sociedade mais justa em que o planejamento é uma ferramenta fundamental”.

Essa flutuação de posições não se desliga das mudanças vividas pela modificação das relações de trabalho e rearranjo produtivo que aconteceu após a Segunda Guerra. Se até a eclosão dela, em grande medida, os operários eram unidos

pelo elemento central de suas vidas, a coletividade: o domínio do ‘nós’ sobre o ‘eu’. O que dava aos partidos e movimentos operários sua força original era a justificada convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas só pela ação coletiva, de preferência através de organizações, fosse pela ajuda mútua, a greve ou o voto (HOBSBAWM, 1995, p. 300).

Estava presente também “o perigo do ‘bolchevismo’” que “dominou não só a história dos anos imediatamente posteriores à Revolução Russa de 1917, como toda a história do mundo desde então” (HOBSBAWM, 2014, p. 501). Influenciando nações e movimentos a questionarem a ordem vigente e pensar na possibilidade de uma nova sociedade, o que levou a uma intensa batalha ideológica pelo lado capitalista.

No período subsequente, em que prevalece o “pleno emprego e uma sociedade de autêntico consumo de massa” a vida dos operários nos países desenvolvidos foi completamente transformada (HOBSBAWM, 1995, p. 301). Passou-se do “nós” para o “eu”, a “prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído” (HOBSBAWM, 1995, p. 301). Assim, no período pós 1968 “ninguém

mais esperava revolução social no mundo ocidental” (HOBSBAWM, 1995, p. 434). Ou seja, ocorre uma desradicalização dos europeus, na qual se inclui Pierre George.

István Mészáros realiza uma leitura semelhante, para ele no pós-Guerra o PCF e o marxismo exerceram forte influência na França, porém,

tudo se alterou significativamente com a crise do PCF e do movimento da classe trabalhadora francesa, à qual se deve também acrescentar o impacto dos desenvolvimentos socioeconômicos nos países capitalistas avançados, em seu relacionamento problemático com o resto do mundo (MÉSZÁROS, 2014, p. 114).

Mediante a isto, os intelectuais perderam seu rumo

(independente do fato de ter sido incondicionalmente favorável ou crítico em relação às forças políticas diretas e às organizações de base da classe trabalhadora), encontrando-se entregues a si próprios, tentados a se recolher ao domínio dos discursos teóricos abstratos afastados de questões práticas identificáveis. Portanto, e, certo sentido, a classe trabalhadora e sua ideologia se tornaram ‘supérfluas’ aos olhos dos intelectuais do Ocidente, pois eles não viam nenhum desafio hegemônico fundamental à ordem existente emanado do movimento organizado e politicamente consciente da classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2014, p. 115).

Tal falta de “rumo” insere-se num movimento maior de emergência do pós-modernismo nas ciências humanas a partir da metade dos anos setenta, marcada pela “aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico” (HARVEY, 2013) e do relativismo que substitui “a noção de totalidade historicamente estruturada” inerentes à Hegel e Marx, bem como da “fé no geral progresso que anima as leis da história, como era caro ao marxismo do início do século XX” (SILVA, 2022, p. 17).

Consequência do pós-modernismo e desse período da “hiper-modernidade” ou do “capitalismo tardio” é e o abandono do projeto socialista:

reside na ilusão da superação total do passado e na crença de que vivemos um mundo inteiramente outro (estranho e sem memória). Pós-modernismo é o nome mais usual que se atribui a esta corrente de pensamento, que hoje influencia fortemente o campo disciplinar da geografia. O abandono da busca de sentido na história (próprio das ‘grandes narrativas’ agora finalizadas) emerge como elemento estruturante dos discursos desconstrutivistas. O proclamado ‘fim das ideologias’ se faz acompanhar da impossibilidade lógica de formulação de projetos alternativos ao ‘mundo da mercadoria’, tornando a crítica mera retórica. Uma geografia despolitizada – ao mesmo tempo cosmopolita e localista – emerge de tal fundamentação” (MORAES, 2011, p. 138).

Nesse contexto, Pierre George parece aderir ao clima de pessimismo instalado entre os intelectuais do mundo Ocidental, em que a humanidade é o pior inimigo dela mesma, como declarou Lévi-Strauss em entrevista datada de 1971:

atualmente, o maior perigo para a humanidade não provém das atividades de um regime, um partido, um grupo ou uma classe. Provém da própria humanidade em sua totalidade; uma humanidade que se revela o pior inimigo dela mesma e,

lamentavelmente, ao mesmo tempo também o pior inimigo do restante da criação. É desta verdade que precisamos convencê-la, para ter alguma esperança de poder salvá-la (MÉSZÁROS, 2014, p. 113).

Nos anos setenta, como lembra Armem Mamigonian (2003, p. 27), R. Brunet e Y. Lacoste que “foram membros do PCF e discípulos de P. George”, realizaram os três “um percurso de moderação política, numa marcha em direção ao centro do espectro político”. Em termos teóricos a “geografia humana caiu em novas armadilhas, tentando escamotear o processo de acumulação capitalista, afinal básico da vida urbana, e valorizar a questão da habitação e do consumo em geral, a partir de posturas políticas defensivas” (MAMIGONIAN, 2011, p. 176).

Tal moderação é percebida no tratamento dado ao tema do colonialismo, se nos anos sessenta na obra *Panorama do Mundo Atual*, George afirma “que a herança da colonização comporta um passivo bem pesado para os países independentes, em forma de estruturas econômicas e sociais e de mentalidades que entravam a transposição de modos de produção e de mecanismos da revolução industrial” (GEORGE, 1979, p. 65, grifos nossos). Nos anos oitenta, a questão é tratada de maneira mais branda: “a partilha do mundo efetuou-se empiricamente, à custa de *alguns conflitos localizados*” (GEORGE, 1982, p. 8, grifos nossos). Destacamos também que nas obras analisadas não encontramos posicionamentos em relação ao colonialismo francês na Argélia.

Nem a experiência do Estado de Bem-Estar Social, sistema por ele elogiado na relevante obra *A Geografia Ativa*, fica imune às flutuações políticas do autor, que nos anos 1980 passa a renunciar a tal experiência. Para o geógrafo francês “o problema da duração de uma experiência econômica e social que tem elevado, em proporções consideráveis e em um ritmo jamais igualado, os níveis de vida, está colocado” (GEORGE, 1982, p. 25-26).

A renúncia ao marxismo e o afastamento de questões políticas são revelados da mesma forma por seus discípulos. A relação de Yves Lacoste com Pierre George “manteve um caráter de mestre e discípulo até 1968, quando discordaram sobre o movimento de maio daquele ano” (Verdi, 2017, p. 2). Neste, George “teria se oposto ao movimento estudantil na época, desencadeando um afastamento entre os dois que durou até o final da década de 1990”, quando Pierre George “convidou Lacoste para coordenar a republicação do seu *Dictionnaire de Géographie* (Lacoste, 2010, 2012a *apud* VERDI, 2017, p. 2)”. Tal reencontro acontece justamente quando também Lacoste se afastou do marxismo.

Bernard Kayser, outro discípulo, em entrevista à rádio France Culture em 1994 diz que “nós [ele e Yves Lacoste] éramos fundamentalmente alunos de Pierre George, geógrafo marxista, embora hoje ele diga que nunca foi marxista” (ZANOTELLI, 2000, p. 14). Na mesma entrevista B. Kayser continua

e havia também Jean Dresch, com quem o diálogo era mais fácil, mas um diálogo que dizia respeito mais à situação política imediata do que aos problemas doutrinários. De fato, nós estávamos mais próximos de Dresch do ponto de vista humano e mais próximos de George do ponto de vista intelectual. Mas eles eram, incontestavelmente, nossos dois mestres (ZANOTELLI, 2000, p. 14).

Depoimento que revela a renúncia do marxismo e nas entrelinhas um problema de moral, uma vez que mesmo no período “ativo” Pierre George estava mais focado na questão intelectual que política. Desligando o problema moral e o do conhecimento.

10.1.2 Milton Santos e o papel social do geógrafo

É uma revolução romântica, no sentido mais puro da palavra, onde todos acreditam num futuro mais belo: revolução de idealistas. É uma revolução moralizada e moralizadora: não há notícias de abusos, até agora praticam o que pregaram.

(Milton Santos sobre a revolução cubana)

Milton Santos segue um caminho um pouco diferente, sua aproximação com o marxismo não se deu no início da trajetória intelectual. Todavia, já apresentava preocupação com as questões sociais e se envolvia na política. Ocupou cargos públicos, como a chefia do subgabinete da Casa Civil da Presidência da República na Bahia em 1961 durante o mandato de Jânio Quadros. Em 1962 foi empossado pelo governador da Bahia como Presidente da Comissão de Planejamento do Estado – CPE onde permaneceu até o golpe militar de 1964. Assumiu também a presidência da AGB em 1962. Esteve na mira da repressão por sua proximidade com intelectuais e relação com o planejamento social, o que culminou na sua prisão pela ditadura militar em abril de 1964, forçando seu exílio.

Tomou posicionamentos favoráveis a Cuba, enquanto o jornal A Tarde onde trabalhava “vinha demonstrando uma oposição ao modelo político que gradualmente ia se implementando na ilha, centrada na crítica aos tribunais revolucionários e aos passos nacionalizantes do novo governo” (MOREIRA, 2010, p. 103). Milton Santos expressa uma “avaliação positiva do contato com aquele país quanto na atribuição de um caráter de

‘símbolo’ ao movimento, ressaltando elogiosamente sua luta contra o imperialismo sustentado pela ação de grandes empresas” (MOREIRA, 2010, p. 108). Como demonstra trecho de suas reportagens para o jornal:

Não há quem se ponha em contacto direto com os fatos que recuse a êsse movimento a sua grande importância. Tem o valor de um símbolo, na luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento, que às vezes se confundem com a própria luta contra os trustes internacionais, que sugam o resultado do trabalho dos povos (Santos, “Visita a uma revolução: a Revolução continua”, *A Tarde*, 14/04/1960, p. 5. Apud MOREIRA, 2010, p. 108).

Reconhecia o domínio imperialista dos EUA a ingerência sobre a ilha antes de 1959, “apontando ainda alguns dados sobre as ligações entre empresas e homens públicos dos Estados Unidos com os centros de decisões políticas cubanos e com a ditadura de Batista” (MOREIRA, 2010, p. 109). Sobre isso, Santos diz que a:

revolução social, pretendendo distribuir mais justiça em seu próprio país, não podia deixar de atingir os Estados Unidos, cujas empresas residentes em Cuba tinham interesses muito profundamente ligados à situação moral, política e econômica que a revolução iria derrubar (Santos, “Visita a uma revolução: os fundamentos históricos e econômicos”, p. 5. Apud MOREIRA, 2010, p. 109).

Durante o período em que representou o presidente Jânio Quadros no estado da Bahia lembra que fez “alguma coisa de interesse popular” como obrigar a “companhia elétrica canadense-americana a devolver à população o excesso de dinheiro cobrado nas contas” (Mamigonian *et al*, 1991, p. 183). Tudo isso antes de se considerar um intelectual de esquerda, como lembra em entrevista à Geosul “minha noção de mundo começa a ficar mais clara a partir das leituras dos jornais franceses, sobretudo o jornal ‘Le Monde’, que me reconcilia com o que hoje a gente chama de visão de esquerda” (Mamigonian *et al*, 1991, p. 184).

Fora a temporada entre 1971 e 1972 no MIT, onde teve contato com Chomsky, “de extrema importância na minha afirmação ideológica” que já vinha sendo gestada com a “ida para a França” para o doutoramento, além de sua trajetória na política, considerando-se “um homem de boa vontade” ficando entre “o populismo e a esquerda” (Mamigonian *et al*, 1991, p. 190).

A adesão ao marxismo permitiu a Milton Santos atravessar as grandes contradições de sua época e vivenciar “o choque dos ideólogos honestos com sua própria classe” extraindo “corajosamente as consequências de suas experiências” exprimindo-as “sem hesitações” (Lukács, 2015, p. 118). Porém “este choque, este conflito com a classe burguesa, pode, em determinados casos, permanecer por muito tempo inconsciente e latente – e de modo algum

deve-se afirmar que ele deva sempre culminar numa adesão consciente ao proletariado” (Lukács, 2015, p. 118). É o que acontece com Pierre George, que não adere conscientemente ao proletariado, pois, diferentemente do geógrafo baiano, a intensidade com que “medita sobre as contradições da época, bem como de suas possibilidades – tanto interiores quanto exteriores – de prosseguir por esta estrada”, não chegou, “até as últimas instâncias” (Lukács, 2015, p. 118-119). Como afirma Lukács (p. 118-119), “trata-se, portanto, em larga medida, de um problema intelectual e moral”.

Conclusão a que Milton Santos chega em *Por uma Geografia Nova*, ao expor a necessidade de desmistificar o homem e o espaço e “arrancar da natureza os símbolos que escondem sua verdade”, por meio da revalorização do “trabalho” e do “próprio homem para que ele não seja mais tratado como valor de troca” (Santos, 2012, p. 266). Diante disso, temos “um problema de conhecimento e um problema moral” (Santos, 2012, p. 266).

Ao longo de sua produção intelectual seguiu sustentando a questão moral, como em texto do início dos anos noventa intitulado *1992: a redescoberta da Natureza* em que critica a lógica imposta pelos dominadores sobre os homens,

O imperativo da *competitividade*, uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre *moralidade* e *ação* que caracteriza a implantação em marcha da chamada nova ordem mundial onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômicas, com papel hoje onímodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política (SANTOS, 1992, p. 102-103).

Onde “não só a Natureza é apresentada em frangalhos, mas também a *moral*, e, na ausência de um sentido comum, já dizia o Marx da *Miséria da filosofia*, ‘é fácil inventar causas místicas’” (SANTOS, 1992, p. 103).

Assim, moral e ação política caminham juntas, e Milton Santos reconhece a importância da prática dos movimentos sociais para além das instituições. Para ele um discurso socialmente eficaz pode ser

a base de intervenções ‘sistêmicas’ na sociedade, em diferentes níveis do exercício da política, entre os quais, o mais abrangente seria a contribuição para a elaboração de um projeto nacional, comprometido com a transformação da sociedade em benefício da maioria da população do país (Santos, 2000, p. 108).

Opondo de um lado os atores hegemônicos para quem o “território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares” e do outro os atores hegemonzados, que “têm o território como um abrigo” onde “recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (Santos, 2000, p. 108). A partir desse “jogo dialético

que podemos recuperar a totalidade” (Santos, 2000, p. 108). Totalidade esta, voltada para a prática social e reconhecadora da luta de classes, tópico que será debatido em seguida.

10.2 A LUTA DE CLASSES

10.2.1 A categoria socioprofissional

Diferentemente da análise marxista que examina a estratificação social a partir da existência de classes sociais antagônicas, Pierre George o faz por meio de categorias socioprofissionais. Sobretudo na obra *Sociedades em Mudança* (1982), que como vimos, marca o afastamento do marxismo e a aproximação do economista John Kenneth Galbraith e dos termos “de *sociedade pós-industrializada* (Galbraith) e o de *sociedade de consumo*” (GEORGE, 1982, p. 20).

Para o autor em tela, nas sociedades industriais do pós-II Guerra

a ‘qualidade’ da profissão modificou-se consideravelmente (...) o que torna dificilmente utilizáveis as classificações elaboradas durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a classificação setorial tripartida, diferenciando as atividades criadoras de produtos brutos – primárias -, as atividades de transformação – secundárias -, as atividades de gestão, de comércio e de serviços – terciárias (GEORGE, 1982, p. 18).

Aqui, P. George descreve a mudança do paradigma produtivo com o fim do fordismo nos anos setenta que altera significativamente o mundo do trabalho. Marcado pelo “fracionamento do ciclo produtivo” e da “decomposição da própria fábrica” levando a “consequente desintegração do sujeito de classe e a constituição de uma pluralidade de figuras contratuais, com as diversas subjetividades produtivas sendo postas em competição entre si” (AZZARÀ, 2022, p. 48). Todavia, a análise do geógrafo francês opõe a noção de classe social a essas novas figuras contratuais incorporados na estrutura socioprofissional.

Assim, toma o operário como ser abstrato e não como sujeito. Paul Claval reconhece tal problema:

Pierre George aconselha partir das categorias socioprofissionais que a estatística acaba de definir: a pesquisa pode se apoiar em dados fornecidos pelos serviços oficiais. É uma maneira de renovar a disciplina, mas que se refere mais aos domínios que estuda do que à maneira de concebê-la (CLAVAL, 2011, p. 259).

Outro geógrafo francês a pontuar essa questão em P. George é Jean Dresch, que avalia que para o autor em tela o operário “não representa mais que uma mão de obra, um ser

abstrato, que se calcula pelo preço e pelos lucros que proporciona, que pode ser reduzido a um material de estatística” (Dresch, 2016, p. 212). Que se estende para a análise da “própria empresa em que o operário trabalha”, considerada como “outro ser abstrato que pode ser reduzido a cifras econômicas compostas de muitos operários” (Dresch, 2016, p. 212).

Deste modo, “a criatura é distinguida, mas o funcionamento da empresa é mal compreendido” (Dresch, 2016, p. 212). “Pode-se falar em concentração vertical e horizontal, mas essa questão isolada não explica a origem do capital da empresa e os laços mantidos com os grandes organismos comerciais, industriais e bancários, nacionais e transnacionais” (Dresch, 2016, p. 212).

A categoria de estrutura “socioprofissional” aparece inicialmente na obra *Sociologia e Geografia* de 1965, em que a relaciona como um dado a ser condicionado pelo fato econômico, social e cultural em conjunto (GEORGE, 1969, p. 15). Na obra *Sociedades em Mudança* (1982) seu uso é recorrente. Pedrosa (2013, p. 108) explora tal assunto, sustentando que Pierre George

não trabalha claramente com a ideia de luta de classes e em parte desradicaliza a estratificação social através da divisão da população por categorias socioprofissionais. Isso confere um caráter abstrato para a economia como motor da história, já que os seus atores estão encobertos por uma diversidade de ocupações que não demonstra claramente quais são as relações de exploração da sociedade capitalista.

A desradicalização da estratificação social aludida por Pedrosa é verificada na seguinte passagem:

Em termos de estratificação social, pode-se considerar, de maneira muito genérica, que as sociedades industrializadas atuais compreendem um setor preponderante e crescente de classes médias, englobando os trabalhadores qualificados [...], os funcionários e os empregados dos serviços comuns, os ‘executivos de nível inferior’ e os ‘de nível médio’, parte dos profissionais liberais (GEORGE, 1982, p. 19).

Pierre George (1982, p. 20) entende que “o ápice da hierarquia social é mais difícil de delimitar”, tratando a noção de “classes dirigentes” como uma “expressão, na verdade, um tanto imprecisa”. De tal modo, remove a luta de classes e reduz os antagonismos da sociedade à profissão exercida pelo indivíduo, que determinará o nível de renda e estratificação social, ignorando o fato de o capitalista deter os meios de produção. De tal modo, nesta análise “o que interessa é o trabalho particular, nas condições determinadas por um dado aparato técnico e por um dado mercado imediato” (GRAMSCI, 2020, p. 332).

Em Marx o motor da produção de riqueza é a sociabilidade do trabalho no interior do estranhamento. Sem compreender isso, P. George ao tratar em divisão socioprofissional reduz

tudo ao indivíduo, retirando a determinação de classe: “o economista nacional – tão bem quanto a política nos seus *direitos humanos* – reduz tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, do qual retira toda determinidade, para o fixar como capitalista ou trabalhador” (MARX, 2010, p. 149).

O pós-modernismo, segundo Stefano Azzarà (2022, p. 52) tem por objetivo a “deslegitimação integral da tradição dialética nas suas relações com a herança do pensamento filosófico moderno. E que nesta ofensiva leve ao chão a ideia mesma da construção da comum generalidade humana, e, portanto, a ideia de igualdade” removendo o conflito de classes. P. George (1982, p. 25) não fica imune à essa influência:

O certo é que as sociedades industrializadas entraram numa fase de incerteza e de incapacidade em resolver o problema das desigualdades, decorrentes da diferença das condições de participação nos frutos da economia [...] As situações de crise aumentam a função de assistência do poder público. Esta só poderá atuar se a economia permanecer bastante forte ou ao preço de uma inflação que empobrece o conjunto social como um todo.

Característico do pensamento pós-moderno é a atomização e fuga das “grandes narrativas” em que se nega a “possibilidade de imprimir um sentido ao movimento histórico, de dar a ele um sentido de maneira projetual” (AZZARÀ, 2022, p. 55). Ou seja, é a perda do sentido da ideia de progresso e necessidade histórica marcada pela “crise das formas de consciência e das formas organizativas – antes de tudo a forma-partido, da qual se pode esclarecer o nexos com o Estado-nação e sua crise atual – que haviam favorecido enormemente a unificação das classes populares” (AZZARÀ, 2022, p. 46). Nesta obra tardia, *Sociedades em Mudança*, Pierre George se aproxima da contestação das grandes narrativas, contextualizando o final dos anos 1970 com um “mal-estar” que “gera distorções e contestações sociais inusitadas” onde “ninguém refugia-se no mito de uma ‘nova sociedade’” (GEORGE, 1982, p. 26).

Outro problema, é que P. George, “na tentativa de abstrair simplesmente as classes sociais, resume a sociedade a um conjunto de grupos humanos” (Oliveira, 1977, p. 42). Assim, se toma como protagonistas dos conflitos “indivíduos singulares”, e não como “sujeitos sociais e que, de modo direto ou indireto, imediato ou mediato, remetem à ordem social, a esta ou àquela essencial articulação da divisão do trabalho e da ordem social” (LOSURDO, 2015, p. 63-64).

Para o geógrafo Andrew Herod, a geografia pouco debateu a temática do trabalho, tratando-a como mero “fator de produção em estudos que enumeravam atividades”, de tal

modo, o trabalho aparece como “mero fator de produção a ser descrito, não havia lugar nessas análises para o conflito entre capital e trabalho” (CAVALCANTI, 2020, p. 86).

Diante disso em nosso entendimento, a análise do trabalho por meio da categoria socioprofissional sem o conflito de classe presente em Pierre George, não difere daquela análise econômica feita pela geografia quantitativa:

a geografia econômica evitou tratar o trabalhador tanto como um indivíduo quanto como um membro de um grupo social [...]. Assim, nas explicações neoclássicas não há pessoas na produção de paisagens econômicas, apenas abstrações nas quais o trabalho é reduzido às categorias de salários, níveis de habilidade, localização, gênero, número de sindicalizado e assim por diante, cuja importância relativa é ponderada pelas empresas em suas tomadas de decisões locais (HEROD, 2001, p. 22-23 apud CAVALCANTI, 2020, p. 89, tradução do autor).

Mesmo que a Geografia Ativa procurasse se distanciar dessa geografia quantitativa ao “estabelecer em suas investigações um balanço de conjunturas, enquanto explicitava as desigualdades socioespaciais” realizando “uma crítica à pretensa neutralidade e cientificidade da geografia aplicada”, ela se viu presa “a análises com foco em sínteses regionais e locais” (CAVALCANTI, 2020, p. 90).

Tampouco conseguiu dar atenção “à diversidade de experiência dos trabalhadores e à capacidade de luta destes para se manter no emprego e moldar seu espaço de trabalho”, assim, o trabalho enquanto antagonismo capital-trabalho permanece marginalizado (CAVALCANTI, 2020, p. 90). Para Pierre George o trabalho é visto como “fator de produção e modo de existência, envolvendo a ação dos grupos humanos em quadros temporais definidos com base na forma do meio em que vivem e desenvolvem sua atividade” (GEORGE, 1969, p. 93).

O tema do trabalho, segundo o geógrafo francês, é tanto sociológico como econômico, sendo abarcado pela análise geográfica. Para tanto, o autor a divide em quatro facetas. A primeira é a faceta tecnológica cujo “exame compreende a descrição dos instrumentos e métodos de trabalho”; outra face é especificamente sociológica, a do “estudo das relações sociais ligadas às relações econômicas” (GEORGE, 1969, p. 94). É somente assim que apresenta, sem aprofundar quais relações econômicas essas seriam.

Já a faceta das relações econômicas deve se preocupar do exame da “propriedade ou da posse dos meios de produção, dos investimentos, dos modos de comercialização e dos mercados”, bem como “da conjuntura com suas incidências sobre a quantidade e a qualificação do emprego e sobre a localização dos polos de desenvolvimento e dos fluxos

econômicos” (GEORGE, 1969, p. 94). Por fim, a característica especificamente geográfica deve responder à questão *onde?*, realizando a “sínteses dos dados refletidos pelas outras facetas” (geografia como ciência de síntese), de tal modo, a geografia “assegura o contato com as condições fundamentais da aplicação e da eficácia do trabalho e também porque intervém por ocasião dos balanços de síntese dos resultados e dos limites do trabalho” (GEORGE, 1969, p. 94). Vê-se, portanto, que o trabalho é visto como fator de produção, mas não há menção à luta de classes.

Na obra *Geografia Econômica* isso se faz notar ao tratar da diversidade das formas de economia capitalista no mundo, como aponta Oliveira (1977, p. 47) “é como se nos países ‘técnica e economicamente desenvolvidos’ não houvesse uma classe explorada e em condições humanas e questionáveis, como se todos alcançassem a plenitude do desenvolvimento” apresentando uma unidade, mas uma unidade sem contradição, sem a luta de classes. Vejamos a passagem de Pierre George alvo dessa crítica:

As atividades produtivas e a condição social de pouco menos de 2/3 da humanidade encontram-se subordinadas às formas de organização da economia capitalista. Entretanto, do total de mais de 2 bilhões de homens que vivem enquadrados nesse sistema, 500 milhões beneficiam-se das condições de países técnica e economicamente desenvolvidos, e mais de 1,5 bilhão sofrem as condições de *subdesenvolvidos* (GEORGE, 1980, p. 32).

Milton Santos também utiliza a categoria socioprofissional (Santos, 2013), porém, diferentemente de Pierre George, o geógrafo brasileiro explicita quais são “os fatores atinentes à composição socioprofissional da população urbana”:

1. *sex-ratio*; 2. Taxa de natalidade e de mortalidade; 3. Setores e subsetores dominantes e suas características; 4. Coeficiente de atividade e tipos de atividade; 5. Porcentagem de salários permanentes; 6. Massa de salário urbano; 7. Causas de migrações (essencialmente centripismo urbano ou repulsão rural), *sex-ratio* e qualificação de migrantes, grau de evolução da região de origem, e 8. Nível de retenção de migrantes pela cidade (Santos, 2013, p. 84).

Portanto, percebe-se que para Milton Santos o sentido da categoria é diferente, expressando muito mais elementos para considerar numa análise, do que um definidor de grupo social.

10.2.2 Luta de classes em Milton Santos

Para Milton Santos (1996/1997, p. 133) ser cidadão “é ser como o Estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o Estado, mas afrontar

o Estado” por meio disso “o cidadão seria tão forte quanto o Estado”. Assim, o indivíduo completo “é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos”. Ou seja, entende o sujeito como agente de transformação e não como mero objeto.

Num desconhecimento do problema do racismo na América Latina, Pierre George afirma que o continente se caracteriza “por uma coexistência perfeitamente aberta por parte das diferentes comunidades étnicas e geográficas” (George, 1983, p. 165). Todavia, para Milton Santos – conhecedor da realidade brasileira – “há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos” (SANTOS, 1996/1997, p. 134). Afirmando que “o cotidiano me indica que não sou cidadão nestes país” (SANTOS, 1996/1997, p. 134). Portanto, reconhece o racismo e o insere num contexto mais amplo de luta de classes.

Em artigo de 1999 assinado para a Folha de São Paulo, o geógrafo brasileiro deixa bem claro a existência de conflitos entre classes antagônicas e a ação da burguesia para manutenção do *status quo*:

Como sempre, o país deve ser visto como uma situação estrutural em movimento, na qual cada elemento está intimamente relacionado com os demais. Agora, porém, no mundo da globalização, o reconhecimento dessa estrutura é difícil, do mesmo modo que a visualização de um projeto nacional pode se tornar obscura. Talvez por isso, os projetos das grandes empresas, impostos pela tirania das finanças e trombeteados pela mídia, acabem, de um jeito ou de outro, guiando a evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas, frequentemente dóceis e subservientes, deixando de lado o desenho de uma geopolítica própria a cada nação, que leve em conta suas características e interesses (SANTOS, 1999, p. 1).

Caracteriza o Brasil como nação ativa, “isto é, aquela que comparece eficazmente na contabilidade nacional e na contabilidade internacional, tem o seu modelo conduzido pelas burguesias internacionais e pelas burguesias nacionais associadas” (SANTOS, 1999, p. 2). Tal modelo de nação “alimenta a sua ação com a prevalência de um sistema ideológico que define as ideias de prosperidade e de riqueza e, paralelamente, a produção da conformidade” (SANTOS, 1999, p. 2).

Delimitada a ação dos interesses do capital, Milton Santos faz um chamado aos intelectuais, que “muito mais do que promover um simples combate às formas de ser da ‘nação ativa’ - tarefa importante, mas insuficiente, nas atuais circunstâncias –”, devem cumprir o papel de “empenhar-se por mostrar, analiticamente, dentro do todo nacional, a vida sistêmica da nação passiva e suas manifestações de resistência a uma conquista

indiscriminada e totalitária do espaço social pela chamada nação ativa” (SANTOS, 1999, p. 3).

Essa “visão renovada da realidade contraditória de cada fração do território” deve ser “oferecida à reflexão da sociedade em geral, tanto à sociedade organizada nas associações, sindicatos, igrejas, partidos etc.”, bem como à “sociedade desorganizada, que encontrará nessa nova interpretação os elementos necessários para a postulação e o exercício de uma outra política, mais condizente com a busca do interesse social” (SANTOS, 1999, p. 3).

10.3 VISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

O debate sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento esteve entre um dos assuntos centrais da Geografia na segunda metade do século passado. Contudo, sua discussão pode ser ambivalente de acordo com a origem de quem estuda o tema, ou de que posição defende. Assim, opõem-se, aqueles que analisam o fenômeno a partir de uma ótica terceiro-mundista e aqueles que o fazem de seus gabinetes no centro do sistema. Isso não significa que um pode ser analisado sem o outro, uma vez que “a Geografia é uma só, e as variáveis que criam as diferenças no espaço entre países industrializados e países subdesenvolvidos não poderão jamais desfazer a profunda unidade das causas fundamentais” (Santos, 2013, p. 41).

Milton Santos já havia chamado atenção para o fato no início dos anos setenta, para quem o estudo de um trabalho sobre um país subdesenvolvido dependerá, entre outros fatores, da “escolha política, ideológica ou metodológica (os três termos tendo a mesma significação para os países subdesenvolvidos)” (Santos, 2013, p. 66-67). Assim, sem dúvidas, “as tendências metodológicas e ideológicas de seu autor e os objetivos que ele pretende atingir com seu trabalho” revelam o plano que elaborará (Santos, 2013, p. 67). Para a temática do subdesenvolvimento isso se torna fundamental uma vez que “um estudo sem interesse para as populações desses países encerra o risco de estragar o prestígio do país de onde o geógrafo é originário, assim como da própria Geografia” colocando-se o problema da ação social do geógrafo – novamente, a questão moral guiada pela questão do conhecimento (Santos, 2013, p. 67).

Não menos importante para se realizar um trabalho que esteja de acordo com o interesse nacional das populações de um país subdesenvolvido é reconhecer a ação do imperialismo. Milton Santos, em seus textos jornalísticos sobre Cuba, analisa os possíveis desdobramentos da recém vitoriosa revolução, opinando que se “no plano interno, a

revolução está vitoriosa’, no cenário das relações internacionais, a situação mostrava-se complicada” (MOREIRA, 2010, p. 113). Observando as crescentes oposições do país caribenho frente aos Estados Unidos, o autor considerou a possibilidade, naquele momento bem perceptível, da “deflagração de um boicote envidado pela nação do norte, o que ‘poderia conduzir Cuba a grandes dificuldades’” (MOREIRA, 2010, p. 113). Para contornar o problema, sugeria Santos que fosse concedido

o apoio maciço dos países latino-americanos, não apenas de um ponto de vista moral, mas de maneira efetiva, forçando um comércio mais amplo que os tirasse das dificuldades. Mas, respondamos com franqueza, será lícito esperar que venha isso a acontecer? Não parece provável (Santos, “Visita a uma revolução”, A Tarde, 30/04/1960, p. 5. *apud* MOREIRA, 2010, p. 113).

Concluía o artigo voltando a atribuir a Cuba o caráter de “símbolo, que os outros povos deste hemisfério passiva ou ativamente reconhecem” (MOREIRA, 2010, p. 113). E referia-se ainda à necessária vigilância da opinião pública latino-americana com relação a possíveis investidas contra a ilha, lembrando a importância do cuidado na estratégia dos Estados Unidos com relação a Cuba (MOREIRA, 2010, p. 113). É, portanto, uma análise ciente dos interesses imperialistas.

Em suas reflexões sobre a Geografia, Jean Dresch, mesmo sendo francês, toma o lado dos países subdesenvolvidos e questiona “como compreender a vida humana dos países dependentes, coloniais ou neocoloniais, senão analisando as condições e as formas dessa mesma dependência?” (Dresch, 2016, p. 212). Sem elencar tais condições a “obra colonial reduz-se a uma enfadonha enumeração de produtos e ferroviários” e dos “capitais investidos e em que ramos são investidos” (Dresch, 2016, p. 212).

Pierre George também discute o tema em suas obras, apresentando posições avançadas como no livro *Geografia Econômica*, cuja primeira edição remonta a 1956, uma fase de esquerda do autor e de proximidade com o marxismo. Com as sucessivas edições da obra e as transformações ocorridas em seu pensamento não podemos afirmar se o autor sustentaria a mesma visão dos anos anteriores. Diz o autor, que não se pode caracterizar unicamente os países subdesenvolvidos por um “atraso técnico e uma insuficiência produtiva, que são os elementos de uma situação de fato e os resultados de uma série de conjunturas históricas” (GEORGE, 1980, p. 7). Deve-se também lembrar que essa situação “é proveniente, de um lado, do papel inibidor das relações que lhe foram impostas pelos países desenvolvidos, desde pelo menos há um século, como a colonização ou subordinação econômica” (GEORGE, 1980, p. 7). Está presente a exploração de uma nação sobre a outra,

mas como veremos nos itens seguintes, sua visão geral das causas e formas de combater o subdesenvolvimento carrega em si visões eurocêntricas e explicações complicadas.

10.3.1 Eurocentrismo: o subdesenvolvimento como condição inerente dos países do Terceiro Mundo

Uma das facetas da visão eurocêntrica sobre o subdesenvolvimento é a abordagem etnológica, sobretudo quando se estuda o continente africano em que “o enfoque antropológico, etnológico ou etnográfico” aparece como uma “deformação” (Santos, 2013, p. 42). Assim, segundo Milton Santos “a abordagem etnológica encerra numerosos inconvenientes e até mesmo perigos reais”, por isso, ele prefere trabalhar com os “dados sociológicos e econômicos” para o estudo dos países subdesenvolvidos (Santos, 2013, p. 43).

Os problemas de uma abordagem etnológica residem no fato de que, primeiro, falseiam a “visão do conjunto do fenômeno estudado”, que ao focar mais na descrição da paisagem desvia “o interesse do leitor daquilo que mais deveria interessá-lo: os fatos fundamentais” (Santos, 2013, p. 44). O que leva o autor a questionar se seria possível “pensar ou repensar uma sociedade estrangeira à luz de nossas próprias categorias culturais?” (Santos, 2013, p. 44).

Segundo, conduzem a “uma visão voltada para o passado” que ignora os “aspectos positivos e dinâmicos” dos “elementos tradicionais, ou costumeiros, da atividade de um grupo humano” (Santos, 2013, p. 44-45). Assim, se ignora “que os países novos são herdeiros tanto de um passado que não deve ser interpretado com uma visão profana, como da soma colossal de experiências dos países velhos” uma vez que, nos “países subdesenvolvidos o futuro chega muito mais depressa” (Santos, 2013, p. 45). Contrapondo-se às ideias de “falta de iniciativa” ou dos “modos de vida arcaicos” e “tradicionais” das populações locais que seriam contrários à modernização.

Por isso, do geógrafo brasileiro diz preferir “adotar um ponto de vista que confere primazia aos mecanismos econômicos” para somente depois “associar-lhes às formas de abordagem histórica e sociológica” (Santos, 2013, p. 49). Uma vez que

o fato urbano nos países subdesenvolvidos da América Latina, da Ásia e da África caracteriza-se ao mesmo tempo pela ação dominante de países ou regiões mais desenvolvidos e por tentativas mais ou menos eficazes no sentido de escapar às consequências de tal dominação (Santos, 2013, p. 49).

Em outro trabalho Milton Santos trata do fato de que os “equívocos que o enfoque cultural suscitava” se tornaram mais “numerosos e mais evidentes, pelo fato da internacionalização da economia” (Santos, 1982, p. 7). Portanto,

regressar a esse método de interpretação da realidade equivale a querer eliminar os efeitos perversos de uma dependência econômica aumentada e a impor como se fosse legítima uma interpretação segundo a qual as dificuldades encontradas pelos países pobres e dependentes deverão buscar a sua explicação em causas endógenas, mais culturais que econômicas (Santos, 1982, p. 7).

Outro risco que a abordagem etnológica apresenta é utilizar a ideia de raça, que como afirma Lander (2007, p. 228) “converteu-se em um dispositivo extraordinariamente potente de classificação e hierarquização mediante o qual conseguiu-se dar a aparência de *natural* (e portanto sem relação alguma com a ordem social) às profundas desigualdades e hierarquias existentes nas sociedades modernas”. Ideia que, no passado, La Blache parece ter incorporado na noção de gênero de vida.

A partir de uma visão eurocêntrica, Pierre George aborda o imperialismo sem motivações econômicas, como se se tratasse de uma mera busca de recursos naturais nos países do Terceiro Mundo, pelo fato destes países possuírem este ou aquele recurso. De forma geral, a caracterização do Brasil – assim como diversos países da América Latina, Ásia e África – se limita a um país pobre, onde a pobreza é vista apenas como uma etapa temporária e superável no processo “natural” de desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva teleológica e evolucionista, a política deve ser direcionada ao crescimento econômico, visando elevar o país ao *status* de nações desenvolvidas.

Assim, só descreve, mas não explica a razão da causa do subdesenvolvimento. Lista que falta mão de obra qualificada, culpa a explosão demográfica (George 1963; 1970; 1980; 1982). Além de utilizar dados estatísticos de maneira estática para mostrar a diferença entre os países industrializados desenvolvidos dos países subdesenvolvidos por não apresentarem os mesmos indicadores sociais e de produção dos países ricos. Assim, mantém uma visão de atraso dessas sociedades, que incorre em análises psicologizantes do desenvolvimento em países subdesenvolvidos:

As regiões melhor colocadas para obter êxito na operação, são aquelas onde foram implantados mais cedo sistemas escolares diferenciados e onde diversas experiências anteriores despertaram o *espírito de iniciativa* e o *espírito empreendedor* na classe dirigente e na classe média. Infelizmente, não são sempre aquelas onde um superpovoamento faminto e *inculto* exige intervenções mais urgentes (GEORGE, 1963, p. 32).

Ou mesmo um discurso neocolonialista que defende a missão civilizatória da Europa no continente africano:

a colonização trouxe poucas modificações a essa África tradicional. A psicologia política e administrativa dos conquistadores era tão diferente dos povos locais que só pôde haver uma superposição de sistemas, e nunca uma fusão ou mesmo assimilação, exceto a título individual. Os europeus introduziram sua moral, sua ideologia. Eliminaram a escravatura, introduziram suas religiões por intermédio de missões que converteram proporções mais ou menos importantes de africanos, introduziram a higiene e a proteção à saúde, recrutaram a mão-de-obra especialmente entre as classes jovens para as plantações, os canteiros de obras públicas, as minas, mas na verdade modificaram muito pouco as estruturas sociais e mesmo o comportamento psicossocial em nível de aldeia (GEORGE, 1982, p. 78).

A análise sobre o colonialismo de Pierre George não aborda as relações de produção e troca a nível mundial que permitem explicar a razão de existirem países pobres e países ricos, chegando no cerne dessa situação que está relacionada à exploração capitalista e ao imperialismo. Resulta numa visão unilinear da história. Como demonstra a abordagem do autor sobre o desenvolvimento desigual entre as colônias de exploração e as de povoamento. Na primeira, tem-se

o resultado de agravar a desigualdade de desenvolvimento técnico e econômico entre países industriais e países não-industriais, promovidas ao papel de provedores da Europa em matérias-primas e de compradores do excesso da produção não absorvido pelos mercados nacionais dos países industriais (GEORGE, 1980, p. 38, itálicos do autor).

Já a “evolução das colônias de povoamento é diversa e, sobretudo, mais rápida” – não sendo uniforme. De um lado temos países como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália e a Nova Zelândia que “evoluiu rapidamente, seguindo o exemplo dos países da Europa, para uma economia industrial com um equipamento de produção industrial diferenciada de elevada tecnicidade” e uma agricultura altamente mecanizada com elevada produtividade do trabalho “voltada para os mercados internacionais” (George, 1980, p. 38-39).

Por outro lado,

o segundo grupo, do qual a Argentina e o Brasil são os países mais representativos, deixou-se distanciar, pois não soube ou não pôde constituir as reservas de capitais indispensáveis à edificação de uma economia e de uma sociedade evoluída sem recorrer a um financiamento exterior (GEORGE, 1980, p. 39).

Trata como vontades dos países serem desenvolvidos, ou que simplesmente seguir um modelo que garante sucesso. Ignora as relações sociais, o imperialismo e a dependência.

A análise o subdesenvolvimento através do universalismo “ignora ou finge ignorar que a História é o produto de lutas políticas, as quais são lutas de classes que buscam a emancipação econômica”. Assim, ignora “que as forças produtivas do capitalismo são manipuladas pela classe que detém o controle dos meios de produção” (GOMES, 1982, p. 49).

Ao contrário, o particularismo de atribuir escolhas políticas próprias do centro que possibilitaram o desenvolvimento dos países capitalistas avançados e, de outro lado, escolhas ruins que tolheram o desenvolvimento no Terceiro Mundo. Tal explicação é limitada e prende-se “aos aspectos visíveis e fenomenais da exploração imperialista contidos nos mecanismos de troca e de distribuição em detrimento da essência do fenômeno responsável pelo subdesenvolvimento que se encontra nas *relações de produção*” (GOMES, 1982, p. 49).

Estas análises, consideradas por Horieste Gomes como “burguesas” acabam por se centrar “no estudo dos elementos do ‘equilíbrio do subdesenvolvimento’” manifestado no “peso populacional, baixa produtividade, baixo rendimento, reduzida poupança e procura efetiva, baixo nível de investimento etc.” como “se os mesmo fossem engendrados por características inerentes aos próprios países não desenvolvidos, e não como decorrentes das explorações praticadas pelo colonialismo e imperialismo” (GOMES, 1982, p. 49).

Losurdo lembra a crítica de Marx à ideologia dominante, que responsabiliza as características de um povo pela sua tragédia. Todavia, o ensinamento marxiano apresenta ser “necessário questionar não a suposta ‘natureza dos irlandeses’, mas o ‘desgoverno britânico’ e, portanto, as responsabilidades das classes dominantes” (LOSURDO, 2015, p. 50). De tal forma:

O paradigma etnológico, que tem como alvo os franceses, cede lugar, nesse caso, ao paradigma psicopatológico, que vai à caça de fanáticos e loucos de todas as latitudes. Continua firme o abandono do terreno da ‘compreensão histórica’. Essa forma de argumentar parece tão ridícula para Marx e Engels que eles apontam – nesse agarrar-se ao paradigma etnológico e psicopatológico – a demonstração do declinar das ‘capacidades da burguesia’; aterrorizada pelo espectro da revolução proletária, ela não consegue mais ler o conflito social em termos históricos (LOSURDO, 2015, p. 51).

Os discursos geográficos “variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados” (MORAES, 2000, p. 2). Como é o caso do Brasil onde

a condição periférica marca profundamente a história brasileira em todas as suas dimensões. Seja no plano econômico, político ou cultural observa-se características advindas de tal condição, que melhor se traduz na periódica necessidade de ajustes internos para adequar o país a padrões e ritmos desenvolvidos no centro da economia mundo capitalista (MORAES, 2000, p. 4).

Assim, existem distintos critérios de diferenciação e parâmetros de contextualização, cabendo portanto, especificá-los bem teoricamente.

10.3.2 A cura do subdesenvolvimento pela modernização

A visão eurocêntrica acarreta outro problema, apresenta a ideia de que para superar o subdesenvolvimento no Terceiro Mundo os países deveriam realizar a simples tarefa de “‘modernização’ e convergência com os valores do ‘Norte democrático’: ‘até que a era do alto consumo de massa se torne universal’” (MÉSZÁROS, 2014, p. 137). No entanto, essa perspectiva desconsidera aspectos cruciais, conforme apontados por Mézáros.

O autor observa que a ênfase na modernização exclui “cuidadosamente a transformação revolucionária das relações sociais dominantes de produção e distribuição” (MÉSZÁROS, 2014, p. 137). De tal modo, “a incorporação dos antigos impérios coloniais às perspectivas ideológicas do ‘desenvolvimento’ rumo à ‘universalidade do alto consumo de massa’” correspondeu “à forma distintamente nova de integração e dominação global sob a relação de forças radicalmente modificada que se impôs, no pós-guerra, entre os principais países capitalistas” (MÉSZÁROS, 2014, p. 140-141).

Marcando novas práticas de exploração, mais sofisticadas e eficientes do que o domínio colonial direto com a transferência total de um aparato de Estado:

Naturalmente, a relativa emancipação *política* do ‘Terceiro Mundo’ não trouxe a autodeterminação *econômica*, visto que o novo sistema de ‘comércio normal’ operava dentro do quadro de dependência estrutural e ‘troca desigual’. Entretanto, uma tão reles circunstância não chamaria a menor atenção em uma época em que a ideologia dominante previa com grande confiança a superação do ‘subdesenvolvimento’ pelo método tayloriano de ‘aumento do tamanho do excedente até que este se torne tão grande que seja desnecessário discutir sobre o modo como deverá ser dividido’ (MÉSZÁROS, 2014, p. 141).

Esse processo, portanto, “não passava de racionalização ideológica e legitimação do injustificável” (MÉSZÁROS, 2014, p. 141). Entretanto,

ajudava a gerar e a difundir em amplos círculos intelectuais (mesmo nos de esquerda, nos países capitalistas avançados) a ilusão de que a ‘vitória sobre a escassez agora é não apenas previsível, mas verdadeiramente prevista’, com todas as consequências desorientadoras e desarmantes de tal ponto de vista (MÉSZÁROS, 2014, p. 141).

Isso leva P. George a crer que para se chegar à industrialização basta “a tomada de consciência do valor do potencial humano” como se através de “enorme trabalho de educação e de formação profissional” permitir-se-ia “a integração da capacidade de produção representada por esta população nos processos técnicos e econômicos nacionais” (GEORGE, 1963, p. 32).

A ilusão do desenvolvimento universal aparece como um “novo problema” diante da descolonização no pós-guerra, “o da solidariedade entre desenvolvidos e subdesenvolvidos e o da procura de sistemas de relações aceitas tanto por uns como por outros” (GEORGE, 1980, p. 43). Assim, o geógrafo francês acaba por aderir, ainda que involuntariamente, a ideia atlanticista de incorporação dos antigos domínios coloniais à tutela dos países desenvolvidos.

É, senão, o método da analogia, que para Milton Santos (2013, p. 27) deve ser refutado para poder se “uma compreensão clara dos problemas fundamentais dos países subdesenvolvidos, principalmente se quisermos dar uma contribuição, por pequena que seja, para a sua solução”. Já que “um remédio que convém a uma dada situação pode não servir para outra doença” (Santos, 2013, p. 27). P. George pode acertar no diagnóstico, mas erra no remédio. O que leva a apontar a modernização, baseada nos ideais da “sociedade industrial europeia”, como modelo a ser seguido.

A perspectiva eurocêntrica do conhecimento produz uma “‘articulação peculiar’ entre o não europeu e o europeu, entre o primitivo e o civilizado, entre o tradicional e o moderno”, culminando numa “concepção evolucionista, linear, unidirecional da história que avança inexoravelmente desde um mítico estado de natureza até a moderna sociedade europeia” (LANDER, 2007, p. 228). Quando Pierre George analisa separadamente a cidade europeia, a cidade americana, a cidade asiática, a cidade africana, países de sociedades industriais, países de sociedades socialistas, países de sociedades “em desenvolvimento”... não estaria incorrendo nessa perspectiva?

Mais sutil, porém aparente em Pierre George, é a naturalização das “diferenças culturais entre os grupos humanos mediante um sistemático regime de codificação e classificação destas diferenças como diferenças raciais” a partir de uma ótica ancorada nas estruturas de poder coloniais (LANDER, 2007, p. 228). Desse modo aparecem como causas do subdesenvolvimento a “resignação e a ignorância” e o “papel que têm certas ideologias na resignação do indivíduo, ao fazer passar o sobrenatural sobre o natural, reduzindo, assim, a eficácia econômica do indivíduo”, quando não a ausência de iniciativa (GEORGE, 1963, p. 53).

Milton Santos, por outro lado, entende que o eixo estruturante do capitalismo é o mesmo no centro e na periferia do sistema mundial, o que os diferencia é a manifestação da reprodução da mais-valia. Para avaliar as diferentes combinações das variáveis que moldam o espaço, o autor destaca três aspectos:

- 1) aquelas forças que promovem a modernização e que operam no centro do sistema não alcançam a periferia ao mesmo tempo; existe um efeito decrescente definido da distância. Isto poderia explicar historicamente a acumulação do capital no sistema capitalista, as variações entre países e as desigualdades regionais dentro dos países;
- 2) alguns pontos no espaço são alcançados por novas forças, enquanto outros não recebem tais impactos. Sem dúvida, esses impactos não se dão ao acaso, sendo dirigidos do centro do sistema em termos de máxima produtividade. A história do espaço é assim de tipo seletiva;
- 3) as forças emitidas dos centros (polos) mudam à medida que alcançam a periferia. Ainda que se possa encontrar isomorfismo, o valor do fenômeno é diferente (SANTOS, 2015, p. 169).

De tal modo, para Milton Santos o “‘espaço subdesenvolvido’ tem um caráter específico” onde “as prioridades de importância variam, mesmo quando operam as mesmas forças, já que suas combinações e resultados são diferentes” e é isso “que os geógrafos ocidentais têm tido grande dificuldade em entender” (SANTOS, 2015, p. 169).

Para se analisar os problemas do Terceiro Mundo, Santos não titubeia em escolher o método dialético como mais adequado para a formulação de uma teoria do subdesenvolvimento. Este “é adequado para um contexto onde múltiplas forças externas e internas; passadas e presentes; políticas, econômicas e sociais, enfrentam-se constantemente” (SANTOS, 2015, p. 169).

No estudo intitulado *Sonho e Pesadelo* de 1978 (Santos, 2020b), Milton Santos explora os problemas *espaciais* da transição ao socialismo na Tanzânia. Nesse país, onde residiu e contribuiu no programa de pós-graduação em Geografia, ele teve a oportunidade de vivenciar diretamente essa experiência.

Partindo da concepção materialista da história, analisa que “um país subdesenvolvido em transição para o socialismo é, ao mesmo tempo, um espaço geográfico capitalista”, sendo assim, “quanto mais um país é subdesenvolvido, mais é perigoso deixar a organização do espaço em uma evolução espontânea ou orientada externamente durante a transição” (Santos, 2020b, p. 1).

Assim, o Estado adquire papel central, se ele “não é capaz de controlar verdadeiramente o lucro e de suprimir a propriedade privada” corre-se o risco de perpetuar as “desigualdades espaciais, e sobretudo sociais” (Santos, 2020b, p. 2). Numa crise do processo de transição, reforçado pelas “tendências centralizadoras” a “porta se entreabre para uma

possível reinstalação do sistema econômico e político precedente” (Santos, 2020b, p. 2). O que leva o geógrafo a concluir que “a transformação das estruturas espaciais, para além de seu papel econômico e social, tem, portanto, um *papel político fundamental*” (Santos, 2020b, p. 2, grifos nossos).

O espaço é “um instrumento fundamental da reconstrução nacional”, dotado de objetividade podendo as transformações espaciais serem utilizadas como “um meio de ação” – o que Fidel Castro fez “quando compreendeu que se a estrutura espacial cubana contrariava os esforços da revolução e poderia mesmo se tornar um fator contrarrevolucionário” (Santos, 2020b, p. 2).

Ciente do peso que o imperialismo exerce sobre o mundo subdesenvolvido, Milton Santos adverte que “os sonhos de libertação do sistema capitalista são confrontados com as duras realidades das relações capitalistas internacionais” que por meio da influência externa tem

como objetivo principal encorajar a produção capitalista, ativar as trocas, o consumo e a monetarização, elevar a composição técnica e orgânica do capital, suprimir as autarquias, encaminhar o país para um comércio exterior desequilibrado, que é a garantia de uma dependência duradoura (Santos, 2020b, p. 7).

Mas há como resistir a essa ofensiva e buscar a construção de uma nova sociedade, sobretudo, “através do planejamento territorial, e por intermédio da localização das atividades produtivas, que tal projeto é alcançado” (Santos, 2020b, p. 7).

Por fim, cabe entender algumas “situações e combinações mais frequentes e características da organização das sociedades e do espaço nos países subdesenvolvidos” (Santos, 2013, p. 65). Dentre as quais, destacamos aquelas que ao nosso ver escapam à análise de Pierre George, que passam pelo entendimento do “grau de dependência ou de correlação entre as atividades econômicas, sociais e culturais”, bem como das “condições naturais”, as “consequência das oscilações destas e dos graus de sua utilização sobre os aspectos globais e parciais da existência da comunidade”; além do “papel dos investimentos: privados e públicos; limitados ou maciços; nacionais, estrangeiros ou internacionais” e “o papel da política internacional e nacional, ou ainda regional ou local” (Santos, 2013, p. 65).

Assim, não se deve tomar a questão moral como moralismo edificante que ignora as lutas de classes. Isso significa dizer que a questão moral ao pôr a luta de classes no centro da história pensa também no papel do Estado, e, conseqüentemente na superestrutura permitindo com que o processo de mudança – o salto qualitativo e dialético da história – não resulte em

uma dilaceração total das estruturas sociais herdadas. Visão que para Milton Santos está muito mais clara que para Pierre George.

11 A GEOGRAFIA EM MOVIMENTO

11.1 A QUESTÃO DO SUJEITO E OBJETO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

As formas espaciais são produtos históricos, sendo o espaço produzido “resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem” (MORAES, 1988, p. 15). Nesse sentido, de acordo com Moraes (1988, p. 15) “a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados”, estes “objetos exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas específicas e se articulam sempre numa funcionalidade do presente”. Recorrendo às obras *Por uma Geografia Nova* e *Pensando o Espaço do Homem*, de Milton Santos, o autor conclui que “aparentemente formas inertes”, tais objetos, contudo, “possuem o poder de influir na dinâmica da sociedade” (MORAES, 1988, p. 15). Assim, a produção social do espaço “passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço” (MORAES, 1988, p. 15).

Importante frisar que a produção espacial é social, ou seja, é um espaço humanizado, assim, a produção do espaço social, passa por uma “valorização subjetiva do espaço” dotada de teleologia que incorpora “todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias” (MORAES, 1988, p. 16). Isto é, o objeto é criado por sujeitos que ao mesmo tempo são também influenciados pelos objetos que criam.

Isto significa que passa por um processo teleológico, que é a ação humana dotada de um sentido, ela

necessariamente se realiza através de sujeitos, individuais e/ou coletivos que, ao agirem, desencadeiam séries causais. Isto coloca o imperativo de se compreenderem as motivações envolvidas para dar conta da produção do espaço, pois são elas que impulsionam os sujeitos. Os atores são movidos por necessidades, interesses, desejos e sonhos (MORAES, 1988, p. 16).

Na perspectiva do marxismo vulgar, na qual se insere P. George, a concepção teleológica é

profundamente permeada por uma ótica positivista que concebe um finalismo não nos indivíduos (nos ‘homens reais’) mas no processo histórico em si. Assim, há uma determinação que transcenderia os sujeitos concretos em sua práxis, uma ‘astúcia da

história' que impeliria a humanidade (independente das intencionalidades e das consciências individuais) no seu inevitável percurso para o progresso e o socialismo. Observa-se uma visão evolutiva que, no limite, anula a necessidade da ação política, na medida em que a organização social futura estaria predeterminada (MORAES, 1988, p. 21).

Consequentemente “toma-se um capital que não se personifica em agentes sociais” onde se trabalha um “capitalismo desistoricizado” de “pura abstração econômica” (MORAES, 1988, p. 22). Tal leitura “economicista da obra de Marx”, encontra abrigo “numa disciplina profundamente marcada pelas formas positivistas de pensamento”, mas há os que buscam enfatizar a “problemática do sujeito” o que coloca “as tentativas marxistas de renovação da Geografia num patamar mais rico de reflexão” (MORAES, 1988, p. 22). Milton Santos é um dos geógrafos indicados por Antonio Carlos Robert Moraes que contribuem nessa renovação marxista.

Pierre George recai sobre uma leitura o materialismo-histórico de caráter histórico-natural, em que “o homem como ser-genérico é posto no início e no fim da história, seguindo um processo darwiniano de evolução das espécies” (GIANNOTTI, 2010, p. 14). O que leva a tomar a história como uma sucessão temporal de modos de produção, com uma evolução determinada a culminar no modo de produção capitalista. O empirismo objetivo com o qual opera, ignora o processo (movimento) e acaba por reduzir o sujeito ao objeto do conhecimento.

Por outro lado, Milton Santos articula sujeito e objeto como partes de uma totalidade e rechaça a tentativa do mercado de separar os dois conceitos. Como o sujeito pode ser cidadão se “o que é central é o mercado, não o homem”, questiona o autor (SANTOS, 1996/1997, p. 138). Para ele “a democracia de mercado impõe a competitividade como norma central” por meio de “normas privadas que arrastam as normas públicas”, de tal forma o que domina nessa democracia de mercado “é o elogio da técnica, como se ela se auto-satisfizesse e, a preeminência da racionalidade sem razão, é típica do processo econômico do fim do século e obstáculo à floração do pensamento” (SANTOS, 1996/1997, p. 138). Hoje, “reina o consumo, que magnifica o ideal contemporâneo de ter, no lugar ideal de ser, e que leva a aceitação da objetificação como se fosse a objetividade e faz os homens aceitarem ser coisas, recusando, por conseguinte, a individualidade forte” (SANTOS, 1996/1997, p. 138).

No eurocentrismo, a “perspectiva de conhecimento” é sustentada “sobre o dualismo radical cartesiano”, que acarreta “uma total separação entre ‘razão/sujeito’ e ‘corpo’, a partir da qual o ‘corpo’ foi naturalizado, fixado como ‘objeto’ de conhecimento, por parte da

‘razão/sujeito’” (LANDER, 2007, p. 227-228). Tal separação, ou abstração, do “sujeito/razão em relação com o corpo está na base das pretensões objetivistas e universalizantes de um saber (científico) que reivindica sua separação dos condicionamentos subjetivos (corporais), espaciais e temporais” (LANDER, 2007, p. 227-228). Esta é a crítica ao marxismo de P. George de ver o sujeito como objeto.

Assim, “uma das construções mais potentes da cosmovisão liberal foi a postulação da existência de âmbitos separados da vida histórico-social. (O ‘passado’ e o ‘presente’, as sociedades ‘modernas’, as sociedades ‘atrasadas’, e nas sociedades ‘modernas’, ‘o social’, ‘o econômico’, ‘o político’)” (LANDER, 2007, p. 246). Separações que uma simples consulta aos sumários dos livros de Pierre George aponta, bem como de seu conteúdo.

11.2 TOTALIDADE: O PROBLEMA DO CONHECIMENTO E MORAL

A questão da totalidade está intrinsecamente ligada ao problema do marxismo, sem uma leitura que compreenda o movimento do capital e a dialética, não é possível atingir a solução do problema do conhecimento e por conseguinte o da moral. Michel Rochefort reconheceu isso quando afirma que “tanto Pierre George, como os seus alunos (Eu, Kaiser, entre outros)”, aplicavam o “marxismo sem verdadeiramente conhecer a dialética” (Elias *et al*, 2011, p. 6). Diferente de Milton Santos em *Por uma Nova Geografia* que “é uma obra de superação, pois Milton Santos, no começo, não tinha nada de marxista” e num caminho semelhante ao de “muitos geógrafos franceses”, entrou “numa fase na qual podemos chamar de ‘um marxista sem conhecer o marxismo’, até finalmente ele ler *O Capital*, o que não aconteceu comigo” (Elias *et al*, 2011, p. 7). Somente depois dessa trajetória, como lembra Rochefort é que “ele tentou a síntese das ideias” (Elias *et al*, 2011, p. 7).

Ou seja, Milton Santos não se apressou em apresentar uma teoria própria ou falar de determinado assunto sem antes ter resolvido o problema do conhecimento, o que permitiu que ao longo de sua vida mantivesse uma firmeza ideológica no marxismo, para tanto, a leitura de *O Capital* foi fundamental.

E o que essa obra revela para se tornar tão especial? *O Capital* de Marx pretende elaborar tanto a análise explicativa dos fenômenos econômicos, como a crítica da Economia Política de seu tempo. A palavra crítica, inscrita no subtítulo da obra, como adverte Giannotti (2010, p. XX) “deve ser entendida no seu sentido forte: análise das várias teorias de seu tempo associada à análise do movimento efetivo do próprio capital”. Mais ainda,

esta última pretende indicar os enganos em que caíram os economistas, na medida em que focalizam apenas aspectos aparentes e fragmentários de um processo de totalização que somente a desarticulação da positividade dos fenômenos é capaz de evidenciar. Assim sendo, a crítica ou é dialética ou não é crítica” (GIANNOTTI, 2010, p. XX).

Portanto, sem compreensão da dialética não se atinge o fundo da crítica, se opera apenas com os aspectos aparentes da “totalidade”, mas nunca se chega completamente a ela. De tal modo, entendemos que a crítica de Pierre George não é dialética, pois não atinge o movimento do capital, uma vez que o autor estuda a forma sem envolver o conteúdo.

Nos anos setenta, após o aprofundamento do marxismo, Milton Santos propõe “uma geografia renovada, uma geografia moral” (Santos, 1979, p. 47). A “moral”, para o autor, se “separada da política, se esvai no palavrório, não passa de retórica ineficaz” (Santos, 1979, p. 47). Por isso, a geografia tradicional é “inimiga do homem, desinteressada da sociedade, descomprometida com os problemas sociais” (Santos, 1979, p. 47). O que Milton Santos propõe é uma geografia “preocupada com um espaço aberto a todos, isto é, um espaço que não seja instrumento da exploração dos homens e que não os separe” (Santos, 1979, p. 47). Uma geografia que possa servir também ao Brasil, onde “ela deve estar em relação íntima com a manutenção da integridade nacional e a reconstrução do país, considerando o espaço como um dado concreto das relações internacionais e das relações internas” (Santos, 1979, p. 47).

De tal modo “se atingirmos a compreensão da sociedade como um todo, do espaço como uma instância dentro da sociedade total e de como há uma relação entre espaço e sociedade, poderemos atingir, quem sabe, essa geografia mais comprometida” (Santos, 1979, p. 47).

Na seguinte passagem, vemos como para o autor está clara a superestrutura: “qualquer fato e tudo o que se encontra no espaço total se explicam pelo movimento global da sociedade total – o Estado-nação, conjunto que se torna efetivo através de um elenco múltiplo de processos de várias ordens: social, econômica, política, cultural, ideológica” (Santos, 1979, p. 44).

No final dos anos noventa, o geógrafo brasileiro passa a utilizar outras palavras para se adequar a existência de um novo modo de produção global, que é o “modo de produção técnico científico”, porém, com a mesma leitura dialética. Atualmente, a análise da sociedade e do espaço geográfico deve levar em conta as “características atuais do fenômeno técnico” feito por meio do exame de três dados constitutivos, a saber: “a unicidade técnica, com a

universalidade das técnicas; a convergência dos momentos, com a percepção universal da simultaneidade; a unidade do motor da vida social, com a universalização da mais-valia” (Santos, 1999a, p. 8). Tal mais-valia, “tornada mundial pela produção e unificado pelo sistema financeiro, constitui o motor da vida econômica e social em todo o Planeta” tendo como “principais vetores desse processo” as “empresas multinacionais e os bancos nacionais” que buscam cada vez mais lucros (Santos, 1999a, p. 9). Vê-se, portanto, o entendimento da extração da mais-valia como componente indispensável no processo de reprodução do capital.

Milton Santos chama atenção para não confundir “fato social com a totalidade” o que deve se trabalhar é o “fato social total” (Santos, 2012a, p. 11). E o que é o fato social total? “É, ver todos os aspectos de uma determinada coisa, ver todos os aspectos de uma determinada coisa, ver todos os aspectos de uma determinada área, ver todos os aspectos de um determinado lugar” (Santos, 2012a [1996], p. 11). Mas não adianta ver simplesmente todos esses aspectos, “a coisa só se entende a partir da totalidade das coisas”, mas “é muito mais que a totalidade, é o *movimento da totalidade*” (Santos, 2012a [1996], p. 11, grifos nossos).

Nesse sentido, para que a Geografia consiga “enfrentar as tarefas do presente e, sobretudo, do futuro”, Santos propõe “discutir novamente aquela ideia do [inaudível, provavelmente Pierre George], para quem havia muitas Geografias, quer dizer, ele adjetivava as geografias” (Santos, 2012a [1996], p. 11). Discutir para poder superá-la, pois, se se seguissem essas muitas geografias, “então haveria uma geografia do transporte, uma geografia da indústria, uma geografia não sei mais do quê” (Santos, 2012a [1996], p. 11). Milton Santos não nega que “não se façam essas Geografias particulares, essas Geografias adjetivadas, essas Geografias singulares, essas Geografias específicas”, porém, para ele “o que nós precisamos fazer é uma Geografia sem adjetivo, isto é, *a Geografia*” (Santos, 2012a [1996], p. 11).

Ruy Moreira reconhece os limites da Geografia Ativa nesse debate, que não conseguiu pôr em diálogo a “natureza e o homem no âmbito de uma relação metabólica do trabalho”, de tal forma, “não logrou-se obter uma teoria totalizadora da organização do espaço terrestre” (MOREIRA, 2004, p. 27). A Geografia Ativa, na visão do autor, realizou assim, “uma forte fragmentação no âmbito da chamada geografia humana, que tornou impossível pensar-se qualquer sociedade em termos globais de espaço e de homem” (MOREIRA, 2004, p. 27). Nessa geografia a população se torna mera abstração, pois deixa de fora as classes sociais a qual pertencem.

Na prática da Geografia Ativa “o espaço é eleito a categoria por excelência de unificação dos pedaços, mas depois de totalmente despedaçado”, onde a técnica e o trabalho aparecem “como categorias de mediação”, porém, “elas mesmas fragmentos” (MOREIRA, 2004, p. 28). Nesse sentido “a obra de Pierre George é um exemplo emblemático (BITETI, 2003)” (MOREIRA, 2004, p. 28).

Milton Santos tem uma preocupação ontológica que não fora alcançada por Pierre George, assim, o intelectual brasileiro busca a operacionalização das categorias marxistas na Geografia. Como demonstra em trabalho dos anos setenta, onde além da mais-valia

outras ideias poderiam ser similarmente aplicadas: por exemplo, a acumulação e circulação do capital; o impacto da inovação no capital monetário, capital fixo e capital circulante; valor de uso e valor de troca; modo e estrutura da produção; estrutura de classes... são todas categorias que podem ser levadas à linguagem espacial ou geográfica (SANTOS, 2015 [1974], p. 168).

Quase vinte anos depois desse texto, o autor segue operando as mesmas categorias, demonstrando um pensamento coeso e que se manteve fiel ao marxismo:

Sem dúvida, o trabalho, entendido como sistema, é cada vez menos local e é cada vez mais universal. Na medida, porém, em que a mais-valia igualmente se torna mundial (essa lei do valor à escala universal que, invisível, proíbe medidas) ocultam-se os parâmetros do meu próprio valor que, assim, se reduz. Aqui nos referimos ao valor-trabalho aplicado à produção mundializada, medido em termos de dinheiro (SANTOS, 1992, p. 98).

Em última análise, para István Mészáros “a questão da crítica radical é inseparável daquela de um *agente social* em relação ao qual é possível vislumbrar uma *alternativa estrutural* à ordem social dada” (MÉSZÁROS, 2014, p. 234, itálicos do autor). O que significa que

não é possível articular o conteúdo de uma crítica social radical em termos dos complexos institucionais e instrumentais necessários – isto é, com uma indicação bem precisa de sua praticabilidade na escala de tempo histórico adequada – sem a identificação de uma força social capaz de se tornar a *alternativa hegemônica* à classe (classes) dominante da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2014, p. 234, itálicos do autor).

Este é um problema moral fundamental em Pierre George, que durante sua trajetória intelectual deixa de reconhecer a luta de classes e, por essa razão, de reconhece uma força social capaz de realizar uma mudança radical da sociedade. Uma vez que na sua obra, as classes se encontram diluídas na categoria socioprofissional.

E mesmo no marxismo vulgar e unilinear este problema aparece:

As exigências práticas de reconstrução, planejamento, desenvolvimento industrial e regional na União Soviética também levaram ao aparecimento da geografia como disciplina formal dentro de um quadro geral marxista. Uma preocupação profunda e

quase que exclusiva com o desenvolvimento das forças produtivas da terra foi associada à análise em que o desenvolvimento concreto dessas forças produtivas era considerado como a força motora numa história social diferenciada geograficamente. Esse estilo de pensamento estendeu-se ao Ocidente, *principalmente através da obra de geógrafos franceses como Pierre George (1909-2006) (BOTTOMORE, 2001, p. 163, itálicos nossos).*

Tal visão não compreende a estrutura e as superestruturas como um “‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2020, p. 250). O raciocínio, segundo Gramsci, deve se basear “sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real)” (GRAMSCI, 2020, p. 251). Reciprocidade contida em Milton Santos quando analisa, por exemplo, o racismo no Brasil:

Daí porque a análise das situações de preconceito no Brasil supõe um estudo da formação socioeconômica brasileira. Não há outra forma de encarar o problema. Tudo tem que ser visto através de como o país se formou, de como o país é e de como o país pode vir a ser. Tudo isso se inclui na realidade da formação socioeconômica brasileira. O passado como carência, o presente como situação, o futuro como uma perspectiva (SANTOS, 1996/1997, p. 135).

A diferença fundamental entre os dois geógrafos relaciona-se, portanto, em como tratam a moral e o conhecimento. Para Milton Santos, são elementos recíprocos como quando afirma não ser possível comparar, no interior das universidades, a “militância do ponto de vista moral à entrega que fazem algumas disciplinas a um interesse exclusivo de certas empresas, não é a mesma coisa do ponto de vista moral” (Santos, 2012a, p. 10). Todavia, “do ponto de vista epistemológico, há uma certa familiaridade entre os dois métodos” (Santos, 2012a, p. 10). E esse é o problema dos intelectuais atraídos para o PCF nos anos 40 que não absorveram a teoria marxista, mas que utilizavam a terminologia, não fazendo a análise – desligando-se a moral do conhecimento. O que na visão de Milton Santo torna incapaz de se “produzir um ‘corpus’ científico suscetível de ter influência, inclusive política” (Santos, 2012a, p. 10).

Contra a visão empirista do real, podemos aproximar o geógrafo brasileiro de Gramsci, como explorado por Da Silva e Engel Voigt (2021) em que o filósofo sardo “sustenta que a filosofia da práxis (ou materialismo histórico)” é “o historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história. Nesta linha é que deve ser buscado o filão da nova concepção do mundo” (Gramsci, 2004, p. 155 *apud* Da Silva e Engel Voigt, 2021, p. 300-301). Para Milton Santos “a mesma

mundanização e terrenalidade” é “atingida por meio da categoria de formação econômica e social” (Da Silva e Engel Voigt, 2021, p. 301).

Por fim, a compreensão da dialética leva Milton Santos a enxergar a efetivação da ação sobre o espaço de maneira mais completa que passa pela “mediação das formações sociais constituídas sob a égide do estado nacional” (Santos, 1999a, p. 6). A totalidade capaz de explicar “as diferenças do impacto do modo de produção sobre os diversos países e regiões” é atingida pela mediação do “Estado, da sociedade civil e da própria configuração territorial herdada” (Santos, 1999a, p. 6-7). De tal modo, o espaço humano é “a grande dimensão filosófica e política” (Santos, 1979, p. 46). Assim, para Milton Santos (2012, p. 263) “somente o estudo da história dos modos de produção e das formações sociais nos permitirá reconhecer o valor real de cada coisa no interior da totalidade”.

11.3 POR UMA GEOGRAFIA MORAL

Mas quem é que disse que esse mundo vai ser assim todo tempo? Quem é que disse que a globalização tem que ser perversa? No Brasil não nos deixam sequer pensar que há outra coisa, além dessa globalização perversa [...] E como a coisa é dita com tanta ênfase, acaba-se por acreditar que não há outros caminhos” (Santos, 2012a [1996], p. 12).

A Geografia que Milton Santos é uma geografia de perspectiva emancipatória, que tenha o “futuro como alternativa, e este supõe a construção de uma utopia, isto é, admitir o que jamais existiu e a busca da sua viabilização” (Santos, 1979, p. 46). Criticando aqueles que defendem que a “geografia só deve ocupar do presente”, Milton Santos responde que essa ótica levaria a geografia a se recusar de “buscar um mundo melhor e a fazer da ciência um instrumento de felicidade para o homem” (Santos, 1979, p. 46).

Se tais palavras podem parecer encantamentos com o mundo da sua época, ainda animado pelo socialismo real, podemos ver que no futuro segue buscando um mundo melhor:

Outro dia eu falava em termos parecidos a propósito de outro tema, para uma jornalista, e ela, no fim da entrevista, disse: “E o senhor não tem medo que digam que o senhor é utópico?” Por que eu vou ter medo em dizer que sou utópico? O que distingue o homem dos outros animais é o projeto, então aquele que não é utópico é aquele que quer ser o objeto (Santos, 2012a [1996], p. 13).

É preciso pensar e construir a geografia brasileira para a desvelar a realidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e seus contornos específicos dado a nossa característica

periférica e de dependência. Impõe-se esse desafio de análise para os geógrafos brasileiros e certos limites para as avaliações feitas pelos geógrafos estrangeiros, com modelos mais gerais para os países subdesenvolvidos. Estes permeiam todo o diálogo aqui realizando entre Milton Santos e Pierre George.

Em Pierre George predomina a análise da manifestação das formas e não a sua gestação, portanto antidualética, onde o ser humano aparece como objeto e não sujeito. Na análise de Milton Santos encontramos movimento, seja aquele da reprodução do metabolismo do capital, mas também dos sujeitos que este próprio movimento cria, assim, aparecem os verdadeiros agentes da mudança histórica.

Questionado nos anos noventa pela rádio France Culture sobre para o que a Geografia serve, Pierre George respondeu que “ela serve para as pessoas se compreenderem mutuamente. Serve para fazer programas de intervenção social” (ZANOTELLI, 2000, p. 15). Queremos apenas programas de intervenção social numa sociedade sustentada pela lógica do mercado, ou sua radical transformação?

CONCLUSÃO

Neste estudo buscamos responder algumas indagações: o que Pierre George queria com sua obra? Houve rompimentos em seu pensamento? Que influências exerceu na Geografia brasileira? Quais são seus limites teóricos, especialmente relacionados ao marxismo? Como Milton Santos pode contribuir no debate dessas questões?

A primeira e segunda pergunta foram tema da primeira parte, que investigou a formação intelectual do autor desde a influência de Vidal de La Blache, portanto, da Geografia Regional Francesa até o contato com o marxismo por meio da militância no PCF.

Dessa herança vidaliana observa-se em Pierre George a absorção do método empírico-descritivo característico da geografia regional, do uso do termo habitat, bem como a penetração da ideia de gênero de vida, que em seus moldes clássicos será abandonada, mas repaginada sob a ideia de civilização. Já a ligação com o ideário comunista acontece durante a Segunda Guerra quando participa da resistência francesa, levando-o a ingressar no Partido Comunista. A partir disso é que incorporará conceitos marxistas às suas obras, ainda que absorva um marxismo vulgar, característico do contexto de sua época.

Pierre George foi importante por introduzir novos temas na pesquisa geográfica e fortalecer a defesa da Geografia como uma ciência humana, o que contribuiu para o rompimento com a geografia clássica lablacheana. George foi um dos primeiros a considerar

os fenômenos demográficos, as formas de crescimento urbano, as indústrias e aquilo que chamava de os grandes tipos de organização econômica e social (em essência, os países capitalistas e os países socialistas).

Buscamos apresentar também uma periodização de suas obras, que nos levou à hipótese de que entre os anos 1940 e 1960 as publicações de Pierre George estiveram inseridas no movimento de renovação da Geografia Clássica. Demarcam-se dois períodos: i) aquele de uma geografia próxima do marxismo e de maior radicalidade por ser membro do PCF, que perpassa as obras das décadas de 1940 e 1950; e, ii) de uma geografia de esquerda sob anúncio da Geografia Ativa que perpassa os anos 60 se encerrando com a obra *Métodos da Geografia* publicada em 1970. As obras analisadas desse período apresentam um caráter humanista, ora mais radical, ora menos, conforme se passam os anos.

Todavia, durante os anos setenta se esgota a radicalidade de Pierre George e observa-se uma migração para posições cada vez mais centrista. Tanto em obras publicadas no período como pelas atualizações realizadas em novas edições de livros das décadas anteriores. Culmina no conformismo da obra *Sociedades em Mudança* de 1980, onde a geografia do francês passa a ser uma Geografia sem face. Entendemos, que suas rupturas se apresentam mais no sentido político do que metodológico, assim, buscamos no próximo item elencar as permanências de seu pensamento.

Além disso, elencamos permanências no seu pensamento, revelando que independente do tempo histórico o método descritivo e o hábito classificar e diferenciar regiões para depois elaborar sínteses se faz presente. Outra permanência é o caráter de manual de suas obras, que não devem ser completamente ignoradas, uma vez que cumpre a função de introduzir determinado conhecimento e auxiliar nos cursos acadêmicos. Entretanto, ao esforço de publicar manuais não foi acompanhado da elaboração de trabalhos de maior fôlego teórico

No segundo momento, exploramos a presença de Pierre George na geografia brasileira. Que tem o Congresso da UGI de 1956 realizado no Rio de Janeiro como um marco de atuação de Pierre George. A partir dos anos 1960 a sua presença no Brasil passa a ser mais constante, sobretudo na USP. Isso sem esquecer de seus livros que tiveram ampla circulação entre os anos 1960 e 1980 a partir das edições da DIFEL.

A Geografia Ativa, em especial, permeou a produção geográfica brasileira na década de 1960 e contribuiu para a emergência da Geografia Crítica na década seguinte. Ela incorpora tanto a perspectiva do papel ativo do trabalho do geógrafo de Pierre George quanto a denúncia de Yves Lacoste, superando-as por meio do materialismo histórico e dialético. A

partir dos anos 1980, a presença de Pierre George é mais tênue nos circuitos acadêmicos. Nessa renovação crítica a literatura de Pierre George não se apresenta como a forte referência das décadas anteriores.

Reforçamos a constatação feita por outros estudiosos de que a geografia crítica brasileira opera uma ruptura e desenvolve esforços de trabalhar a ontologia e buscar a geografia como instrumento de análise da realidade brasileira e a sua função social de contribuir na resolução dos problemas nacionais.

Na terceira parte propomos um diálogo entre Milton Santos e Pierre George com o intuito de confrontar o problema do conhecimento e da moral de ambos os geógrafos. O que levou a constatação de que diferentemente de Pierre George, Milton Santos não possui rupturas significativas em seu pensamento, buscando construir uma teoria geral do espaço geográfico imbricado pela relação homem e meio, mediado pelo trabalho e uso das técnicas determinados a cada momento histórico.

A herança do marxismo *diamat* em Pierre George se reflete numa dialética fraca e a ausência da totalidade, marcada pelo economicismo e observação dos fenômenos a partir de uma linearidade histórica evolucionista. Tal caminho leva o autor a ver a técnica como mero instrumento e uma solução da questão social. Já para Milton Santos a técnica só tem existência histórica a partir da política. Eis a diferença fundamental em relação a uma visão totalizante da técnica que caracteriza o pensamento de Milton Santos daquela visão estreita de Pierre George, da técnica como ente autônomo capaz por si só transformar a sociedade, desconsiderando as relações sociais.

Vimos que Milton Santos e Pierre George conferem características distintas à luta de classes e tomada de partido frente a questões políticas. Enquanto Milton Santos vai ao centro do fenômeno da reprodução do capital – identificando o antagonismo de classes e abordando isso em suas obras, se colocando ao lado das classes subalternas –, o geógrafo francês, por outro lado, flutua da radicalidade até o conformismo. Para Pierre George já não é possível falar de classes sociais, mas sim de categorias socioprofissionais, o que remove todo o conflito que move o motor da história.

A análise sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento nos demonstrou que a abordagem de Pierre George ignora as relações de produção e troca a nível mundial que permitem explicar a razão de existirem países pobres e países ricos, não chegando no cerne dessa situação que está relacionada à exploração capitalista e ao imperialismo. Ao contrário,

para se analisar os problemas do Terceiro Mundo, Milton Santos indica o método dialético como mais adequado para a formulação de uma teoria do subdesenvolvimento.

A partir desse diálogo entre os dois geógrafos conclui-se que a diferença fundamental entre os autores se relaciona em como abordam a moral e o conhecimento. Para Milton Santos, são elementos recíprocos como quando afirma não ser possível comparar, no interior das universidades, a “militância do ponto de vista moral à entrega que fazem algumas disciplinas a um interesse exclusivo de certas empresas, não é a mesma coisa do ponto de vista moral” (Santos, 2012a, p. 10). Todavia, “do ponto de vista epistemológico, há uma certa familiaridade entre os dois métodos” (Santos, 2012a, p. 10). E esse é o problema dos intelectuais atraídos para o PCF nos anos 40 que não absorveram a teoria marxista, mas que utilizavam a terminologia, não fazendo a análise – desligando-se a moral do conhecimento. O que na visão de Milton Santo torna incapaz de se “produzir um ‘corpus’ científico suscetível de ter influência, inclusive política” (Santos, 2012a, p. 10).

Enquanto em Pierre George predomina a análise da manifestação das formas e não a sua gestação, de uma dialética fraca, onde o ser humano aparece como objeto e não sujeito, na análise de Milton Santos encontramos movimento, seja aquele da reprodução do metabolismo do capital, mas também dos sujeitos que este próprio movimento cria, assim, aparecem os verdadeiros agentes da mudança histórica.

Contudo, não negamos a importância de Pierre George, que fez gravitar a geografia em torno do urbano e industrial e não mais no âmbito agrário. Além da preocupação em tornar a Geografia uma ciência que contribuísse no planejamento pautada em interesses sociais. Nesse caminho, sua Geografia Ativa influenciou uma geração de geógrafos brasileiros que viria a culminar na geografia crítica.

Tal ruptura marca o desenvolvimento de uma geografia nacional, que mais naquele momento de agitação dos anos setenta do que hoje levantou a discussão teórica e metodológica para que nossa disciplina se voltasse para a práxis transformadora da sociedade brasileira e contribuir na organização do território e da vida social. E a isso devemos principalmente a Milton Santos.

Defendemos, portanto, uma Geografia que possa contribuir para a transformação social por meio de “um renascimento do marxismo, no sentido de revitalizar seu autêntico papel de guia teórico e prático da renovação revolucionária da sociedade e, no interior desta e com esta, também do homem” (LUKÁCS, 2008, p. 194-195). Geografia que passa, necessariamente, por resolver o problema moral e do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Geografia e Planejamento. **Revista de História**, [S. L.], v. 39, n. 80, p. 257-271, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128903. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128903>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- AB' SÁBER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, [S. L.], v. 8, n. 22, p. 221-232, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9699>. Acesso em: 20 maio. 2023.
- ALVARENGA, Miguel Mendonça de. Algumas considerações sobre os intelectuais francófonos e o comunismo entre 1914 e 1956. **Revista Estudos Filosóficos**, UFSJ, São João del Rei, n. 9, p. 14-28, 2012/2. Semestral. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/art2_rev9.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.
- AMADEO, Javier. Mapeando o marxismo. *In*: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 48-101.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Tradução Fábio Fernandes.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: editora brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Tendências Atuais da Geografia Brasileira. **Geonordeste**, Ano II, n. 2, p. 14-23, jan. 1985.
- AZZARÀ, Stefano G. **Adeus pós-modernismo: populismo e hegemonia na crise da democracia moderna**. Florianópolis: Editora Insular, 2022. Tradução de Marcos Aurélio da Silva.
- BARRETO, Vitor Julio Gomes. **Da conquista da natureza à conquista da Terra: o imperialismo francês a partir da geografia humana de Paul Vidal de la Blache e Jean Brunhes**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Perspectiva, 2017. Tradução Oswaldo Bueno Amorim Filho.
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Teoria e prática do planejamento regional no IBGE na década de 1960. **Terra Brasilis**, [S. L.], n. 3, p. 1-42, 25 jun. 2014. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.1003>.
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Michel Rochefort e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na década de 1960. **Sociedade & Natureza**, [S. L.], v. 27, n. 3, p. 365-378, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320150301>.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. Tradução de Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães.

BRAGA, R. M. O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. L.], v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74066. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74066>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRAY, S. C. Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 29-40, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1089>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRAY, Silvio Carlos. As escolas geográficas em São Paulo e no Brasil: 1934 a 1976 (uma tentativa de classificação). *In*: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (org.). **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 135-142.

CAMPOS, Névio. Missão Francesa na USP e internacionalização do campo científico. *In*: CAMPOS, Névio de; MONTANER, Gerardo Garay (org.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos, fronteiras e disputas**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Cap. 2. p. 62-93.

CAMPOS, R. R. de. A política na geografia de Vidal de la Blache. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. L.], v. 3, n. 36, p. 124-144, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2877>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CARLOS, A. F. A. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, [S. L.], v. 1, n. 18, p. 161-178, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/151>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CARLOS, A. F. A. 40 anos da geografia crítica: pensando os limites e as potencialidades. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 487-491, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). *In*: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 431-458.

CAVALCANTI, H. B. O surgimento e a importância da geografia do trabalho. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 85-100, 2020. DOI: 10.33026/peg.v21i2.7493. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7493>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CERMAKIAN, Jean. Simposio de Geografia Urbana. Publication no 274 de l'Institut Panaméricain de géographie et d'histoire, Commission de géographie, Rio de Janeiro, 1968, 324 pages. **Cahiers de Géographie Du Québec**, v. 12, n. 27, p. 465-466, 1968.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As perspectivas dos estudos geográficos. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 11-36.

CIRQUEIRA, D. M. Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. L.], v. 1, n. 104, p. 103–120, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2038>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

DA SILVA, M. A.; ENGEL VOIGT, M. The geography of Milton Santos and the problem of the marxism of instances: a gramscian reading. **Materialismo Storico: Rivista di filosofia, storia e scienze umane**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 288–306, 2021. DOI: 10.14276/2531-9582.2997. Disponível em: <https://journals.uniurb.it/index.php/materialismostorico/article/view/2997>. Acesso em: 10 set. 2023.

DEMANGEON, Albert. Uma definição da geografia humana. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985 [1952]. Cap. 3. p. 49-57.

D'ORSI, Angelo. **Gramsci: uma nova biografia**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. Tradução de: Cristina Bezerra.

DRESCH, Jean. Reflexões sobre a Geografia. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 1, p. 207-214, 2016. ISSN 2179-0892.

ELIAS, D.; PEREIRA JÚNIOR, E. A.; OLIVEIRA, J. Entrevista com Professor Doutor Michel Rochefort. **Formação (Online)**, [S. L.], v. 2, n. 15, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v2i15.611. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/611>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ESCOLAR, Marcelo; MORAES, Antonio Carlos Robert. **Pierre George, compromisso político, fragilidade teórica y temática regional**. Anais do II Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideu, 1989.

FERRO, Marc. **O ocidente diante da revolução soviética: a história e seus mitos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.

GARCIA, Valquíria Pires. **As contribuições de Pierre George para a geografia moderna**. 2015, 82 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

GARCIA, Valquíria Pires; SALVI, Rosana Figueiredo. A Geografia de Pierre George. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 12, n. 28, p. 33-46, 24 abr. 2018. Universidade Federal de Roraima. <http://dx.doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v12i28.4411>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4411>. Acesso em: 24 jun. 2023.

GEORGE, P. Reflexões sobre a noção de região em geografia e sua aplicação. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. L.], n. 45, p. 5–15, 2017 [1968]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1169>. Acesso em: 15 maio. 2023.

GEORGE, Pierre. **A Ação do Homem**. São Paulo: Difel, s/d.

GEORGE, Pierre. Alguns problemas do estudo geográfico da população. *In: Visita de mestres franceses: conferências e aulas dos professores Pierre George e Jean Tricart*. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Nacional de Geografia, 1963.

GEORGE, Pierre *et al.* **A geografia ativa**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1968.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro - São Paulo: Forense, 1969. Tradução de: Sérgio Miceli.

GEORGE, Pierre. **Geografia da U.R.S.S.** São Paulo: Difel, 1970. (Coleção saber atual). Tradução de Maria Elisa Mascarenhas.

GEORGE, Pierre. **Pierre George: conferências no Brasil**. Fundação IBGE Instituto Brasileiro de Geografia, 1970b. Tradução de: Olga Buarque de Lima e Henrique Azevedo Sant'Anna.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. São Paulo: Difel, 1972. (Coleção saber atual). Tradução de Heloysa de Lima Dantas.

GEORGE, Pierre. **Geografia Agrícola do Mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1978. Tradução de Octávio Mendes Cajado.

GEORGE, Pierre. **Panorama do Mundo Atual**. 7. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1979. Tradução de Pedro de Alcântara Figueira.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. 3. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1980. Tradução de Ruth Magnani; Supervisor Técnico Antonio Christofolletti.

GEORGE, Pierre. **Sociedades em Mudança: introdução a uma geografia social do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. Tradução: Nicole Masuet.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983. Tradução: Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução.

GIANNOTTI, José Arthur. **Certa herança marxista**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

GOMES, H. A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do terceiro mundo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 59, p. 43–58, 1982. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1029>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: volume 1**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.

GRIMM, Flávia Christina Andrade. **Trajatória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da**

cidadania como práxis. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GRÜNER, Eduardo. Leituras culpadas: Marx(ismos) e a práxis dos conhecimentos. *In*: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 103-151.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

HOBBSAWM, Eric J.. **A era dos impérios: 1875-1914**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. *In*: GEORGE, Pierre *et al.* **A geografia ativa**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1968. p. 281-323.

KAYSER, Bernard; GEORGE, Pierre. A região como objeto de intervenção. *In*: GEORGE, Pierre *et al.* **A geografia ativa**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1968. p. 325-357.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LA BLACHE, Paul Vidal de. O princípio da geografia geral, 1896. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 47-65.

LA BLACHE, Paul Vidal de. A geografia política: a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel, 1898. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 401-420.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As condições geográficas dos fatos sociais, 1902. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 85-98.

LA BLACHE, Paul Vidal de. A geografia humana: suas relações com a geografia da vida, 1903. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 99-123.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os pays da França, 1904. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 229-244.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Da interpretação geográfica das paisagens, 1908. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 125-130.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As regiões francesas, 1910. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 245-275.

LA BLACHE, Paul Vidal de. A relatividade das divisões regionais, 1911. *In*: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 277-286.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As Características Próprias da Geografia, 1913. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 37-47.

LACOSTE, Yves. Perspectivas da geografia ativa em país subdesenvolvido. *In*: GEORGE, Pierre *et al.* **A geografia ativa**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1968. p. 41-156.

LACOSTE, Yves. **A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. *In*: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 222-260.

LEITE, Thomaz Menezes. As críticas do estudo do passado na Geografia. **Terra Brasilis**, n. 13, p. 1-19, 6 nov. 2020. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.6283>.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, Estado**. Trad. Carlos A. F. N. Dastoli. São Paulo: Unesp, 1998.

LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci, do liberalismo ao "comunismo crítico"**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015. Tradução Sílvia de Bernardinis.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**; tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. Organização, introdução e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto.

LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. *In*: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma (org.). **Anuário Lukács 2015**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015. p. 97-150.

MACHADO, Mônica. **Entrevista Pedro Pinchas Geiger, 2001**. GeoBrasil, UERJ, 2001. Disponível em:

http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//pedro_geiger//pedro_geiger_geobiografia_2.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

MACHADO, Mônica Sampaio; PINTO, Henrique Garcia; ALVES, Camila Gomes. Originalidade e atualidade da Geografia de Pedro Geiger. *In*: MACHADO, Mônica Sampaio; MARTIN, André Roberto (org.). **Dicionário dos geógrafos brasileiros**, volume 1. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 187-203.

MACHADO, Mônica Sampaio; MACHADO, Thiago Adriano. **Milton Santos e sua teoria geográfica: origens e eixo interpretativo**. *In*: XVI ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA BOLÍVIA 2017, 16., 2017, La Paz. [Online]. 2017. p. 1-14. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16/Teoriaymetodo/Teoricos/03.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MAMIGONIAN, A. A geografia francesa nos meados do século XX e a contribuição de Jean Tricart. *In*: SILVA, Tereza Cardoso. **Da teoria à prática da geografia global: abordagem interdisciplinar proposta por Jean Tricart**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

MAMIGONIAN, Armen; MACHADO, Ewerton Vieira; BUSS, Maria Dolores; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 170-201, jan. 1991. Entrevistas.

MAMIGONIAN, Armen; ZEFERINO, Augusto César; MACHADO, Ewerton; BUSS, Maria Dolores; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Entrevistas com o professor Pasquale Petrone. **Geosul**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 103-137, jan. 1993. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

MAMIGONIAN, A. Milton Santos e a geração dos geógrafos dos anos 50. **Revista Ciência Geográfica**. v. 2, n. 19, ano 7, p. 227-233. Bauru: AGB, mai-ago. 2001.

MAMIGONIAN, Armen. A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos** / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n. 6 (maio 2003). Florianópolis: Imprensa Universitária, 2003.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels). Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. 1.ed., 5.reimpr. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia. **Terra Brasilis**, [S.L.], n. 2, p. 1-7, 1 jul. 2000. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.319>.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, Bruno de Oliveira. “Visita a uma revolução”: uma análise dos escritos de Milton Santos sobre a revolução cubana (1960). **Revista de História** (UFBA), vol. 2, n. 1, 2010, p. 100-120. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/27693>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MOREIRA, Ruy. Assim se Passaram Dez Anos - A Renovação da Geografia Brasileira no Período 1978-1988. **GEOgraphia**, v. 2, n. 3, p. 27-49, 16 set. 2000.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia (A geograficidade e o diálogo das ontologias). **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 11, p. 21-38, dez. 2004.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, vol. 1: as matrizes clássicas originárias**. 2. ed., 3. reimpr. – São Paulo: Contexto, 2015.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos; FONTOURA, Leandro Martins; GERALDI, Juliano. Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? Biblio 3W, **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 786, 5 de junio de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-786.htm>>. [ISSN 1138-9796].

OLIVEIRA FERREIRA, D. A. de. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, [S. L.], v. 1, n. 16, p. 39–70, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/349>. Acesso em: 16 jul. 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. O “econômico” na obra “geografia econômica” de Pierre George: elementos para uma discussão. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. L.], n. 54, p. 41–52, 1977.

OLIVEIRA, A. U. de. ENTREVISTA: Ariovaldo Umbelino De Oliveira. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 88, p. 7–16, 2008. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/777>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PEDROSA, Breno Viotto. Pierre George, um ilustre desconhecido. **Geographia**, [S.L.], v. 15, n. 29, p. 99-117, 4 out. 2013. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2013.v15i29.a13655>.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I). **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 59, p. 7-27, jan./jun. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2015v30n59p7>.

PEDROSA, Breno Viotto. A recepção da teoria dos polos de crescimento no Brasil. **Terra Brasilis**, [S. L.], n. 9, p. 1-14, 30 dez. 2017. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.2348>.

PEDROSA, Breno Viotto. O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, abr-jun. 2018, p. 429-448.

PRATES, Arlene Maria Maykot; BUSS, Maria Dolores; SILVA, Odair Gersino da. Entrevista com o professor Armen Mamigonian. **Geosul**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 43-56, 1991.

PRATES, Arlene Maria Maykot; MAMIGONIAN, Armen; DIGIÁCOMO, Milton; SILVA, Odair Gersino da. Entrevistas com o professor Roberto Lobato Corrêa. **Geosul**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 125-143, jan. 1986. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMÃO, Felipe de Souza. A Geografia de Pierre George e a Questão Ambiental. **Revista Continentes**, [S.L.], n. 3, p. 31-51, jul. 2013. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/28>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RATTNER, Henrique. Desenvolvimento de comunidade no processo de urbanização: notas para uma crítica das teorias sociológicas do planejamento. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 53–80, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1091>. Acesso em: 31 jul. 2023.

RIBEIRO, Flavio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-04072008-160534. Acesso em: 2023-01-31

ROCHA, Pedro Diniz. O determinismo racial e geográfico no discurso geopolítico moderno/colonial: por uma geopolítica decolonial. **Conjuntura Global**, [S. L.], v. 7, n. 3, p. 243-258, 28 dez. 2018. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v7i3.60794>.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Contribuição da AGB na construção da Geografia brasileira: uma outra geografia sempre é possível. **Terra Livre**, São Paulo, ano 20, v. 1, n. 22, p. 199-209, jan-jul. 2004.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. O papel social e político da geografia no Brasil: subsídios à história do pensamento geográfico no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 22, p. 17-26, março, 1997.

SANTOS, Milton. A responsabilidade social dos geógrafos. **Território Livre**, n. 1, p. 41-49, 1979.

SANTOS, M. Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 59, p. 5–22, 1982. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1027>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9568>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (ed.). **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997. p. 133-144.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, n. 6, p. 5-20, jan./jul., 1999a.

SANTOS, Milton. Nação ativa, nação passiva. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 nov. 1999b. Brasil 500 D.C., p. 1-4.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia, um Manifesto. **Revista Território**, n. 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

SANTOS, Milton. Geografia: além do professor?. **GEOgraphia**, v. 13, n. 25, p. 7-15, 24 jan. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. Tradução de Sandra Lencioni.

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 166 - 172, 2015.

SANTOS, Milton. Sonho e pesadelo. **Terra Brasilis**, [S. L.], n. 13, p. 1-8, 6 nov. 2020 [1978]. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.6522>.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SAQUET, M. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território. **Geo UERJ**, v. 2, n. 21, 20 dez., 2010.

SCARIM, P. C. A construção da geografia acadêmica no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 88, p. 41–72, 2008. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/781>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SILVA, A. C. da. Desenvolvimento industrial e geografia (Comentário sobre uma abordagem geográfica). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 49, p. 31–44, 1974. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1128>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SILVA, A. C. da. A renovação geográfica no Brasil 1976/1983 (as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, p. 73–140, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1004>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SILVA, A. C. da. Sociologia e Geografia (em busca da identidade). *In: Geografia e mudança cultural*. São Paulo, FFLCH/USP, 1997 [1994], (apostila). p. 1-5.

SILVA, Edson Batista da. As propostas de Geografia em alguns autores clássicos: uma análise exploratória. **Revista Territorial**, Goiás, v. 3, n. 2, p. 6-22, jul./dez, 2014.

SILVA, José Borzacchiolo da. **França e escola brasileira de geografia: verso e reverso**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. (Coleção Estudos Geográficos, n. 12).

SILVA, M. A. da. Losurdo e a crítica da imagem de Hegel (e da Alemanha): repensando as relações entre filosofia hegeliana e geografia política. *In: Domenico Losurdo – crítico do nosso tempo: Política e filosofia*. Pautasso, D. Quartim de Moraes, J. e Silva, M. A. da. São Paulo: Ideias e Letras, 2023. p. 110-111.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: Geografia e ideologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Entrevista com a professora Maria Adélia Aparecida de Souza. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 173-210, jan., 2003. Entrevistas.

SUERTEGARAY, D. M. Notas sobre Epistemologia da Geografia. *In: Cadernos Geográficos*. Departamento de Geociências/UFSC. Florianópolis, n. 12, Maio, 2005.

UEMORI, Celso Noboru. A identidade do intelectual e o estatuto da obra e o seu contexto. **Lutas Sociais**, [S. L.], n. 15/16, p. 123–135, 2006. DOI: 10.23925/ls.v0i15/16.18845. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18845>. Acesso em: 26 maio. 2023.

VALVERDE, Orlando. Evolução da Geografia Brasileira no após-guerra (Carta aberta de Orlando a Orlando), **Boletim Paulista de Geografia**, n. 60, AGB, São Paulo, 2.º semestre de 1983/1.º semestre de 1984.

VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de Pensamento sobre a cidade**. 2. ed. Salvador: Edufba; Ilhéus: Editus, 2012. p. 618

VERDI, Elisa Favaro. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VERDI, Elisa Favaro. Yves Lacoste, a geografia do subdesenvolvimento e a reconstrução da geopolítica. **Terra Brasilis**, [S. L.], n. 9, p. 1-13, 30 dez. 2017. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.2286>

VERDI, Elisa Favaro. A Geografia ativa. **Terra Brasilis**, [S. L.], n. 13, p. 1-21, 6 nov. 2020. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.6312>.

ZANOTELLI, C. Le bon plaisir do geografo Yves Lacoste Parte 1. **Geografares**, [S. L.], v. 1, n. 1, 2000. DOI: 10.7147/GEO1.1159. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1159>. Acesso em: 26 jun. 2023.